

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

HELOÍSA REIS CURVELO

**TOPÔNIMOS MARANHENSES:** testemunhos de um passado ainda presente

FORTALEZA  
2009

HELOÍSA REIS CURVELO

**TOPÔNIMOS MARANHENSES:** testemunhos de um passado ainda presente

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília Maria Peixoto Farias

FORTALEZA  
2009

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por  
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593  
tregina@ufc.br  
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

C987t

Curvelo, Heloísa Reis.

Topônimos maranhenses [manuscrito] : testemunhos de um  
passado ainda presente / por Heloísa Reis Curvelo. – 2009.

282 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro  
de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística,  
Fortaleza(CE),30/11/2009.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Emília Maria Peixoto Farias.

Inclui bibliografia.

1-TOPONÍMIA.2-NOMES GEOGRÁFICOS – MARANHÃO – HISTÓRIA.  
3-MARANHÃO – MUNICÍPIOS – HISTÓRIA.4- GEOGRAFIA – TERMINOLOGIA –  
MARANHÃO.5-LÍNGUA PORTUGUESA – ETIMOLOGIA – NOMES.I- Farias,Emília  
Maria Peixoto, orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação  
em Linguística.III-Título.

CDD(22ª ed.) 918.121

09/10

HELOÍSA REIS CURVELO

**TOPÔNIMOS MARANHENSES:** testemunhos de um passado ainda presente

Dissertação submetida ao Programa do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília Maria Peixoto Farias (Presidente)  
Doutora em Letras  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Antonio Luciano Pontes (1º Examinador)  
Doutor em Linguística  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elias Soares  
Doutora em Letras  
Universidade Federal do Ceará – UFC (2ª Examinadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Silva de Aragão  
Doutora em Linguística  
Universidade Federal do Ceará – UFC (Suplente)

À *Flor de ipê amarelo*, por mais este fruto teu!

## AGRADECIMENTOS

A Deus-Pai, meu tudo.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Emília Maria Peixoto Farias, pela presteza, competência, profissionalismo com que me conduziu. Obrigada por tudo.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Conceição de Maria de Araujo Ramos, Professora, Irmã, Amiga, Orientadora, Coordenadora. Saiba que *o sonho que quis ser sonhado* só foi possível por causa da partilha, da presença, do investimento, do acreditar... Muito obrigada pelo AMOR que me dedica! Tenha certeza que não teria chegado aqui sem tua valiosa ajuda!

À minha família que amo muito: Maria da Paz Coelho Curvelo, o Exemplo; Juvenal Lázaro Curvelo (*in memória*), mesmo longe fisicamente, sempre perto espiritualmente. Aos manos Izaltino Nilson e Servo, e manas Lila e Lilde, sobrinhos, sobrinhas, cunhadas, meu muito obrigada por existirem. Dentre estes destaco Aquele que é meu Anjo-Irmão, Nivaldo de Jesus Curvelo, grata pelo amor *incondicional*; Paula Regina, que também me adotou e Susana Aroucha, sobrinha, irmã, amiga e filha amada.

À família Monteiro: José Varão, Terezinha de J. Duailibe, José Varão M. Filho, Sâmia Moucherek, pelo contexto e por tudo, muito obrigada. E também aos queridos: Lis Guerra e família; Fernando Henrique M. Carvalho e Lúcia Bispo (*in memória*); a Conceição de Maria Cardoso Freitas. Grata pela acolhida, pelo carinho, pelo desprendimento em ajudar-me.

A Alexandre da Silva Matos, Amigo, Irmão, Namorado e Companheiro, pela presença de espírito, desprendimento, paciência nas horas do *stress*, pelo amparo constante durante tudo *esse tempo*. Grata, gratíssima por entender, incentivar, cuidar, chorar, sorrir, estar junto...!

À equipe do Atlas Linguístico do Maranhão por toda a *ajuda* antes, durante e sempre. Grata aos colegas e a todos os Professores: Conceição de Maria de Araujo Ramos, José de Ribamar Mendes Bezerra e Maria de Fátima Sopas Rocha. A todos obrigada pela partilha!

A todos os Professores e funcionários da Pós-Graduação em Linguística, em especial, às Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Maria do Socorro Silva de Aragão e Maria Elias Soares pela condução intelectual, pela acolhida e adoção. A Dona Antonia e Senhor Eduardo pela prestividade. Ao Prof. Dr. Antonio Luciano Pontes por TODAS as contribuições.

Todos que me ajudaram sabem a medida da sua presença: Andréa Regina, Vanda Marli, Nádia Mattar, Nivaldo e Antônia, Francisco Fontes, Georgiana Márcia, Carolina Batista, Núbia, Alba, Tereza, Ilma, Maria Monte, Natália, Polliane, Flávia, Carlos Albert, Samantha, Silvana e aos demais, se me falha a memória para nomeá-los, grata por tudo!

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico por doze meses de incentivo financeiro e aos Prefeitos, Secretários e Funcionários de Órgão governamentais pelo fornecimento de informações para esta pesquisa.

Los nombres de lugares son viva voz de aquellos pueblos desaparecidos, transmitida de generación en generación, de labio en labio, y que por tradición ininterrumpida llega a nuestros oídos en la pronunciación de los que hoy continúan habitando el mismo lugar, adheridos al mismo terruño de sus remotos antepasados; la necesidad diaria de nombrar ese terruño une a través de los milenios la pronunciación de los habitantes de hoy con la pronunciación de los primitivos.

(Ramon Menendez Pidal)

(...) o nome não é apenas um rótulo ou etiqueta colocada sobre o objeto... Os nomes têm duas vidas, a dialetal-etimológica, com suas derivações semânticas, e a referencial.

(Maria Vicentina de P. do Amaral Dick)

## RESUMO

O estudo da Toponomástica é de grande importância para o conhecimento de aspectos históricos, sociais, geográficos, culturais, econômicos não só de uma região, mas de um povo, uma vez que possibilitam o resgate de valores dos grupos humanos que habitaram ou que habitam o lugar. Dessa forma, o nome de lugar funciona também como um testemunho vivo do valor, da importância das particularidades que influenciaram o nomeador na hora de nomeá-lo. Com base nesse raciocínio, este trabalho tem como objetivo principal fazer um Estudo da Toponímia dos atuais 217 municípios do Estado do Maranhão, mais precisamente, descrever o léxico onomástico dos 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses atualmente. É investigada a motivação toponomástica dos 217 nomes de lugares buscando determinar qual das duas categorias taxionômicas, a física ou a antropocultural é mais recorrentes nas nomeações. Para tanto, foi adotada a metodologia desenvolvida por Dick (1990; 1994) no que se refere à ficha lexicográfico-toponímica e ao Sistema Toponímico Taxionômico. Dessa forma, a pesquisa contribui para o conhecimento das tendências e/ou frequências denominativas de cada município, assim como para mostrar a visão que teve o nomeador ao eleger os topônimos atuais; revela as tradições locais que, guardadas nos nomes de lugares, memorializam elementos da língua, da fauna, da flora, do reino mineral, de crenças, de personalidades, das etnias que passaram pelo Maranhão; mostra se os nomes dos 217 municípios do Maranhão estão ou não de acordo com as Leis Toponímicas Brasileiras e contribui para a compreensão de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e de tantos outros aspectos presentes na História e Geografia do Maranhão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lexicologia, Toponímia, Motivação toponímica, Toponímia Maranhense.

## RESUMÉ

L'étude de la Toponymie est d'une grande importance à la connaissance des aspects historiques, sociaux, géographiques, culturels, économiques pas seulement d'une région, mais d'un Peuple, une fois qu'ils permettent de rattraper les valeurs des groupes qui étaient ou qui sont sur place. Ainsi, le nom du lieu exerce aussi un témoignage vivant de la valeur, de l'importance des caractéristiques qui ont influencé celui qui accordait le nom au moment de son choix. Selon ce raisonnement et ce document, notre objectif est principalement de faire une étude de La Toponymie du Maranhão, décrire plus précisément le lexique onomastique des 217 toponymes des municipalités du Maranhão actuellement. On recherche la motivation toponymique des 217 noms des lieux en déterminant laquelle des deux catégories taxonomiques, physique ou antro-po-culturel sont plus requérantes pendant la nomination, ceci contribuera à façonner le profil de la Toponymie. Pour l'analyse de 217 toponymes que le Département d'Etat de la Planification et du Développement Économique et le Laboratoire du Système d'Information Géographique de l'Université de l'Etat du Maranhão, groupent en 05 Mesoregions divisées en 21 Microrégions, on a adopté une méthodologie développée par Dick (1990, 1994) et les données, documents officiels (monographies municipales), tirés du website de l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistique. Ainsi, on croit que TOPONYMES MARANHENSES: d'un passé encore présent, contribue à la connaissance les tendances et les fréquences nomeata chaque municipalité et un idée qui avait le proposeur d'éllire les toponymes actuel; révèle les traditions de locales qui, enregistrés dans toponymes, immortaliser éléments du langue, la faune, da flore, du royaume-minérales, de croyances, de personnalités, des ethniques qui traversé par Maranhão; montre si les 217 toponymes être d'accond avec ses lois et, tara contribue à la compréhension de facteurs sociaux, culturels, économique, politique, l'environnement et de beaucoup d'autres aspects présents dans Histoire et Géographie du Maranhão.

**MOTS CLÉS:** Lexicologie, Toponymie, Motivation toponymique, Toponymie du Maranhão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
QUADRO 1: Mesorregião I com suas respectivas microrregiões e municípios	64
QUADRO 2: Mesorregião II com suas respectivas microrregiões e municípios	66
QUADRO 3: Mesorregião III com suas respectivas microrregiões e municípios	67
QUADRO 4: Mesorregião IV com suas respectivas microrregiões e municípios	68
QUADRO 5: Mesorregião V com suas respectivas microrregiões e municípios	70
QUADRO 6: Distribuição e definição dos topônimos de natureza física	75
QUADRO 7: Distribuição e definição dos topônimos de natureza antropocultural	75
QUADRO 8: Distribuição de todas as taxes antropoculturais e físicas	94
QUADRO 9: Demonstrativo do período sincrônico de 1600	97
QUADRO 10: Demonstrativo do período sincrônico de 1700	97
QUADRO 11: Demonstrativo do período sincrônico de 1800	98
QUADRO 12: Demonstrativo do período sincrônico de 1900	100
FICHA 1: Ficha lexicográfico-toponímica	71
FICHA 2: Ficha léxicográfico-toponímica preenchida	73
FICHA 3: Ficha lexicográfico-toponímica adaptada	74
FICHA 4: Ficha lexicográfico-toponímica adaptada e preenchida	74
GRÁFICO 1: Quantificação das taxes da Mesorregião Norte Maranhense	82
GRÁFICO 2: Quantificação das taxes da Mesorregião Sul Maranhense	84
GRÁFICO 3: Quantificação das taxes da Mesorregião Leste Maranhense	87
GRÁFICO 4: Quantificação das taxes da Mesorregião Oeste Maranhense	89
GRÁFICO 5: Quantificação das taxes da Mesorregião Centro Maranhense	92
ANEXO A: Mapa do Maranhão com Meso e Microrregiões	283

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABL	Academia Brasileira de Letras
AML	Academia Maranhense de Letras
A.G	Acidente Geográfico
A.H	Acidente Humano
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADTCE	Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado
AT	Alteração Toponímica
ATAOB	Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
ATEMIG	Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais
ATEMS	Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul
ATEMT	Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso
ATEPAR	Atlas Toponímico do Estado do Paraná
ATESP	Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
ATIT	Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins
ATT	Atlas Toponímico do Estado do Tocantins
BNGB	Banco de Nomes Geográficos do Brasil
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
BSM	Bolsão sul-mato-grossense
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIM	Carta Internacional ao Milionésimo
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
CR	Carta Régia
DCT	Disposições Constitucionais Transitórias
DE	Decreto Estadual
DL	Decreto-Lei
DLE	Decreto-Lei-Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENPUISET	Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

FAD	Formação Administrativo-Judiciária
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
GEPLAN	Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IHGMA	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABGEO	Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Maranhão
LE	Lei Estadual
LI	Lei Imperial
LL	Lei Legislativa
LM	Lei Municipal
LP	Lei Provincial
PR	Provisão Régia
RR	Resolução Régia
SEBRAE LEGAL	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFT	Universidade Federal do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo
VLB	Vocabulário de Língua Brasílica

## SUMÁRIO

	p.
Lista de ilustrações	x
Lista de abreviaturas	xi
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 VISÃO PANORÂMICA DA TOPONÍMIA</b>	<b>19</b>
<b>3 TOPONÍMIA: aspectos conceituais e classificatórios</b>	<b>37</b>
3.1 Nomeação: atividade humana	37
3.2 Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica: definições	38
3.3 Onomástica e Toponímia ou Toponomástica: interdisciplinaridade	42
3.4 O topônimo	47
3.4.1 Importância	47
3.4.2 Origem	48
3.4.3 Fenômenos linguísticos ocorrentes nos topônimos	50
3.4.4 Estrutura	54
3.4.5 Classificação	56
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>60</b>
4.1 Método de abordagem	60
4.2 Método de procedimento	60
4.3 Técnicas para coleta do <i>corpus</i>	61
4.4 Delimitação do <i>corpus</i>	62
4.5 Etapas para a coleta de dados	63
4.5.1 Identificação das fontes	63
4.5.2 Classificação das Mesorregiões e suas Microrregiões	63
4.6 Registro e arquivamento dos dados	70
4.7 Classificação dos topônimos por taxes	73
4.8 Análise dos dados	76
<b>5 TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de um passado ainda presente</b>	<b>77</b>
5.1 Perfil toponomástico da Mesorregião Norte Maranhense	77
5.2 Perfil toponomástico da Mesorregião Sul Maranhense	81
5.3 Perfil toponomástico da Mesorregião Leste Maranhense	83
5.4 Perfil toponomástico da Mesorregião Oeste Maranhense	87
5.5 Perfil toponomástico da Mesorregião Centro Maranhense	89

<b>6 TOPONOMÁSTICA MARANHENSE: algumas singularidades</b>	92
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	104
<b>REFERÊNCIAS</b>	109
<b>APÊNDICES</b>	121
APÊNDICE A: Fichas da Mesorregião Norte Maranhense	122
APÊNDICE B: Fichas da Mesorregião Sul Maranhense	171
APÊNDICE C: Fichas da Mesorregião Leste Maranhense	186
APÊNDICE D: Fichas da Mesorregião Oeste Maranhense	223
APÊNDICE E: Fichas da Mesorregião Centro Maranhense	254
<b>ANEXO</b>	281
ANEXO A – Mapa do Maranhão com suas Meso e Microrregiões	282

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano, ao tomar posse de um espaço físico-geográfico ou estabelecer um núcleo populacional precisa nomeá-lo com o intuito de garantir sua própria existência, sua fixação local e sua identidade comunitária. Assim, por meio da Toponímia, ramo de conhecimento que integra a Onomástica, podemos analisar a estreita relação que há entre o homem e os lugares que designam o espaço que ele ocupa, isto é, podemos analisar, entre outras, a relação que há entre língua-cultura-sociedade e natureza manifestada no processo de nomeação dos logradouros.

O processo de nomeação dos logradouros não é feito de forma aleatória, já que o nomeador representa nos topônimos o/ou os elementos que deseja simbolizar, homenagear, perpetuar. No primeiro momento dessa atividade, o ato é espontâneo, obedece às circunstâncias do tempo presente, mas quando esse *lugar* adquire *status* de vila, cidade ou município o nome, quando não é mudado, deve se adequar a normas toponímicas estabelecidas por órgãos oficiais que podem ir da mais alta instância nacional, como é o caso do Governo Federal, à instância local, a exemplo do Governo Estadual e/ou Municipal.

A preocupação em *normatizar* a Toponímia Brasileira é tradição que começou a ser debatida, primordialmente, na década de vinte. A esse respeito Nascentes (2003, p. 575) afirma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez uma conferência em 1926 com o intuito de colocar *um pouco de ordem nos nomes geográficos*<sup>1</sup> de todas as procedências que temos em nosso país: estrangeiros, indígenas e africanos. Acrescenta ainda o filólogo (2003, p. 576) que a desordem da Toponímia do país durou até a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que fez sancionar a Lei Geográfica ou o mais conhecido Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938, que versa sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

Dando sequência à Lei Geográfica, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em 1941, definiu a resolução nº 98, de 25 de junho, concernente às normas

---

<sup>1</sup> ... un peu d'ordre dans les noms géographiques (NASCENTES, 2003, p. 575). (Tradução: Professora Mestre Nadia Sleiman Mattar).

ortográficas dos nomes estrangeiros. Além de criar novas normas, a referida resolução incorporou as já estabelecidas, em 1926, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1943 foi homologado o Decreto-Lei nº 5.901, de 21 de outubro, que entre outras providências, estabelecia as normas para evitar a repetição de nomes de lugares. Nascentes (2003, p. 579) assevera que *graças a esse decreto, a toponímia brasileira chegou enfim à regularidade por longas datas desejada*<sup>2</sup>.

No que compete à Toponímia maranhense, 37 anos depois de sancionada a Lei Geográfica, a Prefeitura de São Luís decretou a Lei nº 2.151, de 04 de fevereiro de 1975, que, entre outras providências, estabelecia as normas para a nomeação dos bairros, vilas, povoados e logradouros públicos. Essa Lei deixa transparecer, em uma leitura prévia, que se trata apenas de normas para a nomenclatura local ou a Microtoponímia e não à estadual ou Macrotoponímia.

Ainda sobre a Toponímia do Maranhão, além da Lei nº 2.151, encontramos os trabalhos de Vieira Filho (1971) e de Melo (1990), que tratam da Microtoponímia de São Luís; a pesquisa de Dick (1995) que apresenta antropotopônimos e hagiopotônimos presentes na Macrotoponímia do Estado; a de Ramos et al (2005) que enfatiza a contribuição das línguas indígenas na Toponímia do Maranhão e, a de Pereira (2003) que apresenta um estudo da Microtoponímia do município de Arari.

O levantamento da literatura que versa sobre a Toponímia do Maranhão possibilitou-nos constatar que ainda não existem trabalhos que delineiam o perfil toponomástico do Estado, que resgatam a motivação toponímica de todos os 217 nomes dos municípios, em virtude disso fizemos a pesquisa Topônimos Maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente que, entre outras contribuições, serve como referência o conhecimento da ortografia e classificação do léxico onomástico dos atuais 217 topônimos.

Assim, diante do Modelo Toponímico Taxionômico proposto por Dick (1990) e de algumas das leis que tentam normatizar ou que normatizam a Toponímia Brasileira questionamos: Como se estrutura o léxico onomástico dos 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses no momento atual? Analisando qualitativamente os 217 topônimos, as

---

<sup>2</sup> Grâce à ces résolution, la toponymie brésilienne est enfim arrivée à une régularité longtemps désirée. (NASCENTES, 2003, p. 579). (Tradução: Professora Mestre Nadia Sleiman Mattar).

taxes de natureza física se sobrepõem às de natureza antropocultural? Na distribuição quantitativa dos 217 topônimos, as taxes de natureza física se sobrepõem às de natureza antropocultural? Como se apresenta o percurso onomástico de cada uma das 217 denominações dos municípios maranhenses ao longo dos 397 anos do Estado?

Como já dissemos anteriormente, ainda não encontramos na nomenclatura existente nenhum trabalho que responda satisfatoriamente aos questionamentos apresentados sobre o perfil da Macrotoponímia do Maranhão, em vista disso, objetivamos com esta pesquisa: descrever o léxico onomástico dos 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses no momento atual; analisar qualitativamente os 217 topônimos para buscar sua motivação onomástica, conforme as taxes de natureza física e antropocultural; distribuir quantitativamente, em gráficos do tipo pizza, os 217 topônimos das duas categorias taxonômicas, a física e a antropocultural; registrar o percurso onomástico dos 217 topônimos com vistas ao resgate histórico de suas denominações; agrupar os 217 topônimos em quatro períodos sincrônicos: 1600, 1700, 1800 e 1900. Esses períodos ajudaram a esclarecer como suas mudanças toponomásticas foram se processando ao longo dos 397 anos do Estado.

Partindo da hipóteses de que: o léxico onomástico dos 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses no momento atual têm como base taxes de natureza física e antropocultural; na análise qualitativa dos topônimos, as taxes de natureza física se sobrepõem às de natureza antropocultural; na distribuição quantitativa dos topônimos, as taxes de natureza física se sobrepõem às de natureza antropocultural e que o registro do percurso onomástico de cada topônimo no seu período sincrônico ajudará tanto no resgate da história das denominações dos 217 nomes geográficos quanto no esclarecimento do processamento das mudanças toponomásticas em quase quatro séculos de vida do Maranhão.

Tendo em vista os objetivos delineados e as hipóteses levantadas para a pesquisa, organizamos suas partes em sete capítulos: o primeiro, intitula *Introdução*, entre outras informações, apresenta a motivação da pesquisa e seus objetivos; o segundo traz uma *Visão Panorâmica da Toponímia* nos outros países e no Brasil, possibilitando que conheçamos a literatura produzida nessa área.

O terceiro capítulo que é intitulado *Toponímia: aspectos conceituais e classificatórios* trata: da nomeação enquanto atividade humana; das definições da ciência da nomeação e suas partes, isto é, da Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica; do caráter

interdisciplinar da Onomástica e Toponímia ou Toponomástica e, do topônimo com suas especificidades: importância, origem, fenômenos lingüísticos ocorrentes, estrutura e modelo classificatório.

No quarto capítulo temos a descrição de todas as etapas para a execução da pesquisa nos *Procedimentos Metodológicos*. Na quinta parte, intitulada *Topônimos Maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente* começamos a apresentar a análise do *corpus*, presente no perfil toponomástico e nos gráficos de cada uma das cinco Mesorregiões do Estado: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Dando sequência à amostra dos resultados da pesquisa, o capítulo seis, Toponomástica Maranhense: algumas singularidades, mostra o resultado geral da análise classificatória dos 217 topônimos assim como sua distribuição nos quatro períodos sincrônicos: 1600, 1700, 1800 e 1900. E, por fim apresentamos no capítulo sétimo algumas considerações sobre a adequação, ou não, dos topônimos maranhenses às Leis Toponímicas Brasileiras.

Assim, diante do que foi exposto, o estudo da Toponímia dos atuais 217 municípios do Estado do Maranhão possibilita o conhecimento não só das tendências e/ou frequências denominativas de cada município, mas saber a visão que teve o nomeador ao atribuir determinado nome a determinado local; a revelação de tradições locais que, guardadas nos nomes de lugares, memorizam elementos da língua (substratos e/ou adstratos), da fauna, da flora, do reino mineral, de crenças, de personalidades *ilustres*, (...) e das etnias que por estas terras passaram (e ainda passam) e que permanecem imortalizados em topônimos atuais ou outros que deixaram, por algum motivo, de ser usados ou mesmo de existir.

Em síntese, acreditamos que a realização de estudos desta natureza contribuem, significativamente, para a compreensão de fatores sócio-culturais, econômicos, políticos, ambientais e de tantos outros aspectos presentes na História da Terra *prodigiosa* que foi desbravada por portugueses, franceses, holandeses e vários outros povos que, de fora ou de dentro do país, influenciaram consideravelmente na nomeação dos municípios do Estado. Trabalhos desta natureza não versam unicamente sobre nomes de lugares, mas sobre os aspectos que envolvem as várias *gentes*, suas expectativas e seus sentimentos diante do seu *novo* Rincão.

## 2 VISÃO PANORÂMICA DA TOPONÍMIA

Os estudos dos *topos*, objetos da Toponímia, têm se revelado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou mesmo de uma região, pois permitem que identifiquemos fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a permanência ou não desses valores numa dada comunidade. Assim, o nome atribuído a uma localidade ou a um acidente geográfico pode ser um elemento que revele tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu. Com base nessas reflexões, apresentamos alguns trabalhos voltados para a aplicação dos conhecimentos da Onomástica e da Toponímia, com ênfase na explicação e descrição do Topônimo.

Segundo Dick (1987, p. 93), o aparecimento da Toponímia como ramo de estudo sistematizado vai surgir na França por volta de 1878 com Auguste Longnon. Longnon introduziu os estudos sobre Toponímia na *École Pratique de Haute Études* e no Colégio de França. Posteriormente seus alunos publicam, postumamente, em 1912, a obra *Les noms de lieux de la France*. Já em 1922, Albert Dauzat publica *Chronique de Toponymie*, na revista de *Études Anciennes*. Dauzat contribui com uma bibliografia detalhada de fontes e estudos de historiadores, geógrafos e linguístas que se prestavam a fazer pesquisas sobre os nomes antigos de lugares. Também organizou em 1938 o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia. O evento despertou a atenção dos estudiosos para assuntos referentes à Onomástica e passou a ser realizado constantemente em outros países da Europa. Ainda sobre os estudos toponímicos franceses, destacamos a obra de Rostaing (1948) que retrata pormenorizadamente a toponímia desse país considerando principalmente suas origens.

Na Espanha, entre os trabalhos que focalizam a Toponímia, temos as contribuições de Menendez Pidal (1952), Nieto Ballester (1997) e García Sánchez (2007). O primeiro publica *Toponimia prerrománica hispana*, estudo sobre a Toponímia primitiva espanhola. Nele o autor destaca que a Toponímia não é somente o estudo da história dos nomes de lugares, mas um testemunho, uma prova de línguas primitivas que não existem mais. É com esse olhar que Menendez Pidal descreve elementos fonéticos, morfológicos sintáticos e semânticos próprios do espanhol antigo e nos apresenta no primeiro capítulo da referida obra uma descrição detalhada

das vogais ibéricas  $\epsilon$   $\sigma$  dos topônimos antigos da Espanha. Em seguida, nos fala também sobre o sufixo *-em*, e sua difusão na Onomástica hispana, sobre o elemento *-obre* na Toponímia galega e faz um apanhado geral da Toponímia ibero - vasca da Celtibera.

A respeito da rica e detalhada descrição toponímica espanhola, temos também o *Breve diccionario de topónimos españoles*, em que Nieto Ballester (1997) nos oferece uma amostra significativa da realidade toponímica espanhola que, ao longo de sua história, recebeu influência de várias etnias em seu léxico, proporcionando, dessa forma, não só uma Toponímia com marcas pré-romana, vasca, latino-românica (castelhana, galega, catalana e canária), moçárabe e germânica, mas topônimos que têm em sua base um antropônimo, um fitotopônimo, um hidrotopônimo, um zootopônimo.

Uma década depois do lançamento do dicionário de Nieto Ballester (1997), temos notícias<sup>3</sup> da publicação em 2007, pela Arcos Libros, do *Atlas Toponímico de España*. Nessa obra, García Sánchez (2007) além de evidenciar que o país já possui estudos efetivos, sobre a toponímia, nos dá uma visão em conjunto da Toponímia espanhola. A obra inclui a classificação e a explicação dos topônimos, com a ajuda de mapas ilustrativos, a partir de quatro perspectivas: a abordagem dos estratos linguísticos (pré-romanos, romanos, germânicos e árabes), a complexidade das fronteiras linguísticas (fronteiras gallego-asturleonese, hispano-portuguesa e catalano-aragonesa), os fatores de natureza física e antropocultural que originam o topônimo e os processos e fenômenos morfológicos que caracterizam os topônimos abordados.

Sobre a Toponímia portuguesa, temos os trabalhos de Vasconcelos (1931), Fernandes (1941), Piel (1945), Freire (1999) e Carvalinhos (2003, 2004, 2005, 2007). *O opúsculo III* de Vasconcelos (1931) é um exemplar dedicado à Onomástica e está dividido em três partes: nomes pessoais ou Antroponímia; nomes geográficos ou Toponímia e nomes vários ou Panteonímia Portuguesa. No que tange à segunda parte, apresenta os seguintes capítulos: (i) Amostra da Toponímia Portuguesa, em que os nomes de lugares são classificados de acordo com as línguas que lhes deram origem, e assim podem ser: pré-romanos, romanos, germânicos, árabes, de procedência variada (da Espanha, da França, do Brasil)<sup>4</sup> e portugueses, propriamente

---

<sup>3</sup> Informação disponível em: < <http://www.arcomuralla.com/Arco/Shop/Detail.asp?IdProducts=652>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

<sup>4</sup> O autor (1931, p. 147) exemplifica essa procedência com o topônimo *Mocambo*, sitiado na região de Lisboa.

ditos<sup>5</sup>; (ii) Modos de formação toponímica e (iii) Categoria de nomes, segundo as causas que lhes deram origem.

Piel (1945), por sua vez, aborda apenas um aspecto da Toponímia galego-portuguesa: a presença das águas, ou seja, a existência de motivos hidrológicos (hidrotopônimos) nos nomes de lugares de Portugal e da Galícia (província espanhola que faz fronteira, ao sul, com Portugal). É assim que Piel vai descrever detalhadamente a etimologia da nomenclatura hidrotoponímica desses países, precisando não só sua origem, mas sua situação geográfica. Já Fernandes (1941) apresenta-nos um quadro detalhado da Onomatologia portuguesa com suas particularidades, e curiosidades.

Freire (1999) aborda a problemática peninsular na utilização devida dos fonemas /p/ e /q/ entre as línguas célticas arcaicas: o celtibérico e o lusitano-galaico. Ele dá o exemplo das palavras: *Sequana* > *Sena* (deusa do rio Sena) e *Quarisii* > *Parisii* > *Paris* (forma moderna da capital francesa).

Carvalhinhos (2003; 2004; 2005; 2007), a seu turno, amplia mais ainda as contribuições sobre a Toponímia portuguesa ao nos apresentar *Caminho das águas: os hidrotopônimos em Portugal* (2003); *A onomástica e o resgate semântico: as natas* (2004); *Hierotoponímia portuguesa: os nomes de Nossa Senhora* (2005) e *Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal* (2007). No primeiro trabalho é analisada a questão dos hidrotopônimos do Distrito de Aveiro. Nele, a autora mostra que a influência árabe no sul de Portugal determinou nomes de muitos cursos d'água da região e que os hidrotopônimos são provas vivas das etnias que ali viveram.

Em *A onomástica e o resgate semântico: as natas* (2004), a pesquisadora mostra um fenômeno muito comum na toponímia: a permanência de um topônimo em um acidente físico, tanto como nome próprio quanto como designativo. Para ilustrar seu estudo, apresenta a lexia *anta* que, em Portugal, significa monumento de pedra e que é de origem latina; no Brasil, é nome de animal com raiz árabe. A pesquisadora alerta que o toponimista não deve buscar apenas a motivação etimológica, mas considerar também o contexto social e todos os elementos extralinguísticos que possam ajudar a explicar um topônimo.

---

<sup>5</sup> Nomes próprios que provêm de nomes comuns, ou que se formaram com elementos morfológicos da língua comum. (Vasconcelos, 1931, p. 147).

Com *Hierotoponímia portuguesa: os nomes de Nossa Senhora* (2005), Carvalhinhos analisa e registra os motivos que determinaram as 1.195 denominações de uma única lexia muito usada no Norte de Portugal: Nossa Senhora. Ela constata que o emprego dessa lexia deve-se a fatores de natureza humana, quando se referem aos títulos de Maria (Senhora dos Aflitos) e a fatores físicos, quando há a associação do nome de Nossa Senhora a lexias referentes à flora (Senhor das Amoras), a minerais (Senhora das Areias), aos elementos meteorológicos (Senhora das Estrelas) e à água (Senhora da Fonte Santa). Além da abordagem dos hierotopônimos, a pesquisadora trata também das denominações dos cursos d'água portugueses (rios, córregos, ribeiras), ou seja, dos hidrotopônimos que também levam consigo elementos que nos permitem identificar a idade e as etnias dos topônimos aos quais estão ligadas.

De igual importância, temos *Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal* (2007). Nesse artigo, Carvalhinhos afirma que o estudo morfológico dos nomes de lugares pode proporcionar a recuperação do seu significado, uma vez que os morfemas são elementos que não mudam, daí que, a partir desses elementos presentes no topônimo, podemos chegar às marcas tanto étnicas quanto históricas de um lugar por meio de seu(s) topônimos. Temos também, sob a responsabilidade Carvalhinhos, o projeto Atlas Toponímico de Portugal, projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do departamento em que trabalha a pesquisadora na USP.

Sobre a Toponímia da América, nos Estados Unidos, temos a divulgação da revista *Names*, publicada em 1951, em Detroit, pela American Name Society e, no Canadá, o Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica, fundado em 1966. Esse grupo de estudos é integrante do Departamento de Geografia da Universidade de Laval, situada em Québec. Ainda sobre a Toponímia no Canadá, Carvalhinho (2008, s/p) acrescenta que Henri Dorion foi o responsável pelos estudos toponímicos no país, na Universidade de Laval, desde a década de 60. Ele publicou, em 1972, *Les noms de lieux et le contacte des langues*, obra que, segundo a pesquisadora, enfatiza a perspectiva do contato entre as línguas e sua influência na Toponímia; por essa razão, o autor traz estudos não só da América, mas também de outros países como Hungria, Romênia, Polônia, Rússia. Na Rússia existe o Instituto de Linguística da Academia de Ciências da Ucrânia e a Sociedade Geográfica Russa.

No que concerne à Toponímia chilena, Bernales Lillo (1995) descreve e analisa os topônimos pré-hispânicos e hispânicos da Nona Região ou Região de La Araucaína do sul do

Chile. Além disso, ele nos mostra outras perspectivas de análise dos nomes que superam a tradicional apresentação do topônimo em seus aspectos etimológicos e semânticos, ao privilegiar a motivação inicial que inspirou o denominador da localidade no momento em que a batizou.

No Brasil, após levantamento bibliográfico preliminar, pudemos apontar três tipos diferentes de vertentes em que se dividem os estudos em Onomástica/Toponímia: uma perspectiva etimológica, que toma a Toponímia como ferramenta para a reconstrução de línguas antigas; uma vertente que toma como base os trabalhos da Toponímia em conjunto com a geografia e cartografia, e outra que mescla a perspectiva etimológica com a geográfica.

Para mostrar um pouco da história da Toponímia no Brasil, apresentamos, a seguir, um panorama dos trabalhos produzidos nessa área por tupinólogos, toponimistas, humanistas, filólogos, dialetólogos e linguístas de diversas regiões do país.

*O Tupi na geografia nacional*, publicada em 1902 pelo tupinólogo Teodoro Sampaio, é a mais antiga obra de referência da Toponímia brasileira, conforme atesta Cardoso (1961, p.17). Destaca Cardoso ainda (p. 323) que a referida obra é clássica por fazer uma análise criteriosa de todos os vocábulos abordados, pela profundidade dos conhecimentos tupis ali contidos e pela seriedade das investigações de Sampaio. Souza (1927), por seu turno, na obra *Onomástica Geral da Geographia Brasileira*, apresenta-nos um dicionário em que o autor, além de elucidar pormenorizadamente o universo léxico-toponímico, mostra regionalismos e explicações de outros estudiosos a respeito das lexias abordadas.

Destacamos também a contribuição de Cardoso (1961), especialista nos topônimos de origem indígena caribe e aruaque da Amazônia. Ele evidencia o caráter histórico das publicações dos estudos voltados para a Onomástica indígena. Cardoso (1961, p. 314) ressalta que no nosso país há poucos estudos na área da Toponímia Brasileira, porque não há *um plano sistematizado, que abranja, em seu estudo, as diversas zonas de nosso território*. Mas é esperançoso ao dizer que isso é possível com a ajuda oficial; neste caso, a do IBGE. Sobre tal contribuição trataremos mais adiante.

Em *Toponímia Brasileira*, Cardoso esclarece alguns étimos menos conhecidos da toponímia brasileira, mas especificamente os étimos vindos dos dialetos tapuias. Ao colher as informações diretamente dos índios e organizá-las, o estudioso objetivava contribuir com

informações que pudessem interessar tanto à Toponímia quanto à Etimologia, Antropologia e Geografia brasileira.

A indicação de bibliografias referentes à Toponímia está presente em Santos (1983) que publica um livro de referências remissivas. O humanista objetivava com sua obra tornar a análise da Toponímia acessível a todos os estudiosos do assunto. Em virtude disso, organizou uma bibliografia que contém 169 títulos divididos em duas partes: Toponímia em Geral, dedicada a temas geográficos, cartográficos, nomenclatura, classificação das cidades e nomes de rios brasileiros, e Linguística em Geral, que enfoca, além da linguagem e da literatura geográfica, topônimos ligados ao índio e ao folclore brasileiro.

Atestando ainda mais a crescente produção em Toponímia no Brasil, é importante destacarmos também: (i) a elaboração de atlas toponímicos; (ii) as produções dos grupos cadastrados, ou não, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; (iii) a criação de cursos em estudos Onomásticos/Toponímicos; (iv) a implementação de disciplinas relacionadas a Toponímia, nos cursos das Instituições de Ensino Superior – IES; (v) a atuação dos grupos de discussão e divulgação da Onomástica e Toponímia; (vi) os estudos de pesquisadores especialistas na área; (vii) teses; (viii) dissertações e (ix) artigos produzidos na área.

No que tange aos atlas toponímicos em desenvolvimento ou já concluídos no Brasil, citamos: nove da região Sudeste, vinculados à Universidade de São Paulo – USP; três da região Norte, um vinculado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, outro à Universidade Federal do Acre – UFAC e um terceiro que encerra pesquisa de mestrado; um da região Sul, vinculado à Universidade Estadual de Londrina – UEL; dois da Centro-Oeste, um vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e outro da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

Região Sudeste: (i) Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais – Projeto ATB, coordenado pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, tem como finalidade o conhecimento da Toponímia do país, inscrita na cartografia estadual, do ponto de vista lexical, etimológico, morfossemântico e etnolinguístico. Além do Estado de São Paulo, já integram o Projeto o Rio de Janeiro, Alagoas (estes dois estados apenas com estudo dialetológico e taxionômico), Minas Gerais (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG), Mato Grosso (Atlas Toponímico do Mato Grosso – ATMT, Mesorregião de

Cuiabá e a Mesorregião de Tesouro); Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS; Tocantins (Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT e o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado de Tocantins – Projeto ATITO). O levantamento cartográfico dos Estados da Paraíba, Maranhão e Goiás seria feito em 2008, segundo Dick<sup>6</sup>.

O ATB está atrelado às seguintes linhas de pesquisas: A Literatura de Viagem em Função Toponímica. Estudo Distributivo; Estudos do Homem e da Sociedade por meio da Linguagem: Inter-relação Língua, Cultura e Onomástica; Historiografia e Memorialística do Fato Onomástico; Lexicologia, Lexicografia e Terminologia em Função Onomástica; Os Atlas e as diversidades regionais; Taxionomia Toponímica; Toponímia e Cartografia; Toponímia e Etnolinguística; Toponímia e Línguas Indígenas;

(ii) Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – Projeto ATESP (variante regional do ATB), coordenado por Dick, teve, na sua versão inicial (1980), o objetivo de levantar e descrever os 573 topônimos paulistas. Na sua versão atual, esse número sobe para 9.692 topônimos. O Projeto está atrelado às mesmas linhas de pesquisa do ATB;

(iii) Atlas das Cidades. Linguagem e Toponímia Diacrônica: Estudo Toponímico, coordenado por Dick, visa, principalmente, ao estudo dirigido à formação das cidades e dos aglomerados humanos oriundos de várias causas histórico-econômicas. Por está vinculado ao ATB e ao ATESP, segue as mesmas linhas de pesquisa desses atlas;

(iv) Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG (variante regional do ATB);

(v) Memória Toponímica de São Paulo, bairro a bairro (iniciado em agosto de 2008). Sobre a responsabilidade de Carvalhinhos, o Projeto está vinculado ao Programa *Ensinar com Pesquisa*, da Pró-Reitoria da USP.

Incluídos nessa região, Dick (1994b, p. 436) situa outros três projetos de pesquisa desenvolvidos na USP: (vi) Vocabulário geográfico de origem indígena brasileira (famílias Tupi-Guarani, Karib, Aruak e algumas do tronco Macro-Jê, presentes na Toponímia); (vii)

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>> Acesso em: 02 jan. 09. Acrescentamos que não sabemos se o levantamento foi feito ou não.

Estudo histórico-toponímico das ruas da cidade de São Paulo: Centro Velho, Centro Novo e bairros periféricos; e (viii) Catalogação do acervo bibliográfico toponímico da USP.

Região Norte: Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT (variante do ATB), coordenado pela professora Karylleila dos Santos Andrade, objetiva o remapeamento do Estado, do ponto de vista da motivação dos designativos coletados nas cartas municipais. Da ótica da linguística, fazem parte das etapas do estudo, a etimologia dos topônimos, o estudo dialetológico, a estrutura gramatical e a correção fonêmica. O Projeto está atrelado às seguintes linhas de pesquisas: A toponímia tocantinense no contexto da Belém-Brasília; Atlas Toponímico de origem indígena do Tocantins - ATITO; Paraupava e Iabéberi: caminho das águas, povos dos rios. Visão etnolinguística dos rios Araguaia e Tocantins<sup>7</sup>; o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – Projeto ATAQB, sob coordenação do Professor Alexandre Melo de Sousa, objetiva traçar o perfil toponímico do Estado do Acre, a partir da análise da nomenclatura dos seus acidentes físicos e humanos registrados oficialmente em cartas topográficas. Em Roraima há o Atlas Toponímico da região indígena da Serra da Lua, trabalho de mestrado de Carneiro (2007).

Região Sul: Atlas Toponímico do Estado do Paraná – Projeto ATEPAR, sob coordenação da Professora Maria Antonieta Carbonari de Almeida<sup>8</sup>.

Região Centro-Oeste: Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso – ATEMT, (variante regional do ATB) e Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS (variante regional do ATB).

Como adendo, não podemos deixar de mencionar dois grupos que também não estão cadastrados em diretórios de pesquisa, mas que funcionam com ferramentas de grande valor na divulgação de produções sobre a Toponímia brasileira: o *Blog* de discussão Toponímia Geral e do Brasil<sup>9</sup> e o Grupo Toponímia – USP Yahoo!<sup>10</sup>. Ambos, de autoria de Carvalhinhos, têm como objetivos principais tanto a promoção da disciplina Toponímia Geral e do Brasil, ministrada no curso de Letras da USP pela professora Carvalhinhos, quanto a divulgação de material bibliográfico e informações sobre Onomástica e Toponímia.

<sup>7</sup> O ATESP, ATB, Atlas das Cidades, ATT e ATITO estão cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq.

<sup>8</sup> Segundo Aguilera (2006, p. 134), esse atlas já foi concluído.

<sup>9</sup> Disponível em < <http://toponimia-usp.blogspot.com> >.

<sup>10</sup> Disponível em <<http://br.groups.yahoo.com/group/toponimia-usp/>>.

No que concerne à criação de cursos em estudos Onomásticos/Toponímicos, data de 1984 a criação e a efetivação (1989) do Curso de Pós-Graduação em estudos onomásticos (Toponímia e Antroponímia) da USP. Esse curso, segundo Dick (1994b, p. 436), tinha como objetivo a formação de pesquisadores na área, a exemplo do que já acontecia nas universidades européias e americanas.

No que cabe à implementação de disciplinas relacionadas com a Toponímia nos cursos das IES, Aguilera (2006, p. 132) afirma que *os estudos toponímicos (...) estiveram vinculados às disciplinas Etnografia e Língua Tupi (...) dos cursos de História e Geografia da USP, tendo como principal veículo de disseminação o Boletim do Instituto Histórico e Geográfico*. Dick (1994b, p. 435), a seu turno, destaca que a introdução dos estudos toponímicos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP deve-se à iniciativa do Professor de Etnografia e Tupi-Guarani, Plínio Ayrosa. Vale ressaltar que Ayrosa abriu as portas da USP ao estudo da Toponímia e que teve como seguidores Carlos Drumond<sup>11</sup>, Erasmo D’Almeida e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Acrescenta ainda a pesquisadora (1994b, p. 435) que a reformulação dos cursos de Letras da USP teve como ganho a criação da disciplina Toponímia Geral e do Brasil (1987) integrada à área de Línguas Indígenas do Brasil, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Na mesma linha de estudos da USP, temos também os estudos desenvolvidos na Universidade Federal do Paraná – UFPR que, conforme atesta Aguilera (2006, p. 134), publicou em 1960 dois artigos na revista de Letras da Faculdade de Filosofia, intitulados: *Topônimos de Portugal no Ceará*, de Florival Serraine e *A saudade portuguesa na Toponímia brasileira*, de Antenor Nascentes. Segundo Dick (1982, p. 86-87), Serraine estudou os topônimos portugueses no Ceará, procurando explicar as origens da transplantação destes; Nascentes, a seu turno, apesar de seguir a mesma linha de estudo de Serraine, foi mais além e explicou a motivação de topônimos que poderiam ter surgido, espontaneamente, no Brasil.

No que diz respeito aos estudos de pesquisadores especialistas na área de Onomástica, Toponímia e Lexicologia/Lexicografia, destacamos o projeto, em andamento, *Banco de Nomes Geográficos do Brasil*, do IBGE, alguns trabalhos produzidos por Dick da

---

<sup>11</sup> Segundo Dick (1987, p. 96), Carlos Drumond muito contribuiu para que conhecêssemos a influência indígena na Toponímia brasileira, com *Contribuições do Bororo à toponímia brasileira*, publicada em 1965.

década de 80 à atualidade e os produzidos por Seabra (2006, 2007) e Isquierdo (1998, 2006) na área da Toponímia Brasileira.

Sob a coordenação do IBGE, foi realizado em agosto de 2006, no Rio de Janeiro, o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – ENPUISET. Nesse evento houve uma mesa redonda em que os expositores<sup>12</sup> discutiram a respeito da criação de um banco de dados com todos os nomes geográficos do Brasil e da América Latina, o *Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB*. Nesse projeto, o IBGE se propôs apresentar informações sobre os mais de 50 mil topônimos de municípios, rios, montanhas, baías que aparecem na Carta Internacional ao Milionésimo (CIM)<sup>13</sup> do Brasil.

Idealizado para finalizar em cinco anos, o IBGE havia sinalizado que até junho de 2007 o banco teria todos os topônimos previstos no CIM e assegurou ainda (cf. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>) que o BNGB<sup>14</sup> *servirá de modelo para um grande banco de topônimos da América Latina, em parceria com a Venezuela (Instituto Simon Bolívar) e o México (INEGI), e com financiamento do IPGH (Instituto Pan-americano de Geografia e História), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA).*

Além das contribuições do BNGB destacamos que a criação de Leis e Decretos para a normalização da Toponímia Brasileira, que tem seu marco principal em 1926, ano em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez uma conferência com o objetivo de fixar *normas* para a toponímia do nosso país. Iniciativa frutífera pois daí surgiram regras para a escrita de nomes indígenas, africanos e estrangeiros. Essas e outras tentativas ganharam força com a criação do IBGE que, em 02 de março de 1938, fez sancionar a Lei Geográfica ou Decreto-Lei 311. Esse Decreto, entre outras medidas, proibia a existência, no mesmo Estado, de mais de uma cidade ou vila com o mesmo nome. A partir de 31 de dezembro desse ano, todos os municípios tiveram cinco anos para se adequarem às novas regras toponímicas.

---

<sup>12</sup> Dentre os expositores da mesa tivemos: Cláudio João Barreto dos Santos – IBGE/ Diretoria de Geociências; Luis Abrahamo – Ministério de Administração Estatal; Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick – USP e Mário de Salles Villar – Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa.

<sup>13</sup> Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/>>. Acesso em: 20 jan 2009.

<sup>14</sup> Além do BNGB, temos notícias (Dick, 1987/8, 1997, 2007) do Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1: 1. 000.000, editado pelo IBGE em 1968, de autoria de N. Papavero.

Além dessas medidas legislativas, em 1941, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia aprovou resoluções que normatizavam a adoção de nomes estrangeiros. Em 1943, foi homologado o Decreto-Lei nº 5.901, de 21/10, que estabelecia mais regras, entre elas, as que deveriam evitar a duplicidade de topônimos assim como seu registro ortográfico. Não podemos deixar de lembrar que a criação do IBGE foi de suma importância para que essas leis fossem cumpridas e para que tivéssemos um órgão de referência, quando o assunto é assegurar-nos da veracidade dos dados toponímicos das Unidades Federativas Brasileiras.

Acrescentada às leis e decretos citados, temos o valioso trabalho de Nascentes (2003) que faz um passeio pela toponímia brasileira desde seu nascimento até a criação do DL 5.901. O estudioso apresenta as principais resoluções, normas ortográficas e regras que *deveriam* ser usadas para a tão esperada organização da Toponímia brasileira.

Com relação à Professora Dick, vale ressaltar que ela além de ser a autora do ATESP, do ATB (com variantes) e do Atlas das Cidades, é (foi) consultora do ATERPAR e do ATMS. Mas não é apenas e tão somente com esses trabalhos que ela se destaca, pois deste a década de 80 vem desenvolvendo pesquisas em Toponímia e muito já produziu nessa área, inclusive atrelando a seus estudos em Toponímia áreas como Dialetologia, Linguística, Etnolinguística, Terminologia, História e Geografia. A título de ilustração, apresentaremos, a seguir, uma síntese de algumas publicações suas.

Em Dick (2007a) *Atlas Toponímico do Brasil: teoria e prática II*, a pesquisadora divide o artigo em duas partes: uma mais teórica sobre a simbologia dos topônimos e sua classificação em categorias taxionômicas e outra mais prática, em que analisa alguns topônimos dos séculos XVI ao XVIII recolhidos pelo cientista August Saint-Hilaire, em suas viagens ao Sul e Sudeste do país. Segue a mesma linha de pesquisa, com o levantamento de designativos Tupis do século XVI documentados no *Vocabulário de Língua Brasília* – VLB<sup>15</sup> (1990b) e sua aplicação na toponímia atual.

Em *A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo)*, Dick (2007b) assevera que os conhecimentos da teoria Onomástica, o entendimento sobre os nomes próprios, suas funções antroponímicas e

---

<sup>15</sup> Segundo Dick (1982, p. 79), o VLB é obra de autor seiscentista anônimo e um dos mais valiosos documentos para o estudo do Tupi Antigo.

toponímicas, de natureza linguístico-lexical e semântica, podem se inscrever perfeitamente no campo da Terminologia ou da Socioterminologia. Já em *Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)* (2006), tece considerações de ordem teórica e prática sobre a Toponímia e a Onomástica ou, mais precisamente, sobre a Toponomástica (p. 103), isto é, ela enfoca o aspecto conceitual, a fundamentação teórica, a metodologia e as fontes de pesquisa da Toponímia.

Alguns hidrônimos e hidrotopônimos paulistas têm duas origens – uma indígena e uma portuguesa – segundo Dick (2004). Como exemplo, temos o atual Rio Tietê (rio verdadeiro) e sua outra denominação Anhembi (rio das aves anhumas), que desapareceu em detrimento do uso da primeira forma. Em Dick (1996; 1992a), temos trabalhos que versam sobre a Toponímia de São Paulo, mais especificamente sobre as implicações de ordem teórica, no que diz respeito à elaboração do ATESP. A pesquisadora prossegue esse mesmo raciocínio com o trabalho *Memória paulistana: os antropônimos quinhentistas na Vila de São Paulo do Carmo* (1992b), em que enfoca os antropônimos dos primeiros agrupamentos paulistas da vila Planalto, quando ainda era denominada de São Paulo do Campo.

Em *Aspectos de Etnolinguística – a Toponímia Carioca e Paulistana – contrastes e confrontos*, Dick (2003) fornece importantes informações para quem está trilhando os caminhos da Toponomástica brasileira, neste caso, da paulista e carioca. A autora mostra tanto os fundamentos teóricos quanto exemplos práticos que nos levam a conhecer características linguísticas, etnolinguísticas, antropológicas e históricas das localidades estudadas. Por outro lado, em Dick, *O português do Brasil no Período Colonial*, (2001) a pesquisadora nos mostra um trabalho mais detalhado sobre o ATESP que, por sua natureza, tem contribuído com dados para explicar algumas características do Português Colonial tanto no que tange aos topônimos de origem indígena (ex. Paraná: rio grande, semelhante ao mar) quanto aos de origem africana (ex. Cubatão). Outro importante trabalho que versa sobre os indigenismos e africanismos na Toponomástica brasileira é a *Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil*. Nessa pesquisa, Dick (1999/2000) afirma que os indigenismos e africanismos que mais se destacam na Toponímia brasileira se referem aos seguintes campos léxico-semânticos: (i) os indígenas – fitonímia, zoonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia, noonímia ou cultura

espiritual e os (ii) africanos – zoonímia, fitonímia, litoonímia, etnonímia, toponímia, hieronímia (no que se refere aos seus deuses e cultos).

Dick (1998a, 1994a) evidencia que projetamos no léxico virtual de uma língua a denominação de um objeto espacial ligado a ela – o topônimo – que, por sua vez, será aceito ou não dependendo de um conjunto de condutas, ou do(s) denominador(es), ou dos usuários da língua. Segue a mesma linha de raciocínio em *A Motivação Etno-toponímica. Perspectivas Sincrônicas e Diacrônicas* (1998b), que nos fala sobre o processo metonímico e motivador do aparecimento dos nomes geográficos que, muitas vezes, como marca ideológica, surgem como verbalização de idéias, pensamentos, sentimentos e simbolismo religioso de um grupo social ou de indivíduos isolados.

Em *O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas (um estudo de caso: a toponímia do Maranhão)*, Dick (1995) sintetiza os antropotopônimos e hagiopotônimos presentes na nomenclatura toponímica do Maranhão. Esses traços, tipicamente locais, segundo Dick (p. 64), distinguem o Estado de outros já pesquisados que integram o ATB. Há outro trabalho (1986) em que tece considerações sobre as categorias taxionômicas; neste caso, sobre a importância e a função motivadora dos litotopônimos na Toponímia brasileira. Saindo da Toponímia nordestina e indo para a do Sudeste, temos em Dick (1994b) a divulgação das contribuições da USP aos estudos toponímicos, informações que já fornecemos em parágrafos anteriores.

Por quais mudanças passou a Toponímia brasileira? Tal questionamento é respondido em Dick (1990a; 1988; 1986; 1982). Em *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, Dick (1990a) nos leva a conhecer detalhadamente não só as transformações da Toponímia brasileira e sua evolução fonética, mas os princípios teóricos e modelos taxionômicos que são amplamente utilizados pelos pesquisadores toponimistas atualmente. Em *Toponímia e imigração no Brasil*, Dick (1988) nos mostra a influência alemã e italiana na nomeação dos topônimos de alguns estados do sul do país. No que diz respeito aos dois últimos trabalhos – *A litotoponímia no Brasil* e *Origens históricas da Toponímia Brasileira. Os nomes transplantados* – Dick (1986; 1982, respectivamente) trata da análise da origem dos estudos toponímicos e suas atuais tendências no Brasil.

Ainda em âmbito acadêmico, além das publicações que já destacamos, citamos também as contribuições de Seabra (2006; 2007). Em *Estudos do Léxico* (2006), a pesquisadora

divulgar artigos produzidos por seus alunos da disciplina Lexicologia. Na referida obra encontramos cinco estudos sobre a Toponímia mineira; dentre eles, três são de orientação toponímica. Assim, no segundo capítulo da revista, Menezes (2006) examina a Toponímia de Pompéu, seus aspectos linguísticos, culturais e históricos; no terceiro, Soares (2006) apresenta a Toponímia de Dolores de Guanhanes e, no quarto, Vilaça e Zaidan (2006) tratam da Toponímia do município de Crucilândia. É também de autoria de Seabra (2007) o recorte do trabalho de pesquisa de doutoramento: *A formação e a fixação da língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*, em que ela, além de analisar os topônimos da Região do Carmo, em Minas Gerais, mostra como se deu a formação e a fixação da Língua Portuguesa nessa localidade .

No que tange à produção de teses, dissertações e artigos sobre a Toponímia brasileira, percebemos que nas IES de todo o país há pesquisas nessa área. Assim, além dos trabalhos que já foram comentados, apresentaremos, por regiões, uma síntese de alguns trabalhos produzidos nas IES ou fora delas.

Na região Sudeste, em São Paulo temos as contribuições de: Vieira (2001) que analisou a Microtoponímia do município de Socorro; Possebom (1996)<sup>16</sup>, com o estudo dos nomes das vias públicas da cidade de São Paulo, nomes esses formados por um título militar e um nome de pessoa; e Doro (2006) que resgata a memória da Vila Nova Savóia, por meio do estudo lexical de sua Microtoponímia<sup>17</sup>. No Rio de Janeiro, destacamos: Bragança Júnior (s/d), que demonstra como os sufixos -iba, -uba, -tiba e -tuba aparecem na Toponímia do Estado, e Hauila (1987)<sup>18</sup> que estuda os topônimos fluminenses partindo do primeiro momento de suas denominações para chegar aos fatos históricos, sociais e culturais que motivaram suas designações.

Sobre a Toponímia mineira, temos Alves (2008) com a análise da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens da comunidade de Barra Longa. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Amaral (2004) descreve a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades

---

<sup>16</sup> Informação obtida sob forma de resumo, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

<sup>17</sup> Estudo que se refere à Toponímia urbana, enquanto a Macrotoponímia se refere à Toponímia estadual, regional, nacional, entre outras.

<sup>18</sup> Informação obtida sob forma de resumo do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

mineiras: Campanha, Minas Novas e Paracatu. E, por fim, Isquierdo (1998) explica em que proporção a produtividade de determinados topônimos e/ou de processos de formação toponímica ultrapassam as fronteiras geográficas marcando áreas toponímicas distintas, neste caso, ela estuda as isoglossas entre Minas e Mato Grosso do Sul.

É também de autoria de Isquierdo (2006), o artigo que apresenta as designações toponímicas atribuídas a Laguna de los Xarayes (Mato Grosso do Sul) e Pantanal (Mato Grosso). Vale ressaltar que essa pesquisadora, segundo Aguilera (2006, p. 136), tem sido, desde 1996, uma das grandes incentivadoras dos estudos toponímicos na UFMS, local onde coordena o grupo de pesquisa do ATMS, projeto, que tem proporcionado a produção de muitas teses, dissertações e artigos sobre a Toponímia brasileira.

No Centro-Oeste, temos pesquisas nos três Estados: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No primeiro Estado mencionado, Andrade (2008a) descreve a influência de Saint-Hilarie, Pohl, Gardner e Castelnau (viajantes naturalistas estrangeiros) na toponímia da Província de Goiás. Já no Mato Grosso, Dias (2003) pesquisa a motivação toponímica dos 139 atuais municípios do Estado, e Carvalho (2005)<sup>19</sup> apresenta um estudo lexicográfico-toponímico dos 2.233 topônimos da Mesorregião Centro-Sul Mato-grossense, composta por 17 municípios.

Mato Grosso do Sul é o estado da região que mais tem trabalhos sobre Toponímia. No que se refere ao Bolsão sul-mato-grossense – BSM, destacamos: Dargel e Isquierdo (2005) que, ao priorizarem a análise dos estratos linguísticos presentes no processo designativo dos acidentes geográficos da localidade, demonstram que há uma forte predominância de topônimos de origem portuguesa lá. Seguindo a mesma linha de pesquisa, Dargel (2004) buscou a influência Tupi nos nomes de acidentes físico-geográficos do BSM; Castiglioni e Dargel (2003) estudaram os nomes das fazendas do município de Chapadão do Sul, localidade do BSM. Também sobre Chapadão do Sul temos: Londero e Dargel (2003) que mostram a importância dos cursos d'água no batismo de acidentes humanos nas propriedades rurais dos municípios dessa região, e Santos e Dargel (2003) com a descrição dos topônimos das vias públicas de Chapadão do Sul.

Trabalhos que abordam outras localidades do Mato Grosso do Sul são os de: Figueiredo (2007) que se centra no estudo dos topônimos rurais e urbanos de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque (municípios que tiveram sua história marcada pela

---

<sup>19</sup> Informação obtida sob forma de resumo, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Guerra do Paraguai); Maeda (2006) que busca a motivação toponímica das propriedades rurais do Pantanal Sul-mato-grossense; Gonsalves (2003) que priorizou o estudo dos nomes dos acidentes geográficos que integram três microrregiões do Estado: Baixo Pantanal, Aquidauana e Bodoquena; Pereira (2003) que descreve a motivação toponímica das vias públicas da cidade de Três Lagoas; Tenório e Dargel (2003) que apresentam um estudo dos numerotopônimos da cidade de Costa Rica; Tavares (2003) que cataloga, classifica e analisa os topônimos de natureza física e humana que nomeiam os 36 municípios das Microrregiões – Dourados, Iguatemi e Nova Andradina; Cassuci Tavares (2003) que discute os topônimos designativos dos acidentes físicos e humanos do município de Campo Grande; e Schneider (2001) que estabelece a relação entre língua e cultura no processo de nomeação de acidentes físicos do Pantanal sul-mato-grossense.

No que diz respeito à Região Norte, em Tocantins, Andrade (2008b e 2006) nos leva a conhecer a Toponímia indígena tocantinense. Já Cavalcante e Andrade (2008) nos mostram como se deu o processo de nomeação dos municípios tocantinenses que se formaram ao longo da Rodovia Belém-Brasília ou BR 153. Sobre a Toponímia de Roraima, Carneiro (2007) nos apresenta um interessante trabalho: o Atlas Toponímico da região indígena da Serra da Lua. Nessa pesquisa ele mapeia e descreve os topônimos que nomeiam a região dos campos do Nordeste do Estado, a Morada dos Wapixuna.

Sobre a Toponímia acreana, destacamos Sousa (2007a, b, c, d). Os dois primeiros trabalhos – *Atlas toponímico da Amazônia ocidental brasileira: um projeto em andamento* (2007a) e *Geografia Linguística: intersecções no estudo toponímico* (2007b) – nos dão notícias sobre a elaboração do ATAQB. Os outros trabalhos que seguem, *Estratos linguísticos de origem Tupi na microtoponímia acreana: contribuições para o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* (2007c) e *O sagrado na toponímia da Amazônia Ocidental brasileira: as colocações do Seringal Alagoas* (2007d) mostram o que já foi pesquisado no sentido de tornar o ATAQB real. Além das contribuições do ATAQB, temos outro pesquisador, Araújo Sousa (2008), que apresenta um estudo da Microtoponímia das ruas dos bairros Bahia e João Eduardo, em Rio Branco. Segundo o autor, o trabalho é uma contribuição ao programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA.

Sobre os estudos toponímicos do Sul do país, destacamos no Rio Grande do Sul, a pesquisa de Frosi (1998) que dá conta da origem e evolução das denominações de logradouros

dos municípios de Caxias do Sul, principal cidade da Região de Colonização Italiana. Já no Paraná, Albino (2004) compara os hidrotopônimos do Rio Iguaçu (do rio, seus afluentes e subafluentes) do século XIX com os atuais; Moreira (2006) faz um estudo dos nomes de acidentes físico-geográficos dos municípios paranaenses localizados no Caminho das Missões e na Estrada de Palmas (antigos Caminhos das Tropas); Zamariano (2006), por sua vez, numa linha mais sincrônica/diacrônica, prioriza a catalogação, a classificação taxionômica, a descrição e a análise dos nomes dos acidentes físico-geográficos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853; por fim, Francisquini (1998)<sup>20</sup> faz uma análise dos topônimos de 29 municípios da Microrregião de Paranavaí, no Noroeste do Estado.

Na região Nordeste, destacamos Ramos (s/d) na Bahia, com os dados preliminares relativos à Toponímia dos municípios da região oeste do Estado; e Matos (2000)<sup>21</sup>, com o resgate histórico, econômico, geográfico e linguístico a partir da Toponímia da Região do Irecê e do Recôncavo Sul Baiano; e Santos (1996), na Paraíba, com a descrição dos fitotopônimos paraibanos.

No que compete ao Maranhão, Vieira Filho (1971) e Melo (1990) fizeram um detalhado levantamento da Microtoponímia do Centro Histórico de São Luís. Esses pesquisadores, cada um a seu turno, apresentam um índice toponímico com os diversos nomes já dados às ruas, praças, becos, fontes, largos, portos, travessas, avenidas, parques, lagos, rampas e ladeiras da cidade.

Pelo visto, não foi somente aos estudiosos que a Toponímia urbana chamou atenção, afirmamos isso pautados na *Lei n. 2.151*, do Palácio de La Ravardiére (1975) que, entre outras providências, além de estabelecer as normas para a nomeação de bairros, vilas, povoados e logradouros públicos da Capital do Estado, cria a *Comissão Permanente de Toponímia do Município de São Luís*.

Fazendo um estudo preliminar dos 217 topônimos maranhenses, percebemos que essa lei municipal não se estendeu a todos os topônimos do Estado. Ela serve como referência somente à Microtoponímia da capital do Maranhão, São Luís.

Em se tratando do estudo dos nomes dos municípios, Pereira (2003) nos apresenta um estudo da Microtoponímia municipal de Arari, isto é, a pesquisadora busca a motivação

---

<sup>20</sup> Informação obtida sob forma de resumo, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

<sup>21</sup> Informação obtida sob forma de resumo, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

semântica do nome da cidade, das avenidas, das praças, das ruas, dos rios, dos lagos e dos igarapés. Já Ramos et al (2005) fez um estudo em que enfatiza a contribuição das línguas indígenas para a Toponímia do Maranhão.

Os estudos de Vieira Filho (1971), Melo (1990), Pereira (2003) e Ramos et al (2005) tornam evidente que no Maranhão há uma tendência somente ao estudo da Microtoponímia, mesmo em menor escala, considerando a realidade de outros Estados. Não constatamos, até o presente momento, nenhuma pesquisa em âmbito mais abrangente que se relacione com a Macrotoponímia, isto é, não encontramos, em âmbito acadêmico, governamental ou particular, quem descreva ou busque detidamente a motivação de todas as designações dos municípios, objetos de nosso estudo.

### 3 TOPONÍMIA: aspectos conceituais e classificatórios

#### 3.1 Nomeação: atividade humana

Desde a criação do mundo e de tudo que há nele, sempre houve a preocupação de nomear o que existe. Exemplo disso vemos no livro da Bíblia que conta sobre a criação do mundo e da história do povo hebreu, o Gênesis. No capítulo dois, versículo dezenove a vinte, temos que Deus, depois de formar todos os animais que existem, levou-os ao homem para ver como este os chamaria. Objetava Deus que todos os seres fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. Assim, o homem designou com nomes todos os seres que Deus lhe apresentou. Dessa forma,

estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre as outras, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque, pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público. (DICK, 1987, p. 97).

Ainda hoje o processo de dar nomes é o mesmo, pois tudo que surge vai sendo nomeado para poder ter existência comprovada. A respeito desse fato, Biderman (2001) afirma que o léxico está estritamente relacionado com o processo de nomeação e com a forma como concebemos ou entendemos a realidade. Em vista disso, o léxico de uma língua tem como função principal designar aquilo que conhecemos no/do universo, pois, *ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano.* (BIDERMAN, 2001, p.13).

Complementando as falas de Dick e de Biderman, Carvalhinhos (s/d) assegura que o conceito de nome vem do grego *onoma* e era empregado para designar os seres individuais, as atividades humanas e os objetos. Letelier (s/d, p. 02), por sua vez, afirma ser o vocábulo *nome* derivado de *nomen*, proveniente de *noscere*, conhecer. Considerando não só a significação do verbo *noscere*, mas também do adjetivo onomástico, Vasconcelos (1959) certifica que

*Onomástico* é originalmente, tirado do grego *ὀνομαστικός*, que deriva do tema de *ὀνομάζω* “chamar”, e significa “que serve para dar nome”; depois passou a significar “explicativo de nomes próprios”, relativo ao nome próprio de uma pessoa, e substantivamente “conjunto de nomes próprios”, “maneira de denominar” (...). Também há quem use substantivamente onomástica (...). (VASCONCELOS, 1959, p. 213).

### 3.2 Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica: definições

A prática do saber humano de dar nomes, de fazer conhecer os nomes dados, de conhecer pelos nomes é estudada pela Onomástica ou pela Onomatologia<sup>22</sup> que é definida, por Vasconcelos em 1887<sup>23</sup>, como sendo o ramo da Glotologia (palavra grega que significa estudo científico de uma língua) que se ocupa do estudo dos nomes próprios. Vale ressaltar que Vasconcelos entende por nome próprio não só o de batismo, registro ou crisma, mas o *nome completo* (1931, p. 04), ou seja, aquele que vem acompanhado de sobrenome e, às vezes, de apelido e alcunha. Dessa forma, o filólogo subdivide a ciência dos nomes próprios em três subáreas:

Antroponímia ou estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos; Toponímia, ou estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem assim de rios, montes, vales, etc., – isto é, os nomes geográficos e; vários nomes próprios, isto é que não estão contidos nas duas classes precedentes (...). (VASCONCELO, 1931, p. 03).

Para Lázaro Carreter (1990), a Onomástica é um ramo da Linguística que está dividido em duas partes: Toponímia ou Toponomástica e Antroponímia. Ele esclarece que a Toponímia ou Toponomástica é *ramo da Onomástica destinado ao estudo dos nomes de lugar* (p. 395)<sup>24</sup>.

Outro que se ocupa do estudo dos nomes próprios é Letelier (s/d). Ressalta ele que esse estudo pode ser feito tanto do ponto de vista filológico quanto jurídico. Para tanto, afirma que *chamamos onomástica o sistema jurídico de denominações que seguimos em cada país para designar as pessoas, seja por estabelecimento da lei ou do costume* (p. 03).<sup>25</sup> Já a Onomatologia, em âmbito mais abrangente, não é um sistema, mas *a ciência que estuda suas origens [a das denominações] etimológicas e as causas sociais de sua formação e de seu desenvolvimento*<sup>26</sup>.

Segundo Salazar-Quijada (1985<sup>27</sup>, p. 09 *apud* SCHNEIDER, 2001, p. 441),

<sup>22</sup> O vocábulo Glotologia é pouco usado, atualmente, em detrimento de Onomástica.

<sup>23</sup> Data da primeira formulação, em língua portuguesa, da definição de Onomatologia ou Onomástica, informação dada pelo próprio autor (1931, p. 03) que ressalta ter empregado a expressão pela primeira vez na primeira edição da Revista Lusitana em 1887.

<sup>24</sup> rama de la Onomástica destinada al estudio de los nombres de lugar. Lázaro Carreter (1990, p. 395).

<sup>25</sup> Se llama *onomástica* el sistema jurídico de denominaciones que se sigue en cada país para designar a las personas, sea que lo haya establecido la ley o la costumbre. (LETELIER, s/d, p. 03).

<sup>26</sup> la ciencia que estudia sus orígenes etimológicas y las causas sociales de su formación y su desenvolvimiento. (LETELIER, s/d, p. 03).

<sup>27</sup> SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. La Toponimia en Venezuela. Caracas: Universidad Central de Venezuela – Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

o mais antigo tesouro da linguística e de outras realidades que não prescreveram, encontra-se na toponímia. Os nomes de muitos acidentes geográficos, de todo o mundo provêm de épocas nas quais o homem não conhecia a escritura em nenhuma de suas formas. Estes nomes chegaram a nós por tradição oral.

Letelier destaca o caráter filológico e jurídico do estudo dos nomes; Salazar-Quijada, o etnolinguístico, e Lewandowsky (2000), por sua vez, salienta, em verbete de seu dicionário, tanto o caráter linguístico quanto o sincrônico e diacrônico, quando declara que a Onomástica vem do grego (*a parte do dar nomes*). *Estudo dos nomes. Conjunto ou sistema dos nomes ou nomes próprios como objeto de investigação linguística. Estudo (sincrônico ou diacrônico) dos nomes próprios (nomes de batismo, sobrenomes, patronimos, vocativos ou apelido)* (LEWANDOWSKY, 2000, p. 245)<sup>28</sup>. Vale ressaltar que, para este teórico, a Onomástica, como sistema, é objeto de investigação da Linguística e que a Toponímia, como disciplina, é parte da Lexicologia, como podemos evidenciar na definição abaixo.

Toponímia, (do grego lugar; lugar, parte de lugar, região). O conjunto de denominações de lugares geográficos de uma região (montes, planaltos, vales, desertos, mares, enseadas etc.). Estudo dos nomes de lugares, disciplina que forma parte da Lexicologia. (LEWANDOWSKY, 2000, p. 359)<sup>29</sup>.

Notemos que esse raciocínio não é adotado por Dubois (1993), para quem a classificação, tanto da Onomástica quanto da Toponímia, é inversa à apresentada pelo lexicólogo Lewandowsky.

Onomástica é o ramo da Lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios. Divide-se, às vezes, esse estudo em antroponímia (que diz respeito aos nomes próprios de pessoa) e toponímia (que diz respeito aos nomes de lugar). (p. 441). E, Toponímia é o ramo da Linguística que se ocupa da origem dos nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com línguas desaparecidas (...). (DUBOIS, 1993, p. 590).

Dick (2007, p. 144), por sua vez, ao se referir à Onomástica, apresenta-a como sendo mais do que um mero fator auxiliar das ações e da vivência individual e coletiva, *é indício de rumos tomados pelos falantes ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população*. No que tange à Toponímia, Dick (2007, p. 143) a situa como sendo um evento fenomenológico de múltiplas

<sup>28</sup> (el corte de dar nombres). Estudio de los nombres. Conjunto o sistema de los nombres o nombres propios como objeto de investigación linguística. Estudio (sincrónico o diacrónico) de los nombres propios (nombres de pila, apellidos, patronímicos, apelativos o motes). (LEWANDOWSKY, 2000, p. 245).

<sup>29</sup> Toponímia (del griego lugar; puesto, sitio, región) El conjunto de denominaciones de lugares geográficos de una región (montes, mesetas, valles, desiertos, mares, enseadas, etc.). estudio de los nombres de lugares, disciplina que forma parte de la Lexicologia. (LEWANDOWSKY, 2000, p. 359).

formas (ex: as taxes explicativas) e sistemas (ex: Sistema Toponímico Taxionômico). A pesquisadora acrescenta ainda que

em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como fato do sistema das línguas humanas. Tanto é assim que Ullmann já salientara haver o estudo dos nomes próprios se firmado recentemente, em uma quase autonomia da Linguística, vinculado a uma ciência maior, denominada Onomástica. (DICK, 1990, p. 36).

É com esse raciocínio que Dick (2006, p. 99) explica que a Onomástica atual assume um caráter descritivo, o que implica dizer que ela não afeta o conteúdo semântico, o etimológico ou mesmo o ideológico com suas ações, nem o aspecto histórico que lhe é subjacente.

Nieto Ballester (1997) não vincula a Toponímia a nenhuma área específica, destacando somente que ela é uma disciplina científica que vem do grego *topos*, lugar, *onoma*, nome. Segundo ele, a Toponímia pode ser definida como

o estudo da origem e significação dos nomes próprios de lugar, quer se trate de nomes próprios de núcleos de povoações (cidades, vilas, aldeias, etc.), quer de nomes de regiões, de montes, de lagos, de mares, etc. Como tal disciplina científica é, por sua vez, uma parte dos estudos mais gerais da onomástica, disciplina que pode ser definida, *lato sensu*, como o estudo da origem e significação dos nomes próprios, sejam estes antropônimos (...), topônimos, etnônimos (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11)<sup>30</sup>.

Outra grande contribuição do estudioso acima citado diz respeito à valorização de elementos extralinguísticos para o estudo e a compreensão da Toponomástica, principalmente quando se trata de buscar a motivação etimológica do toponímico. Nesse caso, Nieto Ballester (2007, p.12-13) esclarece que

(...) o estudo toponomástico é uma investigação mais linguística, porém, combinada frequentemente com parcelas extralinguísticas (...). Contudo, ainda reconhecendo de antemão esta natureza essencialmente linguística dos estudos toponomásticos, convém sinalizar que frente ao estudo etimológico *clássico* seu objeto de estudo (...), que possui características próprias, faz com que a toponomástica, como ciência linguística, enfrente algumas dificuldades especiais (...)<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> el estudio del origen y significación de los nombres propios de lugar, ya se trate de nombres propios de núcleos de población (ciudades, villas, aldeas, etc.) nombres de regiones, de montes, de lagos, de mares, etc. Como tal disciplina científica es, a su vez, una parte de los estudios generales de onomástica, disciplina ésta que puede ser definida más en general como el estudio del origen y significación de los nombres propios, ya sean éstos antropónimos (...), topónimos, etnônimos (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11).

<sup>31</sup> (...) el estudio toponomástico es una investigación lingüística más, pero combinada a menudo con parcelas extralingüísticas (...). Con todo, aun reconociendo de antemano esta naturaleza esencialmente lingüística de los estudios toponomásticos, conviene señalar que frente al estudio etimológico *clásico* su objeto de estudio (...), que posee características propias, hace también que la toponomástica, como ciencia lingüística, se enfrente a unas dificultades especiales (...). (NIETO BALLESTER, 2007, p. 12-13).

Dick, por sua vez, acrescenta ainda que o *onoma* é definido nas ciências onomasiológicas não só pelas características já conhecidas, mas também porque incorpora, além de marcas fonéticas, traços causais, referenciais ou contextuais (informação já abordada, sob outra óptica por Nieto Ballester). Diante desse fato, a pesquisadora confirma que podemos dispensar um duplo tratamento ao *onoma*: *tanto no plano interno (intra-código ou intra-disciplinar) ou no externo (inter-código ou inter-disciplinar)*. (DICK, 2002a, p. 676). No primeiro plano, podemos compreender que trata da estrutura modeladora, das formas primitivas ou as dependentes, dos radicais e afixos, dos qualificadores e semas que formam o *onoma*. No segundo, ponto de vista externo ou do contexto extraverbal, temos o cruzamento de diferentes ciências, as quais permitem ampliar o campo conceitual da Toponímia, tornando-a aberta e ressaltando seu caráter dinâmico, ao estudar o mesmo corpo teórico: o nome de lugares.

Rostaing (1948, p. 05) afirma que a Toponímia se propôs a estudar o significado e a origem dos nomes de lugares, assim como suas transformações. Explica o estudioso francês que a ciência toponímica encontrou na França um campo de atividade extenso porque o país foi palco de encontro de várias etnias determinando com precisão a qual setor da população pertenciam os topônimos, e por consequência qual é o aporte de cada um dos povos que ocuparam o território, este, segundo o pesquisador, é o objetivo da Toponímia.

Finalmente, não podemos deixar de sinalizar que, por meio do estudo da Toponímia, não investigamos somente a significação dos nomes de lugares, uma vez que a Toponímia *não é só a história dos nomes próprios mais usuais em um idioma, pois contém, além disso, um singular interesse como documento das línguas primitivas, às vezes os únicos restos que de algumas delas nos remanescem* (MENENDEZ PIDAL, 1952, p. 05)<sup>32</sup>.

Assim, por centrar-se também na valorização dos aspectos etnológicos, linguísticos e históricos, podemos ampliar ainda mais a definição da Toponímia seguindo os preceitos de Dick (1990, p. 19), para quem o estudo da Toponímia é importante não só por esclarecer sobre a história dos nomes de lugares presentes em qualquer espaço físico, mas por refletir *de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe*, o que significa reconhecer o papel desenvolvido pela Toponímia no ordenamento dos fatos

---

<sup>32</sup> no es sólo la historia de los nombres propios más usuales en un idioma, pues encierra, además, un singular interés como documento de las lenguas primitivas, a veces los únicos restos que de ellas nos quedan. (MENENDEZ PIDAL, 1952, p.05).

cognitivos. Isso acontece porque, no estudo da Toponímia, vamos além da simples nomeação: podemos resgatar tanto o passado, já perdido na memória, quanto o presente, atuante no registro dos Topônimos.

Percebemos, de tudo que foi dito até agora, não haver um consenso dos estudiosos a respeito da vinculação da Onomástica e da Toponímia a uma área específica. Mesmo assim, de modo geral, todos concordam que a Onomástica e a Toponímia são, respectivamente, a ciência que trata do estudo dos nomes próprios e a parte dela que trata dos nomes de lugares ou nomes geográficos ou, ainda, mais precisamente, dos topônimos. Neste trabalho, adotamos as posições que relacionam a Toponímia com a Lexicologia, por entendermos ser o topônimo uma unidade do léxico que possui conteúdo semântico e referencial.

### 3.3 Onomástica e Toponímia ou Toponomástica: interdisciplinaridade

As orientações e as perspectivas atuais da Toponomástica revelam seu carácter interdisciplinar, isso porque, como corpo teórico, pode considerar várias possibilidades de abordagem do seu objeto de estudo. Assim, dependendo da formação e dos objetivos do pesquisador e da pesquisa a ser empreendida, a tessitura dos estudos toponomásticos pode voltar-se para várias ciências e disciplinas correlatas, como a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia Social, a Biologia, a Arqueologia, a Linguística. No que se refere às áreas relacionadas diretamente com a Linguística, destacamos a Terminologia, a Dialectologia, a Lexicologia, a Semântica Toponímica ou a Onomástica Semântica, e subáreas como a Etnotoponímia e a Etnotoponímia Comparada.

Para essa característica interdisciplinar da Onomástica e da Toponímia, Carvalhinhos (2004, p. 275) nos apresenta o termo *Ciência Carrefour* que significa intercruzamento de várias disciplinas. Dick (1987), por sua vez, comenta que, nos diferentes sistemas em que os topônimos são incluídos como instrumentos de pesquisa

Verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, antes se definiam apenas como linguística, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1987, p. 97).

Sabemos que qualquer espaço (terrestre), a partir do instante em que reflete alguma significância para o Homem, é nomeado, no entanto; muitas vezes, a designação não é

registrada, datada ou já se perdeu na memória; mesmo assim, a identificação de um lugar assume aspectos diferenciados para uma comunidade. Esses aspectos estão relacionados, preferencial, com os jogos de poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos que podem ser estudados tanto pela Toponímia quanto pela Geografia.

Na Geografia, há uma discussão sobre qual nomenclatura deve ser usada para nomes de lugares – topônimo ou geônimo. Diante disso, esclarece Houaiss (1999<sup>33</sup>, *apud* Menezes et al., 2006, p. 195) que *a noção de topônimo strictu sensu, nome de lugar, deve nesse contexto ser ampliada, razão por que (...), preferimos o neologismo geônimo, “nome próprio de qualquer acidente gráfico, físico ou político”* (grifo original). Essa definição é compartilhada e ampliada por Menezes et al. (2006, p. 195) que afirma ser a Geonímia entendida como a ciência do estudo dos nomes próprios de lugares e acidentes geográficos (respectivamente, Toponímia e topônimos). Entretanto, esses pesquisadores, para seus estudos, adotam os termos Geonímia e geônimo por considerarem que a perspectiva geográfica diante do *geo* (terra) é mais abrangente que diante do *topos* (lugar). Dessa forma,

o termo geônimo (...) fica então conceituado como: os nomes geográficos identificadores de quaisquer feições geográficas naturais ou antrópicas, recorrentes sobre a superfície terrestre e passíveis de serem georreferenciadas. (...) Deve porém ficar bem esclarecido que essa escolha não passa a ignorar a importância fundamental do termo Toponímia e seus associados, já consagrada (...) desde o século XIX com August Longnon, na França (...). (MENEZES et al., 2006, p. 195).

Ainda sobre a interrelação da Toponímia e da Geografia, Dick (2007b, p. 463) salienta que no início dos estudos toponímicos era usado o vocabulário terminológico-geográfico, com ênfase na referencialização do acidente físico. Segundo a pesquisadora, essa perspectiva ainda é usada, constituindo o que chama de *toponimização* do fator geográfico, ou seja, há a utilização do designativo do acidente (rio, lago, morro) em função denominativa, como se fosse um nome, dispensando assim o uso de expressões substitutivas ou próprias que muitas vezes não têm a carga semântica pretendida. A toponimização teria então uma relação direta com o caráter icônico do signo toponímico.

Como adendo à premissa acima, sobre Topônimo e geônimo, Dick ressalta ainda que, *se anteriormente, pela sua etimologia, a Toponímia estudava o lugar*, [sob o ponto de vista geográfico], pela sua visão, propõe que *passa a estudar não apenas o lugar, mas,*

<sup>33</sup> HOUAISS, Antonio – Notas do prefácio-estudo de Antonio Houaiss ao livro Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi (autor, Antonio Geraldo da Cunha). Melhoramentos. São Paulo. Editora UNB. Brasília, 1999.

*conjuntamente, o espaço e o nome do espaço.* (DICK, 2006, p. 96) (grifos originais). Deduzimos daí que a Toponímia se desenvolveu a partir de uma nomenclatura geográfica, pois geográfico era seu objeto de estudo, o *topos* (lugar), que ganhou uma roupagem de significância maior, isto é, um aspecto intersemiótico que perpassa o signo toponímico.

Nieto Ballester (1997) afirma que algumas das características fundamentais dos estudos onomásticos se referem ao caráter linguístico, pois o pesquisador precisa ter conhecimento, entre outras áreas do conhecimento, de Fonética histórica, Lexicologia, Morfologia, Dialetologia e de uma ou mais línguas, em função do idioma estudado, pois

esta natureza linguística, contudo, não impede que sejamos bem conscientes da área em comum que a toponímia compartilha com outros estudos humanísticos. É importante dizer que detalhes da história do lugar, de sua econômica, da flora e agricultura são absolutamente imprescindíveis em nosso estudo. A toponímia, pois, precisa dos conhecimentos de todos estes campos de estudo e, por sua vez, proporciona dados de considerado valor a todos eles. (NIETO BALLESTER, 1997, p. 12)<sup>34</sup>.

Braga (2008) faz um estudo em que analisa e lista as relações que existem entre a Onomástica e a Terminologia. Para a pesquisadora, as duas ciências se interrelacionam porque um nome de lugar pode se tornar um termo e um termo pode se converter em um nome de lugar. Para este último caso, citemos o topônimo maranhense Rosário que foi originado do termo da liturgia católica, rosário. Isso só é possível porque

a Terminologia lida com conceitos, que fazem referência ao saber específico de uma área, enquanto a Onomástica lida com elementos mais culturais do que tecnológicos, com valores humanos, procurando demonstrar quais as influências sofridas para que certo nome fosse preferido ao invés de outro. (BRAGA, 2008, p.09).

Outra pesquisadora que aborda o caráter interdisciplinar entre a Terminologia e a Onomástica é Dick. Para ela, o entendimento dos nomes próprios e de suas funções toponímicas pode incluir-se perfeitamente no plano da Terminologia ou da Socioterminologia. A pesquisadora, nessa perspectiva, considera a Onomástica como uma disciplina que serve tanto para a organização conceitual de um conhecimento quanto como procedimento etnográfico, já que o pesquisador pode se envolver com o material de campo e interagir com a comunidade de falantes em que está inserido seu objeto de estudo. Dick (2007b, p. 468) entende, dessa forma,

---

<sup>34</sup> esta naturaleza linguística, con todo, no obsta para que seamos bien conscientes del territorio en común que la toponimia comparte con otros estudios humanísticos. Huelga decir que detalles de historia del lugar, de su economía, de flora y agricultura son absolutamente imprescindibles en nuestros estudios. La toponimia, pues, necesita de los conocimientos de todos estos campos de estudio y a su vez proporciona datos de considerable valor a todos ellos. (NIETO BALLESTER, 1997, p. 12).

que os topônimos e os antropônimos são como *unidades terminológicas*, com função significativa necessária ao entendimento daquilo que foi enunciado.

No que tange à relação existente entre a Toponímia e a Dialetoлогия, Aguilera (2006) atesta que, apesar de em um passado não muito distante, essas duas disciplinas não manterem contato, atualmente, no Brasil, graças ao interesse dos estudiosos por essas áreas, elas estão caminhando paralelamente. Aguilera assegura ainda que tanto a Dialetoлогия quanto a Toponímia trabalham com o mesmo objeto, o *topos*, mas isso sob perspectivas diferentes, uma vez que a Dialetoлогия se ocupa da variação linguística diatópica, ou seja, o *topos, ponto de partida para o registro e para a análise dos dados* (p. 129), e a Toponímia se ocupa das designações do *topos*, isto é, os nomes de lugares, quer sejam os atuais quer sejam os anteriores, adotando uma postura sincrônica e/ou diacrônica.

Na Onomástica, o topônimo não se encerra em si no ato da denominação. Dick (2001) assegura que, como signo linguístico, o topônimo *atinge outras dimensões culturais, voltadas aos aspectos etno e sociolinguísticos. Com isso entramos também no campo da Dialetoлогия, das variações de uso da língua dominante em determinados períodos de sua história interna e externa (...)*. (DICK, 2001, p. 01).

Ainda sobre as relações que existem entre a Toponímia e a Lexicologia, Carvalhinhos (2007, p. 28) afirma que,

como parte da Onomástica, pode-se dizer que a Toponímia pertence a um determinado universo de discurso, estando sujeita a suas leis, pois o nome de lugar é um signo de língua comum em função toponímica. Contudo, a partir do momento que este topônimo se fixa (ou se oficializa), cristaliza-se, guardando em seu interior os semas e os morfemas que caracterizam a língua no ato da denominação.

Como podemos perceber, o caráter significativo das formas linguísticas, quando em aplicação toponomástica, não pode ser estudado considerando apenas um ângulo estrutural dos constituintes. Surge daí um ramo de conhecimento que Dick (1998b, s/p) rotula como Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica. Acerca desses termos, afirma a pesquisadora que,

em relação ao Brasil, como um todo, o estudo da Toponímia é formalizado em seu aspecto geral ou conceitual (...) ou em seus objetivos específicos, relativamente à apreensão/compreensão do significado dos nomes. Defini esse dado, segundo meu entendimento, como Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica, esta mais geral que aquela, mas ambas pertinentes aos seus objetivos.

Outro aspecto que ressaltamos a respeito da Toponomástica é a relação que há entre os membros de um povo e o ambiente físico em que vivem. Essa relação é conhecida como Etnotoponímia, que é definida por Couto (2007, p. 250) como sendo o estudo da maneira como determinada comunidade se relaciona com seu meio físico. Ele explica que por Etnotoponímia deve ser entendido o mesmo que tradicionalmente entendemos por Toponímia, mas abre uma ressalva, *com a restrição de que se trata de topônimos de comunidades indígenas, “caboclas”, “mestiças”, em suma, pequenas comunidades tradicionais em geral* (grifos originais).

Sobre a motivação etnotoponímica do topônimo, Dick (1998b, s/p) observa que, pela prática, o pesquisador deve ser capaz de delimitar o que é e o que não é próprio da localidade que está sendo estudada, isso porque os nomes de lugares são *marcas ideológicas, frutos de um pensamento particularizante de indivíduos isolados ou de um grupo social interagindo na comunidade a que pertencem, recobrem tipicidades individuais ou regionais*. Portanto, ao isolar um topônimo para estudo, temos que considerar os fatores sociais diversos que levaram à nomeação da comunidade, pois ao designar um lugar com este ou aquele nome, o denominador tinha um objetivo específico, pensado e trabalhado intelectualmente, que não deve ser desconsiderado.

Como uma subárea da Etnotoponímia, Dick (2002/2003) nos apresenta a Etnotoponímia Comparada. Para a autora, o estudo de um topônimo traz implicações de diversas ordens porque nem sempre a significação de uma designação está ligada diretamente a uma só localidade, por isso temos que considerar não só o local em que se insere o topônimo, mas seu entorno, seu meio próximo, vizinho ou mesmo suas fronteiras, mesmo sabendo que *fronteiras políticas nem sempre se circunscrevem às fronteiras linguísticas* (p. 180).

A Etnotoponímia Comparada ou Toponímia Genética (Dick, 1996, p. 27) é descrita, então, por Dick (2002/2003), como uma abordagem de índole contrastiva dos estudos Onomásticos, uma vez que está projetada para as diferenças físico-culturais do sistema onomástico de duas regiões, pois há pontos em que coincidem e se diferem os topônimos presentes em duas localidades. Nesse caso, a Etnotoponímia Comparada busca as causas motivadoras das distinções, os estímulos e as reações sócio-culturais, os aspectos ambientais e antropoculturais que se relacionam diretamente ao topônimo. Assim, diante dos dados coletados, o pesquisador compara-os para ver onde eles convergem ou divergem e como isso influencia ou influenciou as comunidades envolvidas com a denominação dada ao local.

Trabalhando com a Toponímia, percebemos que esta é uma disciplina aberta, dinâmica e de extrema significação, isso se dá porque ela revela fatos históricos, geográficos, linguísticos, culturais de um grupo social. Em síntese, esse caráter interdisciplinar da Toponomástica revela não só os traços semânticos vistos pelo denominador no ato da nomeação, mas também, e principalmente, elementos culturais, valores e crenças de um povo. Portanto, temos que nos voltar para todos os aspectos das ciências e disciplinas complementares de que dispõe a Toponímia para chegarmos a uma efetiva caracterização do topônimo.

### 3.4 O topônimo

#### 3.4.1 Importância

Sabemos que os nomes de lugares não podem ser vistos apenas como um individualizador e identificador das características de uma localidade ou como um delimitador espacial, isso acontece porque há uma relação estreita entre os fatores linguísticos e os sócio-culturais. Nesse sentido, os topônimos, como parte da língua de um povo, de sua documentação lexical (substratos, superstrato e adstratos)<sup>35</sup>, espelham seus interesses, seus valores, sua realidade, estabelecendo assim uma relação fundamental entre a língua e a cultura dessa comunidade. Nesse caso,

(...) os topônimos se apresentam (...) como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. (DICK, 1990 p. 21-22).

Os nomes dos *topos* também são importantes porque neles são registradas ocorrências históricas, sociais e linguísticas de um povo. Dessa forma, Câmara Júnior (1986, p. 232-233) salienta que os *topônimos são muito importantes na história de qualquer língua como testemunhos das línguas sucessivas que vigoraram no país*. Compartilhando dessa premissa, Dick (1988, p. 84) acrescenta que o topônimo é capaz de prenunciar o fenômeno social em sua totalidade, *as frases, o uso, o costume, a tradição, a conformação geral da comunidade*

<sup>35</sup>) Substrato são línguas naturais de várias regiões e/ou países que sofreram influência de outra(s) língua(s), que geralmente são imposta(s). Superstrato é a língua do povo conquistador que é abandonada e substituída pela do povo conquistado. Já adstrato é, segundo Houaiss (2001), a língua que, em virtude de fatores políticos e/ou econômicos, influencia outra(s) língua(s).

*enquanto agrupamento humano*. Por isso, as várias manifestações da língua poderão manter-se vivas na Toponímia local já que, às vezes, o topônimo é o único registro das marcas do acidente físico ou das circunstâncias que motivaram seu batismo.

Não são somente Dick e Câmara Júnior que salientam o caráter documental do topônimo. Ramos (2008, s/p.) assegura que os nomes de lugar são testemunhos expressivos do passado pois, como fenômenos históricos, se originam em um determinado tempo e em uma determinada etapa do desenvolvimento da língua de um povo. Por isso, *muitos topônimos difundem acontecimentos históricos como as migrações de povos, as guerras de conquista e, em geral, qualquer tipo de contato inter-ético; portanto, são parte de nosso patrimônio cultural, e sua abordagem se fará a partir dos pontos de vista da história, da antropologia social, da linguística antropológica e da geografia*. Portanto, não fazemos investigação documental, a partir do topônimo, sem antes considerar sua peculiar característica – a interdisciplinaridade.

Mesmo que seja um fato da linguagem e que tenha forma e função semelhantes às das demais lexias de uma língua, em sua abordagem geral, o topônimo se distancia gradativamente do vocabulo comum, pois o que o torna especial, neste caso, de acordo com Dick (1990b, p. 95), *é a aplicação ou o uso que se faz desse signo da língua nas disciplinas onomasiológicas, fazendo com que se possa incluí-lo, semanticamente, em compartimentações distintas, nas taxonomias toponímicas*.

Além dessa característica interna do topônimo, que o vincula a uma pesquisa linguística e etimológica, temos também suas características externas ou semânticas. No que diz respeito a essa propriedade toponímica, Dick (1990, p. 38) afirma que o nome de lugar é duplamente marcado, isto quer dizer que há a motivação lexical, a da própria palavra ou palavras e a motivação dada pelo denominar ou denominadores; dessa forma, o duplo aspecto da denominação toponímica transparecerá *primeiro na intencionalidade que anima o denominador (...) e, a seguir, na própria origem semântica da denominação*. (DICK, 1990, p. 39). Em suma, mesmo que não se tenha originado com tal, temos um signo da língua que se cristalizou e se converteu em um topônimo.

### 3.4.2 Origem

Sendo parte da língua, então como se originam os topônimos? Para Nieto Ballester (1997, p. 11), os topônimos têm duas origens: ou vieram de nomes próprios de pessoas

(antropônimos) ou vieram de nomes comuns, que, com o passar do tempo, deixaram de ser entendidos como tais. *Esses nomes comuns se referiram sempre (seguem se referindo e se referirão) a fatores concretos que podem servir à identificação de um lugar determinado (...)*<sup>36</sup>.

Para o filólogo Vasconcelos (1931, p. 149-150), as causas que podem influenciar no aparecimento de um topônimo são muito variadas. Dessa forma, os nomes de lugar podem ser motivados pela configuração do terreno, de rochas, da flora, da fauna, de construções civis e religiosas, da história, da indústria de instituições sociais, do lume, da milícia, da agricultura, de nomes próprios de pessoas e/ou alcunhas, de povoações e/ou arredores, da religião e congêneres.

Outro estudioso que aborda a questão do aparecimento da motivação dos nomes de lugares é Piel (1945). Em sua obra, ele faz um interessante levantamento de lexias que podem originar hidrotopônimos. Os vocábulos que descreve são: água, borba, lama, brejo, tola, atoleiro, pijeiro, tolhadoiro, tornadoiro e derivações; canal, calha, couce, levada, rego e derivados, paul, tremedal, tenteiro, moledo, alverca, charco/a, lavajo, poça, sapal, sapinho, marnel, margalho, pego, fonte e derivados; *caput aquae* (cabeça d'água), mãe d'água, olho d'água, olheiro, nascer (verbo nascer), banho, caldas, alfama (sinônimo árabe de banho), rio e derivados; os prefixos hidronímicos árabes equivalentes a rio Guad-, ode-, Sala-, ur- (prefixo que se refere à água), ranha, rápido, *cata racta* (latim peninsular que significa queda d'água), cachão, cachoeira, foz, estreito, porto, cabedelo, riba/ripa, ribeira, ribeirão, lago, lagoa, albufeira (sinônimo árabe de lagoa), insula/insua, poço e variações; arroio e corgo (córrego).

Como dissemos anteriormente, a partir do topônimo podemos conhecer não só as línguas naturais de várias regiões e/ou países que sofreram influência de outra(s) língua(s), que lhe(s) foi imposta(s) (substratos), como também a língua do povo conquistador que é abandonada e substituída pela do povo conquistado (superstrato) e aquela que, em virtude de fatores políticos e/ou econômicos, influencia outra(s) língua(s) (adstrato).

No que se refere à influência dos celtas na toponímia portuguesa e, conseqüentemente, na brasileira, Freire (1999, p. 269-270) mostra a generalização dos topônimos de raiz céltica em dois grupos de elementos: (i) de prefixos célticos tradicionais: Ard-, Abr-, Av-, And-, Arg-, Bret-/Brit-, Brig-, Cad-, Cal-, Camb-, Cant-, Carn-, Cat-, Cor-,

<sup>36</sup> Esos nombres comunes se han referido siempre (se siguen refiriendo y se referirán) a factores concretos que pueden servir para la identificación de un lugar determinado (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11).

Mag-, Min-, Mog-, Mor-, Pen(n)-, Seg-, Tam-, Ux- e (ii) de sufixos célticos tradicionais: -abr, -aval, -brit-, -briga, -bonna, -cor, -drag, -drog, -dun, -gal, -megna, -rand, -xide/-chede. A partir desses afixos célticos, questionamos: seriam os topônimos maranhenses *Cantanhede* e *Penalva* de origem céltica? A análise dos topônimos, provavelmente, nos dirá algo sobre esse questionamento.

Outro importante trabalho que pode contribuir consideravelmente para que entendamos os substratos, os superstratos e os adstratos toponímicos no Brasil/Maranhão é a *Toponímia Brasília*. Nessa obra, Cardoso (1961) tece algumas considerações fundamentais sobre a bibliografia que havia na época sobre a Toponímia Brasília; fala sobre a importância dos estudos toponímicos; mostra algumas suposições linguísticas sobre a Toponímia, apresentando-a como fator auxiliar dos estudos etimológicos brasílicos; descreve aquilo que chama de Tupimania brasílica<sup>37</sup>; detalha a Toponímia histórica da Amazônia; comenta sobre a Toponímia brasílica e seus cultores; discorre sobre os demarcadores das terras brasileiras (sertanistas e fronteiros) e, por último, nos apresentar um glossário com étimos caribes, aruacos e bororos (parte que mais nos interessa).

Sob outra óptica, podemos dizer ainda que os topônimos surgem, por exemplo, como codificação de idéias, pensamentos, sentimentos, simbolismo religioso que nem sempre são traduzidos na sua formulação, mas, de qualquer modo, os topônimos, *em suas marcas ideológicas, fruto de um pensamento particularizante, de indivíduos isolados ou de um grupo social interagindo com a comunidade a que pertencem, recobrem tipicidades individuais ou regionais*, (DICK, 1998b, s/p.), caracterizando, assim, o falar local, a variedade linguística da comunidade à qual estão vinculados.

### 3.4.3 Fenômenos linguísticos ocorrentes nos topônimos

Como é um fato da língua, o topônimo está subordinado às mesmas regras que regem seu léxico. Dessa forma, os nomes de lugares estão sujeitos a fenômenos linguísticos que atingem todas as palavras da língua. Como exemplo desse fato, temos (i) a cristalização ou fossilização; (ii) o esvaziamento semântico; (iii) a ressemantização toponímica e a (iv) transformação de substantivos comuns e de adjetivos em arquétipos toponímicos.

<sup>37</sup> Segundo Cardoso (1961, p. 197), Tupimania Brasília era a mania de alguns estudiosos de explicar todas as denominações indígenas como sendo de origem Tupi.

No momento de sua institucionalização, um topônimo, como signo da língua, mantém integrados todos os elementos que constituem sua estrutura e seu significado, tornando-se um signo cristalizado ou fossilizado. A esse respeito, Dick (1990, p. 42) assegura que o termo *fóssil linguístico*, atribuído ao signo linguístico, foi proposto em 1925 pelo geógrafo Jean Brunhes, para quem o topônimo era um documento ou um fóssil que guardava em si elementos já desaparecidos. Essa idéia vai nortear amplamente os trabalhos de Dick, que diz serem os topônimos *verdadeiros testemunhos históricos* (DICK, 1990, p. 21), idéia que já era defendida por Câmara Júnior em 1986 e que perpassa também os estudos de Carvalhinhos e Ramos (2008).

Como percebemos, diacronicamente, o topônimo pode perder seu significado original, distanciando-se do motivo da sua adoção. Acerca desse assunto, Ramos (2008, s/p.), ao comentar sobre o caráter linguístico do signo toponímico, afirma que *sua manutenção, a despeito do desaparecimento de sua motivação semântica, faz dele um fóssil linguístico, uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano (pré) existente*. Como reiteração à premissa defendida por Ramos, acrescentamos que o caráter documental do topônimo, no que concerne à sua característica como fóssil, se dá porque

(...) o nome de lugar vai conservar exatamente os mesmos elementos linguísticos do tempo de sua estabilização: não haverá, por exemplo, mudanças morfológicas. Semanticamente, poderá haver esvaziamento, e mesmo que haja adaptações fonológicas de acordo com a passagem do tempo, traços fonéticos podem permanecer intactos no topônimo. (Carvalhinhos et al., 2007, s/p.).

Com base na afirmação de Carvalhinhos, observamos que outro fenômeno linguístico pode acometer o topônimo – o esvaziamento semântico, isto é, a perda do sentido original que tinha o nome do lugar, levando-o a ficar completa ou parcialmente opaco. Isso se dá *seja porque sufixos latinos que lhes foram agregados não mais se usam em português (...)* *porque sua acomodação na toponímia criou uma similaridade a outros sufixos, conduzindo a falsas interpretações*. Esses outros sufixos (e/ou prefixo) que a pesquisadora cita seriam também os de origem indígena que, por desconhecimento, acabam não sendo ou sendo mal-interpretados etimologicamente quando buscamos analisar a motivação toponímica no momento da nomeação.

Reiteramos o que foi dito no parágrafo acima acrescentando que, *por detrás dessa ação de nomear, existe, é certo, intenções bem delineadas mas que se tornam menos claras*

*considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo desuso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico.* (DICK, 2006, p. 99).

Pode, contudo, ocorrer um fenômeno contrário: o topônimo pode adquirir novos sentidos, ressemantizando-se. Nesse caso, temos o fenômeno da ressemantização toponímica que nada mais é do que a assunção, pelo topônimo, de um outro significado, para um mesmo significante (cf. Carvalhinhos, 2007, p.28).

Outro fenômeno muito frequente a que está sujeito o topônimo é a transformação de nomes em arquétipos toponímicos. Arquétipos toponímicos são formados por substantivos comuns (rio, lago, morro, colina, lago, sítio) que funcionam como estruturas motivadas, ou seja, são formas descritivas que carregam em si a significância do topônimo que nomeiam. Para Dick (1987, p. 99), os arquétipos toponímicos são *expressões padrões que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização do acidente geográfico. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam (...) o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante.* Como exemplo desse fenômeno, temos, na toponímia maranhense, Barreirinhas, Brejo, Chapadinha, Colinas, Fortaleza (dos Nogueiras), Lago (Verde, da Pedra, do Junco), Morros, Sítio (Novo).

A partir dos arquétipos toponímicos, podemos perceber que os elementos constitutivos do signo toponímico podem evidenciar um vínculo estreito entre ele e seu referente, traduzindo assim a espontaneidade do denominador no ato da nomeação. Nesse caso, o topônimo pode transparecer: cor (Lago Verde), forma (Morros), tamanho (Igarapé Grande), constituição natural (Poção de Pedras), crença a santos(as) (Santa Inês, São José de Ribamar), personalidades públicas, locais ou não, formadoras do pensamento político e cultural (Graça Aranha, Presidente Dutra). Em síntese, podem demonstrar uma referência direta a seus aspectos físicos e antropoculturais. Segundo Ramos (2008, s/p.), isso acontece porque o topônimo assume uma forma icônica, tornando-se uma projeção do real.

A respeito do topônimo como símbolo icônico, ou mesmo como ícone local, Dick (1994a, p. 874) acrescenta que *a relação dialética nome/lugar desencadeia no usuário um processo de construção de uma imagem visual que reproduz o que os símbolos icônicos do aglomerado (...) denotam.*

Além dos arquétipos toponímicos provenientes de substantivos, temos também os que se originam dos adjetivos, como é o caso de: Alto (Parnaíba), (Igarapé) Grande e (Pindaré)

Mirim, que deixam transparecer a subjetividade do denominador no ato da nomeação, passando-se assim, da denotação para a conotação. Isso acontece, segundo Dick (1995, p. 61), porque a *emotividade do sujeito, ou do enunciador, torna-se mais perceptível à medida que o sistema de comunicação toponímica joga com termos adjetivos, seja para precisar contornos diferenciadores ou para revelar um estado de ânimo.*

Podemos perceber que os arquétipos toponímicos muitas vezes podem deixar transparecer o elemento ao qual nomeiam, demonstrando dessa forma o caráter espontâneo da denominação, mas o contrário também pode acontecer, pois a individualização do lugar pelo nome pode ser resultante de uma política sistemática do(s) denominador(es). Sobre essa característica da nomeação do topônimo, Dick (1995, p. 63-64) assegura que

Os topônimos sistemáticos são resultantes (...) do agir consciente da comunidade ao eleger determinados padrões de designação como os seus paradigmas; geralmente se opõe aos precedentes pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos ou costumes; homenageiam pessoas e reverenciam momentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência (...); de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação (...).

Ainda no que tange à sistematização da nomeação toponímica, no Brasil, segundo Nascentes (2003, p. 575-577), em 1926 foi realizada uma conferência que tratava da não padronização dos nomes geográficos brasileiros de cunho estrangeiro. A partir desse evento, foram criados não só o Conselho Nacional de Geografia e o IBGE, mas também o Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938, apelidado de lei geográfica, que tratava exclusivamente da organização estrutural dos topônimos de índole estrangeira.

No que tange ao Maranhão, em 1975 (Palácio de La Ravardiére. Prefeitura Municipal de São Luís, 1975), o então prefeito da capital, Haroldo Tavares, sancionou a Lei, n. 2. 151, de 04 de fevereiro, que estabelecia normas para a implantação de topônimos que se estenderam a todo o Estado. Essas normas previam, entre outras coisas que: (i) os nomes de logradouros só seriam dados mediante lei; (ii) podiam executar a lei prefeitos e vereadores; (iii) as propostas para a implantação de topônimos ou de sua substituição deveriam ser justificadas e/ou acompanhadas de *curriculum vitae*. A lei fixa, ainda, os critérios a ser observados quando da eleição do topônimo.

### 3.4.4 Estrutura

Como já dissemos, o topônimo não é um signo linguístico especial, mas um nome comum que adquiriu várias funções, entre elas: nomear lugares. Por isso, em sua formação gramatical, *levam consigo (...) elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos próprios da língua, elementos comumente fósseis e inativos, como que pertencentes a uma língua morta, entretanto ainda vivos, conservando seu valor expressivo, incorporado à nossa fala*<sup>38</sup> (MENENDEZ PIDAL, 1952, p. 05). Para ilustrar essa fala de Menendez Pidal, citemos o afixo *lândia* (terra de) que, na formação sufixal de topônimos como Açailândia, Palmeirândia e Joselândia, significa, respectivamente, terra de: açai, palmeiras, José (das canas).

Vasconcelos (1931) quando se refere ao modo de formação toponímica, ou *Gramática toponímica*, acrescenta que as regras para a estruturação toponímica são as mesmas que valem para qualquer lexia de uma língua, mas ressalva que, *todavía há factos que, ou pela sua raridade, ou por se terem especializado, ou por circunstâncias, merecem consideração à parte* (p. 148-149). Os fatos dos quais trata o filólogo são: (i) perda fonética de elementos (Porção > Poção de Pedras); (ii) perda fonético-sintática (Que bela água! > Belágua); (iii) elipse de um substantivo (Barra do *Rio das Cordas* > Barra do Corda); (iv) presença ou omissão de artigo (Vila de Caxias *das Aldeias Altas* > Caxias); (v) junção de *de* (Olho d'Água das Cunhãs); (vi) uso de adjetivos que denotam epítetos (Mirador); presença de advérbios ou locuções adverbiais (Sucupira *do Norte*); (vii) presença de nomes em *-ães* e *-ões* (Guimarães, Matões); (viii) emprego de nominativo; (ix) nomes no plural (Matões do Norte); (x) emprego de sufixos: -oso, -ido, -ela, -êta, -ô, -ó, -inho e -ejo (Trizidela do Vale, Maranhãozinho); (xi) compostos (Conceição do Lago Açu, Apicum-Açu); e (xii) etimologia popular (Fortuna).

Ainda sobre a formação gramatical ou quanto aos elementos constituintes do topônimo, não podemos esquecer que um nome que funciona como topônimo pertence à classe gramatical dos substantivos e pode apresentar uma estrutura simples (Balsas), composta (São Luís Gonzaga do Maranhão), ou mesmo aparecer como combinação de vários elementos linguísticos que podem ser desde um simples substantivo, acompanhado ou não de afixos (São Luís, Itaipava do Grajaú, neste último caso, *ita-* é prefixo indígena que significa pedra), até

---

<sup>38</sup> arrastan consigo (...) elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos y semánticos propios de la lengua, elementos por lo común fósiles e inactivos, como pertenecientes a una lengua muerta, pero alguna vez vivientes aún, conservando su valor expresivo, incorporado a nuestra habla (...). (MENENDEZ PIDAL, 1952, p. 05).

formas mais complexas: Vila de Caxias das Aldeias Altas, nome que recebeu, em 1811, Caxias, município maranhense<sup>39</sup>.

Ratificando o que dissemos acima, Dick (2007a, p. 146) afirma que, em sua constituição como léxico da língua, o topônimo pode compreender lexias: (i) simples, formadas por substantivo (+) adjetivo (+), ex: São Pedro da Água Branca, verbo, ex: Há Mais Tempo (DICK, 1990b, p. 96); (ii) compostas (substantivo-adjetivo +), ex: Apicum-Açu, (verbo + verbo (-)) e (iii) lexias complexas (estáveis), ex: Vila de Caxias das Aldeias Altas.

Para Câmara Júnior (1986, p. 232-233), os topônimos brasileiros, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: (i) nomes comuns, ou locuções substantivas, de caráter descritivo; (ii) nomes de santos padroeiros; (iii) reprodução de topônimos portugueses ou escolhidos por imigrantes de outros países, topônimos do seu país de origem; (iv) tupinismos e africanismos, com intenção descritiva; (v) nomes de autoridades governamentais ou homens públicos. A exemplo do que sinaliza Câmara Júnior sobre (iii), Dick (1982, 1995) nos apresenta a nomenclatura *nomes transplantados*; esses nomes podem ser de origem moderna ou não, como é o caso dos topônimos maranhenses: Nova Iorque e Paço do Lumiar.

A respeito da *vida* dos topônimos, Rostaing (1948, p. 09) afirma que, o nome de lugar é uma palavra como qualquer outra, submissa às mesmas leis que regem todo o léxico de uma língua. Acrescenta ainda que

Um nome de lugar (é evidente, mas sem prestar atenção) é uma forma da língua, uma palavra formada como todas as outras, de vogais e de consoantes, de fonemas articulados pelos órgãos da fala e transmitidos para o ouvido até o cérebro. Não seria então estudado de uma forma diferente de uma palavra qualquer, fora da língua de onde ele faz parte e de onde ele tem a sua digital (ROSTAINING, 1948, p. 09)<sup>40</sup>.

O topônimo, então, representa outra forma de refletirmos sobre as construções, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas, estilísticas e semânticas que norteiam esse signo da língua. Em síntese, usando as palavras de Dick (2007a, 145):

Etimologia, significação dos formantes sintagmáticos, origem endógena ou exógena dos termos, influências dialetais (...), motivação do ambiente, contornos da paisagem físico-social, fatores psíquicos, presença ou ausência do referente, o gosto, o amor, a

<sup>39</sup> IBGE. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/caxias.pdf>>.

<sup>40</sup> Un nom de lieu (c'est évident, mais on n'y prend pas garde) est une forme de langue, un mot formé, comme tous les autres, de voyelles et de consonnes, de phonèmes articulés par les organes de la parole et transmis par l'oreille au cerveau. Il ne saurait donc être étudié autrement qu'un autre mot quelconque, en dehors de la langue dont il fait partie et dont il porte l'empreinte. (ROSTAINING, 1948, p. 09). (Tradução: Professora Mestre Nadia Sleiman Mattar).

saudade, o orgulho, a vaidade, tudo são traços semânticos conformadores dos campos ou domínios da ocorrência normativa.

Diante do que foi dito no parágrafo acima, não podemos deixar de citar que a natureza estrutural e morfológica do topônimo permite-nos ir mais além em sua investigação. Na análise do signo toponímico, quase que arqueologicamente, podemos precisar a etnia e a idade aproximada do topônimo, revelando, além de outros aspectos e peculiaridades, substratos, superestratos e adstratos linguísticos.

### 3.4.5 Classificação

Quando analisamos os topônimos levando em consideração o ponto de vista interno de sua estrutura, da constituição dos elementos que o formam e da sua motivação, projetamo-los em uma terminologia taxionômica específica, ou mais precisamente, em categorias distributivas ou em taxes léxico-semânticas.

A terminologia taxionômica que é utilizada atualmente no Brasil foi proposta por Dick, que delineou 29 taxes léxico-semânticas ou categoremias toponímicas, das quais, 11 são relativas ao mundo físico-natural e 18 são relativas ao antropocultural. Essas taxes explicativas definidas, conforme suas expressões denominativas e as marcas semântico-terminológicas, têm por finalidade a transmissão das causas que justificam a denominação dos nomes de lugares sem que precisemos recorrer ao denominador, propriamente dito. A esse respeito, ressalva Dick (1998b, s/p) que essa

classificação tem resolvido, satisfatoriamente, o entendimento funcional dos topônimos, a sua motivação, dispensando o retorno ao denominador, porque sua natureza é linguística, depreendida de seus elementos formadores e não apenas de uma carga semântico-casual. Ou seja, pelo reconhecimento do significado linguístico, de acordo com a concepção teórica do signo de língua (Saussure) e com a utilização do modelo triangular de Ogden & Richards (significado-significante-referente), pode-se entender, com facilidade, o emprego de cada um desses formantes, em contextos determinados.

A organização do quadro geral das taxes constituiu-se um modelo ou padrão de nomes que Dick (2007a, p. 142) denominou de Sistema Toponímico Taxionômico. Nesse sistema, a taxe é composta por um elemento genérico (*fito*), definidor da classe onomástica à qual o nome de lugar pertence (*vegetal*) e pela palavra *topônimo*, que mostra a procedência do estudo específico da Toponímia. Essa classificação semântico-terminológica dos nomes em função toponomástica só foi possível porque Dick considerou o que era mais relevante socialmente para a comunidade em que o signo toponímico estava inserido.

O estudo semântico de cada um dos elementos genéricos que formam as taxes levou a pesquisadora a formular dois campos motivadores de taxes: um de ordem física e outro de ordem antropocultural. *Mas a palavra ou a unidade lexical, recortada em um desses dois universos de ocorrências, examinada do ponto de vista linguístico ou das famílias envolvidas, é que norteou a sua inclusão seja no campo físico ou no antropocultural* (DICK, 1990, p. 37-40). A partir desse raciocínio, a pesquisadora faz um alerta de fundamental importância, no que diz respeito às dificuldades de recuperação dos motivos primários dos topônimos, de seus condicionantes, de sua classificação em um ou outro campo, em uma ou noutra classe. Nesse caso, Dick (2006, p. 107) afirmar que

nem sempre as lexias têm um sentido único que permita a sua correta inclusão em um campo semântico incontroverso. Alternam-se, por isso, monossêmia, como ponto de partida opcional do denominador, no plano paradigmático da língua, e polissemia sígnica, a exigir uma definição dos sujeitos actanciais, do início ao fim do percurso gerativo da enunciação com o reconhecimento dos motivos causais ou determinativos de todo esse processo.

Essa afirmação de Dick ratifica as dificuldades que temos quando analisamos topônimos formados por lexias simples e/ou compostas como, por exemplo, *São Francisco do Brejão*. Que natureza tem esse topônimo, antropocultural ou física? Que taxe é essa, hagiopônimo ou hidropônimo? Só é possível responder a esses questionamentos se fizermos tanto um estudo diacrônico quanto sincrônico dos fatos onomásticos presentes nesse topônimo maranhense. Isso porque *meios ou mecanismos denominativos, de fato, relacionam-se aos impulsos que levaram o denominador a colocar um nome específico em um acidente geográfico, é a história desse nome que irá determinar, porém, seu enquadramento em um dos itens propostos*. (DICK, 1990, p. 25).

Mas, para efeito de ilustração e considerando um estudo prévio dessa lexia, classificamo-la como de natureza antropocultural isso porque São Francisco era o santo padroeiro dos camponeses que se instalaram e fundaram uma cidade às margens de um brejo de águas cristalinas. Essa cidade se desenvolveu e, em 11/10/1994, foi elevada à categoria de município, permanecendo assim, oficialmente, até hoje. Portanto, se olharmos apenas para o nome de santo, classificaremos o topônimo como hagiopônimo, mas se considerarmos o acidente físico, brejo, será classificado como hidropônimo. Em síntese, diríamos, metodologicamente, que não se trata de um topônimo com dupla classificação, mas sim de um dirrematopônimo. Justificamos nossa afirmação em virtude de que na nomeação foram

considerados tanto o motivo primário (crença no santo) quanto o secundário (referência à água), formando assim uma expressão linguística que resultou no dirrematopônimo de natureza antropocultural e física ou mais precisamente, *dirrematopônimo bivalente*.

Dissemos anteriormente que Dick agrupa as taxes explicativas considerando o aspecto físico e o antropocultural. O primeiro trata dos elementos da paisagem, do ambiente ou do espaço físico. Esses elementos, por exemplo, podem se referir (i) aos nomes dos corpos celestes (*astrotopônimos*); (ii) às posições geográficas em geral (*cardinotopônimos*); (iii); à escala cromática (*cromotopônimos*); (iv) às características dimensionais do acidente geográfico, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade (*dimensiotopônimos*); (v) aos nomes de vegetais (*fitotopônimos*); (vi) às formas topográficas (*geomorfotopônimos*); (vii) aos acidentes hidrográficos (*hidrotopônimos*); (viii) aos nomes de minerais (*litotopônimos*); (ix) aos fenômenos atmosféricos (*meteorotopônimos*); (x) às formas geométricas em geral (*morfotopônimos*) e (xi) aos nomes de animais em geral (*zootopônimos*).

No que compete ao aspecto antropocultural, os elementos podem se referir: (i) à vida psíquica, à cultural e à espiritual (*animotopônimos* ou *nootopônimos*) (ii); aos nomes próprios e individuais (*antropotopônimos*); (iii) aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais (*axiotopônimos*); (iv) aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes (*corotopônimos*); (v) às indicações cronológicas, representadas em Toponímia, pelos qualificativos: novo/nova, velho/velha (*cronotopônimos*); (vi) a habitações em geral (*ecotopônimos*); (vii) aos elementos da cultura (*ergotopônimos*); (viii) aos elementos étnicos isolados ou não (*etnotopônimos*); (ix) a frases ou enunciados linguísticos (*dirrematopônimos*); (x) aos nomes sagrados do hagiológico romano (*hagiotopônimos*); (xi) aos nomes sagrados de diferentes crenças, às associações religiosas, às efemeridades (*hierotopônimos*); (xii) aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros (*históriotopônimos*); (xiii) às vias de comunicação rural ou urbana (*hodotopônimos*); (xiv) às entidades mitológicas (*mitotopônimos*); (xv) aos adjetivos numerais (*numerotopônimos*); (xvi) aos vocábulos aldeia, vila, povoação e arraial (*poliotopônimos*); (xvii) às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos moradores de uma comunidade (*sociotopônimos*); e (xviii) às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal (*somatopônimos*).

Dick (2007b, p. 468) garante que esse Sistema Toponímico Taxionômico e a ficha lexicográfico-toponímica, resultante das categorias classificatórias, estruturaram a pesquisa do

Projeto ATESP e *está fundamentando todas as demais pesquisas estaduais vinculadas ao ATB*. Podemos perceber dessa assertiva da pesquisadora que tanto o modelo taxionômico quanto a ficha são valiosas ferramentas para o estudo sistematizado da Toponímia no Brasil.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para determinarmos quais serão os procedimentos que adotaremos ao fazermos uma pesquisa científica, é necessário delinear a metodologia a ser seguida. Nesse caso, a metodologia não é apenas uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, mas também a indicação dos principais instrumentos e procedimentos para a delimitação do *corpus*, da coleta, da organização e da análise de dados. De forma resumida, a metodologia é a forma que temos de ordenar a produção do conhecimento científico, é a forma sistemática para obtermos o resultado esperado. Nesta pesquisa o método de abordagem que usamos foi o indutivo e o de procedimento, o Tipológico.

### 4.1 Método de abordagem

O Método Indutivo é caracterizado pela presença da indução. Esse método permite partirmos da observação de fatos particulares para chegarmos à generalização de uma verdade, em virtude disso, utilizaremos o Método Indutivo, uma vez que partiremos do estudo descritivo dos 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses atualmente para chegarmos a seu perfil e sua classificação geral, a partir da taxonomia onomástica proposta por Dick (1990).

### 4.2 Método de procedimento

No que diz respeito às etapas mais concretas da investigação, o método de procedimento refere-se ao planejamento, ao delineamento, ao desenvolvimento da pesquisa. Gil (1991, p. 47) esclarece que, *para a análise dos fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa*. Assim, dentre os vários métodos de procedimento que existem, optamos pelo Tipológico, já que ele nos possibilitou descrever e classificar de forma menos abstrata os 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses atualmente.

No método Tipológico, elaborado e empregado por Max Weber, o pesquisador, ao comparar fenômenos sociais complexos, elabora modelos ideais a partir de seus aspectos mais evidentes. Isto é, são criados modelos ideais que, mesmo não existindo na realidade, se constituem num tipo ideal para a análise/descrição de dados concretos.

Para Lakatos (1986, p. 82), *o tipo ideal não expressa a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado*. Por esse motivo, elegemos o modelo metodológico composto/proposto por Dick (1990) para a descrição e classificação dos topônimos estudados.

O modelo metodológico ao qual nos referimos é denominado por Dick (1990) como Sistema Toponímico Taxionômico. Consta de 29 taxes léxico-semânticas ou categoremáticas toponímicas, das quais 11 são relativas ao mundo físico-natural e 18 são relativas ao antropocultural. Essas taxes explicativas, definidas, conforme suas expressões denominativas e as marcas semântico-terminológicas, têm por finalidade a transmissão das causas que justificam a denominação dos nomes de lugares sem que precisemos recorrer ao denominador, propriamente dito.

Vale ressaltar que, em função das características do Método Tipológico e do nosso objetivo geral, esta é uma pesquisa descritiva, pois, para classificar os topônimos, temos que observá-los, descrevê-los, registrá-los, analisá-los para então determinar o perfil da toponímia maranhense.

Além de classificarmos a pesquisa considerando o método de abordagem, o método de procedimento e o objetivo geral, levamos em consideração também os procedimentos práticos utilizados para sua execução, isto é, consideramos as técnicas e as etapas de coleta do *corpus* da pesquisa.

#### **4.3 Técnicas para coleta do *corpus***

Para Lakatos (1990, p. 107), técnicas constituem *um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos*. Em suma, a técnica é o modo mais seguro e hábil de fazer a pesquisa. É a parte prática da coleta de dados de uma pesquisa. Em se tratando, da presente pesquisa, ela foi desenvolvida exclusivamente a partir da documentação indireta, que agrupou a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental é aquela em que as fontes podem ser constituídas de dois tipos de material: aqueles que ainda não receberam um tratamento analítico, documentos<sup>41</sup> de primeira mão, e aqueles que já foram analisados, documentos de segunda mão.

Esta pesquisa foi feita basicamente em documentos de primeira mão ou documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nosso banco de dados será constituído de informações (históricos, resumos de históricos e monografias municipais) fornecidas pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e por *sites* oficiais: do IBGE<sup>42</sup>; do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE-LEGAL<sup>43</sup>; da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão – FAMEM<sup>44</sup> e do *site* Estado do Maranhão<sup>45</sup>. Usamos também outras fontes (secundárias) como periódicos (jornais e revistas especializadas), impressos diversos (publicações governamentais, boletins informativos de institutos de pesquisa). Acrescentados a esses, usamos também depoimentos, via telefone, de moradores dos municípios a respeito da motivação toponímica e da história da localidade.

#### 4.4 Delimitação do *corpus*

O *corpus* da pesquisa é constituído dos atuais 217 topônimos que nomeiam os municípios maranhenses. Esses topônimos estão distribuídos em 05 Mesorregiões geográficas do Estado do Maranhão. Estas, por sua vez, estão subdivididas em 21 Microrregiões de acordo com a Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – GEPLAN e o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Maranhão – LABGEO (2002)<sup>46</sup>.

---

<sup>41</sup> Documento é qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação. (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 6023 de 2000, item 3.4).

<sup>42</sup> <http://biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>43</sup> <http://www.sebrae-legal.com.br>

<sup>44</sup> <http://www.famem.org.br>

<sup>45</sup> <http://www.ma.gov.br>

<sup>46</sup> Conferir mapa no anexo A.

#### 4.5 Etapas para a coleta de dados

Como etapas para a coleta de dados, temos: (i) a identificação das fontes – constituem nossas fontes os mapas fornecidos por órgãos públicos, e (ii) a classificação das 05 Mesorregiões, das 21 Microrregiões e dos 217 municípios maranhenses.

##### 4.5.1 Identificação das fontes

Os 217 topônimos que são descritos foram pesquisados no mapa temático do Estado do Maranhão, escala numérica aproximada de 1:4.736.842, fornecido pela GEPLAN e LABGEO (2002), e no mapa escolar-político-turístico-rodoviário do Estado do Maranhão, projeção policônica, escala numérica de 1:1.000.00, divulgado pelo governo do Estado.

##### 4.5.2 Classificação das Mesorregiões e suas Microrregiões

A GEPLAN e o LABGEO apresentam as seguintes Mesorregiões: (i) Norte Maranhense; (ii) Sul Maranhense; (iii) Leste Maranhense; (iv) Oeste Maranhense e (v) Centro Maranhense. Em vista disso, os municípios estão distribuídos em Mesorregiões e Microrregiões, que se encontram assim organizadas:

**Mesorregião I:** Norte Maranhense, com 60 municípios agrupados em 06 Microrregiões, que são: i) Aglomeração Urbana de São Luís, com 04 municípios, incluindo aí a capital do Estado, São Luís; ii) Baixada Maranhense, com 21 municípios; iii) Itapecuru-Mirim, com 08 municípios; iv) Lençóis Maranhenses, com 06 municípios; v) Litoral Ocidental Maranhense, com 13 municípios e, vi) Rosário, com 08 municípios.

Os municípios da Mesorregião I com suas Microrregiões estão dispostos, conforme a GEPLAN e o LABGEO, da seguinte forma:

QUADRO 1: Mesorregião I com suas respectivas Microrregiões e município

MESORREGIÃO I	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Norte Maranhense	Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís	Paço do Lumiar Raposa São José de Ribamar São Luís <b>Total = 04 municípios</b>
	Microrregião II: Baixada Maranhense	Anajatuba Arari Bela Vista do Maranhão Cajari

Norte Maranhense	<p>Microrregião II: Baixada Maranhense</p>	<p>Conceição do Lago-Açu Igarapé do Meio Matinha Monção Olinda Nova do Maranhão Palmeirândia Pedro do Rosário Penalva Peri-Mirim Pinheiro Presidente Sarney Santa Helena São Bento São João Batista São Vicente Ferrer Viana Vitória do Mearim <b>Total = 21 municípios</b></p>
	<p>Microrregião III: Itapecuru-Mirim</p>	<p>Cantanhede Itapecuru-Mirim Matões do Norte Miranda do Norte Nina Rodrigues Pirapemas Presidente Vargas Vargem Grande <b>Total = 08 municípios</b></p>
	<p>Microrregião IV: Lençóis Maranhenses</p>	<p>Barreirinhas Humberto de Campos Paulino Neves Primeira Cruz Santo Amaro do Maranhão Tutóia <b>Total = 06 municípios</b></p>
	<p>Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense</p>	<p>Alcântara Apicum-Açu Bacuri Bacurituba Bequimão Cajapió Cedral Central do Maranhão Cururupu Guimarães Mirinzal</p>

Norte Maranhense	Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense	Porto Rico do Maranhão Serrano do Maranhão <b>Total = 13 municípios</b>
	Microrregião VI: Rosário	Axixá Bacabeira Cachoeira Grande Icatu Morros Presidente Juscelino Rosário Santa Rita <b>Total = 08 municípios</b>

Mesorregião II: Sul Maranhense, com 19 municípios agrupados em 03 Microrregiões, que são: (i) Chapada das Mangabeiras, com 08 municípios; (ii) Gerais de Balsas, com 05 municípios, e (iii) Porto Franco, com 06 municípios.

Os municípios da Mesorregião II com suas Microrregiões estão dispostos, conforme a GEPLAN e o LABGEO, da seguinte forma:

QUADRO 2: Mesorregião II com suas respectivas Microrregiões e municípios

MESORREGIÃO II	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Sul Maranhense	Microrregião I: Chapada das Mangabeiras	Benedito Leite Fortaleza dos Nogueiras Loreto Nova Colinas Sambaíba São Domingos do Azeitão São Félix de Balsas São Raimundo das Mangabeiras <b>Total = 08 municípios</b>
	Microrregião II: Gerais de Balsas	Alto Parnaíba Balsas Feira Nova do Maranhão Riachão Tasso Fragoso <b>Total = 05 municípios</b>
	Microrregião III: Porto Franco	Campestre do Maranhão Carolina Estreito Porto Franco

Sul Maranhense	Microrregião III: Porto Franco	São João do Paraíso São Pedro dos Crentes <b>Total = 06 municípios</b>
----------------	-----------------------------------	--

Mesorregião III: Leste Maranhense, com 44 municípios agrupados em 06 microrregiões: (i) Baixo Parnaíba Maranhense, com 06 municípios; (ii) Caxias, com 06 municípios; (iii) Chapada do Alto Itapecuru, com 13 municípios; (iv) Chapadinha, com 09 municípios; (v) Codó, com 06 municípios, e (vi) Coelho Neto, com 04 municípios.

Os municípios da Mesorregião III com suas Microrregiões estão dispostos, conforme a GEPLAN e o LABGEO, da seguinte forma:

QUADRO 3: Mesorregião III com suas respectivas Microrregiões e municípios

MESORREGIÃO III	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Leste Maranhense	Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense	Água Doce do Maranhão Araiozes Magalhães de Almeida Santa Quitéria do Maranhão Santana do Maranhão São Bernardo <b>Total = 06 municípios</b>
	Microrregião II: Caxias	Buriti Bravo Caxias Matões Parnarama São João do Soter Timon <b>Total = 06 municípios</b>
	Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru	Barão de Grajaú Colinas Jatobá Lagoa do Mato Mirador Nova Iorque Paraibano Passagem Franca Pastos Bons São Francisco do Maranhão São João dos Patos Sucupira do Norte Sucupira do Riachão <b>Total = 13 municípios</b>

Leste Maranhense	Microrregião IV: Chapadinha	Anapurus Belágua Brejo Buriti Chapadinha Mata Roma Milagres do Maranhão São Benedito do Rio Preto Urbano Santos <b>Total = 09 municípios</b>
	Microrregião V: Codó	Alto Alegre do Maranhão Capinzal do Norte Codó Coroatá Peritoró Timbiras <b>Total = 06 municípios</b>
	Microrregião VI: Coelho Neto	Afonso Cunha Aldeias Altas Coelho Neto Duque Bacelar <b>Total = 04 municípios</b>

Mesorregião IV: Oeste Maranhense, com 52 municípios agrupados em 03 microrregiões: (i) Gurupi, com 14 municípios; (ii) Imperatriz, com 16 municípios, e (iii) Pindaré, com 22 municípios.

Os municípios da Mesorregião IV com suas Microrregiões estão dispostos, conforme a GEPLAN e o LABGEO, da seguinte forma:

QUADRO 4: Mesorregião IV com suas respectivas Microrregiões e municípios

MESORREGIÃO IV	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Oeste Maranhense	Microrregião I: Gurupi	Amapá do Maranhão Boa Vista do Gurupi Cândido Mendes Carutapera Centro do Guilherme Centro Novo do Maranhão Godofredo Viana Governador Nunes Freire Junco do Maranhão Luís Domingues Maracaçumé Maranhãozinho

Oeste Maranhense	Microrregião I: Gurupi	Turialvo Turilândia <b>Total = 14 municípios</b>
	Microrregião II: Imperatriz	Açailândia Amarante do Maranhão Buritirana Cidelândia Davinópolis Governador Edison Lobão Imperatriz Itinga do Maranhão João Lisboa Lajeado Novo Montes Altos Ribamar Fiquene São Francisco do Brejão São Pedro da Água Branca Senador La Rocque Vila Nova dos Martírios <b>Total = 16 municípios</b>
	Microrregião III: Pindaré	Altamira do Maranhão Alto Alegre do Pindaré Araguanã Bom Jardim Bom Jesus das Selvas Brejo de Areia Buriticupu Governador Newton Bello Lago da Pedra Lagoa Grande do Maranhão Marajá do Sena Nova Olinda do Maranhão Paulo Ramos Pindaré-Mirim Presidente Médici Santa Inês Santa Luzia Santa Luzia do Paruá São João do Carú Tufilândia Vitorino Freire Zé Doca <b>Total = 22 municípios</b>

Mesorregião V: Centro Maranhense, com 42 municípios agrupados em 03 microrregiões: (i) Alto Mearim e Grajaú, com 11 municípios; (ii) Médio Mearim, com 20 municípios, e (iii) Presidente Dutra, com 11 municípios.

Os municípios da Mesorregião V com suas Microrregiões estão dispostos, conforme a GEPLAN e o LABGEO, da seguinte forma:

QUADRO 5: Mesorregião V com suas respectivas Microrregiões e municípios

MESORREGIÃO V	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Centro Maranhense	Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú	Arame Barra do Corda Fernando Falcão Formosa da Serra Negra Grajaú Itaipava do Grajaú Jenipapo dos Vieiras Joselândia Santa Filomena do Maranhão Sítio Novo Tuntum <b>Total = 11 municípios</b>
	Microrregião II: Médio Mearim	Bacabal Bernardo do Mearim Bom Lugar Esperantinópolis Igarapé Grande Lago do Junco Lago dos Rodrigues Lago Verde Lima Campos Olho d'Água das Cunhãs Pedreiras Pio XII Poção de Pedras Santo Antônio dos Lopes São Luís Gonzaga do Maranhão São Mateus do Maranhão São Raimundo do Doca Bezerra São Roberto Satubinha Trizidela do Vale <b>Total = 20 município</b>

Centro Maranhense	Microrregião III: Presidente Dutra	Dom Pedro Fortuna Gonçalves Dias Governador Archer Governador Eugênio Barros Governador Luiz Rocha Graça Aranha Presidente Dutra São Domingos do Maranhão São José dos Basílios Senador Alexandre Costa <b>Total = 11 municípios</b>
-------------------	---------------------------------------	---

#### 4.6 Registro e arquivamento dos dados

Os dados, como localização do município, o topônimo, a classificação do topônimo em *taxe* e as notas linguísticas, histórica e enciclopédicas de cada município, que compõe o *corpus*, foram registrados em fichas lexicográfico-toponímicas elaboradas a partir do modelo proposto por Dick (2004, p. 130).

A ficha original apresenta os seguintes campos: Localização do Município, Topônimo, Acidente Geográfico (A.G), *Taxionomia*, Entrada Lexical, Estrutura Morfológica, Histórico, Informações Enciclopédicas, Contexto, Fonte, Pesquisador, Revisor e Data de Coleta.

Ficha 1: Ficha lexicográfico-toponímica

Localização-Município:		
Topônimo:	A.G <sup>47</sup> :	Taxionomia:
Etimologia:		
Entrada Lexical:		
Estrutura morfológica:		
Histórico:		
Informações Enciclopédicas:		
Contexto:		
Fonte:		
Pesquisador:	Revisor:	
Data de Coleta:		

Fonte: Dick (2004)

<sup>47</sup> Mesmo que não tenha sido mencionado, neste modelo de ficha, também podemos ter o A. H – Acidente Humano – que entendemos como topônimos decorrentes de lugares instituídos pela ação humana, como é o caso de vilas, povoados, aldeias, distritos.

Os campos da ficha conceituam-se da seguinte forma:

(i) Localização: localização geográfica do município. Neste campo são registrados dados como o nome da mesorregião e da microrregião onde se situam os municípios;

(ii) Topônimo: nome do lugar que, segundo Dick (2007a, p. 146), pode ser motivado tanto etimológica quanto circunstancialmente;

(iii) Acidente Geográfico: irregularidade no nivelamento do solo. Essa irregularidade pode ser classificada como: baía, cabo, chapada, delta, estreito, ilha, montanha, rio, vale;

(iv) Taxonomia: nomenclatura que permite interpretar, descrever e classificar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto do vista semântico;

(v) Etimologia: é a história ou origem do topônimo. Constitui-se de uma breve explicação do significado do topônimo por meio das estruturas mórnicas que o constituem. Em síntese, é um estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica;

(vi) Entrada lexical: remete ao elemento linguístico de base, isto é, à unidade significativa que pode ser uma palavra simples ou composta, uma locução ou uma frase. Em síntese, é o objeto de definição e de informação;

(vii) Estrutura morfológica: é formada por unidades mínimas de significação (morfemas lexicais e gramaticais) que compõem o topônimo;

(viii) Histórico: informações concernentes à origem, natureza e circunstâncias esclarecedoras dos fatos motivadores das alterações toponímicas;

(ix) Informações Enciclopédicas: acréscimos de informações coletadas em materiais de segunda mão como livros, dicionários e pesquisa na Internet;

(x) Contexto: Andrade (2006, p. 178) considera que o contexto é o conjunto de elementos extralinguísticos comuns entre locutor e interlocutor na situação cultural e psicológica. A pesquisadora afirma que é o conhecimento e a experiências de cada um. Neste caso, temos o contexto situacional, isto é, contexto que indica de onde o texto foi retirado;

(xi) Fonte: documentos e/ou textos diversos que servirão de base para a pesquisa. Essas fontes podem ser primárias, quando se referirem a documento original e secundária, quando se referirem a textos que remetem a outros;

(xii) Pesquisador: aquele ou aqueles que fizeram a pesquisa;

(xiii) Revisor: aquele que revê a pesquisa e

(xiv) Data da coleta: quando foram coletados os dados.

Ficha 2: Ficha léxicográfico-toponímica preenchida

<b>Localização Município</b>	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
<b>Topônimo</b>	Anajatuba
<b>Acidente Geográfico</b>	
<b>Taxionomia</b>	Fitotopônimo
<b>Etimologia</b>	Segundo o IBGE (s/d), há controvérsias quanto à origem do topônimo. Alguns afirmam ser formado das palavras brasílicas, <i>anajá</i> = espécie de palmeira e <i>-tuba</i> = frequência, abundância, que significa anajazal – lugar abundante de anajás. Para outros, provém dos vocábulos da língua tupi <i>anajá</i> ou <i>inajá</i> , significando árvore de inajá.
<b>Entrada lexical</b>	Anajatuba
<b>Estrutura morfológica</b>	Houaiss (2001) registra <i>inajá</i> como sendo proveniente do tupi <i>ina'ya</i> e significa palmeira; e <i>-tuba</i> , sufixo do tupi <i>'tiiwa</i> que significa muito, abundante.
<b>Histórico</b>	Inicialmente, Anajatuba foi uma aldeia de índios. Durante o período colonial, os silvícolas foram afastando-se da localidade em razão das perseguições promovidas pelos colonos, que se fixaram na região a procura de lugares apropriados à criação de gado. IBGE (s/d).
<b>Informações enciclopédicas</b>	
<b>Contexto</b>	Documento escrito fornecido pelo IBGE.
<b>Fonte</b>	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br">http://biblioteca.ibge.gov.br</a> . HOUAISS, A. et al. <b>Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa Versão 1.0</b> . Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Objetiva, 2001.
<b>Pesquisador</b>	Heloísa Reis Curvelo.
<b>Revisor</b>	Heloísa Reis Curvelo.
<b>Data da coleta</b>	Setembro de 2008.

Considerando que nosso objetivo geral é descrever o léxico onomástico da toponímia dos 217 municípios maranhenses, usamos o modelo que modificamos da ficha léxicográfico-toponímica proposto por Dick (2004) porque alguns elementos da ficha não tinham relação direta com os dados que catalogamos, dessa forma, descartamos esses elementos e acrescentamos aqueles que correspondiam aos nossos objetivos.

A ficha modificada contém os seguintes campos: (i) topônimo ou o nome do lugar; (ii) localização do município; (iii) taxonomia ou a classificação do topônimo em taxas de natureza física ou antropocultural; (iv) nota linguística ou informações sobre a formação morfológica do vocábulo; (v) nota histórica ou informações esclarecedoras dos fatos históricos

motivadores das alterações toponímicas e (vi) nota enciclopédica ou informações adicionais sobre o topônimo que podem ser de fontes primárias ou secundárias.

Ficha 3: Ficha lexicográfico-toponímica adaptada

Topônimo	
Localização/Município	
Taxonomia	
Nota linguística	
Nota histórica	
Nota enciclopédica	

Adaptada de Dick (2004, p. 130)

Ficha 4: Ficha lexicográfico-toponímica adaptada e preenchida

Topônimo	<b>Anajatuba</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Para Houaiss (2001) <i>ina'ya</i> provém do tupi e significa palmeira; e <i>-tuba</i> , sufixo do tupi <i>'tiiwa</i> que significa muito, abundante, logo, Anajatuba é o lugar abundante de anajás.
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), inicialmente, Anajatuba foi uma aldeia de índios. Durante o período colonial, os indígenas foram afastando-se da localidade em razão das perseguições promovidas pelos colonos, que se fixaram na região à procura de lugares apropriados para a criação de gado.
Nota enciclopédica	Segundo o IBGE (s/d), há controvérsias quanto à origem do topônimo. Alguns afirmam ser formado das palavras basilicas, <i>anajá</i> , que é uma espécie de palmeira, e <i>-tuba</i> , que significa frequência, abundância, anajazal – lugar abundante de anajás. Para outros, provém dos vocábulos da língua tupi <i>anajá</i> ou <i>inajá</i> , significando árvore de inajá.

#### 4.7 Classificação dos topônimos por taxes

Para a classificação dos dados levantados e catalogados, levamos em consideração o Modelo Tipológico de Dick (1990) composto de vinte e nove categorias distributivas ou taxes léxico-semânticas, das quais: onze são de natureza física, relacionadas ao meio ambiente e dezoito são de natureza antropocultural, relacionadas aos aspectos sócio-histórico-culturais.

QUADRO 6: Distribuição e definição dos topônimos de natureza física

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÕES
Astrotopônimos	Topônimos referentes aos nomes dos corpos celestes. Ex: Rua do Sol (Centro Histórico de São Luís).
Cardinotopônimos	Topônimos referentes às posições geográficas em geral. Ex: Capinzal do Norte.
Cromotopônimos	Topônimos referentes à escala cromática. Ex: Lago Verde.
Dimensiotopônimos	Topônimos referentes às características dimensionais do acidente geográfico, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade. Ex: Igarapé Grande.
Fitotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de vegetais. Ex: Bacabal.
Geomorfotopônimos	Topônimos referentes às formas topográficas. Ex: Morros.
Hidrotopônimos	Topônimos referentes aos acidentes hidrográficos. Ex: Icatu.
Litotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de minerais. Ex: Barreirinhas.
Meteorotopônimos	Topônimos referentes aos fenômenos atmosféricos. Ex: Rua da Viração <sup>48</sup> (Centro Histórico de São Luís).
Morfotopônimos	Topônimos referentes às formas geométricas em geral. Ex: Redondo (primeiro nome do município Cândido Mendes).
Zootopônimos	Topônimos referentes aos nomes de animais em geral. Ex: Raposa.

QUADRO 7: Distribuição e definição dos topônimos de natureza antropocultural

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÕES
Animotopônimos ou Nootopônimos	Topônimos referentes à vida psíquica e à vida cultura e espiritual. Ex: Esperantinópolis.
Antropotopônimos	Topônimos referentes aos nomes próprios e individuais. Ex: Graça Aranha.
Axiotopônimos	Topônimos referentes aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex: Senador Alexandre Costa.
Corotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes. Ex: Nova Iorque.
Cronotopônimos	Topônimos referentes às indicações cronológicas, representadas em Toponímia, pelos qualificativos: novo/nova,

<sup>48</sup> Segundo Vieira Filho (1971, p. 30) a rua foi supostamente assim denominada por receber *pancadas de vento da antiga fábrica de chumbo e pregos*.

	velho/velha. Ex: Nova Colinas.
Ecotopônimos	Topônimos referentes a habitações em geral. Ex: Sítio Novo.
Ergotopônimos	Topônimos referentes aos elementos da cultura. Ex: Primeira Cruz.
Etnotopônimos	Topônimos referentes aos elementos étnicos isolados ou não. Ex: Araíoses.
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex: São Raimundo das Mangabeiras.
Hagiotopônimos	Topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológico romano. Ex: Rosário.
Hierotopônimos <sup>49</sup>	Topônimos referentes aos nomes sagrados de diferentes crenças: às associações religiosas, às efemeridades, aos locais de culto. Ex: Palestina (nome dado ao município Graça Aranha).
Históriotopônimos	Topônimos referentes aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros. Ex: Gameleira (nome do município de João Lisboa).
Hodotopônimos	Topônimos referentes às vias de comunicação rural, urbana ou não. Ex: Vila Km 100 (primeiro nome do município Bom Jesus das Selvas).
Mitotopônimos	Topônimos referentes às entidades mitológicas. Ex: Anhagá (BA) (cf. Andrade, 2006, p. 135).
Numerotopônimos	Topônimos referentes aos adjetivos numerais. Ex: 3º Distrito de Cabelo de Velha (forma como era conhecido o município de Cururupu em 1835).
Poliotopônimos	Topônimos constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação e arraial. Ex: Aldeias Altas.
Sociotopônimos	Topônimos referentes às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos moradores de uma comunidade. Ex: Feira do Canto de Barro (primeiro nome do município Feira Nova do Maranhão).
Somatopônimos	Topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. Ex: Beco do Quebra-Costa ou do Quebra-Bunda <sup>50</sup> (Centro Histórico de São Luís).

<sup>49</sup> Segundo Dick (2007b, p. 466), os hierotopônimos apresentam a subclasse de hagiotopônimos e mitotopônimos, além das próprias particularidades da identificação do sagrado, como as designações dos templos religiosos, títulos eclesiásticos ou de congregações.

#### 4.8 Análise dos dados

Como já sinalizamos anteriormente, os dados coletados foram arquivados em fichas lexicográfico-toponímicas. Para tanto:

(i) analisamos qualitativamente os dados para buscar a motivação onomástica dos topônimos, conforme as taxas de natureza física e antropocultural. Após essa análise, os dados foram registrados nas fichas, conforme demonstramos na ficha lexicográfico-toponímica;

(ii) registramos o percurso onomástico dos topônimos com vistas ao resgate histórico das denominações dos municípios. Tal registro foi demonstrado tanto nas Notas históricas quanto na destinada à Taxonomia. Neste último caso, mostramos quantas e quais foram as AT;

(iii) fizemos a distribuição quantitativa das duas categorias toponímicas, a física e a antropocultural, em gráficos do tipo pizza 3D. Essa distribuição foi feita para cada uma das 05 Mesorregiões;

(iv) agrupamos os atuais 217 municípios do Estado do Maranhão em quatro períodos sincrônicos: 1600, 1700, 1800 e 1900. Esses períodos ajudaram a esclarecer como as mudanças toponímicas foram se processando, pois, da chegada dos portugueses, franceses e holandeses no Maranhão à atualidade, muitos fatos corroboraram para que os nomes dos municípios se mantivessem ou mudassem parcial ou totalmente.

As datas que possibilitaram agrupar os municípios em períodos foram aquelas que indicaram o primeiro registro de desbravamento (ou existência), conquista, povoamento, fundação, desmembramento ou emancipação política dos municípios. Neste caso, sinalizamos também a FAD precisa de cada topônimo. Vale ressaltar ainda que buscamos informações em outras fontes bibliográficas, ou não, quando não foi possível identificar as datas nos documentos previstos.

---

<sup>50</sup> Vieira Filho (1971, p. 56) informa que, *por ser um trecho bastante acidentado, foi batizado* com esse nome. Esse beco, que fica entre o Largo da Igreja do Carmo e a Rua da Estrela, é muito estreito e tortuoso fazendo jus, assim, à denominação recebida.

## 5 TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de um passado ainda presente

### 5.1 Perfil toponomástico da Mesorregião Norte Maranhense

Após a leitura das fichas preenchidas constatamos que os 11 fitotopônimos encontrados na Mesorregião Norte representam a diversidade, a variedade de espécies da flora na região. Eles se referem: (i) aos nomes de palmeiras, frutíferas ou não (Anajatuba, Bacabeira, Palmeirândia); (ii) a árvores (Cedral, Mirinzal); (iii) a árvores frutíferas (Bacuri, Bacurituba); (iv) ao termo genérico *mato* (Matinha); (v) a nomes que tenham uma relação estreita com frutas ou sejam nomes de frutas (Axixá, Cajapió) e (vi) à vegetação que cobre os lagos da Baixada Maranhense no inverno (Peri-Mirim).

É interessante ressaltar que, no caso de Palmeirândia não conseguimos descobrir qual o tipo de palmeira que deu origem ao nome ao município, mas acrescentamos que, tradicionalmente, das palmeiras (anajazeiro, babaqueiro, buritizeiro, bacabeira, juçareira) os maranhenses aproveitam tudo: caule, folhas e frutos. As palmeiras não fornecem somente alimento, mas também palha para cobrir casas, fibras para a confecção de artesanato, caule para madeira.

Ainda em relação aos fitotopônimos, não podemos esquecer que há o extrativismo, legal ou não da madeira para os mais variados fins. Logo, a vegetação local aqui representada por uma parcela de 18% é perpetuada nos nomes de lugares onde eram/são abundantes porque simbolizam o sustento, o usufruto, uma possibilidade de renda para o explorador da terra.

No que diz respeito aos dirrematopônimos, parcela significativa de 15%, vemos que têm peso relativo na Mesorregião pois, capítulo a parte, os nomes de lugares resultantes de expressões linguísticas só deixam evidenciar a natureza antropocultural ou física da região se analisarmos cada um e agrupá-los, para então sabermos qual o perfil dos topônimos da Mesorregião à qual se referem. Desse modo, dos 09 dirrematopônimos classificados, temos: (i) o grupo daqueles que adotaram o nome do Estado como qualificativo ou marca distintiva: Bela Vista do Maranhão, Olinda Nova do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, Central do Maranhão, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão; (ii) aqueles que agregaram nomes de santo a algum aspecto importante da localidade: Conceição do Lago-Açu (lago que banha a

cidade), São José de Ribamar (localização da cidade: sobre o mar) e (iii) aquele que ressalta aspectos da vida psíquica, cultura ou espiritual (Vitória do Mearim).

Diante desta análise, podemos afirmar que dos dirrematopônimos da Mesorregião Norte Maranhense 02 são de natureza antropocultural: Olinda Nova do Maranhão e Santo Amaro do Maranhão; 03 são de natureza física: Bela Vista do Maranhão, Central do Maranhão e Serrano do Maranhão; e 04 ressaltam aspectos das duas categorias com ênfase em aspectos particulares aliados aos recursos hídricos: Conceição do Lago-Açu, São José de Ribamar, Porto Rico do Maranhão e Vitória do Mearim.

A análise pormenorizada de cada dirrematopônimo expressa a intenção do denominador ao nomear seu lugar de *assentamento*. O que leva em consideração? Ele considera o/ou o(s) elemento(s) que lhe(s) é/são mais revelador(es), mais importante(s), por isso homenageia aquele(s) elemento(s) que lhe(s) oferece(m) melhores condições de vida.

É interessante observar que não encontramos qualificativos ou marca distintiva somente nos dirrematopônimos, mas nos 03 cardinotopônimos (5%) e nos 02 dimensiopônimos (3%). No primeiro caso temos Igarapé (do Meio) que é posterior a Igarapé Grande; Matões (do Norte), que é posterior a Matões, e Miranda (do Norte), posterior a Miranda (Mato Grosso do Sul, 1835). No grupo dos dimensiopônimos temos: Vargem Grande e Cachoeira Grande. No caso desses municípios, o adjetivo ressalta uma qualidade local dos municípios.

Os 08 antropotopônimos (13%) presentes na Mesorregião representam a homenagem prestada a personalidades que tiveram ou não uma relação estreita com essa localidade. Dessa forma, não agregamos os nomes próprios em grupos porque se referem a pessoas públicas com funções sociais diferenciadas, já que temos antropotopônimo dedicados ao Rei francês (São Luís), a escritores (Humberto de Campos, Nina Rodrigues), a personalidades locais, que podem ter sido seus fundadores ou não (Cururupu, Paulino Neves, Pedro do Rosário, Pinheiro) e a sobrenome de família (Bequimão).

Na Mesorregião encontramos o grupo de topônimos que se refere a homenagem, os axiotopônimos (5%) que prestam honras a 03 personalidades políticas brasileiras, mas precisamente a Presidentes: Presidentes Vargas (Getúlio Dorneles Vargas), Presidentes Juscelino (Juscelino Kubitschek de Oliveira) e Presidentes Sarney (José Sarney de Araújo Costa).

Do total de 09 corotopônimos existentes na Toponímia em estudo, 07 encontram-se nesta região. Essa porcentagem significativa de 12% é justificada porque essa parte do Estado (litoral) foi porta de entrada dos colonizadores e, dentre eles, os portugueses que, como os novos *donos* das terras, trataram logo de nomeá-las ou renomeá-las com nomes que *lembrassem* suas possessões em Portugal. Para isso, transplantaram nomes de suas colônias mesmo que eles não fossem semelhantes ou tivessem uma relação estreita com o novo lugar. Assim, temos os corotopônimos genuinamente portugueses: Alcântara, Cantanhede, Guimarães, Monção, Paço do Lumiar, Penalva e Viana.

A vida espiritual, a credulidade católica aqui é representada pela presença de: 01 ergotopônimo (2%) – Primeira Cruz (símbolo do catolicismo) – 06 hagiotopônimos (10%) que representam a homenagem a santos padroeiros dos municípios que nomeiam: Rosário, (apócope de Nossa Senhora do Rosário), Santa Helena, Santa Rita, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer.

Uma provável causa para a denominação de lugares com nomes de santos no Maranhão reside na devoção que vai além da edificação de templos quando surge um núcleo populacional, isto é, adotar o nome de santo para o lugar perpetua, para o povoador, sua fé naquele santo local por longas gerações. O templo pode não mais existir, o lugar pode trocar várias vezes de nomes, podem surgir outros credos, mas a veneração, o apego ao santo continua ali como marco dos sentimentos, das práticas, das tradições de longas datas do povo. O santo, nesse caso, não é só um representante direto entre o homem e Deus, mas o responsável pelo sucesso que será alcançado nessa nova terra. Ele é o responsável por ajudar o Homem a passar por todos os desafios impostos pelo ambiente físico e pelo próprio homem: doenças, falta de alimentos, ataques de animais, dos índios, fome, sede enchente de rios, lagos e igarapés.

No Maranhão a devoção aos santos é grande; para termos uma noção do apego aos santos, basta visitar o Estado em junho, mês das festas do Bumba-Meu-Boi. Durante esse período Santo Antonio (dia 13), São João Batista (dia 24), São Pedro (dia 29) e São Marçal (dia 30) são saudados com fogueiras, missas, procissões, (marítimas e terrestres), quermesses, festas com danças folclóricas e cantos para homenageá-los pelas *dádivas* alcançadas.

A festa do Bumba-Meu-Boi é realizada tipicamente por agricultores, pescadores e devotos agradecidos aos santos, principalmente, pelo alimento conseguido. Essa devoção católica que é mantida por longos tempos, também é simbolizada nos topônimos, *que, nem no*

*futuro, quando o modernismo determinasse a substituição de nomes de antigas localidades por outros sem nenhuma significação regional, o nome de Santo (...) seria substituído, eis que representa a tradição e os sentimentos de fé do seu povo (IBGE, 1959, p. 59).*

Como a Mesorregião Norte é caracterizada principalmente pela desembocadura dos rios do Estado no Oceano Atlântico, isso faz com que a presença da água nos topônimos também se sobressaia; dessa forma, temos 04 hidrotopônimos (7%) na Mesorregião: Cajari (banhado pelo rio Pindaré); Icatu, (banhado pelas águas da Baía de São José de Ribamar); Itapecuru-Mirim, (município que adotou o nome do rio que o banha); e Tutóia, (que é banhado pelo Oceano Atlântico). Acrescentamos a eles o geomorfotopônimo que tem uma ligação estreita com os recursos hídricos, Morros (2%), município edificado à margem direita do Rio Munim.

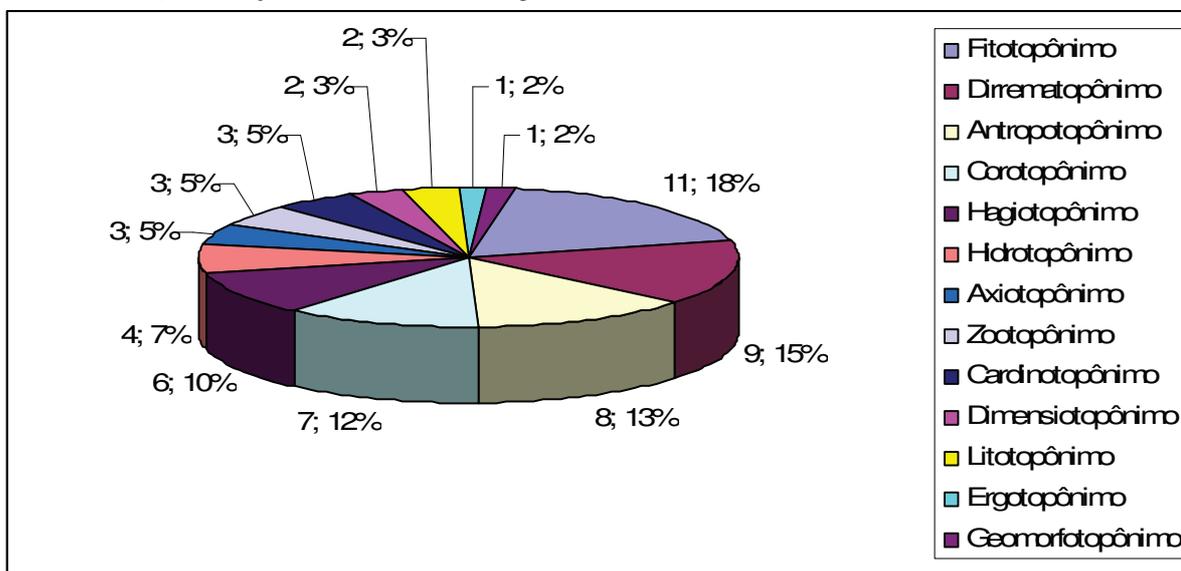
Como é possível perceber, todos os topônimos acima têm uma relação direta com a água, homenageiam esse líquido, quer seja ele do mar ou dos rios. Isso reforça a importância que a água tem para o nomeador. Do mar e/ou dos rios vem o alimento, fruto da pesca; as possibilidades de transporte; a extração de sal; a água que irriga as plantações, que mata a sede do homem e de suas criações. A água é fator determinante para que o Homem fixe moradia num lugar porque ela é elemento essencial à vida.

Elementos que se encontram intimamente ligados à água são os litotopônimos encontrados no Norte Maranhense – Barreirinhas e Apicum-Açu – não evidenciam somente o mineral barro ou o alagadiço do brejo, mas também a proximidade com o mar e os benefícios que este lhes proporciona. No caso de Barreirinhas, polo turístico do Estado, destacamos as praias. Já no caso de Apicum-Açu, além das praias, destacamos a área dos manguesais propícias para a pesca.

Na Mesoregião encontramos também 03 zootopônimos (5%) que não representam só a diversidade da fauna e a exploração desta na caça e na pesca: o animal é visto também como marco, referência da terra recentemente *descoberta* (Raposa), do alimento tirado das águas dos rios ou dos mares (Pirapemas), e das belezas que povoavam os céus (Arari).

Os topônimos classificados estão assim quantificados:

GRÁFICO 1: Quantificação das taxes da Mesorregião Norte Maranhense



Em síntese, na Microrregião Norte, do total de 60 topônimos, encontramos 29 de natureza física e 27 de natureza antropocultural. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 45% dos nomes de lugares a presença dos aspectos sócio-histórico-culturais e em 48% a presença dos elementos que se referem à natureza. Mas essa nossa assertiva não é regra, pois há topônimos que se enquadram nas duas categorias, 04 ao todo, que correspondem a uma parcela de 7% do total. Enfim, o perfil atual da Mesorregião Norte Maranhense mostra que os topônimos das duas classes, a antropocultural e a física se equivalem se consideramos o estudo pormenorizado do valor relativo, 15% dos 09 dirrematopônimos classificados na Mesorregião e não o modelo Toponímico Taxionômico de Dick (1990).

## 5.2 Perfil toponomástico da Mesorregião Sul Maranhense

Menor Mesorregião em número de municípios, o Sul Maranhense é caracterizado principalmente pelas chapadas, cerrados e pela nascente do Rio Parnaíba. Esses fatores possibilitaram com que alguns municípios que surgiram nessa região adotassem nomes que remetesse a algumas características físicas do solo, da hidrografia, da vegetação ou de aspectos antropoculturais.

Em se tratando da hidrografia local, do total de 04 hidrotopônimos, temos uma parcela de 21% de nomes de lugares que se referem aos rios da região: Alto Parnaíba, Balsas, Riachão e

Estreito. É importante salientar ainda algumas características referentes à significação dos hidrotopônimos classificados. Um aspecto diz respeito à lexia *alto* (Alto Parnaíba) que se refere ao local da nascente do rio, nesse caso, o Rio nasce na Chapada das Mangabeiras e o município, também, próximo da nascente, daí o qualificativo ter se estendido ao topônimo. Em relação a Balsas, o nome do rio se estendeu ao município, fato ocorrido também com Riachão. Esterito chama-se assim por causa da significação de seu primeiro nome Paranaidji (rio estreito), parte estreita que servia de passagem estratégica, pelo rio Tocantins, entre o Maranhão e o Tocantins.

A presença da água é evidenciada também em 02 dirrematopônimos dos 09 classificados da Mesorregião: São Félix de Balsas e Porto Franco. O primeiro alia ao nome do seu santo padroeiro o nome do rio que o banha. Já o segundo é formado por uma expressão linguística que remete às atividades e facilidades encontradas num porto às margens do rio Tocantins.

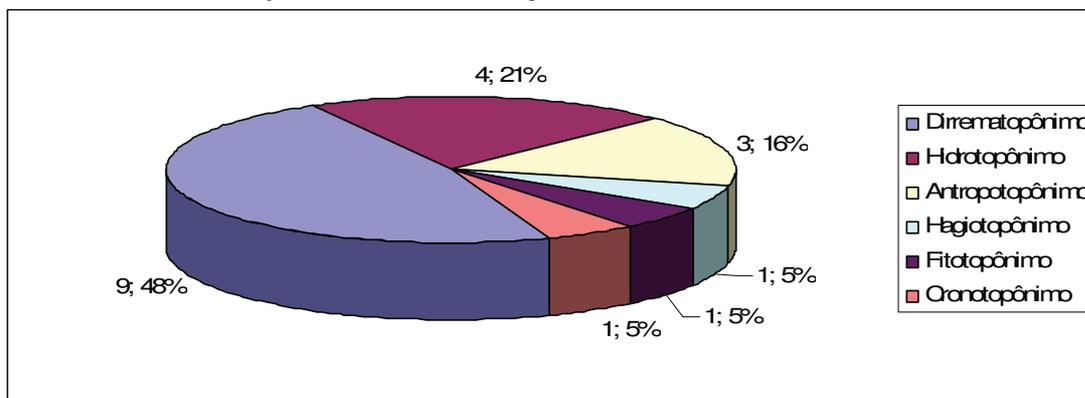
Os dirrematopônimos representam 48% dos nomes de lugares do Sul Maranhense. Além dos já mencionados, encontramos dois grupos o que: (i) alude aos nomes de santos padroeiros aliados a uma característica local: São São João do Paraíso, Domingos do Azeitão, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras e Fortaleza dos Nogueiras, e (ii) agregar características locais ao o nome do Estado: Feira Nova do Maranhão e Campestre do Maranhão.

Percebemos que os dirrematopônimos podem registrar um, dois ou mais aspectos no nome de lugar, dessa forma, essa categoria de topônimo, pode, ao mesmo tempo memorizar nomes de personalidades, local de trabalho do homem, aspectos da religiosidade, da vegetação, entre outros. A religiosidade e a vegetação também aparecem na proporção de 5%, de 01 hagiopônimo, Loreto (apócope de Nossa Senhora de Loreto) e de 5% de 01 fitopônimo, Sambaíba (árvore). Na mesma parcela dos dois topônimos anteriores aparece 01 cromotopônimo, Nova Colinas (posterior ao município Colinas).

Acrescentada às classes dos topônimos já apresentados, temos também aqueles que prestam homenagens a personalidades, são os antropotopônimos, 03 ao todo, registram uma porcentagem de 16% de nomes de pessoas ligadas à política: Benedito Leite; à área militar: Tasso Fragoso, e à primeira Imperatriz do Brasil: Carolina (Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo).

Os topônimos classificados estão assim quantificados:

GRÁFICO 2: Quantificação das taxes da Mesorregião Sul Maranhense



Em síntese, na Microrregião Sul, do total de 19 topônimos, encontramos 09 de natureza antropocultural e 06 de natureza física. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 47% dos nomes de lugares a presença dos aspectos sócio-histórico-culturais e em 32% a presença dos elementos que se referem à natureza. Mas essa nossa assertiva não é regra, pois há topônimos que se enquadram nas duas categorias, 04 ao todo, que correspondem a uma parcela de 21% do total. Enfim, o perfil atual da Mesorregião Sul Maranhense mostra que os topônimos das duas classes, a antropocultural e a física não se equivalem mesmo considerando o estudo pormenorizado do valor relativo, 48% dos 09 dirrematopônimos classificados na Mesorregião.

### 5.3 Perfil toponomástico Mesorregião da Leste Maranhense

No que diz respeito à Mesorregião Leste Maranhense, enfatizamos três fatores naturais importantes no seu povoamento: a presença marcante dos cursos d'água, a formação do relevo e a vegetação propícia à pecuária e a outras atividades econômicas. Sobre a hidrografia dessa localidade, destacamos que é banhada por vários rios, dentre eles temos o: Parnaíba que serve de divisa entre o Maranhão e o Piauí, banhando aproximadamente 15 municípios ribeirinhos; Itapecuru com seus afluentes: Itapecuruzinho, Gameleira, Balseiros, Corrente, Alpercatas, Peritoró, Flores, Corda; Munim, Periaí; Bacuri e o Magu. No que se refere ao relevo, destacamos a formação de chapadas como a: das Campinas, (Aldeias Altas), do Agreste (Parque Estadual do Mirador), do Azeitão (Pastos Bons); colinas; cerrados como a Serra Caraíba do Norte (São Francisco do Maranhão) e a Serra de Itapicuru (Mirador). Esses aspectos do relevo

possibilitaram com que surgissem 02 geomorfotopônimos, em sua homenagem, que são Colinas e Chapadinha.

Sobre o vegetação devemos observar que o desbravamento e povoamento do alto sertão<sup>51</sup> maranhense, se deu principalmente pelas riquezas produtivas da terra, isto é, dá água que irrigava o solo e deste brotava uma pastagem farta, exuberantes campos que, por sua vez, possibilitaram a criação de gado, edificação de fazendas, de engenhos, de paióis<sup>52</sup>; o comércio com municípios próximos ou com outros estados, como é o caso do Piauí; a ocupação das terras às margens dos rios, possibilitando as atividades da lavoura, da pecuária, da extração extrativista e transporte de mercadorias.

Esses três fatores contribuíram consideravelmente para o povoamento da Mesorregião Leste, principalmente porque, *à semelhança dos bandeirantes paulistas à procura de ouro, os criadores de gado, na ância de descobrirem novas e melhores pastagens, atiraram-se à conquista do sertão desconhecido, deixando em cada pousada a semente de uma cidade* (IBGE, 1959, p. 254).

E essas sementes das novas cidades começaram a ser plantadas intensamente a partir dos *pastos bons*. Localidade que inicialmente não era município, mas uma imensa região de campos bons para o pastoreio que possibilitou o surgimento dos seguintes municípios: Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Barão de Grajaú, Barra do Corda, Benedito Leite, Buriti Bravo, Carolina, Dom Pedro, Esperantinópolis, Fortaleza dos Nogueiras, Fortuna, Graça Aranha, Imperatriz, Colina, João Lisboa, Joselândia, Loreto, Mirador, Montes Altos, Nova Iorque, Paraibano, *Pastos Bons*, Passagem Franca, Porto Franco, Presidente Dutra, Presidente Vargas, Riachão, Sambaíba, São Domingos do Maranhão, São Felix de Balsas, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso e Tuntum.

É perceptível que o território dos *pastos bons* deu origem a muitos topônimos. Do total de 44 da Mesorregião, 14 são dirrematopônimos ligados a vários elementos físicos e antropoculturais. Os dirrematopônimos de natureza física se referem ou têm uma relação com: (i) os elementos hídricos: Belágua, Passagem Franca (passagem estratégica pelo Igarapé

<sup>51</sup> Houaiss (2001) registra sertão como sendo uma *região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas*. Acrescenta ainda o estudioso que essa região apresenta terreno coberto de mato e é afastado do litoral.

<sup>52</sup> Os paióis não serviam apenas como local para guardar, armazenar e negociar alimentos, mas pouso para os viajantes. Devido às intensas negociações neles travadas, muitos resultavam em núcleos populacionais.

Inhumas); (ii) a vegetação e/o a água: Pastos Bons (zona de pastagem de gado), Sucupira do Riachão (o Riachão atravessa todo o oeste do município) e Lagoa do Mato; (iii) a religiosidade e a água: São Benedito do Rio Preto, São João dos Patos, Água Doce do Maranhão; (iv) elementos locais agregados ou não ao nome do Estado: Milagres do Maranhão, Santa Quitéria Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Soter, São Francisco Maranhão, Alto Alegre do Maranhão. Como vemos, os 31% dos dirrematopônimos simbolizam, entre outros aspectos, tanto a fé nos santos quanto os aspectos locais. Sobre a fé no santo padroeiro temos também 01 hagiopônimo, equivalente a 2%: São Bernardo. Sobre os elementos da cultura local, temos 01 ergotopônimo que se refere ao nome de um município, Timon, derivado do nome de um jornal chamado Timon.

Já discorremos anteriormente a respeito dos recursos hídricos e da vegetação que foram fatores determinantes para a ocupação da Mesorregião em questão, dessa forma apresentamos aqui os topônimos que fazem uma referência direta à água ou que a ela estão ligados de alguma forma e depois àqueles que dizem respeito aos fitotopônimos. Dentre os primeiros destacamos, além dos dirrematopônimo já citados, 02 hidrotopônimo (5%) que derivam de nomes de rios: Parnarama e Codó. Acrescentamos a esses últimos 02 litotopônimos que têm referência direta com a água: Brejo, que é um terreno alagadiço, provavelmente por causa das águas do Rio Parnaíba, com quem limita-se a Leste e Peritoró que também significa brejo.

No grupo dos fitotopônimos, 06 ao todo, temos uma parcela de 13% de nomes de lugares que fazem menção a plantas locais ou ao termo genérico *mato*, são eles: Caxias, Buriti, Buriti Bravo, Coroatá e Jatobá. Mas não são somente esses topônimos que registram nomes de vegetais, os 02 cardinotopônimos (5%) classificados, Sucupira do Norte e Capinzal do Norte<sup>53</sup>, também resgatam nomes de plantas como a sucupira, que é usada a madeira e a semente (uso medicinal) e o capim, também usado para o pasto.

Acrescidos aos grupos dos topônimos já elencados, é oportuno considerar também aqueles que memorizaram nomes de personalidades, da terra natal de personalidades e de etnias homenageadas. No primeiro grupo temos os 06 antropotopônimos que se referem: (i) aos nomes dos Homens eruditos: Coelho Neto, Afonso Cunha e Mata Roma; (ii) ao político Magalhães de Almeida; (iii) ao magistrado Urbano Santos e, ao apelido do comerciante-morador que se tornou referência local: Mirador. Somado a essa parcela de 13% de antropotopônimos, temos a de 5%

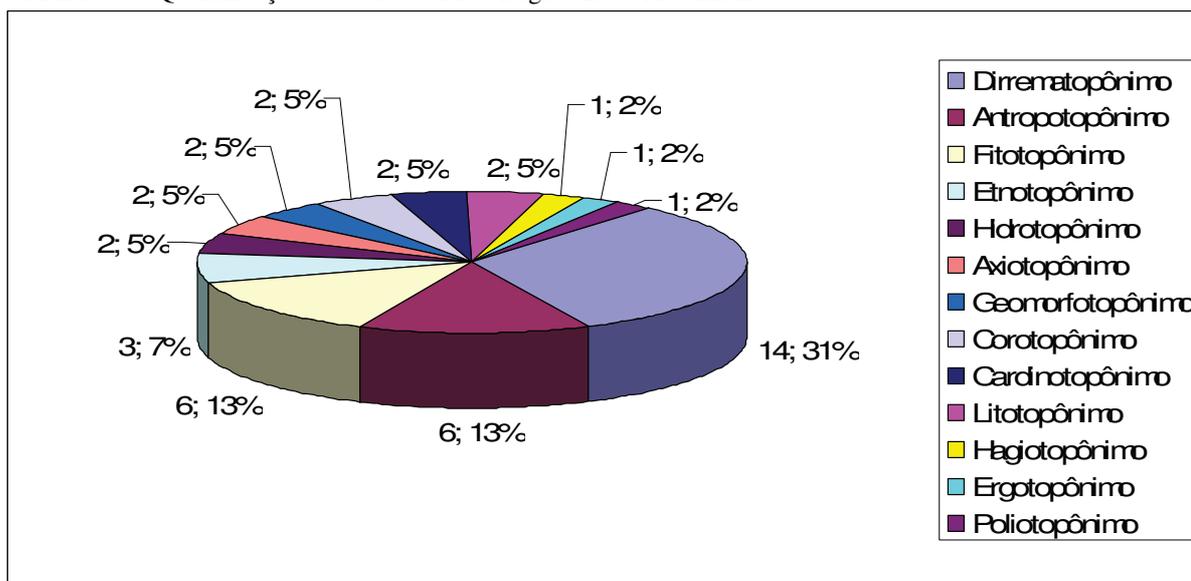
<sup>53</sup> Fato curioso é que, mesmo estando no Leste os dois municípios recebem o qualificativo norte.

de 02 axiotopônimo que fazem referência a títulos nobiliárquicos: Barão de Grajaú (Agapito Alves de Barros) e Duque Bacelar (homenagem à família que fundou o município). E, dentre os nomes de terras das personalidades locais, destacamos também a parcela de 5% de 02 corotopônimos: Nova Iorque (homenagem à terra natal do comerciante Eduardo Burnet) e Paraibano (homenagem aos paraibanos fundadores do município).

No caso das etnias homenageadas encontramos somente topônimos que têm relação com os indígenas, 04 ao todo, 03 etnotopônimos, uma parcela de 17% que se referem: às etnias dos índios araios (Araioses); aos índios que viviam às margens do Rio Parnaíba (Anapurus) e aos Timbiras. E 01 poliotopônimo, Aldeias Altas, (2%) que é atribuído às tribos dos Guaranés localizadas às margens do rio Itapecuru.

Os topônimos classificados estão assim quantificados:

GRÁFICO 3: Quantificação das taxas da Mesorregião Leste Maranhense



Em síntese, na Microrregião Leste Maranhense, do total de 44 topônimos encontramos 22 de natureza antropocultural e 19 de natureza física. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 22,5% dos nomes de lugares a presença dos aspectos sócio-histórico-culturais e em 19,43% os elementos que se referem à natureza. Mas essa assertiva não é regra, pois há topônimos que se enquadram nas duas categorias, 03 ao todo, que correspondem a uma parcela de 3,7% do total. Enfim, o perfil atual da Mesorregião Leste mostra que a distribuição das duas

categorias, a antropocultural e a física, em média se equivalem já que a parcela significativa de 31% dos dirrematopônimos classificados é relativa.

#### 5.4 Perfil toponomástico da Mesorregião Oeste Maranhense

A Mesorregião Oeste Maranhense, que faz divisa com o Pará, é conhecida como zona da Pré-Amazônia por causa do clima e da vegetação (árvores de grande porte) que são semelhantes aos da Amazônia. Esta parte do Estado desenvolveu-se consideravelmente em virtude de vários fatores, mas principalmente pelo sistema viário, com destaque para a: Rodovia Federal BR 010 (Belém-Brasília); Estrada de Ferro Carajás (Carajás a Ponta da Madeira) e a abundância de recursos hídricos, representada pelos rios (e seus afluentes) Gurupi, Maracaçumé, Tocantins e Pindaré. Em decorrência dessa riqueza de fatores, os imigrantes que habitaram (habitam) o Leste do Estado deixaram marcadas várias características antropoculturais e/ou físicas nos topônimos.

No que diz respeito aos dirrematopônimos, maior parcela (39%) classificada, os 21 encontrados conjugam variados elementos. Dessa forma, temos nomes de lugares compostos por expressões que: (i) agregam ao nome do Estado peculiaridades regionais ou não: Junco do Maranhão (vegetação), Amapá do Maranhão (vegetação/hidrografia), Itinga do Maranhão (hidrografia), Amarante do Maranhão, Centro Novo do Maranhão, Altamira do Maranhão (características do relevo), Lagoa Grande do Maranhão (hidrografia), Nova Olinda do Maranhão (cronologia); (ii) acrescentam à devoção a um santo alguma característica da hidrografia local: Santa Luzia do Paruá (rio), São João do Carú (rio), São Francisco do Brejão (brejo) e São Pedro da Água Branca; (iii) ressaltam as belezas nativas e a hidrografia: Alto Alegre do Pindaré e Boa Vista do Gurupi; (iv) grafam singularidades da vida psíquica, cultura e espiritual: Vila Nova dos Martírios, Bom Jardim e Bom Jesus das Selvas; e (v) ressaltam particularidades locais variadas: Centro do Guilherme, Brejo de Areia, Lago da Pedra e Marajá do Sena.

Além dos dirrematopônimos temos também outros topônimos que ressaltam aspectos particulares das localidades que nomeiam, como é o caso da parcela de: 6% de 03 ergotopônimos: Turiaçu, Turilândia (pilão) e Cidelândia (empresa); (ii) 6% de 03 hidrotopônimos: Maranhãozinho, Pindaré-Mirim e Buriticupu; (iii) 2% de 01 cronotopônimo

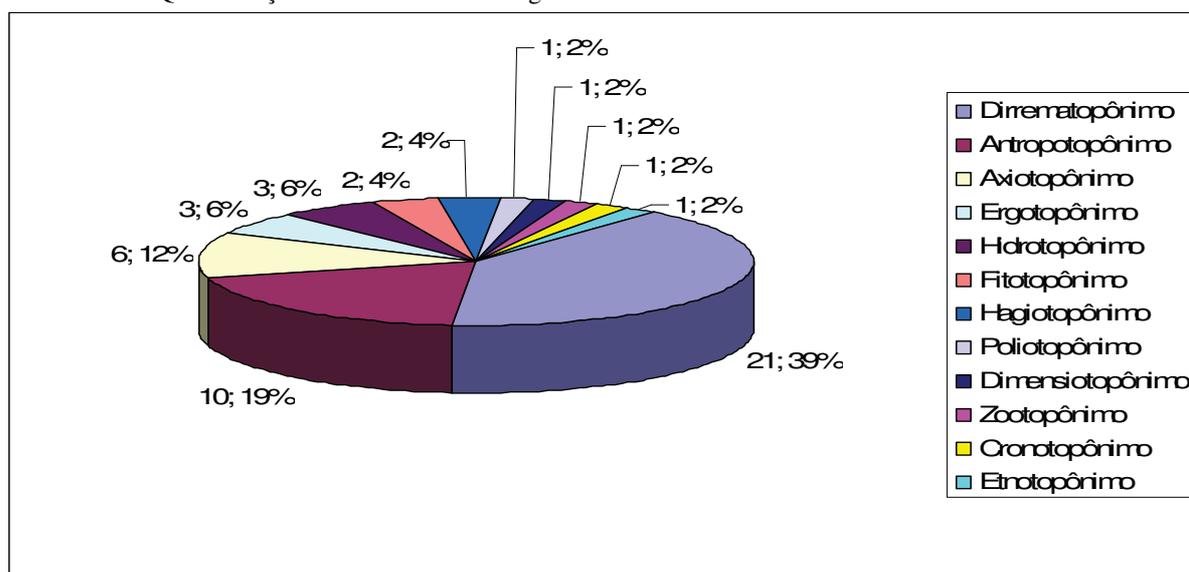
que também faz referência à hidrografia: Lajeado Novo; (iv) 4% de 02 fitotopônimos que simbolizam a vegetação, mas precisamente, a palmeira e/ou seu fruto: Açailândia e Buritirana; (v) 4% de 02 hagiotoônimos que homenageiam santas locais: Santa Inês e Santa Luzia (vi) e, de 2% de 01: poliotopônimo que homenageia a povoação abandonada dos índios carus (Carutapera); 01 etnotopônimo de origem indígena (Araguanã); 01 zootopônimo que provavelmente se refira aos caprinos ou rio de mesmo nome que banha a cidade (Maracaçumé) e 01 dimensiotoônimo que ressalta características do relevo local: Montes Altos.

Os demais topônimos classificados fazem menção a personalidades de diferentes funções, títulos e categorias, são os antropotopônimos e os axiotopônimos. Os 10 antropotopônimos encontrados, uma parcela de 19%, estão organizados em grupos que fazem homenagem a: (i) Homens eruditos: Cândido Mendes, Godofredo Viana, Luís Domingues, João Lisboa; (ii) fundadores da localidade e/ou políticos: Tufilândia (Tufi Maluf), Zé Doca, Davinópolis (Davi Alves da Silva); e, (iii) políticos: Ribamar Fiquene, Paulo Ramos e Vitorino Freire.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, temos os 06 axiotopônimos (12%) que destacam: um título nobiliário em honra a Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (Imperatriz) e, as funções política de algumas personalidades: (i) Governador Nunes Freire, Edison Lobão, Newton Bello; (ii) Senador La Rocque e, (iii) Presidente Médiçi.

Os topônimos classificados estão assim quantificados:

GRÁFICO 4: Quantificação das taxes da Mesorregião Oeste Maranhense



Em síntese, na Microrregião Oeste, do total de 52 topônimos, encontramos 24 de natureza antropocultural e 21 de natureza física. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 47% dos nomes de lugares a presença dos aspectos sócio-histórico-culturais e em 40% os elementos referentes à natureza. Mas essa assertiva não é regra, pois há topônimos que se enquadram nas duas categorias, 07 ao todo, que correspondem a uma parcela de 13% do total. Enfim, o perfil atual da Mesorregião Oeste Maranhense mostra que a distribuição das duas categorias, a antropocultural e a física se equivalem quando estudamos detalhadamente a parcela significativa de 39% dos 21 dirrematopônimos classificados.

### **5.5 Perfil toponomástico da Mesorregião Centro Maranhense**

Não fugindo às descrições já feitas das outras 04 Mesorregiões do Estado, o Centro Maranhense também apresenta muitas riquezas naturais que possibilitaram seu povoamento. Essa região, que está situada no médio vale do Rio Mearim, é servida também por outros rios, como é o caso do Grajaú, do Corda, do Peritoró e do Zutiua. Somadas a esses rios, temos a presença das Serras, como é o caso da: Serra Negra (Formosa da Serra Negra) e das Alpercatas (Fernando Falcão). Além dos recursos hídricos e de uma característica do relevo, destacamos uma particularidade da vegetação que é marcada principalmente pelos babaçuais ou mata dos cocais, fonte de renda (extrativismo do coco) de muitos agricultores da localidade.

Como já dissemos, o relevo do Centro Maranhense é marcado principalmente pelas planícies fluviais dos cursos dos seus rios. Essa e outras características já apontadas possibilitaram/possibilitam a exploração das riquezas naturais com as atividades: da agricultura, principalmente a de subsistência, com destaque para as culturas de arroz, milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, que possibilitou a instalação de engenhos; do cultivo do algodão; do extrativismo vegetal, principalmente do coco babaçu; da pecuária bovina; da caça e da pesca.

Outro fator que merece destaque é a incidência de áreas indígenas. Segundo dados do LABGEO (2002, p. 28) na Mesorregião Leste temos uma concentração considerável de áreas indígenas demarcadas, nesse caso, destacamos dois municípios: (i) Grajaú, que concentra as áreas de: Bacurizinho, Geralda, Toco Preto, Lagoa Comprida, Morro Branco, Urucu, Juruá; e (ii) Barra do Corda, que concentra as áreas de: Kanela-Buriti Velho, Porquinhos-Aldeia

Chinelo, Rodeador; (iii) Grajaú e Barra do Corda que concentram as áreas de Cana Brava Guajajara. Esses dados evidenciam que a região já era habitada pelos indígenas, que provavelmente foram se afastando e sendo forçados a ceder suas terras aos colonizadores, isso fez com que conflitos fossem travados pela posse da terra, mas por outro lado, algumas das contribuições indígenas foram registradas nos topônimos do Estado ao lado de tantas outras contribuições étnicas que lembram a hidrografia, o relevo, a vegetação, o solo.

Em virtude do que foi dito, temos uma parcela significativa de 49% de 20 dirrematopônimos que se referem a várias particularidades da Mesorregião. Dessa forma, destacamos nomes de lugares que têm relação com: (i) recursos hídricos associados a aspectos locais ou não: Fortuna, Barra do Corda, Itaipava do Grajaú, Tuntum, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Bernardo do Mearim, Olho d'Água das Cunhãs; (ii), aspectos locais associados a nomes de santos e personalidade: São José dos Basílios, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Jenipapo dos Vieiras, Trizidela do Vale; (iii) aspectos locais aliados ao nome do Estado: Santa Filomena do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Domingos do Maranhão; (iv) aspectos locais variados: Bom Lugar, Formosa da Serra Negra e Poção de Pedras.

Vimos que os dirrematopônimos, nomes de lugares formados por expressões linguísticas, registram num só topônimo fatores de natureza física e antropocultural. Mas essa característica não se aplica somente a esse tipo de topônimo, pois podemos encontrar os mesmo fatores representados em outras taxes toponomásticas, como é o caso da parcela de 2% de: (i) 01 etnotopônimo que homenageia a tribo dos Guajajaras que povoava as margens do rio que deu nome ao município de (Grajaú); (ii) 01 cronotopônimo que faz referência à lavoura de cana-de-açúcar (Sítio Novo); (iii) 01 cromotopônimo, (Lago Verde); 01 dimensiotopônimo (Igarapé Grande) e 01 hidrotopônimo (Satubinha) que resgata recursos hídricos referências do lugar que nomeia; (iv) 01 fitotopônimo que homenageia a prodigalidade da flora local na presença da palmeira e/ou fruto da bacaba (Bacabal); (v) 01 animotopônimo (Esperantinópolis) e 01 hagiopotopônimo (São Roberto) que representa a confiança na gleba e no santo que são dadivosos; (vi) 01 litotopônimo (Pedreira) e 01 ergotopônimo (Arame) que se tornaram referência local, consequentemente originado os atuais municípios que representam.

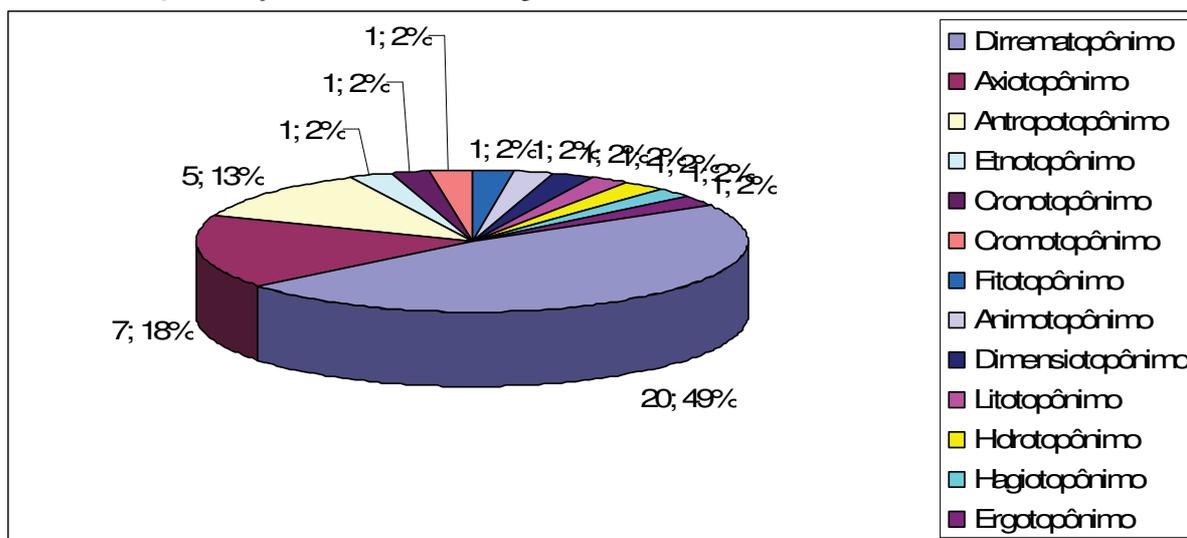
Os demais topônimos classificados fazem menção a personalidades de diferentes funções, títulos e categorias, são os axiotopônimos e os antropotopônimos. Dentre os primeiros,

destacamos uma parcela de 18%, 07 ao todo, divididos em dois grupos. O primeiro grupo se refere a um título religioso e um nobiliário, respectivamente: Papa Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli (Pio XII) e Imperador Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (Dom Pedro). No segundo grupo dos axiotopônimos, destacamos nomes de personalidades políticas com suas funções: Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Senenador Alexandre Costa e Presidente Dutra.

Por último, temos a homenagem a personalidade locais e/ou estaduais representadas pelos 05 antropotopônimos (13%) que memorizam: (i) nome de: político, Fernando Falcão; (ii) personalidades locais, Joselândia e Lima Campos; (iii) homens eruditos nascidas no Estado, Gonçalves Dias e Graça Aranha.

Os topônimos classificados estão assim quantificados:

GRÁFICO 5: Quantificação das taxes da Mesorregião Centro Maranhense



Em síntese, na Mesorregião Centro, do total de 42 topônimos, encontramos 25 de natureza antropocultural e 11 de natureza física. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 60% dos nomes de lugares a presença dos aspectos sócio-histórico-culturais e em 26% os elementos referentes à natureza. Mas essa assertiva não é regra, pois há topônimos que se enquadram nas duas categorias, 06 ao todo, que correspondem a uma parcela de 14% do total. Enfim, o perfil atual da Mesorregião Centro Maranhense mostra que a distribuição das duas categorias, a antropocultural e a física não se equivalem.

## 6 TOPONOMÁSTICA MARANHENSE: algumas singularidades

O Estudo da Toponímia dos atuais 217 municípios do Estado do Maranhão sob a perspectiva de sua origem e de sua história revela que as taxas de natureza antropocultural se sobrepõem às de natureza física em todas as cinco Mesorregiões, conforme demonstração a seguir, isso se considerarmos a metodologia estabelecida por Dick (1990).

Na Mesorregião **Norte Maranhense** temos 34 topônimos de natureza antropocultural agrupados em 09 dirrematopônimos; 08 antropotopônimos; 07 corotopônimos; 06 hagiopônimos; 03 axiotopônimos e 01 ergotopônimo. Somados a esses, temos 26 topônimos de natureza física agrupados em 11 fitotopônimos; 04 hidrotopônimos; 03 zootopônimos; 03 cardinotopônimos; 02 dimensiopônimos; 02 litotopônimos e 01 litotopônimo, totalizando assim os 60 nomes dos municípios analisados.

Na Mesorregião **Sul Maranhense** temos 13 topônimos de natureza antropocultural agrupados em 09 dirrematopônimos; 03 antropotopônimos e, 01 hagiopônimo. Somados a esses, temos 06 topônimos de natureza física agrupados em 04 hidrotopônimos; 01 fitotopônimo e 01 cronotopônimo, totalizando assim os 19 nomes dos municípios analisados.

Na Mesorregião **Leste Maranhense** temos 45 topônimos de natureza antropocultural agrupados em 21 dirrematopônimos; 10 antropotopônimos; 06 axiotopônimos; 03 ergotopônimos; 02 hagiopônimos; 01 cronotopônimo; 01 etnotopônimo e 01 poliotopônimo. Somados a esses, temos 07 topônimos de natureza física agrupados em 03 hidrotopônimos; 02 fitotopônimos; 01 dimensiopônimo e 01 zootopônimo, totalizando assim os 52 nomes dos municípios analisados.

Na Mesorregião **Oeste Maranhense** 30 topônimos de natureza antropocultural agrupados em 14 dirrematopônimos; 06 antropotopônimos; 03 etnotopônimos; 02 axiotopônimos; 02 corotopônimos; 01 ergotopônimo; 01 hagiopônimo e 01 poliotopônimo. Somados a esses, temos 14 topônimos de natureza física agrupados em 06 fitotopônimos; 02 cardinotopônimos; 02 geomorfotopônimos; 02 hidrotopônimos e 02 litotopônimos, totalizando assim os 44 nomes dos municípios analisados.

Na Mesorregião **Centro Maranhense** temos 38 topônimos de natureza antropocultural agrupados em 20 dirrematopônimos; 07 axiotopônimos; 05 antropotopônimos; 01 animotopônimo; 01 cromotopônimo; 01 cronotopônimo; 01 ergotopônimo; 01 etnotopônimo e

01 hagiotopônimo. Somados a esses, temos 04 topônimos de natureza física agrupados em 01 dimensiotopônimo; 01 fitotopônimo; 01 hidrotopônimo e 01 litotopônimo, totalizando assim os 42 nomes municípios analisados.

QUADRO 8: Distribuição de todas as taxas antropoculturais e físicas

<b>Antropoculturais: 160 (74%)</b>		<b>Físicas: 57 (26%)</b>	
73	dirrematopônimos	21	fitotopônimos
32	antropotopônimos	14	hidrotopônimos
18	axiotopônimos	05	cardinotopônimos
11	hagiotopônimos	05	litotopônimos
09	corotopônimos	04	dimensiotopônimos
06	ergotopônimos	04	zootopônimos
05	etnotopônimos	03	geomorfotopônimos
03	cronotopônimos	01	cromotopônimo
02	poliotopônimos	nenhum	astrotopônimo, meteorotopônimo, morfotopônimo.
01	animotopônimo		
nenhum	ecotopônimo, hierotopônimo, historiotopônimo, hodotopônimo, mitotopônimo, numerotopônimo, sociotopônimo, somatopônimo.		

Os dados acima evidenciam, segundo o Modelo Tipológico de Dick (1990), que temos uma parcela significativa de 74% (160) de topônimos de natureza antropocultural e somente 26% (57) de topônimos de natureza física, mostrando, dessa forma, que o nomeador, no ato de nomear os lugares, considerou como mais relevante, registrar, simbolizar, *perpetuar* os aspectos sócio-histórico-culturais. Mas não devemos crer que a sobreposição dos topônimos de natureza antropocultural seja tão grande sobre a física pois, dentre os 160 topônimos antropoculturais existem aqueles que também se referem às duas categorias e à natureza física – os dirrematopônimos – já analisados oportunamente em cada Mesorregião.

Mesmo que os dirrematopônimos de todas as Mesorregiões se refiram às duas categorias ao mesmo tempo à natureza física ou à antropocultural, aqui na análise quantitativa, não foi considerada essa análise pormenorizada porque seguimos o que prevê o Modelo Tipológico de Dick (1990) que não classifica os dirrematopônimos como sendo de natureza física. Em virtude dessa falta de uma classificação toponímica que especifique de forma mais evidente a natureza antropocultural ou física dos dirrematopônimos propomos, assim como o fez Dick (2007b, p. 466) para os hierotopônimos, que haja uma divisão dos dirrematopônimos em subclasses: (i)

dirrematopônimos antropoculturais: Santo Antonio dos Lopes (santo padroeiro/fundadores da cidade); (ii) dirrematopônimos físicos: Serrano do Maranhão (rio que banha a cidade/nome do *estado*) e, (iii) dirrematopônimos bivalentes<sup>54</sup>: Conceição do Lago-Açu (santa padroeira/lago que banha a cidade).

A respeito ainda dos 74% de topônimos de natureza antropocultural destacamos também que a contribuição da língua portuguesa nos nomes de lugares se sobrepôs consideravelmente à dos nativos porque o colonizador imprimiu normas que suplantaram a língua indígena em todo o país, como exemplifica NASCENTES (2003, 572-572) no caso de topônimos paraenses que sofriam mudanças,

Às vezes, entretanto, ela foi por influencia oficial, com intenção de fazer desaparecer o topônimo aborígine, como aconteceu no Pará em 1758. O Capitão-Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado ordenou então que fosse substituído por topônimos portugueses aqueles de origem tupi; a sua intenção era dissimular a origem indígena das comunidades fixadas nos vilarejos organizados pelos jesuítas que conseguiram a desgraça do Marquês de Pombal, primeiro ministro do Rei D. José. A vontade do Reino era de impedir que o idioma dos índios continuasse a suplantar aqueles do colonizador, porque, como anota Teodoro Sampaio, até o começo do século XVIII a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três por um, do tupi ao português<sup>55</sup>.

Essa realidade desenhada por Nascentes é observada também nos topônimos maranhenses que, formados ao longo de quase quatro séculos (397 anos) de colonização do Estado, sofreram várias alterações toponímicas. Do total dos 217 topônimos 155 AT e somente 62) topônimos originais. Porque tantas mudanças toponomásticas?

Percebemos que no ato da nomeação, o denominador deixou grafado nos nomes de lugares a presença daquilo que lhe era mais relevante: os elementos da sua realidade sociocultural, econômica e ambiental, assim temos, por exemplo, a presença marcante dos

<sup>54</sup> Dirrematopônimos bivalentes seriam aqueles que se referem aos topônimos de natureza física e antropocultural, ou vice-versa, isto é, teriam dois usos, duas funções, duas naturezas.

<sup>55</sup> Quelquefois, cependant, elle s'est faite par influence officielle, avec l'intention de faire disparaître le toponyme aborigène, comme il arriva au Pará en 1758. Le capitaine general Francisco Xavier de Mendonça Furtado ordonna alors qu'on remplaçât par les toponymes portugais ceux d'origine tupi; son intention était de dissimuler l'origine indigène des peuplades fixées dans les villages organisés par les Jésuites qui avaient encouru la disgrâce du Marquis de Pombal, premier ministre du roi D. José. La volonté de la Providence aurait été d'empêcher que l'idiome des Indiens continuât à supplanter celui des colonisateurs, puisque, comme le remarque Teodoro Sampaio, jusq'au commencement du XVIII siècle, la proportion ente les deux langues parlées dans la colonie était à peu pres de trois pour um, du tupi au portugais. (NASCENTES, 2003, p. 572-573). (Tradução: Professora Mestre Nadia Sleiman Mattar).

nomes de santos, de elementos que lembram a crença religiosa e/ou a vida psíquica; a homenagem a personalidades públicas ou não formadoras do pensamento político, do pensamento intelectual, da cultura local, nacional e internacional; das etnias que migraram para o local ou da autóctone com suas particularidades; dos elementos da cultura; dos elementos da natureza essenciais para a sua sobrevivência, como é o caso dos recursos, hídricos, vegetais ou da fertilidade gleba em si. Vale ressaltar que, mesmo sendo estes últimos elementos de natureza física eles se fazem presentes nos de natureza antropocultural, mais precisamente nos dirrematopônimos.

Como vemos são muitos e variados aspectos a considerar no momento da nomeação, por isso alguns elementos são privilegiados em detrimento de outros. Mas, conforme as conveniências do Homem ele os substitui por outros elementos que podem ou não refletir uma particularidade, uma peculiaridade local que podem ou não ser aprovado pelos moradores. O IBGE (s/d) ressalta isso ao afirmar que

Durante o processo emancipatório dos oitenta e um novos municípios do Maranhão, não foram respeitados os seus nomes de origem, apesar de muitos possuírem nomes inspirados em aspectos locais e até mesmo da língua indígena (caso Macuíba). Alguns desses municípios receberam nomes de políticos maranhenses, que exerceram ou exercem cargos atualmente sem que fosse feita uma consulta aos seus habitantes. É importante para as futuras gerações a origem do nome do povoado antes de ser emancipado. Macuíba, por exemplo, foi chamado de Senador La Rocque em homenagem ao ilustre político maranhense Henrique de La Rocque. Passaram-se (dois) anos e 6 (seis) meses e, ainda nos dias de hoje, a nova denominação não foi assimilada por seus moradores.

Diante do que foi dito agrupamos os 217 nomes dos municípios maranhenses em quatro períodos sincrônicos (1600 1700, 1800 e 1900) que possibilitam visualizar com mais precisão não só o perfil da Toponímia do Maranhão, mas: (i) a classe toponomástica na qual se enquadra (ii) o atual topônimo, (iii) se sofreu Alteração Toponímica; (iv) não a data<sup>56</sup> que foi oficializada a FAD mas a existência, o desbravamento e a consequente formação de núcleo populacional nas terras que originaram os atuais municípios; e (v) o nome do ou/dos municípios de onde foram emancipados.

---

<sup>56</sup> As vezes a data da formação administrativa coincide com a do povoamento pelo colonizador ou pela descoberta do local, mas consideramos como marco inicial do local as primeiras notícias de sua existência enquanto terra habitada ou candidata a habitar quer seja pelos colonizadores quer seja pelos seus verdadeiros donos, os índios que foram obrigados a mudar de pouso.

Período de **1600**: colonização do Estado, fundação da capital e formação de *novos* núcleos habitacionais com a saída do litoral e *embrenhamento* dos exploradores para expandir as possessões dos portugueses pelas terras maranhenses.

QUADRO 9: Demonstrativo do período sincrônico de 1600

<b>Classificação</b>	<b>Topônimo</b>	<b>AT</b>	<b>Existe</b>	<b>Emancipado de</b>
corotopônimo	Alcântara	X		
litotopônimo	Brejo	X	1684	Caxias
poliotopônimo	Carutapera		1655	Turiação
antropotopônimo	Cururupu	X	1614	Guimarães
corotopônimo	Guimarães	X	1633	
hidrotopônimo	Icatu	X	1614	
corotopônimo	Paço do Lumiar	X	1625	São Luís e São José de Ribamar
ergotopônimo	Primeira Cruz		1614	Humberto de Campos
dirrematopônimo	Santo Amaro do Maranhão	X		Primeira Cruz
dirrematopônimo	São José de Ribamar	X	1627	São Luís
antropotopônimo	São Luís	X	1612	
ergotopônimo	Turiação	X	1671	Vila de Bragança (PA)

Período de **1700**: continua o desbravamento do território com a perseguição ou *amizade* com os indígenas, a criação de colônias; de freguesias (povoações paroquianas); de sesmarias (terrenos cedidos pelos reis de Portugal aos novos povoadores); de vilas; de lugares<sup>57</sup>; e arraiais (acampamento/povoação transitória ou não).

QUADRO 10: Demonstrativo do período sincrônico de 1700

<b>Classificação</b>	<b>Topônimo</b>	<b>AT</b>	<b>Existe</b>	<b>Emancipado de</b>
etnotopônimo	Araioses	X	1741	Tutóia
zootopônimo	Arari	X	1723	Vitória do Mearim
fitotopônimo	Caxias	X	1735	
geomorfotopônimo	Chapadinha	X	1783	Vargem Grande
hidrotopônimo	Codó	X	1780	
hidrotopônimo	Itapecuru-Mirim	X	1767	São Luís
corotopônimo	Monção	X	1757	Viana
dirrematopônimo	Pastos Bons	X	1764	Caxias e Mirador
hagiotopônimo	Rosário	X	1777	Itapecuru-Mirim
dirrematopônimo	Santa Quitéria do	X	1700	São Bernardo e Brejo

<sup>57</sup> Para Coelho Netto (1985, p. 77) a liberdade dos índios maranhenses de deu com a Lei de 06/06/1755 que *dava ensejo também para que se criassem vilas e lugares, desde que tivesse um número de 150 moradores para as primeiras e em lugares as aldeias menores.*

	Maranhão			
hagiotopônimo	São Bernardo	X	1700	Caxias
hidrotopônimo	Tutóia	X	1727	Barreirinhas e São Bernardo
corotopônimo	Viana	X	1709	
dirrematopônimo	Vitória do Mearim	X	1723	

Período de **1800**: continua o desbravamento do território agora impulsionado pelas atividades da agricultura e da pecuária desenvolvidas principalmente nos *pastos bons* do sertão maranhense que possibilitaram com que fossem plantadas muitas cidades.

QUADRO 11: Demonstrativo do período sincrônico de 1800

Classificação	Topônimo	AT	Existe	Emancipado de
hidrotopônimo	Alto Parnaíba	X	1856	Paranaguá (PI), Loreto
fitotopônimo	Anajatuba		1854	Itapecuru-Mirim, Rosário
etnotopônimo	Anapurus	X	1888	Brejo
fitotopônimo	Axixá		1907	Barra do Corda, Icatu
fitotopônimo	Bacabal		1876	São Luís Gonzaga
fitotopônimo	Bacuri		1815	Cururupu
fitotopônimo	Bacurituba		1868	Cajapió
hidrotopônimo	Balsas	X	1879	Riachão
axiotopônimo	Barão de Grajaú		1884	São Francisco do Maranhão
dirrematopônimo	Barra do Corda	X	1835	
litotopônimo	Barreirinhas		1849	Tutóia, Brejo, Miritiba, São Bernardo
antropotopônimo	Bequimão	X	1805	Alcântara
fitotopônimo	Buriti	X	1843	Brejo
fitotopônimo	Buriti Bravo	X	1807	Colinas
fitotopônimo	Cajapió		1876	São Bento, São Vicente Ferrer
hidrotopônimo	Cajari	X	1851	Penalva, Pindaré-Mirim, Vitória do Mearim
antropotopônimo	Cândido Mendes	X	1819	Turiação
antropotopônimo	Carolina	X	1809	
geomorfotopônimo	Colinas	X	1886	
fitotopônimo	Coroatá	X	1843	Caxias
dirrematopônimo	Fortuna	X	1890	Colinas
etnotopônimo	Grajaú	X	1811	Pastos Bons

antropotopônimo	Humberto de Campos	X	1817	Icatu
axiotopônimo	Imperatriz	X	1852	Grajaú
hagiotopônimo	Loreto	X	1830	Pastos Bons
antropotopônimo	Luís Domingues	X	1880	Carutapera
antropotopônimo	Magalhães de Almeida	X	1855	São Bernardo
fitotopônimo	Matinha		1936	Viana
fitotopônimo	Matões	X	1818	Parnarama
antropotopônimo	Mirador	X	1815	
dimensiotopônimo	Montes Altos		1898	Imperatriz
geomorfotopônimo	Morros		1750	Icatu
antropotopônimo	Nina Rodrigues	X	1838	Vargem Grande
corotopônimo	Nova Iorque	X	1764	Pastos Bons
fitotopônimo	Palmeirândia	X	1893	São Bento, Peri-Mirim
hidrotopônimo	Parnarama	X	1835	
dirrematopônimo	Passagem Franca	X	1835	Nina Rodrigues, Colinas
litotopônimo	Pedreiras	X	1845	São Luiz Gonzaga
corotopônimo	Penalva	X	1858	Viana
fitotopônimo	Peri-Mirim	X	1886	São Bento
hidrotopônimo	Pindaré Mirim	X	1839	Monção
antropotopônimo	Pinheiro	X	1855	Guimarães
dirrematopônimo	Porto Franco		1854	Imperatriz
axiotopônimo	Presidente Dutra	X	1896	Barra do Corda
axiotopônimo	Presidente Vargas	X	1809	Carolina, Vargem Grande; Candido Mendes, Turiaçu
hidrotopônimo	Riachão	X	1808	Carolina
hagiotopônimo	Santa Helena	X	1835	Guimarães
hagiotopônimo	Santa Rita		1890	Rosário
dirrematopônimo	São Benedito do Rio Preto	X	1874	Vargem Grande
hagiotopônimo	São Bento	X	1805	
dirrematopônimo	São Domingos do Maranhão	X	1894	Colinas, Presid. Dutra
dirrematopônimo	São Félix de Balsas		1835	Loreto
dirrematopônimo	São Francisco do Maranhão	X	1700	
dirrematopônimo	São João dos Patos	X	1838	Passagem Franca, Barão de Grajaú
dirrematopônimo	São Luís Gonzaga do Maranhão	X	1844	Itapecuru-Mirim
dirrematopônimo	São Raimundo das Mangabeiras	X	1890	Loreto, Riachão
hagiotopônimo	São Vicente Ferrer		1805	São Bento, Viana

etnotopônimo	Timbiras	X	1838	Codó
ergotopônimo	Timon	X	1852	Matões
dirrematopônimo	Tuntum	X	1890	Presidente Dutra
ergotopônimo	Turilândia	X	1891	Turiaçu e Santa Luzia Paruá
antropotopônimo	Urbano Santos	X	1864	Brejo
dimensiotopônimo	Vargem Grande	X	1833	Itapecuru-Mirim
antropotopônimo	Zé Doca		1988	Monção

Período de **1900**: o território que começou a ser explorado pelos europeus agora intensifica a atração, em maior quantidade, de migrantes de dentro do Estado, de estados vizinhos, como é o caso do Piauí, Ceará, Pará, Tocantins, Goiás e de outras partes do país. Dentre os motivos para tanta *entrada* de novos *desbravadores* das terras maranhenses destacamos a oferta de emprego, melhores condições de vida para quem fugia da seca, as atividades ligadas à lavoura e à pecuária. Esses e outros fatores ajudaram a desenhar a toponímia atual que além de nos fazer conhecer a História de cada localidade, possibilita desvendar a Geografia, a Antropologia, a Economia, a Cultura... do Povo Maranhense.

QUADRO 12: Demonstrativo do período sincrônico de 1900

Classificação	Topônimo	AT	Existe	Emancipado de
Fitotopônimo	Açailândia		1958	Imperatriz
antropotopônimo	Afonso Cunha	X	1959	Coelho Neto
dirrematopônimo	Água Doce do Maranhão	X	1948	Araioses
poliotopônimo	Aldeias Altas	X	1918	Caxias
dirrematopônimo	Altamira do Maranhão	X	1949	Vitorino Freire
dirrematopônimo	Alto Alegre do Maranhão	X	1994	Coroatá, São Luiz Gonzaga, Bacabal e São Mateus
dirrematopônimo	Alto Alegre do Pindaré	X	1994	Santa Luzia
dirrematopônimo	Amapá do Maranhão	X	1950	Carutapera, Luis Domingues e Godofredo Viana
dirrematopônimo	Amarante do Maranhão	X	1916	Grajaú
litotopônimo	Apicum-Açu		1994	Bacuri
etnotopônimo	Araguanã		1994	Zé Doca
ergotopônimo	Arame		1988	Santa Luzia e Grajaú
fitotopônimo	Bacabeira		1994	Rosário
dirrematopônimo	Belágua		1994	Urbano Santos

dirrematopônimo	Bela Vista do Maranhão	X	1994	Vitória do Mearim
antropotopônimo	Benedito Leite	X	1902	Nova Iorque
dirrematopônimo	Bernardo do Mearim	X	1961	Igarapé Grande
dirrematopônimo	Boa Vista do Gurupi	X	1962	Carutapera, Luis Domingues
dirrematopônimo	Bom Jardim		1964	Monção
dirrematopônimo	Bom Jesus das Selvas	X	1968	Santa Luzia
dirrematopônimo	Bom Lugar		1994	Bacabal
dirrematopônimo	Brejo de Areia		1994	Altamira do Maranhão
hidrotopônimo	Buritcupu		1994	Santa Luzia
Fitotopônimo	Buritirana		1961	João Lisboa
dimensiotopônimo	Cachoeira Grande		1959	Morros
dirrematopônimo	Campestre do Maranhão	X	1950	Porto Franco
corotopônimo	Cantanhede		1902	Itapecuru-Mirim
cardinotopônimo	Capinzal do Norte	X	1994	Codó, Santo Antonio Lopes, Lima Campos
fitotopônimo	Cedral	X	1918	Guimarães
dirrematopônimo	Central do Maranhão	X	1961	Mirinzal
dirrematopônimo	Centro do Guilherme		1994	Godofredo Viana
dirrematopônimo	Centro Novo do Maranhão	X	1994	Carutapera
ergotopônimo	Cidelândia		1994	Imperatriz
antropotopônimo	Coelho Neto	X	1914	Buriti
dirrematopônimo	Conceição do Lago-Açu	X	1940	Vitória do Mearim
antropotopônimo	Davinópolis	X	1982	Imperatriz
axiotopônimo	Dom Pedro	X	1915	Codó
axiotopônimo	Duque Bacelar	X	1954	Coelho Neto
animotopônimo	Esperantinópolis	X	1910	Barra do Corda
hidrotopônimo	Estreito	X	1948	Carolina
dirrematopônimo	Feira Nova do Maranhão	X	1994	Riachão
antropotopônimo	Fernando Falcão	X	1948	Barra da Corda
dirrematopônimo	Formosa da Serra Negra	X	1994	Grajaú
dirrematopônimo	Fortaleza dos Nogueiras		1906	Riachão
antropotopônimo	Godofredo Viana	X	1931	Turiação, Cândido Mendes
antropotopônimo	Gonçalves Dias	X	1922	Caxias
axiotopônimo	Governador Archer	X	1930	Dom Pedro
axiotopônimo	Gov. Edison Lobão	X	1958	Imperatriz
axiotopônimo	Gov. Eugênio Barros	X	1926	Caxias

axiotopônimo	Gov. Luiz Rocha	X	1922	São Domingos do Maranhão
axiotopônimo	Gov. Newton Bello	X	1994	Zé Doca
axiotopônimo	Gov. Nunes Freire	X	1994	Cândido Mendes
antropotopônimo	Graça Aranha	X	1959	São Domingos do Maranhão
cardinotopônimo	Igarapé do Meio		1995	Vitória do Mearim
dimensiotopônimo	Igarapé Grande	X	1904	Pedreiras
dirrematopônimo	Itaipava do Grajaú	X	1940	Grajaú
dirrematopônimo	Itinga do Maranhão	X	1959	Açailândia
fitotopônimo	Jatobá		1994	Colinas
dirrematopônimo	Jenipapo dos Vieiras	X	1930	Barra da Corda
antropotopônimo	João Lisboa	X	1925	Imperatriz
antropotopônimo	Joselândia	X	1910	Pedreiras
dirrematopônimo	Junco do Maranhão	X	1994	Carutapera, Luís Domingues, Godofredo Viana
dirrematopônimo	Lago da Pedra	X	1929	Vitória do Mearim, Bacabal
dirrematopônimo	Lago do Junco	X	1918	São Luís Gonzaga
dirrematopônimo	Lago dos Rodrigues		1961	Lago do Junco
cromotopônimo	Lago Verde	X	1940	Bacabal, Vitória do Mearim
dirrematopônimo	Lagoa do Mato		1994	Passagem Franca
dirrematopônimo	Lagoa Grande do Maranhão	X	1994	Lagoa da Pedra
cronotopônimo	Lajeado Novo		1994	Montes Altos
antropotopônimo	Lima Campos	X	1932	Pedreiras
zootopônimo	Maracaçumé	X	1994	Godofredo Viana
dirrematopônimo	Marajá do Sena	X	1994	Paulo Ramos
hidrotopônimo	Maranhãozinho		1994	Cândido de Mendes
antropotopônimo	Mata Roma	X	1942	Chapadinha
cardinotopônimo	Matões do Norte	X	1994	Cantanhede, São Mateus do Maranhão
dirrematopônimo	Milagres do Maranhão	X	1911	Brejo, Santa Quitéria do Maranhão
cardinotopônimo	Miranda do Norte	X	1961	Itapecuru-Mirim, Arari
fitotopônimo	Mirinzal		1948	Guimarães
cronotopônimo	Nova Colinas		1964	Fortaleza dos Nogueiras
dirrematopônimo	Nova Olinda do Maranhão	X	1994	Santa Luzia do Paruá
dirrematopônimo	Olho d'Água d. Cunhãs		1929	Bacabal
dirrematopônimo	Olinda Nova do	X	1995	Viana, Matinha, São

	Maranhão			João Batista, São Vicente Ferrer
corotopônimo	Paraibano	X	1920	Pastos Bons
antropotopônimo	Paulino Neves		1948	Tutóia, Barreirinhas
antropotopônimo	Paulo Ramos	X	1968	Lago da Pedra
antropotopônimo	Pedro do Rosário	X	1959	Pinheiro
litotopônimo	Peritoró		1948	Coroatá, Codó, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão
axiotopônimo	Pio XII	X	1948	Vitória do Mearim
Zootopônimo	Pirapemas	X	1933	Coroatá
dirrematopônimo	Poção de Pedras	X	1961	Pedreiras
dirrematopônimo	Porto Rico do Maranhão	X	1994	Cedral
axiotopônimo	Presidente Juscelino	X	1964	Axixá
axiotopônimo	Presidente Médici		1994	Santa Luzia do Paruá
axiotopônimo	Presidente Sarney		1994	Pinheiro
axiotopônimo	Presidente Sarney		1994	Pinheiro
zootopônimo	Raposa		1930	Paço do Lumiar
antropotopônimo	Ribamar Fiquene	X	1955	Montes Altos
fitotopônimo	Sambaíba		1923	Loreto, São Raimundo das Mangabeiras
dirrematopônimo	Santa Filomena do Maranhão	X	1994	Tuntum
hagiotopônimo	Santa Inês	X	1880	Pindaré-Mirim
hagiotopônimo	Santa Luzia	X	1949	Pindaré Mirim
dirrematopônimo	Santa Luzia do Paruá		1987	Turiação
dirrematopônimo	Santana do Maranhão	X	1994	São Bernardo
dirrematopônimo	Santo Antônio dos Lopes	X	1922	Pedreiras
dirrematopônimo	São Domingos do Azeitão		1994	Benedito Leite, Pastos Bons e Sucupira do Norte
dirrematopônimo	São Francisco do Brejão		1994	Imperatriz, Açailândia
hagiotopônimo	São João Batista	X	1919	São Vicente Ferrer
dirrematopônimo	São João do Carú		1994	Bom Jardim
dirrematopônimo	São João do Paraíso	X	1948	Porto Franco
dirrematopônimo	São João do Soter	X	1994	Caxias
dirrematopônimo	São José dos Basílios		1994	Presidente Dutra
dirrematopônimo	São Mateus do Maranhão	X	1942	Bacabal, Coroatá
dirrematopônimo	São Pedro da Água Branca		1994	Imperatriz
dirrematopônimo	São Pedro dos Crentes		1994	Estreito

dirrematopônimo	São Raimundo do Doca Bezerra		1994	Esperantinópolis
Hagiotopônimo	São Roberto		1994	Esperantinópolis
hidrotopônimo	Satubinha		1994	Pio XII
axiotopônimo	Senador Alexandre Costa	X	1975	Governador Eugênio Barros
axiotopônimo	Senador La Rocque	X	1994	São João Lisboa
dirrematopônimo	Serrano do Maranhão	X	1994	Cururupu
cronotopônimo	Sítio Novo	X	1935	Grajaú
cardinotopônimo	Sucupira do Norte		1936	Mirador
dirrematopônimo	Sucupira do Riachão		1994	São João dos Patos
antropotopônimo	Tasso Fragoso	X	1940	Alto Parnaíba
Dirrematopônimo	Trizidela do Vale	X	1950	Pedreiras
Antropotopônimo	Tufilândia	X	1994	Pindaré-Mirim
dirrematopônimo	Vila Nova dos Martírios		1970	Imperatriz
antropotopônimo	Vitorino Freire	X	1934	Bacabal, Vitória do Mearim

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos 217 topônimos distribuídos nas Mesorregiões constatamos que alguns se adequam, outros não, às disposições legislativas da Conferência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; à Lei Geográfica ou Decreto-Lei 311; ao Decreto-Lei nº 5.901; à resolução nº 98 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Nascentes (2003, p. 578) afirma que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia estabelece que *se os nomes estrangeiros são escritos na forma vernacular, a ortografia oficial será utilizada obrigatoriamente*<sup>58</sup>. Esse caso se aplica ao corotopônimo Nova Iorque (New York) que foi traduzido conforme as normas ortográficas brasileiras.

No que se refere aos nomes de lugares nacionais, segundo Nascentes (2003, p. 576), a Conferência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada em 1926, adotou algumas resoluções que dizem respeito essencialmente às normas ortográficas. Dentre essas normas destacamos as que versam sobre a/o:

(i) substituição do y pelo i nos nomes de origem indígena e africana<sup>59</sup>: Icatu e não Hycatu, Alto Parnaíba (parnahyba, parahyba, paranahyba, paraná-hyba); Turiaçu e não Turyassú, Tory-assú, Turyaçú, Turiassú;

(ii) supressão do h nos nomes de origem indígena, com exceção ao h inicial, regra que não se aplicou ao topônimo Icatu que além de perder o y, perdeu também o h, e Alto Parnaíba (parnahyba, parahyba, paranahyba, paraná-hyba);

(iii) uso do ss no lugar de ç nos nomes de origem indígena, que, com Mara Cassumé > Maracassumé > Maracaçumé, aconteceu o contrário, mas com Turiaçu, Apicum-Açu e Conceição do Lago-Açu, foi mantida a regra;

(iv) uso de je, ji no lugar de ge, gi, nos nomes de origem indígena: Jenipapo dos Vieiras e Lajeado Novo;

(v) a supressão das abreviaturas nos títulos e qualificativos que recebem os nomes próprios. A Conferência ordenou que fossem escritos por extenso (São, Santo, Santa, Dom, Dona, Padre, Frei, Coronel, Marechal, Engenheiro, Doutor): Barão de Grajaú; Dom Pedro;

<sup>58</sup> Se les noms étrangers sont écrits dans la forme vernaculaire, l'orthographe officielle sera employée obligatoirement (Nascentes, 2003, p. 578). (Tradução: Professora Mestre Nadia S. Mattar)

<sup>59</sup> Dentre os 217 topônimos estudados, não encontramos nenhum de origem africana.

Duque Bacelar; Governador: Archer, Edison Lobão, Eugênio Barros, Luiz Rocha, Newton Bello, Nunes Freire; Pio XII; Presidente: Dutra, Juscelino, Médici, Sarney, Vargas; Santa: Filomena do Maranhão, Helena, Inês, Luzia, Luzia do Paruá, Quitéria do Maranhão, Rita; Santana do Maranhão; Santo: Amaro do Maranhão, Antônio dos Lopes; São: Benedito do Rio Preto, Bento, Bernardo, Domingos do Azeitão, Domingos do Maranhão, Félix de Balsas, Francisco do Brejão, Francisco do Maranhão, João Batista, João do Carú, João do Paraíso, João do Soter, João dos Patos, José de Ribamar, José dos Basílios, Luís, Luís Gonzaga do Maranhão, Mateus do Maranhão, Pedro da Água Branca, Pedro dos Crentes, Raimundo das Mangabeira, Raimundo do Doca Bezerra, Roberto, Vicente Ferrer; Senador Alexandre Costa, La Roque.

No que se refere à proibição de mais de uma cidade brasileira com o mesmo topônimo ou à duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras, Nascentes (2003, p. 578-579) acrescenta que o Decreto-Lei nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, no Art. 07 estabelece que:

(i) Quando dois ou mais locais têm a mesma denominação, aquela que prevalece para a localidade é a da mais alta categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem hierárquica: estado, capital, comarca, termo, município, distrito. Como exemplo questionador dessa norma, citamos Araguaianã (MA e TO); Bom Jardim (MA, PE, RJ); Cedral (MA, SP), e Colinas (MA, RS), que não se adequaram ao disposto na Lei.

(ii) Se existir mais de uma localidade na mesma categoria com o mesmo nome, este será mantido nas localidades que possuem o nome a mais tempo, caso que se aplica ao município Colinas (IBGE, 1959, p. 159) e Dom Pedro que mudou de nome porque o Piauí já homenageava, antes do Maranhão, o Imperador Dom Pedro II (IBGE, 1959, p. 173).

Vinte e seis topônimos adotaram como qualificativo o nome do Estado e um (01) é formado do nome do estado no diminutivo. A explicação para tamanha incidência está no fato de esses topônimos, ou terem sido elevados à categoria de municípios depois da instituição do Decreto-Lei nº 5.901 ou terem mudado de nome em função dele. Dessa forma, temos: (i) os que foram elevados à categoria de município depois de 1943: Água Doce (do Maranhão, 1994); Altamira (do Maranhão, 1961); Alto Alegre (do Maranhão, 1994); Amapá (do Maranhão, 1995); Amarante (do Maranhão, 1953); Bela Vista (do Maranhão, 1994); Campestre (do Maranhão, 1994); Central (do Maranhão, 1994); Centro Novo (do Maranhão, 1994); Feira Nova (do Maranhão, 1994); Itinga (do Maranhão, 1994); Junco (do Maranhão, 1994); Lagoa Grande (do Maranhão, 1994); Maranhãozinho (1994); Milagres (do Maranhão, 1994); Nova Olinda (do

Maranhão, 1994); Olinda Nova (do Maranhão, 1995); Porto Rico (do Maranhão, 1994); Santa Filomena (do Maranhão, 1994); Santana (do Maranhão, 1994); Santo (Amaro do Maranhão, 1994); Serrano (do Maranhão, 1994); São Domingos (do Maranhão, 1952); São Mateus (do Maranhão, 1942); (ii) os que mudaram de nome após 1943: Santa Quitéria (do Maranhão, 1948); São Francisco (do Maranhão, 1948) e São Luís Gonzaga (do Maranhão, 1971).

(iii) Como novos topônimos devemos evitar escolher datas, nomes estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras. É recomendado, entretanto adotar nomes indígenas ou outros de acordo com seu uso local. No que se refere a essa norma, observamos que não é respeitada nos quesito: (i) evitar nomes de pessoas vivas: Governador Edison Lobão e Presidente Sarney; (ii) e, evitar expressões compostas de mais de duas palavras, os exemplos que ilustramos a seguir, fogem à regra: Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras.

(iv) O restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais não é considerada como um novo nome. Diante dessa resolução, o que dizer de: Arame, Cidelândia, Cururupu? E mais ainda, o que pensar da norma que versa que as combinações de mais de três nomes ficam banidas? São Benedito do Rio Preto, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Pedro da Água Branca e São Raimundo do Doca Bezerra estão *aqui* para provar o contrário.

A Lei Geográfica ou o mais conhecido Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938 que entrou em vigor no dia 31 de dezembro de 1938, versa sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Dentre elas destacamos o artigo 10: *Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação* ([www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br)). Semelhantemente ao que estipula o Decreto-Lei nº 5.901 para o Território Nacional, o Decreto-Lei 311 se atém à realidade local, pontual, estadual. Dessa forma, acreditamos que os topônimos que seguem, elevados à categoria de município após a publicação do DL 311, atendam a esse artigo.

Os topônimos que atendem ao disposto no artigo 10 do DL 311, são: Alto Alegre do Maranhão (1994) e Alto Alegre do Pindaré (1994); Brejo de Areia (1994, em detrimento de Brejo); Centro do Guilherme (1994) e Centro Novo do Maranhão (1994); Igarapé do Meio (1995) e Igarapé Grande (1961); Lago da Pedra (1952), Lago do Junco (1961), Lago dos Rodrigues (1994) e Lago Verde (1961); Lagoa do Mato (1994) e Lagoa Grande do Maranhão (1994); Matões (1952) e Matões do Norte (1994); Nova Olinda do Maranhão (1994) e Olinda Nova do Maranhão (1995); São Domingos do Azeitão (1994) e São Domingos do Maranhão

(1952); São Francisco do Brejão (1994) e São Francisco do Maranhão (denominação dada em 1948); São João do Carú (1994), São João do Paraíso (1994) e São João do Soter (1994); São Pedro da Água Branca (1994) e São Pedro dos Crentes (1994); São Raimundo das Mangabeiras (1948) e São Raimundo do Doca Bezerra (1994); Sucupira do Norte (1961) e Sucupira do Riachão (1994).

Ainda, no que compete à Toponímia maranhense, 37 anos depois de sancionada a Lei Geográfica brasileira, a Prefeitura de São Luís decreta a Lei nº 2.151, de 04/02/1975 que, entre outras providências, estabelecia as normas para a nomeação dos bairros, vilas, povoados e logradouros públicos. Essa lei esclarece que se trata apenas de normas para a nomenclatura local ou à Microtoponímia e não à estadual ou Macrotoponímia. Em nosso estudo não foi constatada a presença direta do peso da referida lei, fato curioso já que é da Sede do Estado que saem as principais Normas Legislativas para todos seus Municípios. Mas cabe aqui um adendo: apesar de assemelhar-se a algumas resoluções da Lei Geográfica, ela tem artigos mais direcionados à preservação dos nomes de ruas, becos, praças e outros logradouros, que, se mudados, *alteram os cursos*, a tradição, a cultura, a História da Cidade Patrimônio da Humanidade, São Luís.

Fica evidente que os Decretos e Leis de forma geral (governamentais, estaduais e municipais) foram instituídos para serem cumpridos, executados e não questionados ou desobedecidos, mas a realidade humana é outra, o que é cabalmente decisivo, neste caso da nomeação toponímica, são as singularidades humanas diante da prodigalidade da *sua* Terra. É por isso que temos a diversidade de taxes antropoculturais e físicas que possibilitam com que os Topônimos maranhenses fossem e ainda sejam testemunhos de um passado ainda presente.

Diante de tudo que foi dito, acreditamos que TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de um passado ainda presente contribui para o conhecimento das tendências e/ou frequências denominativas de cada município, assim como para evidenciar a visão que teve o nomeador ao eleger os topônimos atuais; revela as tradições locais que, guardadas nos topônimos, memorializam elementos da língua, da fauna, da flora, do reino mineral, de crenças, de personalidades, das etnias que passaram pelo Maranhão; mostra como os nomes dos 217 municípios do Maranhão se adequaram às Leis Toponímicas Brasileiras e, contribui para a compreensão de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e de tantos outros

aspectos presentes na História e Geografia do Maranhão. Por outro lado, acrescentamos que este é um olhar diante de tantos outros que podem ser lançados sobre a Toponomástica do Maranhão e suas singularidades.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Dialetoлогия e Toponímia. In: MOTA, Jacyra Andrade. et. al. **Documentos 2**: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006, p. 129-146.
- ALBINO, Lídia. **A relação da hidronímia com a história social do Paraná**: uma descrição diacrônico-contrastiva. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.
- ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolingüístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala de jovens de Barra Longa – MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: um caso de variação diatópica em Minas Gerais. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, 2004 p. 163-168.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão Histórico** – artigos de jornal (1911-1912). São Luís: Instituto GEIA, 2003.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. A toponímia e os viajantes naturalistas estrangeiros na Província de Goiás. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 01, 2008a, São Paulo. **Simpósio 14 do ...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa cartográfica do Atlas Toponímico de Origem indígena do Tocantins - Projeto ATITO. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, XII, 2008 Rio de Janeiro, **Cadernos do...** Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos – Instituto de Letras da UERJ, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins** – Projeto ATITO. 2006. 211f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARAÚJO SOUSA, Antonio Ari. Atlas Toponímico dos Bairros Bahia, Bahia Nova e João Eduardo, em Rio Branco/AC: uma contribuição aos estudos do EJA. In: **Revista Philologus** do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos – CiFEFiL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 14, n. 42, set./dez.2008, p. 26-39.
- BRAGA, Rosiane Cristina Gonçalves **Onomástica e terminologia**: da denominação à relação conceitual Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new>>. Acesso em: 29 dez. 08.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do Estado do Rio De Janeiro.** Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit01/sliit01\\_29-48.html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit01/sliit01_29-48.html)>. Acesso em: 20 jan. 08.

BERNALES LILLO, Mario. **Toponímia Pré-Hispânica e Hispânica do Sul do Chile.** 1995. 176f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

**CAMINHOS DO MARANHÃO.** São Luís: Gráfica e Editora Aquarela, ano II, nº 14, 2000.

**CAMINHOS DO MARANHÃO.** São Luís: Éden Comunicação e Assessoria, nº 31, s/d.

CARDOSO, Manuel Frazão. **O Maranhão por dentro.** São Luís: LITHOGRAF, 2001.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia Brasílica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 09, 1961. 475p. (Coleção General Benicio).

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **A morada dos Wapixuna:** Atlas Toponímico da região indígena da Será da Lua – RR. 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 01, 2008, São Paulo. **Simpósio 14 do...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 11, 2007, Rio de Janeiro. **Outros Trabalhos/ Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos / Instituto de Letras da UERJ, 2007. n. 04, p. 26-38.

\_\_\_\_\_. Hierotoponímia portuguesa. Os nomes de Nossa Senhora. In: CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS, 09, 2005, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. A Onomástica e o resgate semântico: as *Antas*. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, p. 274-279, 2004.

\_\_\_\_\_. Caminho das águas: os hidrotopônimos em Portugal. In: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003, v.32.

\_\_\_\_\_. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise lingüístico-literária. **Revista Álvares Penteados.** Fundação Escola Álvares Penteados. São Paulo, v.4, n. 8, p.115 – 135, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aplicações da teoria dos signos na Onomástica.** Disponível em <<http://br.groups.yahoo.com/group/toponimia-usp/files>>. Acesso em: 03 jan. 09.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. In: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, XI, 2007, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2007. p. 108-121.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Toponímia brasileira. Origens históricas. In: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2007, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2007, p. 141-158.

CARVALHO, Elbio. Grajaú: quase 200 anos de história. **Almanaque JP Turismo.** São Luís: GMB, ed. 08, ano III, 2006.

CARVALHO, Maria Aparecida de. Toponímia da região centro-sul matogrossense: contribuições para o Atlas toponímico do Estado de Mato Grosso. 475p. 2005. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

CASTIGLIONE, Ana Paula. Estudo preliminar a respeito dos designativos de fazendas (AH) do município de Chapadão do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1483-1487.

CASSUCI TAVARES, Marineide. Toponímia do município de Campo Grande – MS: um estudo preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 729-735.

CAVALCANTE, Lynara Raquel; ANDRADE, Karylleila dos Santos. Análise e descrição dos topônimos tocantinenses no contexto da Belém-Brasília In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 01, 2008, São Paulo. **Simpósio do...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

COELHO NETTO, Eloy. **Geo-História do Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1985.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeyas Altas:** subsídios para a sua história. Edição da Prefeitura da Caxias, 1980.

COUTO, Hildo **Honório do. Ecolingüística:** estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: thesaurus, 2007, 253-273.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; ISQUERDO, Maria Aparecida Negri. A toponímia do Bolsão sul-mato-grossense e a questão dos estratos lingüísticos formadores dos topônimos.

**Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 34, p. 310-315, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, p. 682-687, 2004.

**DECRETO-LEI nº 311**, de 02 de março de 1938. Disponível em: <www.iterpa.pa.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 09.

DIAS, Marieta Prata de Lima Dias. A motivação toponímica dos municípios mato-grossenses. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1332-1340.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Origens históricas da Toponímia Brasileira. Os nomes transplantados, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 24 p. 75-96, 1982.

\_\_\_\_\_. A litotoponímia no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 26 p. 66-72, 1986.

\_\_\_\_\_. Toponímia e cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 27 p. 93-101, 1987.

\_\_\_\_\_. Toponímia e imigração no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 29, p. 83-92, 1988.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990a.

\_\_\_\_\_. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário na língua brasílica” e sua relação geográfica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 31, p. 95-111, 1990b.

\_\_\_\_\_. Tratamento lexicográfico toponímico do Estado de São Paulo. In: VIII ENCONTRO NACIONAL da ANPOLL. 1992, Porto Alegre. **Anais...** Goiânia: ANPOLL, 1992a, p. 675-679.

\_\_\_\_\_. Memória paulistana: os antropônimos quinhentistas na Vila de São Paulo do Carmo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 33 p. 112-127, 1992b.

\_\_\_\_\_. O léxico toponímico: alegorias e constantes semiológicas. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. 1994a, Caxambu. **Anais...** João Pessoa: ANPOLL, 1994a, p. 872-877.

\_\_\_\_\_. Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 08, n. 22, São Paulo: IEA-USP, p. 435-436, 1994b.

\_\_\_\_\_. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). In: **Revista Brasileira de Lingüística**. São Paulo: Plêiade, v. 08, n. 01, p. 59-67, 1995.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**, São Paulo: Plêiade, v. 10, ano 4, p. 27-44, 1996.

\_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMG, v. I, 1998a, p. 77-88.

\_\_\_\_\_. A Motivação Etno-toponímica. Perspectivas Sincrônicas e Diacrônicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13, 1998b, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, 1998, (s/p.). Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienanpoll/resumo/caderno.asp>>. Acesso em: 22 dez. 08.

\_\_\_\_\_. Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 1999, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.geocities.com/ail\\_br/contribuicaodolexicoindigena.html](http://www.geocities.com/ail_br/contribuicaodolexicoindigena.html)>. Acesso em: 29 dez. 08.

\_\_\_\_\_. O português do Brasil no Período Colonial. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 05, 2001, Rio de Janeiro. **Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2001, p. 133-146.

\_\_\_\_\_. Aspectos de Etnolingüística – a Toponímia Carioca e Paulistana – contrastes e confrontos. **Seção Textos – Toponímia**, n. 56, p. 180-91, dez./2002-fev./2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/anais>>. Acesso em: 14 out. 08.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. , v. II. Campo Grande: Editora. UFMS, 2004, p. 121-130.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico do Brasil: teoria e prática II. In: **Revista Trama**, v. 03, n. 05, p. 141-155, 2007a.

\_\_\_\_\_. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do**

**léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. III. Campo Grande: Editora. UFMS, 2007b, p. 459-471.

DORO, Maria da Penha Marinovic. Pouco espaço com grandes ideais: os topônimos de Vila Nova Savóia. 309p. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

FERNANDES, I. Xavier. **Topónimos e gentílicos**. Porto: Editora Educação nacional, 1941.

FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. A Toponímia da Rota da *Retira da Laguna*: marcas da História na nomenclatura geográfica. In: CONGRESSO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DE MATO GROSSO DO SUL, 03; ENCONTRO DE PESQUISA EM GRADUAÇÃO EM LETRAS, 04; ENCONTRO DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, 01, 2007, Mato Grosso do Sul. **Anais dos...** Mato Grosso do Sul: UEMS/Unidade Universitária de Dourados, 2007, s/p.

FRANCISQUINI Ignez de Abreu. O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba. 283p. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

FREIRE, José Manuel de Amaral Branco. A Toponímia Céltica e os vestígios da cultura material da Proto-História de Lisboa. **Revista Guimarães** – Revista da Casa de Sarmento/Centro de Estudos do Patrimônio da Universidade do Minho, Lisboa, v. Especial, n. 01, p. 265-275, 1999.

FROSI, Vitalina Maria. Toponímia e turpilóquio: peculiaridades da pesquisa da linguagem da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13., 1998, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, 1998, (s/p).

GARCÍA SÁNCHEZ Jairo Javier. **Atlas toponímico de España**. Arcos Libros, 2007. Disponível em: <<http://www.arcomuralla.com/Arco/Shop/Detail.asp?IdProducts=652>>. Acesso em: 04 jan. 09.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO **Atlas do Maranhão**. São Luís: GEPLAN, 2002, p. 09.

GONSALVES, Doraci da Luz. A Toponímia do Baixo Pantanal – MS: nuances significativas. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 451-457.

GUIMARÃES, Raymundo Carvalho. **Buriti Bravo**, nesga de sertão. São Luís: SIOGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Monografias municipais**, nova série, nº 188 (Luís Domingues), 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Monografias municipais**, nova série, nº 107 (Chapadinha), 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Monografias municipais**, nova série, nº 86 (Brejo), 1984.

HAUILA, Antonio. **A toponímia fluminense**: uma visão histórico-cultural. 214p. 1987. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa Versão 1.0**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Maria Aparecida. De Laguna de los Xarayes a Pantanal: mito e realidade impressos na Toponímia. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 119-133.

\_\_\_\_\_. História social e toponímia: um estudo na fronteira de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13., 1998, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, 1998, (s/p.). Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienanpoll/resumo/caderno.asp>>. Acesso em: 08 jan. 09.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LAGO, Aderson de carvalho. **Pedreiras**: elementos para sua história. São Luís, 1976.

LÁZARO CARRETER, Fernando. **Diccionario de términos filológicos**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1990.

LETELIER, Valentin. **Ensayo de Onomatología ó estudio de los nombres propios y hereditários**. Madrid: Libreria de Victoriano Suárez, s/d, p. 01-48.

LEWANDOWSKY, Theodor. **Diccionario de lingüística**. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2000, p. 245 e 359.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e. **Pecados da gula: comeres e beberes das gentes do Maranhão**. São Luís: CBPC, 1998.

LONDERO, Renata; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. A influência dos cursos d'água nos nomes das fazendas (AH) do município de Chapadão do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1580-1586.

MAEDA, Raimunda Madalena Araújo. **A Toponímia sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas**. 2006. 281f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MARANHÃO, Gil. Na Baía de Cumã, uma terra abençoada por Deus e protegida por São José. **Revista Caminhos do Maranhão**. São Luís: Gráfica Nova Colegial, ano IV, nº 26, 2003.

\_\_\_\_\_. O Grande Lago **Revista Caminhos do Maranhão**. São Luís: Éden Comunicação e Assessoria Ltda., ano V, nº 27, nov/dez 2003.

MATOS, Maria José Oliveira. Estudo onomástico contrastivo das regiões econômicas de Irêce e do Recôncavo Sul, Bahia. Estudo de caso: Municípios de Barra do Mendes e Nazaré. 213p. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

MELO, Magnólia Sousa Bandeira. **Índice toponímico de Centro histórico de São Luís**. São Luís: EDUFMA, 1990.

MENENDEZ PILDAL, Ramon. **Toponimia prerrománica hispana**. Madrid: Gredos, 1952.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia - Laboratório. de Cartografia (GEOCART), n. 58/02, p. 193-200, agosto 2006. Disponível em: <<http://www.rbc.ufrj.br>>. Acesso em: 06 jun. 08.

MENEZES, Joara Maria de Campos. A toponímia de Pompéu. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p. 23-30.

MOREIRA, Hélio Costa. **A hodotoponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminhos das Missões e Estrada das Palmas**. 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

NASCENTES, Antenor. La Toponymie au Brésil. **Estudos Filológicos**: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

NEMBRO, Metódio. **São José de Grajaú**: primeira Prelazia do Maranhão. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1955.

NIETO BALLETER, Emilio. **Breve diccionario de topónimos españoles**. (s/l): Alianza Editorial, 1997, 448 p.

OLIVEIRA, Paulo. **Panorama histórico de Tutóia & Araiões**. São Luís, s/e, 1987.

OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na História do Maranhão** (sem local e editora), 1984.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Toponímia Carioca** (Coleção Cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/ Secretaria Geral de Educação e Cultura, s/d.

PALÁCIO DE LA RAVARDIÈRE. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Lei n. 2. 151, de 04 de fevereiro de 1975**. Prefeito Haroldo Tavares. Disponível em: <<http://www.saoluis.ma.gov.br/institutocidade/conteudo>>. Acesso em: 17 out. 08.

PEREIRA, Renato Rodrigues. A presença da mulher na toponímia urbana da cidade de Três Lagoas (MS) In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1587-1595.

PEREIRA, Ana Amélia. **Arari**: caracterização geográfico-histórico-social e toponímia. Vitória do Mearim. 2003. 155f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

PIEL, Joseph-Maria. As águas na Toponímia Galego-Portuguesa. **Boletim de Filologia**, v. VIII, fasc. 01. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1945, p.305-342.

POSSEBOM, Francisco. Militares na toponímia paulistana: axiotopônimos militares nas vias públicas da cidade de São Paulo. 1996. 444p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo et. al. A presença das línguas indígenas na toponímia maranhense. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araújo et. al. **O português falado no Maranhão**: estudos preliminares. São Luís: EDUFMA, 2005, p. 95-103.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Em busca de uma caracterização geral do topônimo. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 12, 2008, Rio de Janeiro.

**Textos completos do...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia Baiana:** o caso da região econômica oeste. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/artigo>>. Acesso em: 03 mai. 08.

**REVISTA CAMINHOS DO MARANHÃO.** São Luís: MC&Marketing, ano V, nº 34, s/d.

**REVISTA MARANHÃO TURISMO.** São Luís: Aquarela, abril/março 2004, p. 12.

ROSTAING, Charles. **Les noms de lieux.** Paris: Presses Universitaires de France, 1948.

SANTOS, Valquiria dos; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Saudades da terra natal: corotopônimos na toponímia urbana da cidade de Chapadão do Sul – MS. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 613-617.

SANTOS, Severino Bernardo dos. Reconstituição dos fitotopônimos paraibanos. 174p. 1996. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>>. Acesso em: 10 set. 08.

SANTOS, Daury da Silveira. **Bibliografia Toponímica e Linguística Nacionais.** Recife: Editora Universitária, 1983.

SCHNEIDER, Marlene. A toponímia como representação da realidade regional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA – ABRALIN, 02, 2001, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2001, p. 441-443.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A formação e a fixação da língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, v. III; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 93-103.

\_\_\_\_\_. **Estudos do Léxico.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

SOARES Gilvan Mateus. A toponímia de Dores de Guanhões: história de um povo. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p.31-46.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Atlas Toponímico do Estado do Ceará (Projeto ATEC):** primeiras notícias. In: **Revista Palpitar**, 2008, seção: Palpites. Disponível em: <<http://www.palpitar.com.br/palpites.php>>. Acesso em 02 jan. 09.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico da Amazônia ocidental brasileira: um projeto em andamento. **Revista Entrelinhas**. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul 2007a, ano IV, n. 02, jul/dez 2007a. Disponível em: <<http://www.entrelinhas.unisinos.br/index>>. Acesso em: 09 set. 08.

\_\_\_\_\_. Geografia Lingüística: intersecções no estudo toponímico. **Perspectiva Geográfica**. UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Colegiados de Geografia. Paraná, n. 03, p. 115-128, 2007b.

\_\_\_\_\_. Estratos lingüísticos de origem Tupi na microtoponímia acreana: contribuições para o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira. In: CONGRESSO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ/São Gonçalo, 04, 2007c, São Gonçalo. **Comunicações do...** Rio de Janeiro, 2007c, p. 01-27.

\_\_\_\_\_. O sagrado na toponímia da Amazônia Ocidental brasileira: as colocações do Seringal Alagoas. In: FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – FELIN, 09, 2007d. **Trabalhos completos do...** Rio de Janeiro, 2007d.

SOUSA, Paulo Melo. Nos domínios de Bequimão. **Almanaque JP Turismo**. São Luís: GMB, ed. 08, ano III, 2006.

SOUSA, Paulo Melo. Fundo mergulho nos largos rumos de Estreito. **Revista Almanaque JP Turismo**. São Luís: GMB – Marketing, Publicação, Produção e Editoração, ano II, ed. 06, setembro/outubro 2005.

SOUZA, Bernardino José de. **Onomástica Geral da Geographia Brasileira**. Bahia: Secção Graphica da Escola de A. Artífices, 1927.

TAVARES Marilze. A toponímia da Região Sul de Mato Grosso do Sul: um estudo dos nomes dos municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 723-728.

TENÓRIO, Bem-Hur de Oliveira; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Os numerotopônimos na nomenclatura onomástica das vias públicas da cidade de Costa Rica (MS). In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1504-1508.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**: significado dos nomes geográficos de origem tupi. 1ª Ed.. São Paulo: Traço Editora, 1985.

VASCONCELLOS, José leite de. **Opúsculos**, v. III, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

\_\_\_\_\_. **Lições de Filologia Portuguesa**. 3. ed. (Edição Comemorativa do centenário do nascimento do autor) Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959, p.213-214 (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa).

VIEIRA, Zara Peixoto **o reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular**. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 05, 2001, Rio de Janeiro. **Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2001.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís: Olímpica, 1971, 197p.

VILAÇA Cynthia Elias de Leles; ZAIDAN Dilene Vilaça. Estudo da Toponímia do município de Crucilândia – MG. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p.48-58.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853**. 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ZANON, Darlei. **Nossa Senhora de Todos os Nomes**. São Paulo: Paulus, 2008.

#### **SITES**

<http://biblioteca.ibge.gov.br>

<http://www.cnm.org.br>

<http://www.famem.org.br>

<http://www.iterpa.pa.gov.br>

<http://www.sebrae-legal.com.br>

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Fichas da Mesorregião Norte Maranhense

Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís

Topônimo	<b>Paço do Lumiar</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís.
Taxonomia	AT: Sítio Anindiba > Vila do Paço/Vila Paço > Paço do Lumiar = Corotopônimo
Nota linguística	Gentílico: luminense
Nota histórica	<p>Segundo Márquez (2008, p. 129), em virtude da CR de 11 de junho de 1761, o Governador da Província do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, deslocou-se para essa povoação, elevando-a à categoria de vila, com o nome de Paço do Lumiar, em razão de sua semelhança com localidade do mesmo nome existente em Portugal. Para promover o desenvolvimento da Vila, mandou para o núcleo famílias indígenas e numerosos homens brancos que viviam nas proximidades.</p> <p>Em 1625, o jesuíta Luís Figueira já possuía a légua de terra que lhe fora doada, no sítio Anindiba.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Paço Lumiar, pela RR de 18/06/1757.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Paço do Lumiar, pela CR nº 7, de 29/04/1835.</p> <p>Pelo DE nº 47, de 27/02/1931, o município é extinto, sendo seu território anexado a São Luís.</p> <p>Pelo DLE nº 159, de 06/12/1938, o distrito foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito de São José de Ribamar.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Paço do Lumiar, pela LE nº 1890, de 07/12/1959, desmembrado de São José de Ribamar. Sede no atual distrito de Paço do Lumiar ex-Vila do Paço/ Vila Paço.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Raposa</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís.
Taxonomia	Zootopônimo
Nota linguística	Gentílico: raposense
Nota histórica	<p>Recentemente emancipado de Paço Lumiar, o povoado de Raposa ganhou <i>status</i> de município (...) realizando assim, o sonho de seus moradores (IBGE, s/d).</p> <p>Segundo a <i>Revista Caminhos do Maranhão</i> (nº 31, s/d, p. 18), o Município originou-se do processo migratório de cearenses para o Maranhão na década de 30 e se intensificou no período compreendido entre 1958 e 1965. <i>A maior parte da população</i></p>

	<p><i>da Praia da Raposa (...) é formada por cearenses vindos da Praia de Acaraú, mais precisamente dos povoados de Almofala, Coaçu, Córrego da Forquilha, Ilha do Rato, Curral Velho e Serrote. Trouxeram com eles a tradição das rendeiras de bilro.</i></p> <p>Para a origem do nome do município, o referido periódico afirma que há várias versões, porém a mais conhecida diz respeito ao fato de que em tempos remotos foi encontrada uma raposa morta numa determinada croa, passando então a se constituir ponto de referência para os habitantes do local (CAMINHOS DO MARANHÃO, nº 31, s/d, p. 18).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Raposa, pela LE nº 6132, de 10/11/1994, desmembrado de Paço do Lumiar.</p>
Nota enciclopédica	<p>Considerado a maior colônia de pescadores cearenses no Maranhão, o município ficou nacionalmente conhecido pelo seu artesanato tipicamente cearense, pelo sabor dos peixes comercializados nos bares e restaurantes do povoado e pela beleza de suas praias desertas (IBGE, d/d).</p>

Topônimo	<b>São José de Ribamar</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís.
Taxonomia	AT: Baía de Guaxenduba > São José de Ribamar > Ribamar > São José de Ribamar = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: ribamarense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 299), o município de Ribamar, ex-São José de Ribamar foi aldeia dos índios gamelas, que tinha Pároco ou Missionário. De 02 de julho a 05 de agosto de 1757 o governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, em companhia de várias pessoas e na presença do padre jesuíta, José Veloz Vidigal declarou que, conforme o Alvará datado de 07 de junho de 1755, removia os regulares[os missionários] da administração temporal dela, restituindo assim, aos índios, a liberdade de suas pessoas, e elevava a aldeia à categoria de <i>lugar</i>, com a mesma denominação.</p> <p>O governador soube que não existia terra alguma pertencente à aldeia, por se achar esta localizada dentro das terras dos religiosos da Companhia de Jesus, concedidas por datas e sesmarias pelo governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, em 16/12/1627, as quais foram demarcadas e tombadas pelo ouvidor Mathias da Silva Freitas, em virtude da PR de 13/03/1729, pela qual Sua Majestade o constituiu Juiz do tombo de todas as terras destes padres.</p> <p>A pesar de os índios não possuírem terras próprias para lavoura, entendeu o governador que era necessário adjudicar-</p>

	<p>lhes qualquer terreno, embora pertencesse aos padres da Companhia ou a outra pessoa, sem embargo dos títulos que tivessem, e tudo isso em execução de ordem real de Sua Majestade, datada de 06 de junho de 1755. Para este fim pediu que marcassem terras, o suficiente, não só para subsistência dos atuais índios, como também para 100 casais que pretendiam introduzir no lugar.</p> <p>Segundo o IBGE (1959, p. 340), o município também recebeu a denominação de Baía de Guaxenduba.</p> <p>FAD: elevado à categoria de vila e município pela LE nº 636, de 11/03/1913. O município foi extinto pelo DL nº 47, de 27/02/1931 (IBGE, 1959, p. 299).</p> <p>Elevado à categoria de distrito pelo DLE nº 159, de 06/12/1938, subordinado a São Luís (IBGE, 1959, p. 299).</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Ribamar, pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, desmembrado de São Luís.</p> <p>Por Ato das DCT do Estado do Maranhão, promulgado em 28/07/1948 é extinto, sendo seu território anexado ao município de São Luís, como distrito.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município pela LE nº 289, de 26/01/1949 (IBGE, 1959, p. 300).</p> <p>Pela LE nº 2980, de 16/09/1969, o município de Ribamar voltou a denominar-se São José de Ribamar.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo a <i>Revista Caminhos do Maranhão</i> (nº 31, s/d, p. 12) a origem do topônimo vem de uma lenda acerca de um navegador português que, <i>em meados do século VII, para livrar-se da fúria das marés apegou-se ao santo e prometeu erguer uma igreja na região arriba do mar. Segundo a lenda, a igreja teria desabado duas vezes até ser construída por um caçador de frente para o mar, como era o desejo do santo.</i></p> <p>São José de Ribamar é o padroeiro do Maranhão, sua festa, que acontece em setembro, reúne milhares de romeiros, que seguem para a cidade com o intuito de pagar promessas e renovar seus votos de fé. Além da festa dedicada ao padroeiro, os ribamarenses comemoram também o carnaval fora de época chamado de <i>lava-pratos</i> que acontece desde a década de 50, e o <i>lava-bois</i>, durante este último evento, <i>os grupos de bumba-meu-boi promovem uma espécie de desfile na cidade percorrendo as ruas entre a Igreja de São José de Ribamar e o parque folclórico da Tondela</i> (CAMINHOS DO MARANHÃO nº 31, s/d, p. 12). Há ainda o festival do peixe pedra, evento gastronômico que atrai muitos turistas para esse balneário.</p> <p>São José, um dos santos que compõe a Sagrada família, era marido de Nossa Senhora e, segundo Alves (2008, p. 162), <i>é o</i></p>

	<i>padroeiro da Igreja Universal, o advogado dos lares cristãos e o modelo de operário.</i>
--	---

Topônimo	<b>São Luís</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião I: Aglomeração Urbana de São Luís.
Taxonomia	AT: Upaon Açú/Ilha Grande > São Luís = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: ludovicense/são-luisense
Nota histórica	<p>Com o advento da Descoberta do Brasil segundo Meireles (2001, p. 24), Diogo Leite foi mandado em expedição oficial para reconhecimento do litoral norte destas terras em 1513. Esse explorador chegou até as costas do Rio Gurupi, mas não fez nenhuma tentativa de colonização do local visitado. Mais tarde, quando Dom João III dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, ficaram a cargo de Fernão Álvares de Andrade e do historiador João de Barros as duas do extremo norte. Esses colonizadores uniram-se a Aires da Cunha e, em 1535, resolveram tomar posse de suas donatárias. Segundo dados do SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Sao_%20Luís">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Sao_%20Luís</a>) <i>a expedição, composta de 10 navios e contando com 900 homens, naufragou nos baixios do Boqueirão, junto à ilha do Medo, tendo nela perdido a vida Aires da Cunha.</i></p> <p>Os sobreviventes desse desastre deram à ilha o nome de Trindade e fundaram, em frente ela, a vila de Nossa Senhora de Nazaré. Segundo Amaral (2003, p. 20), desse naufrágio teria se originado o nome do Estado em virtude dos naufragados pensarem encontrar-se na embocadura do grande rio (<i>Amazonas</i>), <i>também conhecido por Marañon (Maranhão)</i>. Outras expedições foram mandadas para a exploração das riquezas do Maranhão, mas sem obter êxito. Meireles (2001, p. 26-27) acrescenta que vieram para estas terras as expedições de: Diogo Nuñez e João da Saúde; Miguel Henriques (1550); Luís de Melo e Silva (1554, 1573); Gabriel Soares de Souza (1591); Pero Coelho de Souza (1603) e a dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira (1607). Os insucessos desses desbravadores portugueses foram suplantados pelos franceses que chegaram ao Maranhão em agosto de 1612.</p> <p>Para o IBGE (s/d), a capital do Maranhão formou-se sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga esse fato fez com que ela fosse caracterizada como porto fluvial e marítimo que desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil – Colônia do século XVII ao XIX. São Luís foi considerada como o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.</p> <p>Com a implantação do <i>Fort Saint Louis</i> estava confirmada a</p>

	<p>fundação de São Luís, em 08/09/1612, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasilly, cujo objetivo era estabelecer a <i>França Equinocial</i>. A Capital recebeu o nome do então Rei da França e de Navarra, Luís XIII. Mesmo sendo a versão histórica mais corrente, há controvérsias a respeito dessa homenagem. Lacroix (2008, p. 87), por exemplo, afirma que o nome da cidade foi dado em invocação ao santo francês Luís IX <i>canonizado muito antes do descobrimento do Brasil e muito reverenciado pelos fiéis portugueses</i>.</p> <p>Upaon Açú (denominação Tupinambá que significa Ilha Grande) foi conquistada e incorporada ao domínio português em 1615, três anos depois de fundada pelos franceses. Ao tomarem posse da Ilha, os portugueses deram ao forte o nome de São Felipe e mantiveram a denominação que a ilha já tinha. Mais tarde, porém, esse local seria alvo também de holandeses que foram expulsos pelos portugueses em 1644, segundo consta na literatura do IBGE (1959, p. 341). Dessa forma, começa definitivamente nossa colonização portuguesa. E, segundo o IBGE (s/d), é dessa época o conjunto urbanístico composto de sobradões revestidos de azulejos portugueses que compõe nosso Centro Histórico.</p> <p>Nos primeiros anos da vida, o Estado Colonial esteve envolvido em muitas crises, dentre elas a de 1684 chefiada por Manuel Bequimão que era contra todos os desmandos dos jesuítas, das autoridades e da Companhia de Comércio que, uma vez extinta, foi recriada em 1755 pelo Marquês de Pombal. Essa nova Companhia de Comércio impulsionou consideravelmente a economia do Estado, conforme dados do IBGE (1959, p. 341).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de cidade com a denominação de São Luís em 08/09/1612.</p> <p>A CR de 13/06/1621 criou o Estado, separado do restante do país e com terras que se estendiam do Ceará ao Amazonas. Mas o Maranhão só teve governador, com a posse do Capitão-Geral Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 03/09/1626.</p> <p>Pela LM nº 17, de 17/12/1896, é criado o distrito de São Luís.</p>
Nota enciclopédica	<p>São Luís foi elevada à categoria de Patrimônio Histórico da Humanidade, pela UNESCO, em 1997. Além desse título é conhecida por vários epítetos, dos quais destacamos alguns: Atenas Brasileira, Ilha do Amor, Jamaica Brasileira e Cidade dos Azulejos.</p>

Microrregião II: Baixada Maranhense

Topônimo	<b>Anajatuba</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada

	Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	O IBGE (1959, p. 40) afirma que os primeiros habitantes desse Município eram os tupis, de cuja língua foram escolhidas duas palavras que tinham ligação com a terra. Assim, o topônimo Anajatuba ficou composto de dois elementos brasílicos: <i>anajá</i> – espécie de palmeira – e <i>tuba</i> que, na língua tupi, significa abundância, frequência e, portanto, quer dizer anajazal ou lugar abundante me anajás. Gentílico: anajatubense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), inicialmente, Anajatuba era uma aldeia, mas, durante o período colonial, os silvícolas foram se afastando dessa localidade em razão das perseguições promovidas pelos colonos que se fixaram na região à procura de lugares apropriados para criação do gado. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Anajatuba, pela LP nº 359, de 22/07/1854, desmembrado de Itapecuru-Mirim (IBGE, s/d). Pelo DLE nº 539, de 16/12/1933, é extinto, sendo seu território anexado a Rosário. Elevado novamente à categoria de município pelo DE nº 870, de 05/07/1935, desmembrado de Rosário. Elevado à categoria de cidade com a denominação de Anajatuba, pelo DL nº 45, de 29/05/1938 (IBGE, 1959, p. 40).
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Arari</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Sítio > Freguesia de Nossa Senhora das Graças > Arari = Zootopônimo.
Nota linguística	Tibiriçá (1985, p. 24) afirma que esse topônimo é de origem Tupi e provém de uma variação de arara, já Cardoso (1961, p. 188-191) faz todo um levantamento etimológico para provar que esse topônimo não é Tupi e sim aruaco. Afirma o pesquisador que <i>tanto o nome do rio, quanto o do célebre lago da etimologia brasílica, provém, não do tupi, mas sim do aruaco, (...), pois que ara significa arara em uaiana e me galibi, antigos dialetos caribes, passou para o aruaco, de onde provieram, diretamente, aqueles dois locativos da toponímia marajoara, de ara, arara e ari, rio.</i> Gentílico: arariense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 47), a primeira penetração no território do atual município da Arari foi atribuída a portugueses e africanos, tendo o local (...) devassado recebido o nome de

	<p>Sítio.</p> <p>A notícia mais antiga registrada sobre o devassamento do território de Arari é datada de 1723, quando o padre José da Cunha d'Eça, fidalgo da casa real portuguesa e capitão-mor da capitania do Maranhão, doou terras para a criação do Curato de Arari à margem direita do rio Mearim, no lugar denominado Curral da Igreja.</p> <p>Em virtude da inconveniência do local, a povoação foi transferida, em 1728, para um terreno hoje conhecido por Sítio. Mais tarde, a maioria abandonou a localidade e se fixou em outra, distante 12 quilômetros da inicial, permanecendo, no entanto, alguns remanescentes, que deram origem ao povoamento.</p> <p>Conforme dados do IBGE (s/d), <i>em 1806, Lourenço da Cruz Boga requereu licença ao bispo D. Luís de Brito Homem para edificar um templo. Dois anos mais tarde, concluída a igreja, criou uma irmandade para ir à vila da Vitória buscar, em solene procissão, a imagem de Nossa Senhora das Graças.</i> A imagem chegou ao seu novo templo no dia 15/08/1811 (IBGE, 1959, p. 47).</p> <p>FAD: A LP n° 45, de 24/05/1858, elevou o curato à categoria de Freguesia com a invocação de Nossa Senhora das Graças (IBGE, 1959, p. 47).</p> <p>Elevado à categoria de Distrito com a denominação de Arari, pela LP n.º 465, de 24/05/1858, subordinado ao município de Mearim (Vitória do Mearim).</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Arari, pela LP n° 690, de 27/06/1864, desmembrado de Vitória do Baixo Mearim (Vitória do Mearim).</p>
Nota enciclopédica	Por ser conhecida como a terra da melancia, Arari faz o festejo dessa fruta costumeiramente no mês de setembro.

Topônimo	<b>Bela Vista do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Bela Vista > Bela Vista do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: bela-vistense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Bela Vista do Maranhão, pela LE n° 6129, de 10/11/1994, desmembrado de Vitória do Mearim. Sede no atual distrito de Bela Vista do Maranhão ex-povoado de Bela Vista.
Nota enciclopédica	Bela Vista é expressão muito usada em nosso país para nomear cidades. Como exemplo, citamos: Bela Vista (MS), Bela Vista da Caroba e Bela Vista do Paraíso (PR), Bela Vista

	de Goiás (GO), Bela Vista de Minas (MG), Bela Vista do Piauí (PI) e Bela Vista do Toldo (SC).
--	---

Topônimo	<b>Cajari</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Barro Vermelho > Cajari = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Para Tibiriçá (1985, p. 35), esse topônimo de origem Tupi tem duas interpretações: <i>caajar-y</i> , rio do louva-a-deus, ou <i>cajá-ry</i> , rio do cajá. Gentílico: cajariense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 100), em 1851, o local onde hoje está situado o município de Cajari, era um simples porto da Fazenda Cadoz, de propriedade do coronel Jerônimo Viveiros. Nessa época, existiam apenas os armazéns onde eram depositados o açúcar, de produção da fazenda, assim como gêneros de produção do Estado, procedentes de diversos pontos do interior do município de Penalva (...). <i>Em 1877, com o desenvolvimento satisfatório do porto de embarque, foi aumentando o número de habitações e construída uma capela sob a invocação de São Benedito, passando a denominar o arraial Barro Vermelho</i> (IBGE, 1959, p. 101). FAD: Em 14/07/1925 foi, a povoação de Barro Vermelho elevada à categoria de vila, pela Lei nº 638, sujeita a Penalva (IBGE, 1959, p. 101). Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Cajari, pela LE nº 179, de 13/11/1948, desmembrado dos municípios de Penalva, Pindaré-Mirim e Vitória do Mearim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Conceição do Lago-Açu</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Conceição > Conceição do Lago Açu = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lagoaçuense
Nota histórica	Para Maranhão (2003, p. 10) não é precisa a data de povoação da região, mas o certo é que começou a ser povoada entre as décadas de 40 e 60 por famílias cearenses. Segundo o pesquisador, as primeiras famílias a chegar no local foram: os Soares (os irmão Diquinho, Raimundo, João, Antonio e Félix); os Muniz (o senhor Dico Brasileiro); os Queiroz (João Queiroz); os Vieiras (Estevão e Edson) e os Corriqueiras

	<p>(senhor Pedro). Além desses desbravadores, no final do século XIX e início do XX, o lugar foi habitado por um grupo de americanos. <i>O que levou-os a se instalar no meio do médio Mearim, o que estavam procurando e o que levaram dos solos do Lago-Açu durante os anos que aqui passaram é um mistério</i> (MARANHÃO, 2003, p. 10). Destaca ainda Maranhão que o certo é que a cidade banhada por esse Lago tem um rico passado histórico, constituído <i>pelos nativos (índios) que habitavam a região do Mearim; pelos americanos que deixaram marcas na sede do município; pelos paulistas que exploraram a cana-de-açúcar, deixando chaminés em localidades como Companhia e outras à beira do rio Ipixuna; pelos cearenses e as famílias de cidades vizinhas deram os primeiros passos para o desenvolvimento econômico do local com a exploração de pescado, as usinas de arroz, o beneficiamento do óleo de babaçu e o processamento da farinha de mandioca.</i></p> <p>O Lago-Açu ou Lago Grande, segundo Maranhão (2003, p. 09), é o lago com uma grande produção de peixes, sendo assim <i>o mais piscoso do Nordeste e em extensão, o maior do Brasil e o segundo da América do Sul.</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Conceição do Lago Açu, pela LE nº 6199, de 10/11/1994, desmembrado de Vitória do Mearim. Sede no atual distrito de Conceição do Lago Açu ex-povoado de Conceição (IBGE, s/d).</p> <p>O nome do município é uma junção do nome de sua padroeira Nossa Senhora da Conceição e do lago que banha suas proximidades: Lago-Açu.</p>
Nota enciclopédica	<p>Maranhão (2003, p. 09) afirma que, como está numa região com características de um pantanal, Conceição do Lago-Açu é cercada por muitos lagos, ilhas e enseadas que podem ser visitadas por lanchas guarité, rebeta ou voadeiras, ou de carro. Dentre as atrações turísticas destacamos: Lago-Açu, Lago Verde, Lago das Araras, Lago do Abordo, Ilha do Cansado e Lapela, povoação com mais de 300 anos.</p>

Topônimo	<b>Igarapé do Meio</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	Cardinotopônimo
Nota linguística	A lexia igarapé, para Tibiriça (1985, p. 281) é corruptela de <i>igara-apé</i> , que significa o caminho da canoa, o canal, o furo, o braço de rio, esteiro, vala. Já Souza (1927, p. 150) afirma que igarapé significa etimologicamente caminho de canoas, em que <i>ygara</i> é canoa, e <i>apé</i> é caminho. Acrescenta ainda o

	<p>pesquisador que igarapé é termo da Amazônia que nomeia os rios pequenos ou os riachos somente navegados pelas canoas; nesse caso, os igarapés são braços de rios que adentram as tessituras da terra.</p> <p>Gentílico: igarapeense</p>
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Igarapé do Meio, pela LE nº 6431, de 29/09/1995, desmembrado de Vitória do Mearim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Matinha</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Gentílico: matinhense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 216), o município de Matinha originou-se em meados do século XIX em virtude da penetração de alguns colonizadores na região. Nessa época, já existiam, nas proximidades da atual sede municipal, os engenhos de açúcar <i>Nazaré</i>, de propriedade do padre João do Lago, e Santa Maria, de propriedade do comendador Antônio Alves da Silva, e ainda duas fábricas de farinha de mandioca, uma localizada no sítio <i>Hespanha</i>, de propriedade do comendador José Belfort, e outra no lugar <i>Santa Maria dos Meireles</i>, do caboclo Ezequiel Meireles. Esses colonizadores trouxeram em sua companhia considerável número de escravos para os trabalhos agrícolas.</p> <p>Com a abolição, muitos dos escravos e mestiços das fazendas vizinhas procuraram instalar-se nas proximidades das casas comerciais, formando ali um pequeno núcleo residencial. Como esse local era propício para a agricultura, facilmente se desenvolveu e atraiu novos imigrantes, constituindo assim o povoado de Matinha.</p> <p>FAD: Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, Matinha figura como distrito de Viana.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Matinha, pela LE nº 931, de 07/04/1920, desmembrado de Viana (IBGE, 1959, p. 216).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Monção</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Areias > Monção = Corotopônimo
Nota linguística	Para (Houaiss, 2001), etimologicamente essa lexia provém do

	<p>árabe <i>mawsím</i> ou variação vulgar <i>mawsám</i> 'data ou estação do ano fixada para que ocorra algo ou para que se faça alguma coisa. Fernandes (1941, p. 167) afirma ser essa lexia derivada da forma latina bárbara <i>montianus</i>. Já Souza (1927, p. 193) assegura que monção eram <i>no tempo das bandeiras e entradas</i> as expedições que desciam o Tietê.</p> <p>Gentílico: monçonense. Fernandes (1941, p. 209) registra também monçanense.</p>
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 226) informa que nos primeiros anos desse município havia uma aldeia de índios Guajajaras no lugar denominado Areias. Essa aldeia era conhecida pelo nome de Carará, os índios <i>civilizaram-se</i> e foram atraídos para aquela localidade outros habitantes. Esse lugar obteve regular desenvolvimento e foi elevado à categoria de vila que teve o nome de Monção, em homenagem ao distrito português de mesma denominação. A freguesia criada nesse mesmo dia, em virtude da RR de 18/06/1757, recebeu a invocação de São Francisco Xavier.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Monção em 16/07/1757 ou 1767.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Monção, pela LE nº 519, de 09/ 06/1859, desmembrado de Viana. Sede na antiga vila de Monção.</p> <p>Pelo DE nº 267, de 19/04/1932, é extinto o município de Monção, sendo seu território anexado ao município de São Pedro (Carolina).</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Monção, pelo decreto nº 919, de 30/09/1935, desmembrado de São Pedro.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Olinda Nova do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Olinda dos Castros > Olinda Nova do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: olindense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) afirma que esse Município foi fundado por Filomeno Penha de Castro e o Capitão Antonio Alexandre Serra Freire. Teve sua emancipação política no dia 06/09/1995.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Olinda Nova do Maranhão, pela LE nº 6414, desmembrado de Viana, Matinha, São João Batista e São Vicente Ferrer. Sede no atual distrito de Olinda Nova do Maranhão ex-</p>

	povoado de Olinda dos Castros do município de São João Batista.
Nota enciclopédica	Olinda Nova do Maranhão é posterior a Nova Olinda do Maranhão. Esses municípios têm praticamente a mesma idade e o mesmo nome, só que invertido e acrescido do qualificativo Maranhão. Temos a lexia Olinda também em Pernambuco.

Topônimo	<b>Palmeirândia</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Palmeiras > Palmeirândia = Fitotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: palmeirandense
Nota histórica	Para o IBGE (s/d), o devassamento da localidade teve por base a presença de povoadores de município vizinhos, principalmente vindos de São Bento e Peri-Mirim. Mesmo predominando na região vastos campos usados no verão para a pecuária, existem terras propícias à lavoura e ao extrativismo vegetal. FAD: Pela LM nº 2, de 09/05/1893, é criado o distrito Palmeiras e anexado ao município de São Bento dos Perizes (São Bento). Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Palmeirândia, pela LE nº 1997, de 31/12/1959, desmembrado de São Bento e parte do distrito de Peri-Mirim.
Nota enciclopédica	O IBGE (s/d) esclarece que, primitivamente, a povoação teve o nome de Palmeiras, sendo alterado para Palmeirândia, quando da criação do município. O nome advém de extensos palmeirais encontrados no território.

Topônimo	<b>Pedro do Rosário</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Bela Vista > Nova Bela Vista > Pedro do Rosário = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: pedro-rosariense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), o município de Pedro do Rosário, anteriormente povoado Bela Vista, pertencia ao município de Pinheiro, e teve sua origem com o senhor Leocádio e família que foram os primeiros moradores do lugar. Por volta de 1959, chegou ao lugarejo o senhor José Maria Cutrim e família, que construiu moradia ao lado de Leocádio e batizaram o lugar com o nome de Bela Vista, pela beleza natural formada por um grande barranco. Pela centralização entre os municípios, como também sua riqueza fértil do solo, o lugar foi atraindo

	<p>novos moradores, todos trabalhadores rurais.</p> <p>Com a construção da estrada carroçável em 1968, ligando Zé Doca a Pinheiro, Bela Vista recebeu mais moradores, aumentando o número de residências. Apesar de o lugarejo contar com a missão religiosa dos padres de Pinheiro, nesse ano foi celebrada uma missa em louvor a construção da estrada pelo Pe. Inácio Demouro, vigário da diocese de Viana e, a pedido de seus habitantes, o povoado foi batizado com o nome de Nova Bela Vista.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Pedro do Rosário, pela LE nº 6190, de 10/11/1994, desmembrado de Pinheiro.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Penalva</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: São Brás > São José de Penalva > Penalva = Corotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: penalvense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 263), a primeira penetração do território do município é atribuída à ação evangelizadora dos padres da Companhia de Jesus que, provavelmente no século XVIII, assessorados por elementos oriundos de vários pontos do país (...), procuraram estabelecerem-se em lugar seguro e apropriado, o que fizeram, escolhendo um sítio que recebeu a denominação de São Brás.</p> <p>O povoamento do município tardou a processar-se porque não continuou em uma sequência natural, a partir do marco inicial de São Brás, uma vez que quase todos os primitivos colonizadores transferiram-se para outro ponto do território municipal, onde fixaram residência. A este local denominaram de São José de Penalva, atualmente Penalva.</p> <p>O nome atual do município foi dado pelos seus desbravadores em homenagem a Penalva do Castelo, cidade Portuguesa.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Penalva, pela LP nº 510, de 27/07/1858.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Penalva, pela LP nº 955, de 21/06/1871, desmembra de Viana.</p> <p>Elevada à condição de município no dia 10/08/1915, no governo de Herculano de Nina Parga.</p> <p>Elevado à condição de cidade, com a denominação de Penalva, pela Lei nº 45, de 29/03/1938.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Peri-Mirim</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Macapá > Peri-Mirim = Fitotopônimo
Nota linguística	<p>O IBGE (s/d) admite que a denominação originou-se de <i>peri</i>, nome dado a uma espécie de junco, muito encontrado na região. Essa versão do IBGE não condiz com a de Tibiriçá (1985, p. 95) que, além de registrar esse topônimo como cidade do Maranhão, afirma que provém de <i>peri-mirĩ</i>, brejo pequeno. Cardoso (2001, p. 383-384), por sua vez, acrescenta que <i>peri</i> é originado do tupi <i>pi-ri</i> e é o mesmo que junco, <i>sulco formado pelo escoamento das águas em declínio, a parte mais baixa de um terreno alagado por um rio</i>.</p> <p>Em conformidade com o IBGE e com Tibiriçá, Souza (1927, p. 213; 218) nos dá uma explicação mais aprofundada a respeito dessa lexia, quando afirma que peris são terrenos que, no período do inverno, <i>ficam cobertos de água, formando um lago florido e, no verão, se transmudam em savana escura, secca, com forroadas, coberta de junco e seccos, razão do seu nome, pois que, peri ou piri é uma gramínea própria do Pará e Maranhão</i>.</p> <p>Na verdade todas essas concepções não se contrapõem, mas se completam, pois, no inverno, os campos da Baixada Maranhense ficam alagados e sobre a água cresce uma vegetação verde cobrindo-lhe a superfície, semelhantemente a um tapete. Essa planta é o junco e os locais alagados são os campos.</p>
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 266) afirma que, segundo alguns historiadores, Macapá, atual município de Peri-Mirim, teve como povoadores habitantes dos municípios limítrofes que, atraído pelas riquezas das terras e a existência de ótimas pastagens para a criação de gado, para lá se dirigiram. Ali chegando, encontraram realmente o terreno desejado tendo, então, fixado residência e construído suas moradas; deram ao povoado por eles ocupado o nome de Macapá. Este foi formado por territórios desmembrados dos municípios de Alcântara e São Bento.</p> <p>FAD: Pela LP nº 1385, de 17/05/1886, Macapá fica anexado ao município de São Bento.</p> <p>Distrito criado com a denominação de Macapá, pela LM nº 2, de 09/05/1893, subordinado ao município de São Bento.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Macapá, pela Lei nº 850, de 31/03/1919. Desmembrado de São Bento.</p> <p>Pelo Decreto nº 75, de 22/04/1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de São Bento.</p>

	Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Macapá, pelo DE nº 857, de 19/06/1935, e elevado à vila, em 19/07/1935 e a cidade em 29/03/1938. Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Macapá passou a denominar-se Peri-Mirim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Pinheiro</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Lugar de Pinheiro > Vila Nova de Pinheiro > Vila de Santo Inácio de Pinheiro > Pinheiro = Antrotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: pinheirense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d), o município de Pinheiro originou-se de uma fazenda fundada pelo Capitão-Mor Inácio José Pinheiro que, pela ausência de pastagens em Alcântara, onde morava, buscou um local que melhor atendesse às necessidades do seu rebanho. Após percorrer a região por vários dias, encontrou uma vasta planície, apresentando grande lago e espessa mata. De imediato, ali se fixou, providenciando o deslocamento do gado e de pessoal. Com a ajuda de outros fazendeiros, teve início o povoamento. Os vaqueiros aglomerados desenvolviam, paralelamente, agricultura de subsistência na orla da mata. FAD: Distrito criado com a denominação de Pinheiro, pela LP nº 370, de 26/05/1855, subordinado ao município de Guimarães. Elevado à categoria de vila com a denominação de Pinheiro, pela LP nº 439, de 03/09/1856, desmembrado de Guimarães. Elevado à categoria de cidade com a denominação de Pinheiro, pela LE nº 911, de 30/03/1920.
Nota enciclopédica	O município é banhado, <i>literalmente</i> , pelo Rio Pericumã que, no período chuvoso, inunda os campos da baixada. Esse rio se estende ainda aos municípios de Pedro do Rosário (onde nasce), São Bento e Guimarães, onde deságua na Baía de Cumã. A cidade de Pinheiro tem o título de <i>Princesa da Baixada</i> .

Topônimo	<b>Presidente Sarney</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	Axiotônimo
Nota linguística	Gentílico: sarneyense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Sarney, pela LE nº 6198, de

	10/11/1994, desmembrado de Pinheiro.
Nota enciclopédica	José Sarney de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (24/04/1930). É poeta, jornalista, ensaísta, político, membro do IHGMA e da AML. Foi Presidente da República (1985-1990), governador do Estado (1966-1971), é Presidente do Senado Federal do Brasil desde 02/02/2009.

Topônimo	<b>Santa Helena</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Aldeia de Laranjal > Santa Helena = Hagiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: helenense/santa-helenense
Nota histórica	<p>O SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena</a>) afirma que a povoação de Santa Helena foi fundada à margem direita do rio Turiaçu, a 90 km de Guimarães, em terras doadas por D. Fernando de Noronha ao índio Pedro Alves, cacique da aldeia de Laranjal.</p> <p>Existe a lenda de que nessa aldeia morava uma índia muito linda e bondosa chamada Helena. Morreu muito jovem, por motivos ignorados. Os índios, saudosos, sempre visitavam seu túmulo e em uma de suas visitas encontraram seu túmulo rachado e com cheiro de flores. Várias pessoas foram chamadas para ver o acontecido e resolveram cavar a sepultura. Foi imensa a emoção quando viram que o corpo de Helena não havia sofrido nenhuma transformação e concluíram que Helena, por sua bondade, havia se tornado santa. Foi então construída uma capela a Helena que passou a ter uma nova morada.</p> <p>Os primeiros padres que chegaram à localidade levaram Helena para Roma e trouxeram uma pequena imagem, que ainda hoje existe na Matriz da cidade, de onde é Padroeira. A partir daí a aldeia passou a ter o nome de Santa Helena, em homenagem à índia Helena.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Santa Helena, pela LP nº 13, de 08/05/1835, subordinado ao município de Guimarães (IBGE, 1959, p. 312).</p> <p>Elevada à categoria de vila pela LP nº 65, de 15/01/1838 (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena</a>).</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Helena pela LP nº 103, de 20/08/1841 (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Helena</a>).</p> <p>Pelo DE nº 268, de 19/04/1932, é extinto o município de Santa Helena, sendo seu território anexado ao município de Pinheiro</p>

	como distrito (IBGE, 1959, p. 312). Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Santa Helena, pelo DLE nº 919, de 30/09/1935, desmembrado de Pinheiro.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Bento</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: São Bento dos Perizes > São Bento dos Peris > São Bento = Hagiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: são-bentoense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 322) afirma que, segundo a tradição, foram João Alves Pinheiro, conhecido por João Canaçu, natural da Vila de Santo Antônio de Alcântara, e outros os primeiros povoadores do território do município. Inicialmente foi dado a essa terra o nome de São Bento dos Perizes, em virtude de grande quantidade de junco peri existente nos campos que circunvizinham a cidade. Da penetração aludida, resultou o povoamento do município, pois seus primeiros devassadores fixaram residência na região, edificando suas moradias, fazendas de gado vacum e dedicando-se à lavoura.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de São Bento dos Perizes, pela PR de 07/11/1805.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São Bento dos Perizes, pela Resolução da Junta Governamentiva do Maranhão de 19/04/1833, confirmado pela LP nº 7, de 29/04/1835.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de São Bento dos Perizes, pela LE nº 361, de 30/03/1905.</p> <p>Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município se denomina de São Bento dos Peris.</p> <p>Pelo DLE nº 45, de 29/03/1938, o município de São Bento dos Peris passou a denominar-se simplesmente São Bento, em homenagem ao santo padroeiro da cidade.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo Alves (2008, p. 390), São Bento nasceu na Úmbria aproximadamente no ano de 480. Estudou em Roma, fundou o Mosteiro do Monte Casino e é considerado o pai do monaquismo ocidental. O pesquisador acrescenta ainda que, muitos anos após a morte de São Bento, a regra por ele instituída se espalhou por toda a Europa, <i>tornando-se a forma de vida monástica durante toda a Idade Média</i>. Os Beneditinos têm como regra, deixada pelo santo, orar e trabalhar, contemplar e agir.</p> <p>Em virtude de seu clima agradável, São Bento ganhou o</p>

	apelido de <i>Suíça Brasileira</i> .
<b>Topônimo</b>	<b>São João Batista</b>
<b>Localização/Município</b>	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
<b>Taxonomia</b>	AT: Ponta > Ibipueara > São João Batista = Hagiopônimo
<b>Nota linguística</b>	Gentílico: juanino/joanino
<b>Nota histórica</b>	<p>Segundo o IBGE (s/d), a cidade de São João Batista teve origem numa gleba de terra denominada Ponta de propriedade do Major Raimundo Marques Figueiredo, fundador da cidade. Em 1919, a Baixada Maranhense foi vítima de uma grande estiagem que trouxe sérias preocupações à população desta região, sendo São Vicente Ferrer, município de onde São João Batista foi desmembrado, o mais atingido pela seca.</p> <p>Preocupados com os inúmeros prejuízos que a população sofria, com a falta de chuvas, o Major Figueiredo prometeu mandar celebrar numa missa campal em Ponta, assim que a situação fosse normalizada com a chegada das chuvas. Em abril, quando começaram a cair as primeiras chuvas, a situação se normalizou e a promessa foi cumprida. A missa foi celebrada pelo Monsenhor José Bráulio Nunes, vigário de São Vicente Ferrer e amigo do Major.</p> <p>Dado o sucesso da festa e do ato religioso que atraiu gente de todo o município e de municípios vizinhos, acertaram o Major Figueiredo e o Monsenhor Bráulio a construção de uma capela e o santo escolhido foi <i>São João Batista</i>, que mais tarde deu o nome à cidade.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Ibipueara, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado a São Vicente Ferrer. Elevado à categoria de município com a denominação de São João Batista, pela LE nº 1608, de 15/12/1958, desmembrado de São Vicente Ferrer.</p>
<b>Nota enciclopédica</b>	São João Batista, primo de Jesus, era filho de Santa Isabel (prima de Nossa Senhora) e de Zacarias, que o tiveram já em idade avançada. Ele é chamado de João, que significa, segundo Alves (2008, p. 356), <i>Deus é propício</i> , e de Batista porque batizava as pessoas e as preparava para a vinda do Messias.

<b>Topônimo</b>	<b>São Vicente Ferrer</b>
<b>Localização/Município</b>	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
<b>Taxonomia</b>	Hagiopônimo
<b>Nota linguística</b>	Gentílico: vicentino
<b>Nota histórica</b>	Para o IBGE (1959, p. 361), as terras do município de São

	<p>Vicente Ferrer começaram a ser povoadas no final do século XVIII. Seus primeiros habitantes vieram dos municípios vizinhos, atraídos pela fertilidade do solo, próprio para a lavoura e criação. Os povoadores que convergiram para essas terras alojaram-se em locais diversos, notadamente no lugar Tapuia.</p> <p>A freguesia surgiu em 1805, pertencente ao Município de São Bento. A paróquia de São Vicente Ferrer, padroeiro da cidade, foi criada em 1834.</p> <p>Logo após a criação do município, em 1856, surgiram questões de limites com o de Viana, dando origem a várias leis e Decretos-Leis sobre o assunto, entre as quais a de 31/05/1860, que criou o distrito de São Vicente Ferrer e a de 1861 que lhe tirou a autonomia municipal; finalmente, a de 1939 resolveu definitivamente o litígio.</p> <p>FAD: Freguesia criada com a denominação de São Vicente Ferrer, pela PR de 07/11/1805, subordinado ao município de São Bento dos Perizes (São Bento).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São Vicente Ferrer, pela LP nº 432, de 27/08/1856, desmembrado de São Bento dos Perizes.</p> <p>Pela LP nº 625, de 27/09/1861, é extinta a vila de São Vicente Ferrer, sendo seu território anexado ao município de São Bento dos Perizes.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Vicente Ferrer, pela Lei LP nº 678, de 01/06/1864.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938 (IBGE, 1959, p. 361).</p>
Nota enciclopédica	<p>São Vicente Ferrer era espanhol, natural de Valência, nasceu em 1357. Ingressou na Ordem Dominicana, foi filósofo, teólogo e professor. Esse Santo <i>lutou para que a Igreja voltasse à sua primeira unidade. Percorreu toda a Europa, procurando estabelecer a paz numa sociedade dividida e em crise. De cunho apocalíptico, a sua pregação tocava o íntimo dos corações, operando em muitos a conversão</i> (ALVES, 2008, p. 196).</p>

Topônimo	<b>Viana</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Missão de Conceição de Maracu > Viana = Corotopônimo
Nota linguística	Gentílico: vianense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), na segunda metade do século XVII, os jesuítas fundaram a Missão de Conceição de Maracu (hoje

	<p>Viana), deslocando para aquele local certo número de índios Guajajaras procedentes da aldeia do Itaqui. Mas, somente em princípios do século seguinte (1709), os padres da Companhia de Jesus se estabeleceram na região, edificando uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.</p> <p>Aos padres jesuítas vieram juntar-se posteriormente alguns colonos portugueses que, acompanhados de grande número de escravos negros, se localizaram na sede da aldeia e em outros pontos, dedicando-se ao comércio e à agricultura.</p> <p>FAD: Em 08/07/1757, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do Regimento das Missões, foi criada a vila, com a denominação de Viana, pelo governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. Em nome do governo português, o governador tomou posse da vila e de todos os bens a ela pertencentes. Segundo a revista <i>Caminhos do Maranhão</i> (2000, p. 10), nessa ocasião, a vila recebeu o nome de Viana em homenagem à cidade portuguesa de Viana do Castelo.</p> <p>Distrito criado com a denominação de Viana, pela RR de 18/06/1757 e LM nº 4, de 15/02/1893.</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação de Viana, pela LP nº 377, de 30/06/1855.</p>
Nota enciclopédica	<p>A revista <i>Caminhos do Maranhão</i> (2000, p. 10) informa que, devido à grande incidência de casarões e seus azulejos, Viana foi tombada pelo Patrimônio Histórico por meio do decreto nº 10899, de 17/10/1988.</p> <p>Esse município se destaca também pela existência do Rosário do Maracu, cuja porta de entrada é Viana. O <i>Rosário do Maracu</i>, conjunto de bacias de água doce, é formado por 07 lagos – Aquirí, Cajary, Capivari, Formoso, Maracassume, Itãs e Viana – que banham seis cidades da Baixada Maranhense: Viana, Cajari, Matinha, Monção e Penalva.</p> <p>Para a revista <i>Caminhos do Maranhão</i> (2000, p. 09), <i>Rosário do Maracu é o maior conjunto de bacias lacustres do Nordeste e o endereço para a prática do turismo ecológico</i>, destacando, nesse caso, a pororoca do rio Mearim.</p>

Topônimo	<b>Vitória do Mearim</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião II: Baixada Maranhense.
Taxonomia	AT: Curral da Igreja > Sítio Velho > Mearim > Vitória do Baixo Mearim > Baixo Mearim > Vitória do Mearim = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: vitoriense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 400), o atual município de Vitória de Mearim já teve diversos nomes, a saber: Baixo

	<p>Mearim, Vitória do Baixo Mearim, Sítio Velho e Curral da Igreja, sendo este ao que se sabe, o mais antigo, originado do fato de, por volta de 1723, terem sido doados meia légua de terras e um curral de gado bovino, por parte do fidalgo da Casa Real Portuguesa, padre José Gama d'Eça, que tentou construir, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, uma igreja à margem direita do rio Mearim.</p> <p>Em 1728, o mesmo padre resolveu mudar o povoado para um local mais sólido e consistente, e, partindo de Curral da Igreja, rio acima, veio ter a um terreno, hoje denominado Sítio.</p> <p>Foi em 1750 que se deu a última mudança. Desta vez, à procura de terreno alto e isento de quaisquer das inconveniências encontradas em Curral da Igreja e Sítio, o padre d'Eça e sua comitiva subiram o rio Mearim até encontrar a cabeceira das matas, onde tudo indicava ser terreno firme e fora do alcance de inundações. Ali se instalaram, edificando suas casas e a atual igreja de Nossa Senhora de Nazaré, passando a denominar-se o lugar Mearim, talvez em homenagem ao rio que lhe regava as terras e por meio do qual faziam seus transportes.</p> <p>A mudança de vila do Mearim para Vitória do Baixo Mearim é atribuída ao fato de haver sido nesta zona, no lugar Calabouço, que se travou o último combate entre os revoltosos da Balaiada e as forças legais.</p> <p>FAD: Pela PR de 19/04/1823 é criada a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Mearim (IBGE, 1959, p. 400).</p> <p>Elevado à categoria de vila e distrito com a denominação de Mearim, pela Resolução de 19/04/1833, confirmado pela LP nº 7, de 29/04/1835.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Mearim, pela LM nº 1129, de 15/03/1924.</p> <p>Pela LE nº 159, de 06/12/1938, o município de Vitória do Mearim passou a denominar-se Baixo Mearim.</p> <p>Pela LE nº 271, de 31/12/1948, o município de Baixo Mearim passou a denominar-se Vitória do Mearim.</p>
Nota enciclopédica	<p>O Rio Mearim nasce nas confluências das Serras Negra, Menina e Cruzeiras, e desemboca na Baía de São Marcos (São Luís). Banha vários municípios, entre eles destacamos: Barra do Corda, Pedreiras, Bacabal, Bernardo do Mearim, Vitória do Mearim e Arari.</p>

Microrregião III: Itapecuru-Mirim

Topônimo	<b>Cantanhede</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.

Taxonomia	Corotopônimo
Nota linguística	Para o IBGE (1959, p. 107), a lexia cantanhede deriva do latim vulgar <i>Cantonieti</i> , que significa <i>quinta da canteira</i> ou <i>pedreira de cantaria</i> . Gentílico: cantanhedense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 107) o início do povoamento de Cantanhede perde-se no passado quase obscuro de sua formação, sabendo-se apenas que em 1902 já existia o povoado dos trilhos da estrada de Ferro São Luís – Teresina, que se firmou através das edificações então realizadas. Na falta de um plano urbanístico, todas as habitações se localizaram à margem da ferrovia e, no correr dos anos, o povoado aumentou, sempre paralelo à ferrovia. Dessa forma, a cidade de Cantanhede tem seu núcleo quase que exclusivamente na Rua da Estrada de Ferro. FAD: Distrito criado com a denominação de Cantanhede, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Itapecuru-Mirim. Elevado à categoria de município com a denominação de Cantanhede, pela LE nº 757, de 24/09/1952, desmembrado de Itapecuru-Mirim.
Nota enciclopédica	O IBGE (1959, p. 107) afirma que, geograficamente, Cantanhede liga-se ou nome de uma vila de Portugal, sendo assim denominada a localidade pelos seus primitivos habitantes, de origem portuguesa, em homenagem àquele pedaço do território luso.

Topônimo	<b>Itapecuru-Mirim</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Itapecuru > Itapucuru-Mirim: Hidrotopônimo
Nota linguística	O topônimo tem vários significados etimológicos. O IBGE (1959, p. 201) afirma que, para Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, Itapicuru ou Itapecuru, vem de <i>ita</i> – pedra; <i>pucuru</i> – púcaro e, portanto, quer dizer púcaro de pedra. Acrescenta ainda o Instituto que, para Inácio José Matta Itapecuru, deriva de <i>ita</i> – pedra; <i>pucu</i> – larga, longa, e <i>ru</i> – armar laços, armar ciladas, significando portanto, pedra comprida ou larga, em que se arma ciladas. E, por último afirma que, para Domingos José Gonçalves de Magalhães, o étimo é composto de <i>ita</i> – pedra; <i>pe</i> – caminho, via; <i>cura</i> , <i>curaten</i> – muita, frequência, isto é, caminho de muita pedra ou inçado de pedras. Tibiriça (1085, p. 67), por sua vez, opina que Itapecuru é uma lexia que vem do Nheengatu <i>itapé-curu</i> , lage enrugada, ondulada. Já <i>mirim</i> , para esse pesquisador (1085, p. 87), deriva

	de mirim, pequeno (com referência ao rio). Então, segundo essa concepção, Itapecuru-Mirim seria, literalmente, rio pequeno. Gentílico: itapecuruense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 201), em 25/08/1768, o rei D. José fez saber ao governador do Maranhão que os moradores da ribeira do Itapecuru lhe pediram, em 12/09/1767, alvará de confirmação de vila, que ali fundou por ordem régia o desembargador Manuel Sarmiento, e das datas de terras e privilégios concedidos na mesma ocasião, e por isso ordenava que, ouvido o parecer do procurador da fazenda e do ouvidor, por escrito lhe enviasse a ordem que houve por tal criação.</p> <p>Sem andamento algum ficaram tão bons desejos, até que pela PR de 27/11/1817, Dom João fez saber ao ouvidor da comarca do Maranhão que, sendo obrigado José Gonçalves da Silva, fidalgo da casa real, pela mercê que lhe fez, a fundar, à sua custa, uma vila em terras que possuía nessa capitania, e atendendo ao que ele e os moradores do Itapecuru lhe representaram, havia por bem, <i>sem embargo de não possuir ele terreno próprio nesse lugar, consentir que ali verificasse a vila que devia fundar, comprando ou aceitando as terras necessárias, que lhe oferecessem os moradores</i> (IBGE, 1959, p. 201).</p> <p>FAD: <i>Pela PR de 20/03/1820 D. João, à vista da representação do ouvidor com os autos da criação da vila, houve por bem aprová-la (...)</i> (IBGE, 1959, p. 202).</p> <p>Elevado à categoria de freguesia com a denominação de Itapecuru pela PR de 25/09/1801 fica (IBGE, 1959, p. 202).</p> <p>Distrito criado com a denominação de Itapecuru-Mirim, pela PR de 25/09/1801, subordinado ao município de São Luís.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Itapecuru-Mirim, pela PR de 07/11/1817, alterado pela de 20/10/1818, desmembrado de São Luís.</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação Itapecuru-Mirim, pela LP nº 919, de 21/07/1870.</p>
Nota enciclopédica	Itapecuru é o nome de um dos maiores rios do Maranhão. Esse rio nasce no município de Mirador (Alto Itapecuru), passa por Colinas e Caxias (Médio Itapecuru) e, antes de desembocar na Baía de São José de Ribamar, banha vários municípios, como é o caso de Itapecuru-Mirim.

Topônimo	<b>Matões do Norte</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Matões > Matões do Norte = Cardinotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: norte-matôense

Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Matões do Norte, pela LE nº 6138, de 10/11/1994, desmembrado de Cantanhede e São Mateus do Maranhão. Sede no atual distrito de Matões do Norte ex-povoado de Matões do município de Cantanhede.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Miranda do Norte</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Miranda > Miranda do Norte = Cardinotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: mirandense-do-norte
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), a exemplo do município de Santa Rita e São Mateus do Maranhão, que foram emancipados em 1961, Miranda do Norte, primitivamente denominado Miranda, foi outro povoado que surgiu a partir da construção da BR-135 e que conseguiu ser elevado à condição de município. Localizado a 129 km de São Luís, tornou-se parada obrigatória de veículos de carga e passageiros, o que foi de fundamental importância para o desenvolvimento de seus setores de comércio e serviços, principalmente restaurantes, pousadas e postos de abastecimento de combustível. Ainda que Miranda do Norte estivesse mais próximo de Arari, pertencia a Itapecuru, quando conquistou sua autonomia em 1988. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Miranda do Norte, pela LE nº 4866, de 15/03/1988, desmembrado de Itapecuru-Mirim e Arari. Sede no atual distrito de Miranda do Norte ex-povoado de Miranda do Norte do município de Itapecuru-Mirim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Nina Rodrigues</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Fortaleza > Vila da Manga > Vila da Manga do Iguará > Nina Rodrigues = Antropotopônimo
Nota linguística	Gentílico: ninense
Nota histórica	O IBGE (s/d) informa que o antigo povoado de Vila da Manga iniciou-se no local chamado Fortaleza, antigo ponto obrigatório de passagem de boiadas com destino aos municípios de Icatu e Morros. O povoado de Vila da Manga do Iguará entrou definitivamente para a história política do Maranhão ao servir de palco para o episódio que deu início à revolta popular conhecida como

	<i>Balaiada</i> (1838–1841). FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Nina Rodrigues, pela LE nº 2183, de 30/12/1961, desmembrado de Vargem Grande.
Nota enciclopédica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 393), Raimundo Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande (14/12/1862) e faleceu em Paris (17/07/1906). Foi médico, professor, criminalista, etnógrafo e patologista; é considerado o criador da Antropologia Criminal Brasileira. Foi membro da AML e do IHGMA.

Topônimo	<b>Pirapemas</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Aldeia >Pirapemas-Velha > Pirapemas = Zootopônimo.
Nota linguística	Conforme o IBGE (1959, p. 280), a lexia pirapemas é de origem indígena e significa peixe fluvial; no entanto, Tibiriçá (1985, p. 98) registra essa lexia como sendo uma variação de peixe do mar da família dos megalopídeos. Gentílico: pirapemense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d), esse Município era um antigo aldeamento de índios e seu primeiro nome foi mesmo Aldeia. O Instituto acrescenta ainda que a fixação do primeiro núcleo humano, no local onde é hoje a cidade, só se efetuou muitos anos depois, com a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, dando origem, assim, às primeiras edificações de moradores permanentes, ainda que em estilo precário. Edificada a estação e inaugurada a ferrovia, surgiu a primeira rua ou avenida (beira-linha) e, depois, outras ruas, praças e travessas, até transformar-se, sucessivamente, em arraial, povoado, vila e, atualmente, cidade. A povoação original, em forma de sítio ou fazenda, era na margem direita, no lugar ainda hoje denominado Pirapemas-Velha, de onde se transportaram os seus habitantes para a margem oposta onde fica situada a cidade – margem esquerda do rio Itapecuru – influenciados pela proximidade da estrada de ferro. FAD: Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Pirapemas figura como distrito de Coroatá (IBGE, 1959, p. 280). Distrito criado com a denominação de Pirapemas, pela LE nº 269, de 31/12/1948; subordinado ao município de Coroatá. Elevado à categoria de município com a denominação de Pirapemas pela LE nº 821, de 11/12/1952, desmembrado de Coroatá (IBGE, 1959, p. 280).

Nota enciclopédica	
--------------------	--

Topônimo	<b>Presidente Vargas</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Estreito > Paranaidji > Presidente Vargas = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: presidentino
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 290), o primeiro devassamento do território desse Município deu-se em 1909, em virtude de ser o ponto mais apropriado à passagem de viajantes do estado do Maranhão que partiam de Goiás e vice-versa. Virgílio Franco e Antônio Marinho, considerando as vantagens do local, resolveram povoá-lo, estabelecendo-se com o ramo comercial.</p> <p>O primeiro nome dado à povoação foi o de Estreito, por ser o trecho mais <i>apertado</i> (estreito) do Tocantins, medindo apenas 100 metros de comprimento. Mesmo assim foi considerado pelos seus primeiros povoadores como ótimo ancoradouro para suas embarcações e bom ponto para o comércio de sal e mercadorias em geral.</p> <p>FAD: Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o distrito de Presidente Vargas passou a denominar-se Aurizona.</p> <p>Elevado à categoria de distrito com a denominação de Paranaidji pela LE nº 269, de 31/1/1948, anexado ao município de Carolina (IBGE, 1959, p. 290).</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Presidente Vargas pela LE nº 1304, de 27/12/1954, desmembrado do município de Carolina. Recebeu essa denominação, segundo o IBGE (1959, p. 287), em homenagem ao grande político brasileiro Getúlio Dorneles Vargas.</p>
Nota enciclopédica	Getúlio Dorneles Vargas esteve no comando do País de 1951-1954.

Topônimo	<b>Vargem Grande</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião III: Itapecuru-Mirim.
Taxonomia	AT: Fortaleza >Freguesia São Sebastião de Manga do Iguará > Vargem Grande = Dimensiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: vargem-grandense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 389), a povoação de Vargem Grande iniciou-se no lugar Fortaleza, depois Manga do Iguará, onde hoje se localiza a cidade de Nina Rodrigues, passagem obrigatória das boiadas, com destino a Morros e Icatu, que ali

	<p>faziam descanso, dadas às condições do pasto e facilidade na travessia do rio Iguará.</p> <p>Segundo a Confederação Nacional dos Municípios – CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>), o lugar onde surgiu Vargem Grande era antigo ponto de encontro das estradas de boiadas que vinham de Caxias e Itapecuru-Mirim. Acrescenta ainda o Órgão que até hoje Vargem Grande, apesar de ser um grande centro de produção agrícola, demonstra forte vocação para pecuária.</p> <p>FAD: Foi nesse lugar criada uma freguesia com a invocação de São Sebastião de Manga do Iguará pelo § 6º do artigo 1º da LP nº 13, de 08/05/1835, e anteriormente elevada à categoria de vila pela RR de 19/04/1833 e pela LP nº 07, de 29/04/1835 (IBGE, 1959, p. 389).</p> <p>Pela LP nº 175, de 09/11/1843 foi mudado o assento da vila para o lugar denominado Olho d'Água, no mesmo município, e depois ainda transferida para a Vargem Grande pela LP nº 203, de julho de 1842 (IBGE, 1959, p. 389).</p> <p>Pelo Decreto nº 539, de 16/12/1933, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Itapecuru.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Vargem Grande, pelo Decreto nº 832, de 03/06/1935.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938 (IBGE, 1959, p. 390).</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião IV: Lençóis Maranhenses

<b>Topônimo</b>	<b>Barreirinhas</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	Litotopônimo
Nota linguística	Gentílico: barreirinhense
Nota histórica	Segundo o IBGE (1959, p. 77), não há tradição formada quanto ao devassamento do território do município, pela qual possamos determinar seu devassamento. Atribuem, contudo, a diversos fatores o início do devassamento de Barreirinhas, com destaque para a estrada que vinha da comarca de Campo Maior (PI), à de Brejo, e desta à de Icatu, atravessando o rio Mocambo, no local em que o Governo Imperial mandou construir uma ponte, em 1849, cuja construção e as boas pastagens das margens desse rio para a criação de gado e terras próprias para a lavoura deram origem à afluência de pessoas para aqueles lugares e, conseqüentemente, à fundação de pequenos povoados.

	<p>FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Barreirinhas, pela LP nº 481, de 18/06/1858, desmembrado de Tutóia, Brejo, Miritiba (Humberto de Campos) e São Bernardo (IBGE, 1959, p. 78).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Barreirinhas, pela LP nº 951, de 14/06/1871, desmembrado do município de Tutóia (IBGE, 1959, p. 78).</p> <p>Elevado à condição de município com a denominação de Barreirinhas, pela Lei nº 45, de 29/03/1938. Recebeu essa denominação pela existência das barreiras e ladeiras muito frequentes e características da região (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Barreirinhas">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Barreirinhas</a>).</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo Maranhão (1999, p. 06-07) os Lençóis Maranhenses foram transformados em Parque Nacional em 1981 e em 1989, por meio dos trabalhos de divulgação do prefeito Léo Costa, Barreirinhas foi desvelada para o Brasil e para o mundo como atração turística. Mas este município não é conhecido somente por causa dos lençóis, mas também pela vaquejada Regional, realizada sempre na 2ª quinzena de julho, pelo artesanato de fibra de buriti.</p> <p>Da rota dos lençóis destacamos os Pequenos Lençóis: Praia de Caburé; Barra (beira) do Preguiças; Mandacaru, lugar onde fica o farol de igual nome; Atins, de onde dá para ver a entrada e saída das embarcações. Dos Grandes Lençóis: Lagoa Azul, Lagoa da Esperança e a do Casso, Cantinho, São Domingos, Maria Bastos (na sede) e Sobradinho, na entrada da cidade.</p> <p>Espectáculo à parte é o rio Preguiças que faz jus ao nome por correr lento em direção ao Oceano Atlântico e formar <i>agradáveis balneários de águas límpidas, frias e relaxante</i> (MARANHÃO, 1999, p. 08).</p>

Topônimo	<b>Humberto de Campos</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	AT: Miritiba > São José do Piriá > Miritiba de São José do Piriá > Humberto de Campos = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: humbertoense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 187), somente por volta de 1817, José Carlos Frazão, vindo do Mearim no propósito de fazer comércio com os Tapuios ou à procura de lugar apropriado para a lavoura, foi casualmente a uma aldeia de índios e conseguiu ganhar a confiança do chefe. Ali fixou residência, por saber da existência de terrenos próximos, apropriados para plantação, local que os indígenas denominaram Miritiba, em virtude de grande quantidade de <i>miri</i> ou <i>mirim</i> existente. Apesar de a região ser apenas um matagal cortado por

	<p>extensos lençóis de areia, irrigava o solo o rio Peria ou Preá - também apelido da tribo indígena. Com seus escravos, construiu um prédio com dois pavimentos para sua moradia, que ficou conhecido como <i>Casa-Grande</i>. Foi aí que teve início a cidade de Humberto de Campos.</p> <p>José Carlos Frazão convidou parentes e amigos para vir morar perto de si. Em breve o ajuntamento (...) virou arraial, com o nome de São José do Peria.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Miritiba de São José do Piriá, pela Lei nº 13, de 08/05/ 1835, subordinado ao município de Icatu.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação Miritiba de São José do Piriá, pela LP nº 543, de 30/07/1859, desmembrado de Icatu.</p> <p>Pelo DLE nº 743, de 13/12/1934, o município de Miritiba de São José do Piriá passou a denominar-se Humberto de Campos Veras, em homenagem ao grande escritor maranhense, filho dessa localidade.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 190), Humberto de Campos Veras nasceu em Miritiba (25/10/1886) e faleceu no Rio de Janeiro (05/12/1934). Foi poeta, cronista, humorista, contista e crítico literário; uma das mais fortes expressões da intelectualidade brasileira. Foi aprendiz de alfaiate, caixeiro de comércio, tipógrafo, representante do Maranhão na Câmara Federal de Deputados, membro da ABL e da AML.</p>

Topônimo	<b>Paulino Neves</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	Gentílico: paulinoense
Nota histórica	<p>FAD: Distrito criado com a denominação de Paulino Neves, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Tutóia.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Paulino Neves, pela LE nº 6185, de 10/11/1994, desmembrado de Tutóia e Barreirinhas.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Primeira Cruz</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	Ergotopônimo
Nota linguística	Gentílico: primeira-cruzense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), embora os holandeses tenham aportado

	<p>em 1614, no local onde hoje se localiza a cidade, tendo colocado uma grande cruz no lugar, só no fim do século passado, o território começou a ser desbravado.</p> <p>Os primeiros povoadores vieram de municípios vizinhos, para ali desenvolver a pesca e a agricultura rudimentar, plantando com mais intensidade a mandioca, já que a terra era propícia para essa cultura. O único meio de comunicação com outros centros era por via marítima, razão pela qual o movimento portuário ajudou na formação do lugar. Mais tarde, outros moradores foram chegando e, dentre eles, o Senhor Domingos José Carneiro, que muito ajudou o crescimento do lugar, tendo desenvolvido o ramo comercial, além de se transformar no líder da família Carneiro, tradicional na política da região e, posteriormente, na do Estado.</p> <p>FAD: Em 1936, quando da divisão territorial, o atual município de Primeira Cruz era distrito do de Humberto de Campos. Desaparecendo em 1938, foi, na divisão de 1944-1948, restabelecido (IBGE, 1959, p. 292).</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Primeira Cruz por ADTCE, promulgado em 28/07/1947, desmembrado de Humberto de Campos.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Santo Amaro do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	AT: Santo Amaro > Santo Amaro do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: santamarense
Nota histórica	<p>Santo Amaro originou-se no século XVII com a chegada de um grupo de padres Jesuítas que se instalou na parte oeste das terras do rio Alegre. Segundo Bois (2002, p. 06), <i>as fazendas Santo Inácio, Alegre e Santo Agostinho foram as primeiras instalações a receber bois, cabras, ovelhas, cavalos que os padres trouxeram para a cidade</i>. Assegura ainda o pesquisador que o líder da Companhia, o Padre Amaro, deu o nome de batismo para a cidade. Mas quem povoou a cidade de fato foi José Joaquim dos Banhos, natural de Paço do Lumiar, que se instalou nessa localidade com sua família, escravos e algumas cabeças de animais.</p> <p>Bois (2002, p. 06) acrescenta ainda que, tempos depois, Joaquim dos Banhos foi morar com a escrava Emília Bruzaca no lugar chamado Espigão. A esse lugar é atribuída a construção da primeira igreja católica do município.</p> <p>FAD: Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado o distrito de Santo Amaro, padroeiro da cidade, e anexado ao município de</p>

	<p>Primeira Cruz. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santo Amaro do Maranhão, pela LE nº 6127, de 10/11/1994, desmembrado de Primeira Cruz.</p>
Nota enciclopédica	<p>Devido à sua proximidade com Barreirinhas, Santo Amaro apresenta-se como <i>a nova fronteira turística da região (...) por ora lembra as caatingas do sertão nordestino com seus mandacarus, em outros momentos, são oásis com riachos e lagoas povoadas de buritizeiros, juçarais e outras árvores de grande altura</i> (BOIS 2002, p. 03). Merecem destaque dunas da margem direita do rio Alegre, a Lagoa da Gaivota, o Lago da Jangada e o Guapiriba. Temos também Santo Amaro (BA), Santo Amaro da Imperatriz (SC) e Santo Amaro das Brotas (SE).</p>

Topônimo	<b>Tutóia</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião IV: Lençóis Maranhenses.
Taxonomia	AT: Vila Viçosa > Tutóia = Hidrotopônimo
Nota linguística	<p>Para esse topônimo existem várias acepções. Destacaremos aqui algumas arroladas por Oliveira (1987, p. 48) que esclarece ser tutóia de origem Teremembés e que significaria, nessa versão, <i>lençol de areia, grande extensão de dunas</i>, que caracterizariam, dessa forma, a topografia local. Outra acepção arrolada pelo pesquisador versa que tutóia é de origem tupi-guarani e significa <i>água boa</i>. E, por fim, tutóia seria simplesmente de origem indígena e significa a exclamação <i>Que beleza! Que encanto!</i> Gentílico: tutoiense</p>
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), a povoação do atual Município foi construída na margem do rio Tutóia, formado pelo braço accidental do rio Parnaíba, cuja história se vincula aos seus primeiros habitantes, os índios Teremembés e os missionários da Companhia de Jesus, destacando-se o Padre João Tavares. Em 1727, tinham duas datas de seis léguas de terra, as quais foram medidas e demarcadas à custa dos próprios índios. Em 1º de agosto de 1758 foi elevada à categoria de Vila Viçosa, porém permanecendo seu nome original Tutóia, que segundo historiadores, significa <i>água boa</i>, na família de línguas Tupi-Guarani, tese não aceita por parte de alguns historiadores. Em 1871, justificando seu baixo nível de desenvolvimento e até decadência, a vila foi incorporada pelo município de Barreirinhas, perdendo sua autonomia. Com a implantação de uma indústria salineira no porto de salinas, pelo coronel Paulino Neves, a sede mudou-se, LE nº</p>

	<p>297, de 16/04/1901, para o referido povoado com a denominação oficial de Tutóia, permanecendo definitivamente no local (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Tutoia">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Tutoia</a>).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Tutóia, por RR, de 18/06/1757.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Viçosa em 01/08/1758 (IBGE, 1959, p. 373-379).</p> <p>Pela LP nº 951, de 14/06/1871, é extinta a vila de Tutóia. Sob a mesma Lei transfere a sede de Tutóia para a povoação de Barreirinhas.</p> <p>Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Tutóia, pelo Decreto nº 53, de 29/12/1890, desmembrado de Barreirinhas e São Bernardo.</p> <p>Elevada à categoria de cidade pelo DE nº 45, de 29/03/1938 (IBGE, 1959, p. 373-379).</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense

Topônimo	<b>Alcântara</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Siri-gi, Jenipá-ipê, Miriti-ipê, Caá-guira, Pindotiua, Arui-ipê, Igara-upaba, Cumã > Tapui-tapera/Tapuitapera > Alcântara = Corotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: alcantareense.
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), a história de Alcântara perde-se no tempo. Muito antes de os franceses aportarem no Maranhão, Alcântara, com o significativo nome de Tapuitapera (terra dos tapuios), era uma grande aldeia de Tupinambás.</p> <p>Daniel de La Touche, ao tomar conhecimento de que do outro lado da baía de São Marcos havia terras férteis, onde existia um aglomerado de aldeias, procurou manter, com os silvícolas da região, um relacionamento amistoso.</p> <p>Expulsos os franceses e firmado o domínio português, Alexandre de Moura, na nova organização criada, deu-lhe um governo especial, nomeando seu capitão, Matias de Albuquerque.</p> <p>Com a divisão das Capitânicas do Maranhão e do Grão Pará, Tapuitapera passou à condição de cabeça da Capitania de Cumã, tendo sido, em março de 1624, doada pelo então Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, a seu irmão, Antonio Coelho de Carvalho.</p> <p>O progresso da aldeia, entretanto somente se deu a partir de 1648, quando esta foi elevada à categoria de vila, com o nome</p>

	<p>de Alcântara (denominação de uma aldeia de Portugal), sob a invocação de São Matias. Em 1836, foi Alcântara elevada à categoria de cidade e a antiga Tapuitapera conheceu o seu período de maior esplendor (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_%20Alcantara1">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_%20Alcantara1</a>).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Alcântara em 22/12/1648. Distrito criado com a denominação de Alcântara em 1754 (IBGE, s/d).</p> <p>Elevado à categoria de cidade pela LP nº 24, de 05/07/1836 (IBGE, s/d).</p> <p>Pelo Decreto nº 26077-A, de 22/12/1948, data do tricentenário de sua elevação à Vila, Alcântara tornou-se Cidade Monumento, tombada que foi pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_%20Alcantara1">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_%20Alcantara1</a>).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Apicum-Açu</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	Hidrotopônimo
Nota linguística	<p>A lexia apicum tem várias acepções na geografia nacional. Aqui destacamos as registradas por Tibiriçá (1985), Oliveira (s/d) e Souza (1927).</p> <p>Tibiriçá (1985, p. 20) registra essa lexia como sendo de origem Tupi e composta dos seguintes constituintes: <i>apecũ</i> &gt; <i>apecum</i>, lugar onde as águas do mar cortam a praia, formando pequenos canais, e <i>açu</i> &gt; <i>assu</i>, que significa grande.</p> <p>Para Oliveira (s/d, p. 47) apicum é corruptela de <i>apé</i>, caminho e <i>cû</i>, língua. Literalmente, caminho longo e plano (alusão a uma língua de areia). Alteração de Apicum, substantivo que se refere a charco, brejo de água salgada à beira-mar. Coroa que faz o mar entre si e a terra firme.</p> <p>Sousa (1927, p. 23-24), por sua vez, apresenta as várias acepções que tem essa lexia no Brasil, mas destaca que, de forma geral, apicum significa brejo de água salgada, à beira-mar.</p> <p>A explicação dada por Tibiriçá ao topônimo litorâneo Apicum-Açu vai ao encontro com sua posição geográfica uma vez que o Município limita-se a Leste com Cururupu e ao Norte com o Oceano Atlântico. Este, por sua vez, acidenta o terreno, à beira-mar, formando reentrâncias, tanto em Apicum-Açu quanto em Cururupu.</p> <p>Gentílico: apicuense/apicum-açuense</p>
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Apicum-Açu, LE nº 6179, de 10/11/1994,

	desmembrado de Bacuri.
Nota enciclopédica	A revista <i>Caminhos do Maranhão</i> (ano V, nº 34) afirma que os apicuns são <i>áreas que correm em locais planos e originadas de sedimentos quaternários. Estão presentes nas partes de transição entre os manguezais e a terra firme e são altamente salinizados com uma vegetação esparsa de leguminosas entremeadas de poucas touceiras de espartinas (capim).</i>

Topônimo	<b>Bacuri</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Para Oliveira (s/d, p. 108), bacuri é a corruptela de <i>ybá-cury</i> , o fruto contínuo, apressado; o que frutifica de pronto, amadurece de pronto. Tibiriçá (1985, p. 160), por sua vez, afirma que essa lexia de origem Tupi é uma planta da família das gutíferas também chamada de <i>bacupari</i> que produz um fruto grande, de casca grossa. Lima (1998, p. 170) descreve o fruto como sendo grande, redondo, de casca grossa e resinoso, composto de 4 caroços recoberto de polpa amarelada, mucilaginosa, de sabor agridoce, delicado e de cheiro agradável. A porção dessa polpa comestível forma partes compactas, solta, saborosas, vulgarmente chamadas de <i>línguas</i> , ou <i>filhos</i> , que constituem o <i>fino</i> do bacuri. Pode ser comido ao natural ou em forma de doces, compotas, geléias, licores e refresco, sorvete. Gentílico: bacuriense
Nota histórica	Para o IBGE (s/d), o território foi habitado primitivamente pelos indígenas, posteriormente, nele se fixaram portugueses e africanos que passaram a desenvolver a agricultura, dando prioridade à cana-de-açúcar, mandioca e milho. Paralelamente, era praticado o extrativismo da amêndoa de babaçu. Em 1815, chegava o cearense Luis da Costa Garcês acompanhado de sua família, especializando-se no plantio da mandioca, obtendo resultados satisfatórios. Cinco anos depois, o Senhor Garcês abria uma casa de comércio, sendo a primeira no gênero. Segundo a tradição corrente, a primeira missa no local foi celebrada à sombra de um bacurizeiro e, como durante o ato religioso, caíssem alguns frutos, Frei David, que era o celebrante, exclamou: <i>Bacuri!</i> Daí, a origem do topônimo (IBGE, s/d). FAD: Elevado à categoria de Distrito com a denominação de Bacuri, pela LM nº 1, de 22/04/1893, anexado à vila de Cururupu. Elevado à categoria de município com a denominação de

	Bacuri, pela LE nº 2154, de 16/12/1961, desmembrado de Cururupu (IBGE, s/d).
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Bacurituba</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Segundo Tibiriçá (1985, p. 188), a lexia bacurituba é composta de <i>bacuri</i> + <i>tuba</i> , sufixo que dá o sentido de abundância, coletividade às palavras às quais é acrescentado. Logo, Bacurituba significa literalmente lugar farto da fruta bacuri. Gentílico: bacuritubense
Nota histórica	FAD: Distrito criado com a denominação de Bacurituba, pela LP, nº 843, de 10/07/1868, subordinado ao município de Cajapió. Pelo DE nº 241, de 09/01/1932, é extinto o município de Cajapió, e Bacurituba, conseqüentemente, perde a categoria de distrito. Pelo Decreto nº 855, de 19/06/1935, é recriado o município de Cajapió, passando Bacurituba a pertencer novamente a Cajapió. Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado novamente o distrito de Bacurituba e anexado ao município de Cajapió; Elevado à categoria de município com a denominação de Bacurituba, pela LE nº 6196, de 10/11/1994, desmembrado de Cajapió.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Bequimão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Cabeceira > Santo Antônio e Almas > Godofredo Viana > Bequimão = Antropotopônimo
Nota linguística	Gentílico: bequimoense/bequimãoense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 83), os indígenas que viviam em cabanas rústicas constituíram os primeiros habitantes do pequeno povoado, seguidos mais tarde pelos colonizadores, os portugueses, que, em companhia do elemento escravo, o dominaram. Estes o chamavam primitivamente de Cabeceira, por se encontrar situado em uma cabeceira do rio Itapetininga. Mais tarde tomaram por padroeiro do lugar Santo Antônio, que naquela época era bastante festejado em Portugal. Esse fato deu ensejo a que fosse formada a Freguesia de Santo Antônio e Almas.

	<p>O solo fértil deu ensejo a que o povoado fosse crescendo cada vez mais, atingindo o número de seus habitantes ao exigido para a formação de um município. O povo organizou o necessário movimento que, com o auxílio e os esforços do capitão José Mariana Gomes de Castro e do Senhor Holfênio João Cantanhede, viu-se coroado de êxito pela elevação do povoado a município, passando a denominar-se Godofredo Viana, em homenagem ao governador maranhense, naquela época.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Santo Antônio e Almas, pela PR de 07/11/1805, subordinado a Alcântara.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Santo Antônio e Almas pela LE nº 801, de 21/04/1918, desmembrado de Alcântara.</p> <p>Pelo DE de 31/12/1923, Santo Antônio e Almas passou a denominar-se Godofredo Viana (então Governador do Estado).</p> <p>Pelo DE nº 7, de 24/11/1930, o município já denominado Godofredo Viana passou a denominar-se Bequimão.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, é extinto Bequimão, sendo seu território anexado a Alcântara.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Bequimão pelo DE nº 855, de 19/06/1935, desmembrado de Alcântara.</p>
Nota enciclopédica	<p>Uma das manifestações folclóricas típicas de Bequimão é o forró de caixa, assim chamado porque entre os instrumentos há duas caixas, pandeiros, triangulo e cabaça. O grupo é comandado por seu Zé de Custódia, e os dançarinos, todos com roupas padronizadas, são na sua maioria idosos. Segundo Sousa (2006, p. 14), <i>o forró se apresenta o ano inteiro, sem data fixa para acontecer. Depois de algum tempo esquecida, a manifestação vem sendo cada vez mais valorizada e retornou com força em toda a região há cerca de uns seis anos pra cá por meio dos trabalhos de resgate feito por seu Zé de Custódia.</i></p> <p>É ignorada a motivação toponímica de Bequimão. O atual Prefeito municipal, Senhor Antonio Diniz Braga Neto, informou-nos que já fez várias pesquisas para saber por que trocaram o nome do município em 1930, mas não obteve êxito. No Maranhão, o nome Bequimão é lembrado como sendo o do patriota que lutou contra os desmandos praticados nestas terras no período da Colônia. Amaral (2003, p. 23-28) apresenta um extenso levantamento sobre os descendentes tanto do revolucionário morto em 1685, Manuel Bequimão, quanto de seu irmão Tomás Bequimão, e acrescenta que nos nomes dos descendentes deles, podemos encontrar as seguintes variações</p>

	de <i>apelidos</i> : Bequimão, Beckman e Bequimanz.
--	---

Topônimo	<b>Cajapió</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	<p>Cajapió é lexia de origem Tupi que, segundo Tibiriçá (1985, p. 35), vem de <i>cajá-pyoca</i>, polpa de cajá; essência de cajá. Já para Oliveira (s/d, p. 112), cajá é corruptela de <i>acayá</i>, fruto caroçudo. <i>Aça-yá</i> o fruto de caroço cheio, gráudo; fruto que é todo caroço.</p> <p>Para Lima (1998, p. 173), existem duas espécies de cajá: cajá-do-pará, que tem em média 10 cm e polpa rija, e o cajazinho, fruto miúdo e de polpa macia que é usado em doces, refrescos e sorvetes.</p> <p>Gentílico: cajapioense</p>
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 98), antes da instituição da vila, o território do atual município já tinha sido penetrado pelos frades da Ordem Franciscana que nele plantaram a civilização, concorrendo, outrossim, para o maior desenvolvimento da localidade a ação de portugueses e italianos, que foram os primeiros povoadores da terra. Outras causas, ainda, contribuíram para alargar o progresso do município, destacando-se o aldeamento dos índios, que possibilitou o povoamento inicial e a participação do elemento negro que ajudou a promover o devassamento das matas da região.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila e distrito com a denominação de Cajapió, pela LP nº 1378, de 11/05/1876, desmembrado de São Bento dos Perizes (São Bento).</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação de Cajapió, pela LE nº 1139, de 10/04/1924.</p> <p>Pelo DLE nº 241, de 09/01/1932, é extinto o município de Cajapió, sendo seu território anexado ao município de São Vicente Ferrer.</p> <p>Pelo DE nº 539, de 16/12/1933, o distrito de Cajapió passou a fazer parte do município de São Bento dos Perizes.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Cajapió, pelo Decreto nº 855, de 19/06/1935, desmembrado de São Bento dos Perizes (São Bento).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Cedral</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Muiraneu > Cedral = Fitotopônimo.

Nota linguística	Gentílico: cedralense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), os primitivos habitantes do lugar foram os descendentes de índios e portugueses que ali se encontravam nos idos de 1918. Dentre os desbravadores, destacaram-se o capitão José Serrão de Albuquerque Seguins, fazendeiro, Jacinto Rosa Passarinho, Eleotério Ferreira e Antônio Serrão Martins, proprietários rurais.</p> <p>As primeiras atividades desenvolvidas no povoado foram a pesca em grande escala, exploração da lavoura e criação de gado. A povoação manteve por muito tempo certo equilíbrio, sem, entretanto, apresentar um crescimento expressivo. A população feminina dedicou-se à fabricação de redes e à confecção de rendas de almofadas.</p> <p>Em 1924, chegava ao povoado o jovem José Ribamar Ewerton que ali fixou residência, tendo casado com uma jovem de família abastada, transformando-se, em pouco tempo, em um dos homens mais poderosos do lugar, muito contribuindo para que Cedral se transformasse em município.</p> <p>No que diz respeito à motivação do nome do município tanto a CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>) quanto Oliveira (1984, p. 63) são categóricos em afirma que é por causa da grande quantidade de pés de cedros existente na localidade.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Muiraneu, pela LE nº 269, de 31/12/1948, desmembrado do município de Guimarães.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Cedral, pela LE nº 2378, de 09/06/1964, desmembrado de Guimarães.</p>
Nota enciclopédica	Temos Cedral também em São Paulo.

Topônimo	<b>Central do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Usina Joaquim Antônio > Central do Maranhão = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: centralense
Nota histórica	<p>FAD: Pela LE nº 2175 de 26/12/1961, é criado o distrito de Usina Joaquim Antônio e anexado ao município de Mirinzal.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Central do Maranhão, pela LE nº 6175, de 10/11/1994, desmembrado de Mirinzal. Sede no atual distrito de Central do Maranhão ex-povoado de Usina Joaquim Antônio.</p>
Nota enciclopédica	Com a lexia central temos também Central (BA), Central de Minas (MG).

Topônimo	<b>Cururupu</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: 3º distrito de Cabelo de Velha > Cururupu = Antropotopônimo.
Nota linguística	Com a finalidade de desvendar a origem deste nome, muitas investigações têm sido realizadas, existindo, portanto, duas versões que tentam explicá-la. A primeira é a conhecida lenda que diz ter o referido nome nascido da junção de Cururu, apelido do cacique Cabelo de Velha, com o som da arma que o matou, daí Cururupu; a segunda sustenta que a vila tomou esse nome de uma fazenda existente a margem esquerda do rio Curupu, (...). Sabe-se, porém, que esse vocábulo é de origem indígena, significando na língua nativa <i>Cabelo de Velha</i> . Tibiriçá (1985, p. 47) registra <i>cidade do Maranhão; de cururu-ypu, fonte do sapo</i> . Gentílico: cururupuense
Nota histórica	É provável que os primeiros civilizados que passaram por Cururupu, com demora curta, tenham sido os franceses, em viagem de reconhecimento em suas <i>entradas</i> até o Zarupi (Gurupi) ou quando pirateavam toda a costa do Maranhão durante a expedição de La Ravadirère e estendendo-se até o ano de 1614, quando Jerônimo de Albuquerque, com a sua chamada <i>Jornada Milagrosa</i> , conseguiu expulsá-los de terras maranhenses. O território que hoje constitui o município de Cururupu formava, antes do ano de 1835, o 3º do município de Guimarães. Nessa época era conhecido, apenas, por 3º distrito de Cabelo de Velha. Em 1916, segue-se o reconhecimento de Pedro Teixeira, para uma estrada que se estendia da cidade de São Luís até a cidade de Santa Maria de Belém. Após esses reconhecimentos, sabe-se das perigosas lutas de Maciel Parente que, atirando-se em sangrenta luta com a tribo de <i>Cabelo de Velha</i> , abateu o famoso cacique, destruindo toda sua taba. Após isso, elementos civilizados penetraram o município para explorá-lo. O local onde hoje se ergue a cidade foi habitado, primitivamente, pelos Tupinambás, tendo como cacique Cabelo de Velha, apelido de Cururupu, origem do nome da localidade. Entre 1816 e 1835, os indígenas, que escapara ao massacre de Bento Maciel parente, abandonaram a terra, pela impossibilidade de convivência pacífica. A partir daí, portugueses vindos de Guimarães, começaram a povoar a região ( <a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Cururupu.pdf">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Cururupu.pdf</a> ).

	<p>A origem do povoamento de Cururupu vem do avultado número de fazendas e de indústrias principais – açúcar e farinha –, e da grande necessidade do braço negro, cuja importação era feita diretamente da costa do Douro e Dahoney (Guiné) (IBGE, 1959, p. 167).</p> <p>FAD: Freguesia criada, com a denominação de Cururupu, pelo § 3º do artigo 5º da LP nº 13, de 08/05/1835, subordinada ao município de Guimarães (IBGE, 1959, p. 168).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Cururupu, pela LP nº 120, de 03/10/1841, desmembrado de Guimarães.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Cururupu, pela LE nº 893, de 09/03/1920.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Guimarães</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Fazenda Guarapiranga > São José de Guimarães > Guimarães = Corotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: vimarense. Fernandes (1941, p. 208) registra também vimaranense e explica que <i>vimaranensis</i> provém do germânico <i>Wimaranes</i> , étimo de Guimarães. Acrescenta ainda o pesquisador que os nomes germânicos <i>Vimaranes</i> e <i>Vimaranis</i> foram latinizados (p. 179).
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 182), José Bruno de Barros, que parece ter sido dos primeiros habitantes da região, servindo-se da ajuda dos silvícolas, montou em seus domínios olarias e fornos para o fabrico de farinha. Em 1755, alegando morar muito distante da freguesia, requereu ao Bispo Diocesano, Dom Antonio de São José, licença para levantar em sua fazenda uma capela dedicada a São José, padroeiro da cidade. Doadà à Coroa, no decurso de 1758, sua fazenda Guarapiranga foi o ponto inicial do atual município de Guimarães. Já no ano seguinte era fundada a vila, por portugueses, sob a denominação de São José de Guimarães e logo incorporada à comarca de São Luís do Maranhão.</p> <p>Atraídos pela abundância de peixes, grande leva de estrangeiros, principalmente portugueses, chegou à nova povoação. Fundaram estabelecimentos agrícolas para o plantio de mandioca e cana-de-açúcar e iniciaram a fabricação de cal, usando crustáceos como matéria-prima.</p> <p>Guimarães já existia desde 1633, isso porque, segundo Maranhão (2003, p, 03), na época do Brasil Colônia esse município foi sede da Capitania Hereditária de Cumã.</p> <p>Maranhão (2003, p. 03) atesta que o nome do município foi</p>

	<p>dado em homenagem a uma cidade histórica de Portugal.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Guimarães, pela provisão de 23/03/1758.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Guimarães, pela LP nº 7, de 29/04/1835.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Guimarães, pela LE nº 885, de 26/02/1920.</p>
Nota enciclopédica	<p>Maranhão (2003, p. 03) informa que Guimarães foi habitada por índios Axindúas, Pericumã e Jacumã e que a área que abrangia é ocupada atualmente tanto por Guimarães quanto por: Cururupu, Cedral, Porto Rico do Maranhão, Bacuri, Apicum-Açu, Serrano do Maranhão, Mirinzal, Pinheiro, e Santa Helena.</p>

Topônimo	<b>Mirinzal</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	<p>Para Souza (1927, p. 191) o topônimo Mirinzal se refere ao <i>matto composto especialmente da planta chamada mirim</i>. Houaiss (2001) acrescenta que essa lexia significa um <i>extenso aglomerado de mirins (árvore) em determinada área</i>. A Revista Caminhos do Maranhão (ano V, nº 34) afirma que a <i>comunidade de Mirinzal tem o nome da ilha em que está situada. A Ilha tem esse nome devido a abundância de árvore mirim que produz uma doce fruta do mesmo nome</i>.</p> <p>Gentílico: mirinzalense</p>
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), os primeiros habitantes do território foram os indígenas que se afastaram à medida que os civilizados começaram a ocupar o espaço geográfico em que viviam. Vieram de municípios vizinhos os pioneiros do desbravamento, explorando a lavoura como atividade principal, tendo sido dada certa ênfase ao plantio da cana-de-açúcar. No tocante ao extrativismo vegetal, há que se ressaltar a extração de madeira, encontrada em grande quantidade.</p> <p><i>Talvez pela sua má localização, o povoado não teve um crescimento normal, já que a comunicação com outros centros era bastante problemática, o que dificultou, sobremaneira, o seu progresso. Mesmo assim, havia grande interesse dos moradores pela emancipação do povoado, pois seria a única maneira de conseguir o desenvolvimento do lugar</i> (IBGE, s/d).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Mirinzal, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Guimarães.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Mirinzal, pela LE nº 2175, de 26/12/1961, desmembrado de</p>

	Guimarães. Sede no antigo distrito de Mirinzal ex-povoado.
Nota enciclopédica	Alguns moradores da localidade nos informaram que esse município recebeu esse nome devido à grande incidência de mirins na época que começou a ser povoado. Acrescentaram, ainda que hoje não é mais vista essa planta na região e que a geração atual não conhece a planta que deu origem ao topônimo.

Topônimo	<b>Porto Rico do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Colo Bico > Quebra Bico > Porto Rico do Maranhão. = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: porto-riquense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d), Porto Rico do Maranhão era inicialmente, apenas uma praia, com pequeno porto, Quebra Bico, onde era desenvolvida atividade pesqueira. Posteriormente, essa praia transformou-se em próspera vila. No que se refere à motivação toponímica, o Órgão informa que há duas versões, uma que foi dado para homenagear o país de origem de um de seus moradores, não esclarecendo, entretanto quem era esse habitante, mas acrescentando que a denominação foi adotada por todos. A Revista Maranhão Turismo (2004, p. 12) afirma que o morador a denominar o lugar chamava-se Beckman. Outra que é contada pelos seus mais antigos moradores, sustenta ser a localidade originada da atividade pesqueira naquele porto, atividade essa que atraía moradores de povoados vizinhos, pela grande quantidade de peixes e mariscos. Essa localidade já tinha sido chamada Colo Bico. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Porto Rico do Maranhão, pela LE nº 6134, de 10/11/1994, desmembrado de Cedral.
Nota enciclopédica	A lexia porto é largamente usada para nomear lugares. Em nossa pesquisa, percebemos que existem aproximadamente 37 topônimos brasileiros com a referida lexia.

Topônimo	<b>Serrano do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião V: Litoral Ocidental Maranhense.
Taxonomia	AT: Fazenda União> Serrano Grande> Serrano > Serrano do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: serranense
Nota histórica	Segundo a CNM ( <a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a> ), o município

	<p>de Serrano tem a sua origem ligada a um engenho - o União de Produção de Aguardente e Açúcar Bruto – de propriedade do Senhor Bernardo Vieira. Com a abolição da escravatura, o proprietário do engenho o desativou e não permitiu que os negros continuassem nas suas terras. Estes por sua vez, espalharam-se por todo o espaço rural das imediações ainda desabitado e construíram suas casas e dedicaram-se à agricultura. O espaço mais preferido foi o das imediações do rio Turiaçu, pela fertilidade das terras e pela facilidade de comercialização dos seus produtos, o que deu origem a um povoado.</p> <p>Com o aumento da produção, a área começou a ser visitada por Raimundo Arcângelo Nascimento, comerciante ambulante que vinha trocar produtos industrializados pela produção agrícola. A prosperidade comercial de Raimundo Arcângelo influenciou para que ele comprasse terras na região, às quais adquiriu do filho de Augusto Lima, antigo feitor da Fazenda União.</p> <p>Depois de instalado, o Senhor Raimundo começou a convidar os produtores para mudarem-se para próximo do seu comércio. Os primeiros imigrantes aglomeraram-se num local que ficou conhecido como Grajaú.</p> <p>Uma vez que todos os habitantes do lugar dirigiam-se para Santa Vitória, um lugar bastante distante, para batizar seus filhos, o Senhor Raimundo mandou construir uma capela, que dedicou a São Paulo, nome que deu ao seu sítio, construindo também, com a colaboração do povo, um cemitério. A próspera agricultura da área se destacava com a produção de gergelim, algodão, arroz, feijão, babaçu e outros produtos.</p> <p>O primeiro nome do povoado foi Serrano Grande, modificado depois para Serrano. Supostamente, o nome deve ter relações com o <i>Serraninho</i>, povoado rural cercado de morros nas imediações de Madragoa, atualmente sobre a jurisdição de Bacuri e que, para caracterização da importância do local na época, chamaram-no de Serrano Grande, tanto que, ao intitular a sua casa de São Pedro, o fundador terminou aceitando o nome dado pelo povo <i>Paulista do Serrano</i>.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Serrano do Maranhão, pela LE nº 6192, de 10/11/1994, desmembrado de Cururupu. Sede no atual distrito de Serrano do Maranhão ex-povoado de Serrano.</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião VI: Rosário

Topônimo	<b>Axixá</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	De acordo com Tibiriçá (1985, p. 27), a lexia axixá é derivada do Tupi <i>axixã</i> , que significa coisa áspera ao tato ou ao paladar. Gentílico: axixaense
Nota histórica	O IBGE (1959, p. 50) esclarece que Axixá foi colonizado pelo português Manoel José de Pinho e outros que ali chegaram e constituíram família. Com a vinda de novos portugueses fundaram, mais tarde, uma grande casa comercial com o nome de <i>Martins &amp; Primos</i> . A seguir, Manoel José de Pinho e seus companheiros fizeram construir, naquela localidade, uma igreja, mandando buscar, em Portugal, uma imagem de Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade. Caindo, porém, a monarquia, foi Axixá anexado a Icatu, passando a constituir seu 2º distrito e assim permanecendo até 1917, quando voltou a ser independente. Em 23 de setembro desse mesmo ano, foi instalado como município. Em 1930, com a Revolução, retornou à dependência de Icatu, situação que perdurou até 12 de junho de 1935, quando reconquistou sua autonomia. Seu nome – Axixá – provém de uma árvore grande, de frutos avermelhados, que se encontra às margens do rio Munim, próximo ao porto. FAD: Elevado à categoria de Distrito com a denominação de Axixá, pela LM de 09/06/1907, subordinado a Barra do Corda. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, Axixá figurava como distrito do município de Icatu. Elevado à categoria de vila pela LE nº 758, de 17/04/1917, desmembrado de Icatu. Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, é extinto o município de Axixá, sendo seu território anexado ao município de Icatu. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Axixá, pelo DE nº 844, de 12/06/1935.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Bacabeira</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Segundo Tibiriçá (1985, p. 160) bacaba é uma alteração do tupi <i>ybacaba</i> , palmeira comum em todo o Brasil, de cujo fruto se faz bebida refrescante muito saborosa. Gentílico: bacabeirense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Bacabeira, pela LE nº 6187, de 10/11/1994, desmembrado

	de Rosário.
Nota enciclopédica	Município onde será construída a <i>Refinaria Premium da Petrobrás</i> que está prevista para entrar em operação em 2013. Será a maior em seu gênero na América Latina. Tal investimento tem entre seus objetivos principais refinar um terço de todo o petróleo nacional, além de gerar mais de 100 mil empregos diretos e indiretos na construção civil.

Topônimo	<b>Cachoeira Grande</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	Dimensiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: cachoeirense
Nota histórica	A advogada da Prefeitura, Carla Buatem, informou-nos que no município há numerosas cachoeiras grandes que se formam com pedras localizadas em extremidades altas e pelas águas do Rio que banha a cidade, o Munim. FAD: elevado à categoria de distrito com a denominação de Cachoeira Grande, pela LM nº 23, de 21/11/1959, anexado ao município de Morros. Pela resolução do Senado Federal nº 112, de 30/11/1965, o distrito de Cachoeira Grande foi extinto sendo seu território anexado ao distrito sede de Morros. Elevado à categoria de município com a denominação de Cachoeira Grande, pela Lei nº 6151, de 10/11/1994, desmembrado do município de Morros.
Nota enciclopédica	Lexia largamente usada no Brasil para denominação de lugar. A utilização varia, indo da lexia simples, Cachoeira (BA); passando pelo uso do diminutivo, Cachoeirinha (PE, RS, TO); do masculino, Cachoeiro do Itapemirim (ES) até chegar às lexias compostas: Cachoeira da Alta (GO), da Prata (MG), de Goiás (GO), entre tantas outras.

Topônimo	<b>Icatu</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	AT: Arrayal de Santa Maria de Guaxenduba > Águas Boas > Icatu = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Há controvérsias quanto à grafia do topônimo, no entanto o IBGE (1959, p. 191) apresenta a explicação de dois historiadores com o intuito de solucionar esse impasse: <i>Icatu ou Hycatu – Varnhagen traduz este nome por Pontes-boas, e Ayres Casal, por Águas-boas.</i> Na verdade tanto a grafia com <i>i</i> quanto a com <i>y</i> estão corretas, pois são elementos morfológicos que aparecem em quase todos os rios do Brasil. Tibiriçá (1985, p. 172) explica que essa lexia deriva do Tupi e significa água, rio. Acrescenta

	<p>ainda o pesquisador que esse <i>y</i> tupi é de difícil pronúncia, pois são poucos os idiomas que o possuem. Ele difere do <i>y</i> grego e do <i>u</i> francês, que existe apenas nas línguas chinesa, coreana, turca e romena. Às vezes aparece em forma de <i>u</i>, isto porque sua verdadeira pronúncia é um meio termo entre <i>i</i> e <i>u</i>, como acontece com <i>tyba</i>, que em alguns topônimos, é <i>tiba</i> e em outros <i>tuba</i>.</p> <p>Quanto à lexia <i>cato</i>, Tibiriçá (1985, p. 166) a registra com o significado de bom, agradável.</p> <p>Gentílico: icatuense</p>
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 191), em novembro de 1614, no lugar denominado Águas Boas, após a vitória dos portugueses sobre os franceses, foi realizada uma procissão em ação de graças a Nossa Senhora da Ajuda e iniciada a construção de sua Igreja.</p> <p>Em 1688, fundou-se a Vila, posteriormente transferida para outro local, na margem direita do rio Munim, de acordo com solicitação do Congresso aprovada pela Corte Portuguesa por meio da Provisão Régia de 1758.</p> <p>O Senado da Câmara querendo tornar efetiva a mudança desta vila (que foi outrora chamada Arrayal de Santa Maria de Guaxinduba, por seu fundador, Jerônimo de Albuquerque Maranhão) pediu ao governo da Metrópole autorização para trocar com D. Thereza Margarida da Silva e Horta (da cidade de Lisboa) meia légua de terra do seu patrimônio com igual porção, que aquela senhora possuía no lugar denominado Fábrica de Madeira, hoje Porto Engenho.</p> <p>Sendo concedida autorização ao Senado da Câmara pela Provisão Régia de 25/08/1755, foi efetuada a troca por escritura pública de 28/03/1759, sendo representada D. Thereza pelo seu procurador Carlos da Silva Gatinho; em seguida, realizou-se a mudança da vila.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Águas Boas, anteriormente a 1715.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Águas Boas, em janeiro de 1688.</p> <p>Entre os anos de 1757 e 1759, confirmada pela LP nº 07, de 29/04/1835, transfere a sede da antiga vila de Águas Boas para Icatu.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Icatu, pela LE nº 1139, de 10/04/1924.</p>
Nota enciclopédica	<p>Depois de Alcântara, Icatu é a mais antiga de todas as províncias do Maranhão, segundo dados do IBGE (1959, p. 191).</p>

Topônimo	<b>Morros</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.

Taxonomia	Geomorfotopônimo
Nota linguística	Gentílico: morroense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 232) esclarece que, Rio Munim acima, na sua margem direita e a quatro léguas da sua foz, encontram-se uns morros. Nesse trecho de paisagem simples, mas expressiva, os habitantes da antiga Icatu buscavam recreação para o espírito e gozavam as volúpias do banho nas águas claras do rio Una. Vinha esta artéria de uma distância superior a 30 quilômetros serpeando por vales profundos e, rodeando estes morros, confluía com o rio Munim. É neles que está fixada a atual cidade de Morros. É neles que se fundamenta o seu próprio nome.</p> <p>O Instituto (1959, p. 232) explica ainda que <i>não se pode determinar, categoricamente e com base em documentos, o ano em que começou a povoar-se: há, no entanto, a convicção geral de que foi antes de 1750.</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Morros, pela LE nº 210, de 28/04/1898, desmembrado do município Icatu.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, é extinto o município de Morros, sendo seu território anexado ao município de Icatu.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Morros, pelo DE nº 844, de 12/06/1935.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Presidente Juscelino</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	AT: Cachoeira do Axixá > Presidente Juscelino = Axiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: juscelinense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) assevera que o desbravamento do território teve início quando surgiram as primeiras construções de armazéns, margeando o rio Munim, com a finalidade de estocar os produtos agrícolas que eram enviados para os centros consumidores. Com isso, foram chegando novos moradores que se fixaram próximo aos armazéns, usando as margens do rio para o desenvolvimento da lavoura de subsistência. Outros usufruíram as vantagens comerciais proporcionadas pelo fluxo de navegação do referido rio. Um dos principais fatores para o crescimento da povoação foi o movimento da navegação fluvial, que possibilitou a expansão de comercialização.</p> <p>O primeiro nome do lugar foi Cachoeira do Axixá, alterado, posteriormente, para Presidente Juscelino, quando da criação do município para homenagear o estadista Juscelino</p>

	Kubstchek. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Juscelino, pela LE nº 2372, de 09/06/1964, desmembrado de Axixá.
Nota enciclopédica	Juscelino Kubitschek de Oliveira esteve no comando do País de 1956-1961.

<b>Topônimo</b>	<b>Rosário</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	AT: Itapecuru-Grande > Freguesia de Nossa Senhora do Rosário > Rosário = Hagiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: rosariense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 304), o município de Rosário iniciou sua história de uma pequena povoação que se chamou Itapecuru-Grande e estava situada na margem esquerda do rio Itapecuru, onde havia uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário, que servia de freguesia aos moradores e aos soldados da fortaleza do citado rio. Em 1777, atendendo solicitação do Governador da Província, o Rei de Portugal determinou a concessão de Côngrua (espécie de pensão dada aos clérigos da época) ao vigário dessa freguesia.</p> <p>Desde 1921 Rosário está ligado a São Luís pela Estrada de Ferro São Luís-Teresinha, em uma extensão de 70 km, o que deu ensejo a que o município, progredisse devido à facilidade de escoamento que passou a ter sua produção e ao intercâmbio com um comércio mais desenvolvido, além de um contacto direto com os estabelecimentos de crédito.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Rosário, pela PR de 25/09/1801, subordinado ao município de Itapecuru-Mirim. Elevado à categoria de vila com a denominação de Rosário, pela PR de 19/04/1833, confirmada pela LP nº 03, de 30/03/1835 (IBGE, 1959, p. 304).</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Rosário, pela LE nº 654, de 06/04/1915.</p>
Nota enciclopédica	A tradição que explica o surgimento do Rosário remonta à Idade Média e, segundo Zanon (2008. p. 244), diz respeito aos vassallos que <i>ofereciam coroas de flores aos soberanos em sinal de submissão. Os cristãos adotaram esse costume para homenagear Maria, oferecendo-lhe a tríplice coroa de rosas que recorda suas alegrias, dores e glórias ao lado de seu Filho Jesus.</i>

<b>Topônimo</b>	<b>Santa Rita</b>
Localização/Município	Mesorregião I: Norte Maranhense, Microrregião VI: Rosário.
Taxonomia	Hagiotopônimo

Nota linguística	Gentílico: santa-ritense
Nota histórica	<p>Segundo a FAMEM (<a href="http://www.famem.org.br">http://www.famem.org.br</a>), a fundação do povoado que deu origem ao município de Santa Rita é atribuída ao capitão de infantaria Raimundo Henrique Viana de Carvalho, que chegou ao lugar em 1890, acompanhado de parentes e amigos, ali fixando residência. Durante meio século, o povoado, cuja denominação foi ditada pela devoção do capitão a Santa Rita, cresceu muito lentamente, uma vez que tanto a sua localização como as vias de comunicação disponíveis à época não eram propícias a atividades econômicas capazes de gerar riquezas e atrair fluxos migratórios. Com a construção da BR-135, na década de 40, Santa Rita tomou grande impulso, tornando-se, além de importante zona de produção agrícola, ativo centro de comércio e prestação de serviços.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Rita, pela LE nº 2159, de 02/12/1961, desmembrado de Rosário.</p>
Nota enciclopédica	

## APÊNDICE B – Fichas da Mesorregião Sul Maranhense

Microrregião I: Chapada das Mangabeiras

Topônimo	<b>Benedito Leite</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	AT: Foz do Balsas > Benedito Leite = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: beneleitense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 81) informa que as primeiras povoações de Benedito Leite datam de 1902.</p> <p>O Município foi constituído por terras dos vizinhos Pastos Bons, Nova Iorque e Loreto. Seu povoamento foi há pouco começado, quando chefiava a política dominante no Maranhão o Senador Benedito Pereira Leite, dessa forma, o povoamento começou em 1902 com o desenvolvimento da navegação fluvial e a abertura de novas casas comerciais, possibilitando assim o progresso animador da região.</p> <p>O município foi inicialmente denominado Foz do Balsas, dada a sua situação geográfica, na confluência dos rios Balsas e Parnaíba (IBGE, 1959, p. 81).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Foz do Balsas, pela Lei nº 635, de 11/03/1913.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Benedito Leite, pela LE nº 833, de 20/03/1919.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931 é extinto o município de Benedito Leite, sendo seu território anexado ao município de Nova Iorque.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município pelo Decreto nº 919, de 30/09/1935, desmembrado de Nova Iorque.</p>
Nota enciclopédica	<p>Para o IBGE (1959, p. 308), Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário (04/10/1857) e faleceu na França (06/03/1919). Foi político, magistrado, jornalista. Além de atuar como Promotor Público em Brejo, foi Inspetor do Tesouro Estadual, Deputado, Senador Federal e Governador do Estado (1906-1908). Estadista que elevou o nome do Maranhão ao Senado da República</p>

Topônimo	<b>Fortaleza dos Nogueiras</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: fortalezense
Nota histórica	<p>Segundo dados da CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>), o devassamento do atual município de Fortaleza dos Nogueiras começou em 1906 e é atribuído aos irmãos Israel, Martinho,</p>

	<p>Manoel e Zifirino da Cruz Nogueira que, procedentes de Loreto, ali fixaram residência. Esses pioneiros desenvolveram o cultivo de cana-de-açúcar, do arroz e do algodão, instalaram engenho para fabricação de açúcar e aguardente e também uma firma comercial para atendimento da região. Mesmo assim, Fortaleza dos Nogueiras cresceu lentamente até transformar-se em município em 1961.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Fortaleza dos Nogueiras, pela LE nº 269, de 31/12/1948, com terras desmembradas do distrito de Riachão.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Fortaleza dos Nogueiras, pela LE nº 2155, de 22/11/1961, desmembrado de Riachão.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Loreto</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	AT: São Bento de Balsas > Loreto = Hagiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lorentense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 210) afirma que a cidade de Loreto teve o início do seu povoamento entre os anos de 1830 e 1850 com a chegada dos seus primeiros desbravadores e habitantes, entre os quais José Pereira da Silva, que se fez acompanhar de seus filhos e genros. O Órgão (1959, p. 211) afirma ainda que Loreto nasceu como freguesia pertencente ao município de Pastos Bons e se chamava São Bento de Balsas, sendo que a referida <i>freguesia era consagrada a Nossa Senhora de Loreto</i> (IBGE, 1959, p. 211).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Loreto, pela LP nº 296, de 10/11/1851, subordinado ao município de Pastos Bons.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Loreto, pela LP nº 1038, de 24/07/1873, desmembrado de Pastos Bons.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Loreto, pelo DLE nº 45, de 29/03/1938, desmembrado de Pastos Bons.</p>
Nota enciclopédica	<p>A respeito da Santa Nossa Senhora de Loreto, Zanon (2008, p. 156) afirma que Loreto é o santuário mariano mais famoso da Itália e que <i>guarda a casa onde viveu a Sagrada família. Segundo a tradição (...), antes de Nazaré ser tomada pelos mulçumanos, os anjos levaram a casa de Maria, no dia 10 de dezembro de 1294, para uma colina na propriedade de uma devota chamada Loreta – daí o nome atual da cidade, Loreto.</i></p>

	É interessante notar que a festa da santa é comemorada no dia 10 de dezembro, data em que ocorreu o fato descrito na lenda.
--	---

Topônimo	<b>Nova Colinas</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	Cronotopônimo
Nota linguística	Gentílico: nova-colinense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Nova Colinas, pela LE nº 6135, de 10/11/1964, desmembrado de Fortaleza dos Nogueiras.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Sambaíba</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Tibiriçá (1985, p. 102) registra esse topônimo como cidade do Maranhão. Ainda segundo esse pesquisador, sambaíba deriva de <i>sambayba</i> , que é o nome de uma planta da família das dilemiáceas. Gentílico: sambaibense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 309), o município de Sambaíba, antes de ser habitado, era uma chapada revestida de árvores, a maioria delas chamadas de sambaíba, razão por que o município foi assim denominado. Em abril de 1923, chegaram e localizaram-se à margem esquerda do rio Balsas João Graciliano Dutra e Bernardo Pereira de Arruda, os quais estavam acompanhados de cerca de 16 famílias, com a finalidade de armar um estaleiro de construções navais. Naquela época, apenas sete casas existiam no povoado que cresceu bastante com a inauguração do estaleiro em 1926. FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Sambaíba pela LE nº 272, de 31/12/1948, anexado ao município de Loreto. Em 1947 passou à categoria de vila. Elevado à categoria de município com a denominação de Sambaíba, pela LE nº 1013, de 31/10/1953, desmembrado de São Raimundo das Mangabeiras (IBGE, 1959, p. 309).
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Domingos do Azeitão</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.

Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-dominguense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Domingos do Azeitão, pela LE nº 6140, de 10/11/1994, desmembrado de Benedito Leite, Pastos Bons e Sucupira do Norte.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Félix de Balsas</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-felense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), os primeiros moradores, oriundos do Piauí e dos municípios vizinhos, chegaram à região de São Félix de Balsas em busca de terras para a lavoura. A 2 km aproximadamente da margem esquerda do rio Balsas, havia uma aldeia de índios, com os quais estiveram em litígio. Após uma série de escaramuças, os silvícolas abandonaram o local. Tendo encontrado na aldeia uma imagem de São Felix de Valois, deram os novos moradores, ao povoado que surgia, o nome de São Felix de Balsas. A imagem encontrada, segundo alguns moradores, era adorada pelos índios, parece ter sido deixada na região por uma pessoa oriunda de Oeiras (PI), grande devota do Santo.</p> <p>Os moradores dedicaram-se ao cultivo do arroz, milho, feijão e mandioca e também à extração da amêndoa do babaçu. Surgiram, logo, as primeiras casas de comércio. A seguir, surgiram novas moradias e foi construída a igreja em homenagem ao Santo Padroeiro. O crescimento da povoação processou-se lentamente, fato que até hoje se verifica, e que parece haver sido causado pela localização da sede, situada no km 42 da BR-230.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de São Félix de Balsas, pela LP nº 13, de 08/05/1835, subordinado ao município de Loreto.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São Félix de Balsas, pela LE nº 1852 de 09/11/1959, desmembrado de Loreto.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Raimundo das Mangabeiras</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião I: Chapada das Mangabeiras.
Taxonomia	AT: São Raimundo do Rio Neves > São Raimundo das

Nota linguística	<p>Mangabeiras = Dirrematopônimo.</p> <p>Oliveira (s/d, p. 137) esclarece que mangaba é corruptela de <i>mangá-yba</i>, a árvore que dá visgo. Manguaba, de <i>mã-guaba</i>, coisa de comer, que serve para comer; que é comestível. Também de <i>mong-ába</i>, pegajosa, viscosa, porque verte leite viscoso enquanto não está bem madura a fruta. Acreditamos que é a última acepção que melhor se aplica ao topônimo, considerando que no Estado é essa a característica da fruta, que é muito apreciada em sucos, doces e cremes.</p> <p>Gentílico: mangabeirense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_sao_raimundo_das_mangabeiras">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_sao_raimundo_das_mangabeiras</a>) o início do povoamento de São Raimundo das Mangabeiras data de 1890. Essa terra, antes de ser habitada, era uma chapada composta de frondosas árvores que serviam de abrigo aos animais nas horas de sol causticante na estação da seca. Informa ainda o Órgão que, alojava-se ali uma manada de gado vacum denominada <i>Malhada das Mangabeiras</i>.</p> <p>Até o ano de 1895, residiam ali dois únicos moradores: Faustino trindade e Sabino Bezerra, foram estes os primeiros moradores que deram origem ao que veio a ser cidade de São Raimundo das Mangabeiras. Aos primeiros habitantes, juntou-se Sipriano Taveira que, dotado de profundo espírito católico, construiu logo uma igreja dedicada a São Raimundo Nonato, Santo padroeiro da localidade.</p> <p>Logo que foi começado o povoamento do lugar, não mais parou a chegada de novos moradores, de maneira que, dentro de pouco tempo, Mangabeiras, em vez de uma simples malhada de gado tornou-se um grande povoado habitado por comerciantes, ambulantes, fazendeiros, lavradores.</p> <p>Por volta de 1911 chegaram os primeiros comerciantes que iniciaram o intercâmbio comercial, trazendo de outros lugares, como Floriano (PI), mercadorias diversas e levando os produtos da localidade.</p> <p>São Raimundo do Rio das Neves, como também foi chamado, desenvolveu-se através da produção agrícola e extrativa vegetal e do comércio feito com outras cidades, tornando-se um dos principais centros comerciais do alto sertão maranhense.</p> <p>Dizem algumas pessoas que conheceram a terra desde os seus tempos primordiais, que a denominação <i>Mangabeiras</i> vem da malhada de gado que até então se alojava no lugar, e cujo <i>pasto</i> era conhecido por este nome.</p> <p>Quando foi elevado à categoria de Vila, recebeu o nome de São Raimundo das Mangabeiras, em razão do grande número de mangabeiras existentes na região.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de São Raimundo das</p>

	<p>Mangabeiras, em 1925, subordinado a Loreto.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o distrito de São Raimundo das Mangabeiras é extinto, sendo seu território anexado ao município de Riachão.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São Raimundo das Mangabeiras, pela LE nº 272, de 31/12/1948, desmembrado de Loreto.</p>
Nota enciclopédica	Esse município é abastecido pelas águas do Rio Neves.

## Microrregião II: Gerais de Balsas

Topônimo	<b>Alto Parnaíba</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião II: Gerais de Balsas.
Taxonomia	AT: Fazenda Barcelona > Vila de Nossa Senhora da Vitória > Vitória do Alto Parnaíba > Alto Parnaíba = Hidrotopônimo.
Nota linguística	<p>Há várias acepções para a lexia parnaíba, e, o IBGE (1959, p. 37) apresenta a conceituação de alguns estudiosos: para Saint Hilaire, Parnahyba vem da palavra guarani <i>pararahiba</i>, que quer dizer – rio que se lança num mar pequeno; para José d’Alencastro, a grafia é <i>paranahyba</i>, palavra que se compõe de Paraná, grande, <i>hy</i>, água e <i>ba</i>, que corre, ou seja, – água grande que corre. Ainda acrescenta o Órgão que alguns etimólogos opinam que o vocábulo é a contração de <i>Paraná-hyba</i>, que se compõe de duas vozes tupis – <i>Paraná</i>, rio ou mar e <i>hiba</i>, mau, encachoeirado.</p> <p>Gentílico: alto-parnaibano</p>
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 34), data do ano de 1856 o município de Alto Parnaíba, mas a sua fundação propriamente dita foi em 19/05/1866, quando Francisco Luís de Freitas e sua mulher, Micaela Abreu de Freitas, fizeram a doação das terras de sua fazenda Barcelona à igreja local.</p> <p>Situado na margem esquerda do Rio Parnaíba, onde primitivamente habitaram os índios <i>Tapuias</i>, teve na pessoa de Francisco Luís de Freitas seu primeiro povoador quando, em busca de uma área adequada ao cultivo agrícola, ali se instalou, dando-lhe o nome de Fazenda Barcelona. Tempos depois, estes valorosos povoadores mudaram o nome do lugar para Vila de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da cidade.</p> <p>FAD: A LP nº 974, de 08/06/1871 desmembra do município de Paranaguá (Piauí) o distrito de Vitória do Alto Parnaíba, que passa a ser um distrito administrativo de Loreto (IBGE, 1959, p. 34).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Vitória do Alto Parnaíba, pela LP nº 1227, de 09/04/1881, desmembrado de Loreto.</p>

	Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Vitória do Alto Parnaíba passou a denominar-se Alto Parnaíba (IBGE, s/d).
Nota enciclopédica	O Rio Parnaíba, banha os estados do Piauí e Maranhão, nasce na Chapada das Mangabeiras, tem seu curso dividido em tres Alto, Médio e Baixo Parnaíba.É o responsável pelo delta que recebe seu nome, o Delta do Parnaíba.

Topônimo	<b>Balsas</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião II: Gerais de Balsas.
Taxonomia	AT: Porto das Caraíbas > Vila Nova > Santo Antônio de Balsas > Balsas = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: balsense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 59) o Porto das Caraíbas, no rio Balsas, era o ponto de melhor acesso às fazendas do município de Riachão. O contínuo movimento de viajantes despertou interesse pelo local, fazendo com que surgisse ali pequena casa de comércio.</p> <p>Sabedor da existência do novo núcleo de população, para lá se deslocou o Baiano Antônio Ferreira Jacobina, que se tornou líder da povoação, denominando-a de Vila Nova.</p> <p>Em maio de 1879 foi construída uma pequena capela tendo como santo padroeiro, Santo Antônio de Pádua.</p> <p>FAD: Em 1882 o deputado Manoel Caetano de Lemos apresentou projeto que se transformou em Lei nº 1269, de 23/05/1882, pela qual a localidade Vila Nova passou a ter vida oficial, mudando-se-lhe a denominação para Santo Antônio de Balsas (IBGE, 1959, p. 59).</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela LE nº 775, de 22/03/1918, desmembrado de Riachão.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Santo Antônio de Balsas passou a denominar-se simplesmente Balsas.</p>
Nota enciclopédica	O Rio Balsas é um dos mais importantes afluentes do Parnaíba.

Topônimo	<b>Feira Nova do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião II: Gerais de Balsas.
Taxonomia	AT: Feira do Canto de Barro > Feira Nova > Feira Nova do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: nova-feirense
Nota histórica	O IBGE (s/d) não fornece a monografia municipal de Feira

	<p>Nova do Maranhão mas sim uma estória de como surgiu tal localidade, o referido <i>conto</i>, adaptamos e reproduzimos a seguir: Era uma vez um homem, chamado Salomão Martins Sandes, que tinha uma feira que se denominava <i>Feira do Canto de Barro</i>. Esta feira era muito animada e o pessoal era bastante participativo. Mas, como era em propriedade particular, só participava da feira os comerciantes que o dono aprovava. Foi aí que na época o prefeito Raimundo Martins Bringel, teve a idéia de comprar um novo lugar, onde todas as pessoas pudessem participar e vender suas mercadorias livremente. E assim aconteceu. O Sr. Bringel comprou uma propriedade do Sr. Paulo Dias da Silva. O pequeno Povoado foi se desenvolvendo pouco a pouco e as pessoas sentiam em si, cada vez mais a vontade de serem independentes (...) no dia 16/06/1994, aconteceu o plebiscito e a população, disse <i>sim</i> à emancipação.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Feira Nova do Maranhão, pela LE nº 6141, de 10/11/1994, desmembrado de Riachão. Sede no atual distrito de Feira Nova do Maranhão ex-povoado de Feira Nova.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Riachão</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião II: Gerais de Balsas.
Taxonomia	AT: Nossa Senhora de Nazaré de Riachão > Riachão = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: riachaõense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 294) assegura que o município de Riachão teve seu primeiro registro com a fixação das Famílias dos fazendeiros, Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Paredes, em 1808, vindos da cidade de Pastos Bons, que fundaram o povoado que mais tarde receberia o nome de Riachão. Pastos Bons de onde vieram os bandeirantes era localidade mais próxima.</p> <p>Seguindo a sua verdadeira vocação de desbravador e povoador, cuidou da criação, fundando várias fazendas de gado vacum e cavalar, contribuindo, de forma, para maior expansão da região Lapa (região pastoril), centro que melhores condições oferecia para tal ramo de atividade.</p> <p>Em 1824 Manuel Coelho Parede atribuiu a si mesmo o domínio de Lapa. Transladou o povoado desde 1813, com o título de vila, conferido pelos fundadores, para um planalto bem servido de água, e com matas para lavoura, a quatro quilômetros do local primitivo.</p> <p>Em 19/04/1833 um ato oficial do governo imperial, conferia a</p>

	<p>categoria de vila e estabelecia a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Riachão.</p> <p>Elias Ferreira Barros, proclamando fundado o povoado, denominou-o de Riachão, por ficar situado à margem de um rio de águas cristalinas, momentos antes classificado de Riachão.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Riachão, pela LE nº 13 de 08/05/1835, subordinado ao município de Carolina.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Riachão, pela resolução 19/04/ 1833, confirmado pela LP nº 07, de 29/04/1835, desmembrado de Carolina.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Tasso Fragoso</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião II: Gerais de Balsas.
Taxonomia	AT: Brejo da Porta > Tasso Fragoso = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: fragosense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), o início do desbravamento do território é atribuído ao piauiense Marcelino Tavares Lira, procedente de Ribeiro Gonçalves, que ali se fixou construindo a primeira casa do lugar. Como na frente da mesma corresse um riacho, o desbravador deu ao lugar o nome de Brejo da Porta.</p> <p>Após fixar-se, o piauiense iniciou a exploração da lavoura, atividade que até hoje predomina no município. O povoamento deu-se com muita lentidão, já que o difícil acesso impedia o movimento migratório, ocorrendo a entrada, apenas, de novos moradores vindos de município limítrofes.</p> <p>Só na década de 40, o povoado começava a apresentar alguma representatividade, surgindo pequenas casas de comércio, além do incentivo à pecuária.</p> <p>O nome foi dado em homenagem ao ilustre maranhense Augusto Tasso Fragoso, nascido em São Luís, em 28 de agosto de 1869.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Brejo da Porta, pela LE nº 269, de 31/ 12/1948, subordinado ao município de Alto Parnaíba.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Tasso Fragoso, pela LE nº 2108, de 19/12/1961, desmembrado de Alto Parnaíba. Sede no atual distrito de Tasso Fragosa ex-Brejo da Porta.</p>
Nota enciclopédica	Segundo dados do IBGE Augusto Tasso Fragoso nasceu em São Luís (28/08/1876) e faleceu no Rio de Janeiro (20/09/1945). Foi Engenheiro Militar, General do Exército, Historiador, escritor, membro do Instituto de Geografia e

	História Militar do Brasil e da AML, Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, Sociólogo, Astrônomo. Fez parte da Junta Governativa do País, quando da deposição do Presidente Washington Luís.
--	---

## Microrregião III: Porto Franco

Topônimo	<b>Campestre do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto Franco.
Taxonomia	AT: Retiro > Campestre do Maranhão = Dirrematopônimo
Nota linguística	Souza (1927, p. 70) destaca várias acepções para a lexia campestre, assim temos: pequeno campo alto, com pouca areia, rodeado pela floresta; nome especial dado à vegetação xerófila, de árvores baixas, em grandes espaços; regiões do agreste que têm vegetação mista (alta e baixa), de troncos retos; campos arenosos e; campos no meio do mato. Gentílico: campestrense
Nota histórica	O IBGE (s/d) informa que anos de 1950 no local onde é o atual Município predominava mata densa e inexplorada e toda a pujança o babaçual. O terreno era arenoso, baixadas verdejantes. O local era uma porção imensa de uma gleba que se estendia do rio Lajeado ao riacho Natividade e da Água Boa ao Rio Tocantins. Eram terras de herdades, em campo aberto, em comum com diversos condôminos e, sem demarcação, eram tituladas e registradas no cartório da cidade em nome de seus proprietários, os irmãos Odilon e Epídio de Vasconcelos Milhomem. Dada a fertilidade do seu solo, eram chamadas de Retiro, um refrigério na época do estio para o gado de toda a região das fazendas Palmeirinha, Buritizinho e outras adjacentes. (...) Era nesse cenário verde coberto de babaçuais que, de agosto a dezembro, gado e vaqueirama se infiltravam na mata, fugindo da seca, em busca de pastagem e caça para a sobrevivência. Fator mais importante para o nascimento do povoado foi a exploração e comércio da amêndoa do babaçu. Podemos mesmo afirmar que Campestre nasceu por força da exploração do coco. Na década de 50 o interesse industrial da praça de Belém do Pará pela amêndoa de babaçu era enorme. Barcos motores partiam carregados de coco dos portos de Tocantinópolis e Porto Franco com destino ao Pará, onde se fazia bom preço pelo produto e os comerciantes, em contrapartida, volviam às suas praça com estoque de mercadorias e gêneros de primeira necessidade. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a

	denominação de Campestre do Maranhão, pela LE nº 6143, de 10/11/1994, desmembrado de Porto Franco.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Carolina</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto Franco.
Taxonomia	AT: São Pedro de Alcântara > Carolina = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: carolinense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 110) informa que em 1809, Manoel Coelho Paredes e Elias Ferreira Barros vieram até rio Tocantins, onde construíram currais para o gado e se fixaram. Entretanto, em 1810 abandonaram o local, por pressão de Pinto Magalhães, sob a alegação de que as terras ali pertenciam ao príncipe. Com isto, Pinto Magalhães tomou conta do lugar e lhe deu nome de São Pedro de Alcântara, onde ficou até 1816, quando deixou a povoação, dado a sua decadência. Em 1820, Elias Ferreira Barros vindo de Belém e vendo a situação do lugar, novamente ali se fixou, conseguindo soerguer a povoação.</p> <p>Em 1831, a 25 de outubro, o povoado foi elevado à categoria de vila. Nessa data, o Governo de Goiás, baseado na anterior ocupação do mesmo por goianos, fez transladar para São Pedro de Alcântara a vila de Carolina, mudando de jurisdição a antiga comuna maranhense, que sempre esteve sobre domínio do Maranhão. Essa mudança, entretanto, provocou tremenda luta entre os governos das duas províncias, que se julgavam com igual direito. (...) <i>o caso do litígio entre as duas províncias demorou por mais de dois anos, mas o decreto nº 773, de 23/08/1854, dá por encerrada a questão, com a ratificação da demarcação dos limites de Goiás e Maranhão, reincorporando o discutido vilarejo de Pinto de Magalhães e Elias de Barros ao território maranhense, com a denominação de Carolina</i> (IBGE, 1959, p. 111, 113).</p> <p>Ao descer o rio Tocantins em 1825, o deputado do governo provisório, padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, em honra à memória da primeira Imperatriz brasileira, dá ao novo povoado o nome de Carolina, segundo o IBGE (1959, p. 111).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Carolina, pelo decreto de 25/10/1831.</p> <p>Elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Carolina, pela LP nº 527, de 08/07/1859.</p>
Nota enciclopédica	Banhado pelo Rio Tocantins.

Topônimo	<b>Estreito</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto

	Franco.
Taxonomia	AT: Paranaidji > Estreito do Tocantins > Presidente Vargas > Estreito = Hidrotopônimo.
Nota linguística	<p>Para Sousa (2005, p. 29) o nome do município surgiu da <i>constatação de que a área é o melhor local para que se faça a travessia do rio Tocantins, e o feito é creditado aos antigos navegantes e transportadores de gado, que se utilizavam da facilidade do trecho, estreito, para transpor o rio</i> (Grifo do autor).</p> <p>Gentílico: estreitense</p>
Nota histórica	<p>Conforme o (IBGE, s/d) a história da povoação se dividir em duas fases distintas: na primeira, surge o rio Tocantins como fator de desenvolvimento, já que a aquisição de mercadorias e o escoamento da produção só eram possíveis por via fluvial, fato que impulsionou o progresso; e na segunda, aparece a estrada Belém-Brasília (BR 010), responsável pelo grande crescimento sócio-econômico ali verificado, transformando a Vila, em pouco tempo, em um dos mais importantes lugares do Estado.</p> <p>Os primeiros devassadores do território se fixaram em terras de propriedade de fazendeiros carolinenses, ali desenvolvendo a lavoura e, mais tarde, a pecuária. Dentre os primeiros do povoamento, destacou-se o senhor Virgílio Rodrigues Franco que muito contribui para a formação do promissor núcleo da Pré-Amazônia.</p> <p><i>A criação de um pequeno porto, localizado no ponto mais estreito do Rio Tocantins serviu para dar apoio a alguns navegantes que percorriam este rio em barcos muito rudimentares (...) que ali passavam com destino a Grajaú, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Benedito Leite chegando a Floriano (PI) (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Estreito.pdf">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Estreito.pdf</a>). Ainda, segundo o SEBRAE-LEGAL, Estreito do Tocantins chamado de Paranaidji, na língua Tupi-Guarani significa <i>Paraná – Rio e Idji – Estreito</i> (Rio estreito).</i></p> <p>FAD: Em 31/12/1948 pela LE 269 passou à categoria de cidade com o nome de Presidente Vargas, desmembrado do município de Carolina, o que não veio se concretizar, em face da baixa economia e a inexistência de estrutura política.</p> <p><i>No dia 10/01/1958 por decisão do Supremo Tribunal Federal, através do acórdão 242, extingui-se o município de Presidente Vargas, por alegação inconstitucional, voltando à situação anterior. Porém, no dia 02/04/1982, através de Projeto Lei foi feito um plebiscito indo avante sua emancipação política, através da Lei 4416 de 12/05/1982 (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Estreito.pdf">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Estreito.pdf</a>).</i></p>

	<p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Paranaidji, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Carolina.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Presidente Vargas, pela LE nº 1304, de 27/12/1954, desmembrado de Carolina.</p> <p>Pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal de 06/05/1957, é extinto o município, voltando Presidente Vargas à categoria de distrito do município de Carolina com a denominação de Paranaidji.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Estreito, pela LE nº 4416, de 12/05/1982, desmembrado de Carolina.</p>
Nota enciclopédica	O Rio Tocantins passa pelo Estado de mesmo nome, pelo Pará e pelo Maranhão. Neste último, banha, denter outras localidades, Estreito, Imperatriz, Carolina e Porto Franco.

Topônimo	<b>Porto Franco</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto Franco.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: porto-franquino
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 283) admite que o primeiro devassamento do território se tenha dado em 1854, pela existência, a esse tempo, de pobres agricultores no novo núcleo que vinha ter influência de Boa Vista, pequena povoação no norte de Goiás. Tempos depois aparecera o português José Joaquim Severino, que, de certo modo, procurava este local, a fim de comerciar sal e outras mercadorias trazidas de Belém do Pará, com os seus moradores, a ainda com os do povoado de Boa Vista.</p> <p><i>A origem do nome do município surgiu quando, em Boa Vista (hoje Tocantinópolis), houve uma rebelião e os soldados, para não serem aprisionados, começaram a fugir tentando atravessar o Rio Tocantins, pois diziam que o porto era franco, (a passagem era liberada e a hospedagem franca). Daí surgiu o nome Porto Franco</i> (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Porto_Franco">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Porto_Franco</a>).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Porto Franco, pela LP nº 524, de 09/07/1859, subordinado ao município de Imperatriz.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Porto Franco, pela LE nº 853, de 02/04/1919, desmembrado de Imperatriz.</p>
Nota enciclopédica	Banhado pelo Rio Tocantins.

Topônimo	<b>São João do Paraíso</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto Franco.
Taxonomia	AT: Paraíso > São João do Paraíso = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: paraisense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) informa que nas margens do rio Lajeado, onde hoje está situado o município de São João do Paraíso existiam prósperas fazendas e, entre estas, a <i>São João</i> de um lado e a <i>São Sebastião</i> do outro lado do rio.</p> <p>Em 20/01/1948, por ocasião de uma <i>reza</i> de São Sebastião, (...) mais de cem pessoas estavam ali, quando alguns fazendeiros reivindicaram a criação de uma escola naquele lugar. O prefeito prometeu a construção da escola de imediato, (...). A inauguração do prédio escolar deu-se um ano depois do início de sua construção, no dia 20/01/1949 (...). A edificação e a inauguração daquela escola foi fator preponderante para o nascimento e o crescimento do lugar. Dois anos depois já se podia mesmo sentir que o arraial de Paraíso se tornava um próspero povoado.</p> <p>Episódio bizarro acontece na escolha do Santo padroeiro de São João do Paraíso: de um lado do rio o povo queria que o povoado ficasse sob a invocação e proteção de São Sebastião; do outro lado, a força maior opinava que São João Batista deveria ser o padroeiro. As divergências cresciam e as opiniões se chocavam, sem haver entendimento nem conciliação. Frei João Pedro Maria de Boa Viagem, então vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, mandou construir uma capela tosca, de palha de palmeira e taipa, do lado de cá do rio – a que chamavam de São Sebastião – e a prefeitura encomendou e recebeu as duas imagens dos santos venerados. Marcou-se a data da entrega dos santos no dia 25/05/1950 (...). Ao chegar os santos foram retirados da embalagem, benzidos ritualisticamente pelo vigário e uma salva de mais de trezentos tiros de revólver e de outras armas saudaram os grandes e mais ilustres moradores que chegavam para ficar: São João e São Sebastião. As comemorações festivas duraram três dias consecutivos. A rivalidade não morreu. Em junho do mesmo ano, os moradores do <i>lado de lá</i> vieram em procissão e levaram São João para a parte principal do povoado e o primeiro festejo de São João começou naquele ano.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito de com a denominação de São João do Paraíso, pela LE nº 6158, de 10/11/1994, desmembrado de Porto Franco. Sede no atual distrito de São João do Paraíso ex-povoado;</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Pedro dos Crentes</b>
Localização/Município	Mesorregião II: Sul Maranhense, Microrregião III: Porto Franco.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-pedrense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Pedro dos Crentes, pela LE nº 6154, de 10/11/1994, desmembrado de Estreito.
Nota enciclopédica	

## APÊNDICE C – Fichas da Mesorregião Leste Maranhense

Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense

Topônimo	<b>Água Doce do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Frecheiras > Água Doce > Água Doce do Maranhão = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: aguadocense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Frecheiras, pela LE nº 269, de 31/12/1948, anexado ao município de Araiões. A LE nº 6197, de 10/11/1994, desmembra do município de Araiões o distrito de Frecheiras, que passa a constituir o distrito sede do novo município de Água Doce. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Água Doce do Maranhão, pela LE nº 6197, de 10/11/1994, desmembrado de Araiões.
Nota enciclopédica	A lexia água é largamente utilizada no Brasil na denominação de lugares. Encontramos, em média trinta topônimos que são grafados com a lexia, dentre eles destacamos: Água Doce (SC) e Água Doce do Norte (ES).

Topônimo	<b>Araiões</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Enjeitado > Lugar de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Arayos > Araiões = Etnotopônimo
Nota linguística	Gentílico: araiosense
Nota histórica	Segundo o IBGE (1959, p. 44), Araiões, outrora Enjeitado, foi, em épocas posteriores, aldeamento dos índios <i>araiós</i> , ramificação dos tremembés ou teremembes. Informa ainda o Órgão que a origem de Araiões dá por volta de 1769, quando um grupo de índios separados dos Tremembés, tribo que habitava grande parte do litoral maranhense e passaram a se autodenominarem de Araiões, se instalaram no local onde é atualmente o povoado Aldeias. No dia 22 de abril de 1741 chegou a aldeia dos índios Araiões um mestiço Baiano chamado de João de Deus que logo após os primeiros contatos com o cacique Arinhã Magu e sua tribo, acompanhado de sua esposa D. Mariana, firmou um pacto de amizade com os índios e num gesto de reconhecimento, incorporou a seu nome a palavra Magu, em homenagem ao grande cacique e daí em diante passou a ser chamado de João de deus Magu. <i>A partir daí a história de Araiões está intimamente ligada a</i>

	<p><i>João de Deus Magu. Como acontecia nas comunidades civilizadas, dividiu os índios em grupos de famílias, loteou a aldeia, construiu casas para eles, vestiu-os e em 1743 construiu o primeiro campo agrícola</i> (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Araioes.pdf">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Araioes.pdf</a>).</p> <p>O IBGE (1959, p. 44-45) esclarece que nesse campo agrícola foi feita em 1748, por particulares, uma pequena capela sob invocação de Nossa Senhora da Conceição de Araioes. O fervor católico, que então dominava, levou os índios chefes das aldeias, João de Deus Magu e Silvestre da Silva a doarem a Nossa Senhora as terras que possuíam, nos lugares Santa Rosa e Pará – Mirim, para que nelas se instalassem fazendas da Santa. Ao que tudo indica foi a construção desse templo ou a capela que deu origem ao povoado.</p> <p>Em 1751 o povoado já contava com 20 casa, nesse mesmo ano, João de Deus Magu foi a São Luís pedir ao Bispo do Maranhão para que designasse um padre para rezar a primeira missa e batizar os índios já todos civilizados. Em 1752 chegou à comunidade o Padre Inácio Pereira Fonseca onde, no dia 15 de agosto, rezou missa e batizou os índios, na capela de Nossa Senhora da Conceição. Este fato marcou época na história do município; é a data da fundação do povoado de Araioes.</p> <p><i>O governador Joaquim de Mello e Póvoas, dando conta a Sua Majestade da visita que fez à dita povoação em 1767, emitiu o seguinte juízo: O lugar de N. S. da Conceição dos índios Arayos está muito bem situado</i> (IBGE, 1959, p. 44).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Araioes, pela RR de 18/06/1757.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Araioes, pela LE nº 53, de 15/05/1893, desmembrado de Tutóia.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938. (IBGE, 1959, p. 45).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Magalhães de Almeida</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Furo > Porto de Santo Antônio > Magalhães de Almeida = Antropotopônimo
Nota linguística	Gentílico: magalhense
Nota histórica	O IBGE (1959, p. 214) afirma que consta, aproximadamente, no ano de 1855 o início do povoamento do Município. Isso se deu na ocasião de uma grande enchente no rio Parnaíba, quando Barnabé Pereira Mascarenhas à procura de terreno mais alto, descendo o rio em uma embarcação, encontrou um local que lhe chamara atenção, devido a um pequeno morro

	<p>que se apresentava à sua frente. Aí ancorou a embarcação e, satisfeito com o terreno, edificou a sua moradia, ao lado esquerdo do rio Parnaíba.</p> <p>Quando Barnabé Pereira regressou ao lugar de origem perguntaram-lhe onde estava morando, tendo ele respondido que havia feito um Furo no local onde morava para demarcá-lo, assim ficou conhecida a região.</p> <p><i>A região que, àquela época, tinha o nome de Furo, passou a ser chamada de Porto de Santo Antônio, em honra ao Santo Padroeiro</i> (IBGE, 1959, p. 214). Ela foi se desenvolvendo e, em abril de 1925, o então Governador do Estado, José Maria Magalhães de Almeida e elevou a categoria de Vila.</p> <p>FAD: Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, figura no município de São Bernardo o distrito de Magalhães de Almeida. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01/07/1950.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Magalhães de Almeida, pela LE nº 771, de 01/10/1952, desmembrado de São Bernardo.</p>
Nota enciclopédica	<p>O IBGE (1959, p. 153) afirma que José Maria Magalhães de Almeida, além de Oficial da Marinha e governador do Estado (1926-1930), foi incentivador da abertura de estradas da rodagem no interior do Maranhão. Fato que marcou sua administração.</p> <p>Segundo Vieira Filho (1971, p. 129), seu governo foi probo e rico em realizações, não só pela abertura das estradas de rodagem, mas, no campo cultural, ele iniciou o plano de reeditara todas as obras clássicas da historiografia e da literatura maranhenses.</p>

Topônimo	<b>Santa Quitéria do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Santa Quitéria > Bacuri > Santa Quitéria do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: quiteriense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 314-315), a primeira penetração do território de Santa Quitéria do Maranhão, antigo Bacuri foi feita por colonos vindos dos vizinhos municípios de São Bernardo e Brejo, que desde 1700 iam chegando a estas pastagens à procura de terras para a lavoura. Em 1886, os irmãos Marcolino e Alexandre Francisco Rodrigues, sob a iniciativa do primeiro, construíram no lugar que é hoje a sede do município, o primeiro armazém para exportação dos produtos de suas fazendas, surgindo, assim, um porto (Porto Santa Quitéria, nome dado pelos seus moradores). Como

	<p>afluísse rapidamente uma população numerosa ao novo porto, formou-se, aí, próspera povoação. Até 1912 foi esse local foi causa de várias divergências entre os municípios de Brejo e São Bernardo, sendo a povoação repartida igualmente entre os dois municípios para cobrança dos impostos. Nesse mesmo ano de 1912, porém, resolveu o governo do Estado criar o município e termo de Santa Quitéria, pela Lei nº 622, de 16/04. Foi suprimido pelo DLE nº 235, de 07/01/1932 e anexado ao município de São Bernardo e, pelo de nº 539, de 16/12/1933, passou a ser um distrito de Brejo. Contudo, seus habitantes, não se conformando com essa situação, tudo fizeram até que foram coroados com o restabelecimento do município, o que se deu em 1935, pelo DL nº 875, de 15/07. FAD: Em 1938, pelo DL nº 45, de 29/03, foi elevado à categoria de cidade.</p> <p>Distrito criado com a denominação de Santa Quitéria, pela LM nº 30, de 26/09/1910, subordinado ao município de São Bernardo do Parnaíba (São Bernardo).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Quitéria, pela LE nº 622, de 16/04/1912, desmembrado de São Bernardo do Parnaíba.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Santa Quitéria passou a denominar-se Bacuri.</p> <p>Pela LE nº 269, de 31/12/1948, o município de Bacuri voltou a denominar-se Santa Quitéria do Maranhão.</p>
Nota enciclopédica	Esse município à zona fisiográfica do Baixo Parnaíba

Topônimo	<b>Santana do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Santana > Santana do Maranhão = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: santanense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santana do Maranhão, pela LE nº 6176, de 10/11/1994, desmembrado de São Bernardo. Sede no atual distrito de Santana do Maranhão ex-povoado de Santana.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Bernardo</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião I: Baixo Parnaíba Maranhense.
Taxonomia	AT: Vila de São Bernardo do Parnaíba > São Bernardo = Hagiopônimo.
Nota linguística	Gentílico: bernardense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p.328), há muita especulação

	<p>sobre o marco inicial da civilização no território em que hoje se encontra instalado o município de São Bernardo, padroeiro da localidade. Entretanto, nada se pode afirmar categoricamente, em vista da ausência de documentação. Permanece a tradição de que as primeiras investidas no território municipal se processaram através dos padres jesuítas, no século XVIII. Realmente, no ano de 1700, impulsionados pelo sublime ideal lançaram-se à tarefa de catequizar índios, para o que tivessem de se embrenhar por densas florestas e inóspitas paragens, chegando até o local onde é hoje a cidade de São Bernardo. O sítio que escolheram para ponto de partida de suas incursões pelas circunvizinhanças acha-se à margem de um pequeno rio a que deram o nome de Buriti.</p> <p><i>Como ser natural, aí plantaram os padres, como marco assinalador de seus propósitos evangelizadores, uma igreja, edificada sob o patrocínio e invocação de São Bernardo. Com a construção do templo, lançaram-se os Jesuítas, auxiliados por outros elementos, especialmente negros cativos, à tarefa de devassar a terra descoberta. Para que os Jesuítas fossem bem sucedidos na colonização das novas terras, foram também ajudados pelo indígena, que se supõe serem os índios gamelas da tribo Tupinambás.</i></p> <p><i>Devassado o território, deu-se início à exploração das terras, por demais férteis, através da intensificação da agricultura e da pecuária que mesmo no dias presentes, continuam a se constituir nas principais fontes de riqueza municipal (IBGE, 1959, p.328).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila de São Bernardo do Parnaíba pelo Alvará Régio de 29/01/1820.</p> <p>Distrito criado com a denominação de São Bernardo do Parnaíba, pela LP nº 121, de 04/10/1841, subordinado ao município de Caxias.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila de São Bernardo do Parnaíba, pela LP nº 550, de 30/07/1859, desmembrado de Caxias.</p> <p>Pelo DE nº 539, de 16/12/1933, é extinto o município de São Bernardo, sendo seu território anexado ao município de Brejo.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Bernardo, pela LE nº 875, de 15/07/1935, desmembrado de Brejo.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DL nº 45, de 29/03/1938.</p>
Nota enciclopédica	<p>Para Alves (2008, p. 470) São Bernardo é confessor e doutor da Igreja e também considerado um dos fundadores dos fundadores da Ordem de Cister ou cistercienses. Nascido na França em 1090, ainda jovem ingressou no convento dos</p>

	monges cistercienses e <i>por 38 anos foi o guia de uma multidão de monges (...). Foi também um incansável trabalhador pela paz e restauração da unidade da Igreja.</i>
--	---

## Microrregião II: Caxias

Topônimo	<b>Buriti Bravo</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: Nossa Senhora da Conceição > Bacuri da Laranjeira > Bacuri Bravo = Fitotopônimo.
Nota linguística	<p>O IBGE (1959, p. 94) informa que o município recebeu esse em virtude de haver, em estado nativo, grande número de palmeiras conhecidas pelo nome de buritirana. Os primeiros povoadores não conheciam essa palavra, chamaram-na de buriti bravo que tem o mesmo significado de buritirana.</p> <p>Houaiss (2001) registra buritirana como sendo equivalente a buriti bravo. Tibiriçá (1985, p. 32), por sua vez, registra a outra grafia, buritirama, que define com sendo derivada de <i>buriti-rama</i>, que é plantação e/ou, bosque de buritis.</p> <p>Gentílico: buriti-bravense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 94), a área ocupada hoje pelo município de Buriti Bravo era campo das correrias dos índios Timbiras e dos índios Aranhis, que aldeavam pelas margens dos rios Itapecuru, Balseiros, (...), ainda no começo do século XIII, quando em 1807, o Major, então Tenente de Engenharia, Francisco de Paula Ribeiro, fundou Almeida Del Rei e o Arraial do Príncipe Regente.</p> <p>Os primeiros proprietários das terras de Buriti Bravo foram o Padre. Francisco Rocha, vigário da Freguesia Almeida Del Rei e pessoas de sua família, que venderam essas terras, em 1822, ao tenente Joaquim dos Antônio dos Santos. O novo proprietário, de logo, procurou legalizar a propriedade, requerendo a necessária demarcação ao Ouvidor Geral e Provedor Interino do Julgado de Pastos Bons.</p> <p>Localizaram-se os primeiros moradores, denominando o lugar de Nossa Senhora da Conceição, depois Bacuri da Laranjeira, oficializando-se, posteriormente, com o atual topônimo de Buriti Bravo.</p> <p><i>Demarcadas as terras, o Tenente Joaquim dos Antônio dos Santos promoveu a ocupação dessas glebas por lavradores das margens do rio Parnaíba, consideradas as grandes vantagens que ofereciam os vales do Balseiro, do Inhuma, do Correntes, do Tomásia e do Itapecuru, comparadas às terras do vale do Parnaíba (GUIMARÃES, 1979, p. 33-34). O pesquisador esclarece ainda (1979, p.73). que, da exuberância florestal de seu vale, existia também uma palmeira</i></p>

	<p><i>denominada buritirana, que, pouco conhecida, era designada pelos primeiros desbravadores com a corruptela d buriti bravo, daí, denominativo do riacho, derivando o topônimo do lugar, hoje município e cidade, que os primeiros moradores denominavam Buriti da Laranjeira</i></p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Buriti Bravo, pela LM nº 10, de 10/06/1893, subordinado ao município de Picos (Colinas).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Buriti Bravo, pelo DL nº 75, de 22/04/1931.</p> <p>Pelo DE nº 226, de 28/12/1931, Buriti Bravo perde a categoria de município, sendo seu território anexado ao município de Picos.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Buriti Bravo, pelo decreto nº 919, de 30/09/1935, desmembrado de Picos.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Caxias</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: Guanaré > <i>Missio Superior in Campis</i> (Missão Alta ou Aldeias Altas) > São José das Aldeias Altas; Caxias das Aldeias Altas > Caxias = Fitotopônimo.
Nota linguística	<p>Sobre a grafia da localidade, o IBGE (1959, p. 125) acrescenta que o professor Basílio de Magalhães afirma que <i>Cachias</i> é a melhor grafia do topônimo, <i>pois este provém, sem dúvidas do nome "Cachias, aplicado à "esponja", flor do arbusto chamado "corona christi". É evidente que o vocábulo se deriva de "cacho" que não de caxias (...)</i>. além dessa opinião, o Órgão apresenta a versão de Luís da Câmara Cascudo, para quem a grafia Caxias nos foi dada pelos portugueses.</p> <p>Gentílico: caxiense</p>
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 121) afirma que o local em que hoje se acha situada esta bela cidade, foi, primitivamente, um aglomerado de aldeias dos índios timbiras e gamelas, os quais, perseguidos pelos portugueses, que procuravam reduzi-los à escravidão e vende-los em São Luís, recolhiam-se às montanhas e florestas, abandonando as suas primeiras habitações.</p> <p>Ocupadas pelos portugueses as aldeias abandonadas, estabelecendo-se nelas no século XVIII e edificaram uma, a de Nossa Senhora da Conceição, dando à nova Povoação o nome de Aldeias Altas, naturalmente em contraposição talvez, as primeiras já estabelecidas no Baixo Itapecuru.</p> <p><i>Os primeiros documento que aparecem, documentos remetidos pelos missionários jesuítas para Roma e Lisboa, anunciam esta localidade como Guanaré (IBGE, 1959, p.</i></p>

125). Acrescenta ainda o Órgão que *como fossem estes os aldeamentos mais afastados, os últimos até então visitados pelos missionários jesuítas, foram chamados nos documentos: Missio Superior in Campis (Missão Alta ou Aldeias Altas)* (IBGE, 1959, p. 125).

Para o IBGE (1959, p. 125), com a Lei de 05/07/1836 que se elevava de vila à cidade, é desde então nomeada *Caxias*, nome este de uma freguesia do Conselho de Oeiras, onde está o forte de D. Luís I, do campo entrincheirado de Lisboa, sendo uma fortaleza de primeira classe. E, também com a construção da Capela de São José, no início do século XVIII, aparece às vezes, com o nome de São José das Aldeias Altas.

*Com a criação de vila, em 24/01/1821, tomou o nome de Caxias das Aldeias Altas* (IBGE, 1959, p. 125).

FAD: Distrito criado com a denominação de Caxias das Aldeias Altas anteriormente a 1735.

Criada a vila a 24/01/1821, foi dividida nas freguesias Nossa Senhora da Conceição e de São Benedito, pela LP nº 13, de 08/05/1835, e elevada à categoria de cidade por LP nº 24 de 05/07/1836.

*Em face (...) do DL nº 311, de 02/03/1938, foi tentada a mudança do nome da cidade* (já existia outra de igual nome no Rio Grande do Sul). *Para tanto, foi feita a consulta ao Prefeito, o qual, sentindo a delicadeza da questão e do acendrado amor que o povo de Caxias, com justa razão, devota à sua terra, resolveu agir com prudência, dirigindo, por carta, consulta às pessoas mais representativas. Todas as respostas foram unânimes em pugnar para que Caxias continuasse com o mesmo nome* (IBGE, 1959, p. 125-126).

Segundo o SEBRAE-LEGAL ([http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico\\_Caxias](http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Caxias)), inicialmente o lugarejo que deu origem a Caxias recebeu o nome de Poços por causa dos portos às margens do rio Itapecuru, depois Paiós devido a existência das choupanas de palhas de babaçu (...). Como os índios Guaranés habitavam em grande número essa região, deram-lhe o nome de Vila de Guarané, que significava águas doces ou guaraná. No decorrer da história, a evolução da vila crescia em torno dos fazendeiros, agricultores, artesãos (...) e a expansão da vila passou para outra parte do rio do lado de cá (centro) aí recebeu o nome de Aldeias Altas (...). A povoação seguiu às margens do rio, lá tinha uma planta nativa chamada *corones crister*, assim chamada pelos portugueses, mais os nativos chamavam-na de *caxim*, por ser uma árvore de destaque que nasceu no sítio do Marquês de Pombal, de cor roxeada e branca, que deu o nome de Caxias, que significa também bravura.

Nota enciclopédica	O IBGE (1959, p. 124-125) explica que na história da pacificação do Brasil, Caxias teve importante papel, tendo servido de quartel-geral do cabo-de-guerra Luís Alves de Lima e Silva, o grande soldado brasileiro que mais tarde foi agraciado com o título de <i>Duque de Caxias</i> . E foi no legendário Morro do Alecrim que Luís Alves de Lima recebeu do Imperador do Brasil a carta em que lhe comunicava haver resolvido agraciá-lo com o título, o honorífico, pelos seus feitos de bravura e determinando-lhe que escolhesse a designação que desejasse. Foi assim que o bravo soldado entendeu escolher o nome da cidade de Caxias, como designação da dignidade que lhe era conferida, tomando então o título de Barão de Caxias.
--------------------	--

Topônimo	<b>Matões</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: São José dos Matões > Parnarama > Matões = Fitotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: matoense
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 219), a povoação surgiu quando ocupantes de várias sesmarias, seguindo os jesuítas que partiram de Aldeias Altas, hoje Caxias, rumo ao sertão maranhense, deram início ao desbravamento do território, fixando-se alguns deles no Sítio São José, na Gleba Atoleiro, cabendo ao sertanista Manoel José de Assunção a parte principal do trabalho, na tentativa de formar a povoação.</p> <p>As possibilidades de comércio com esses viajantes desenvolveram o povoamento. Em 1818, da generosidade dos mesmos, surgia a capela de Nossa Senhora da Conceição. Em 1833 era esse núcleo elevado a vila por Resolução Régia. Com a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina, e conseqüente deslocamento do eixo comercial, começou a decadência do arraial que (...) voltou à condição de simples povoado. Ficou-lhe, porém, algo: parada de boiadeiros que desciam do sul do Estado com os seus gados e dos tripulantes de <i>bolsas</i> que vinham de Teresina, com suas mercadorias e retornavam a pé às suas casas.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de São José dos Matões, pela LP nº 13, de 08/05/1835.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São José dos Matões, pela RR de 19/04/1833, confirmada, pela LP nº 7, de 29/04/1835.</p> <p>Pela Lei 836, de 30/06/1855, é extinta a vila de São José dos Matões.</p> <p>Por Lei nº 656, de 06/06/1863, volta à condição de vila novamente. Perde, novamente, esses foros para a nascente</p>

	<p>cidade de Timon.</p> <p>A LP nº 880, de 04/06/1870, eleva-o outra vez a vila.</p> <p>Com a divisão territorial do Estado, posterior a 1940, passa a cidade e sede do município de São José dos Matões.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município passou a denominar-se simplesmente Matões.</p> <p>Pelo artigo 13 do ADTCE, de 28/07/1947, seu topônimo veio a ser Parnarama.</p> <p>Em 1952 desmembra-se parte do município de Parnarama para criar-se o município de Matões, e o simples povoado passa mais uma vez à condição de cidade e sede do município, criado com a Lei nº 849, de 30/12/1952.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Parnarama</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: Matões > Parnarama = Hidrotopônimo.
Nota linguística	<p>Para (TIBIRIÇA, 1985, p. 95) a lexia parnarama deriva de <i>paraná-rama</i>, para o rio, em direção ao rio.</p> <p>Gentílico: parnamarense</p>
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 245), a história de Parnarama confunde-se com a de Matões, porque, para que ela tivesse vida, foi necessário provocar drásticas, porém temporárias, mudanças no município de Matões. Assim, a história propriamente dita de Parnarama começa a partir do momento em que Lauro Barbosa Ribeiro, comerciante, proprietário, fazendeiro e pessoa influente no município resolveu por termo às dificuldades enfrentadas por ele e seus vizinhos da ribeira e do vale do Parnaíba, no trato de seus negócios e interesses junto às repartições das três esferas governamentais sediadas em Matões, devido às dificuldades de acesso que para eles oferecia a localização daquela cidade. Usou, então, da influência do seu mano, o deputado estadual Joel Barbosa Ribeiro para mudar o nome do velho município de Matões para Parnarama, o que foi conseguido por Ato das DCT, promulgado de 28/07/1947 – disposições estas que alteram a divisão administrativa e judiciária que foi fixada para vigorar no quinquênio 1944-1948. Como não pudesse sede municipal com nome diferente ao próprio município, bata-se para que a administração municipal construa uma cidade com nome para servi-lhe de sede.</p> <p><i>Por isso, Parnarama orgulha-se de ser a única cidade planejada, no Maranhão, que possui plano-piloto capaz de acompanhar seu desenvolvimento sempre crescente (...) foi a primeira Prefeitura a incrementar o sistema da pequena propriedade em torno de sua sede (IBGE, 1959, p. 246).</i></p>

	<p>FAD: Distrito criado com a denominação de São José dos Matões, pela LP nº13, de 08/05/1835.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São José dos Matões, pela RR de 19/04/1833, confirmada, pela Lei Provincial nº 7, de 29-04-1835.</p> <p>Pela lei 386, de 30/06/1855, é extinta a vila de São José dos Matões.</p> <p>Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de São José dos Matões, pela Lei nº 656, de 06/07/1863.</p> <p>Pela LP nº 698, de 02/06/1864, transfere a sede da vila de São José dos Matões para a povoação de São José de Cajazeiras.</p> <p>Pela LP nº 880, de 04/06/1870, é restabelecida a sede com a denominação de São José dos Matões.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município passou a denominar-se simplesmente Matões.</p> <p>Por ADTCE, promulgado de 28/ 07/1947, o município de Matões passou a denominar-se Parnarama.</p>
Nota enciclopédica	Município banhado pelo Rio Parnaíba

Topônimo	<b>São João do Soter</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: São João dos Poleiros > São João do Soter = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: são-joanense ou sotense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São João do Soter, pela LE nº 6157, de 10/11/1994, desmembrado de Caxias. Sede no atual distrito de São João do Soter ex-povoado de São João dos Poleiros.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Timon</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião II: Caxias.
Taxonomia	AT: São Benedito de Caxias, São José da Paranaíba > Flores > Timon = Ergotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: timonense
Nota histórica	Conforme o IBGE (1959, p. 366), o devassamento do território do município foi uma contingência das necessidades de intercomunicação entre os primeiros povoados do Maranhão e Piauí, cujas bandeiras estacionaram nas vilas Velha do Poty, Vila da Mocha, (atual Oeiras) e Aldeias Altas (hoje Caxias). <i>A história da sede começa a partir da fundação de Teresina, em 1852, quando se achava o atual território do município incorporado ao de Caxias sob a denominação de São Benedito de Caxias (IBGE, 1959, p. 366). Acrescenta ainda o Órgão que nesse ano foi aberta uma nova estrada Caxias –</i>

	<p>Cajazeiros possibilitou a travessia do Paranaíba, em frente à capital do Piauí, no ponto denominado porto das Cajazeiros. Em função deste porto, iniciou-se a povoação sob a invocação de São José da Paranaíba.</p> <p>A existência de inúmeros engenhos de cana-de-açúcar, além da movimentação do porto, foram os pontos básicos do crescimento inicial. Posteriormente, a construção da Estrada de Ferro ligando Caxias - Cajazeiras, em 1895, proporcionou um grande impulso ao lugar. Essa posição se concretizou em 1921, quando Timon ligou-se a São Luís por via férrea.</p> <p>O grande Maranhense João Lisboa, ao editar o primeiro jornal da capital, deu-lhe o nome de Timon e em homenagem a iniciativa do ilustre jornalista, foi dado esse topônimo ao antigo município de Flores.</p> <p>FAD: <i>Pela LP nº 386, de 30/06/1855 foi elevada à categoria de vila por transferência que, para ai se fez, da de São José dos Matões (Matões), o que não teve execução por não haver edifícios para as sessões da Câmara, do júri e para cadeia, e nenhum templo, e pela LP nº 656, de 06/07/1863 foi revogada esta resolução (IBGE, 1959, p. 366).</i></p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Flores, pelo Decreto nº 50, de 22/12/1890, desmembra de São José dos Matões (Matões).</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação de Flores, pela LE nº 1139, de 10/04/1924.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Flores passou a denominar-se Timon.</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru

Topônimo	<b>Barão de Grajaú</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	Axiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: baronense
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 65), em 1884, após a invasão dos bandeirantes, localizaram-se no lugar, que já era tido como povoado de certa importância, habitantes piauienses.</p> <p>O Órgão informa ainda que o município recebeu esse nome em homenagem ao Presidente da província que abrangia essas terras, Dr. Carlos Fernandes Ribeiro, <i>O Barão de Grajaú</i> assim chamado, nome dado pelo piauiense Agapito Alves de Barros, que deu impulso à vida comercial do povoado, primitivamente centro de lavoura.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila e distrito com a</p>

	denominação de Barão de Grajaú, pelas Leis nº 345, de 17/05/1904 e 557, de 18/03/1911, desmembrado de São Francisco do Maranhão. Elevado à categoria de cidade com a denominação de Barão de Grajaú, pelo DLE nº 45 de 29/03/1938.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Colinas</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Fazenda Grande > Consolação > Picos > Colinas = Geomorfotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: colinense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 157), o município de Colinas foi, primeiramente, um porto de desembarque de Passagem Franca, plantado às margens do rio Itapecuru. Construindo-se à beira do aludido rio um armazém onde eram estocadas as mercadorias que deveriam ser embarcadas para a capital do Estado, transformou-se aludido depósito no marco inicial do futuro município, suscitando a fixação do primeiro habitante e a construção de sua residência. <i>Decorridos alguns anos, com o contínuo afluxo de agricultores das diversas regiões do território maranhense, plantou-se o seu núcleo colonial no atual povoado Almeida, assinalado com a construção da Capela-Matriz de São Miguel. Em breve o despovoamento daquele núcleo ensejou aos seus habitantes a fundação de um novo, sob a denominação de Conceição, dada num pleito de homenagem à padroeira do lugar e da nova igreja recém-fundada.</i></p> <p><i>O local, de terreno fértil, muito apropriado para a lavoura e criação de gado, tornou-se, por isso, uma grande fazenda e centro produtor de algodão e cereais, vindo a ser conhecida pelo nome de Fazenda Grande. (IBGE, 1959, p. 157).</i></p> <p>Em 1886, por LP nº 1338, de 28/05, a Fazenda Grande, que já era anexada à freguesia de São Sebastião da vila de Passagem Franca, foi elevada à categoria de distrito administrativo da mesma, com o nome de Consolação, provavelmente em virtude do nome da padroeira da cidade: Nossa Senhora da Consolação.</p> <p>FAD: Com a chegada ininterrupta de habitantes, a povoação tomou certo incremento até que, por DP nº 879, de 04/06/1870, foi elevado à categoria de vila, recebendo, então, o nome de Picos, o qual é devido às colinas e picos que circundam a cidade.</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação de Picos, pelo DE nº 76, de 10/04/1891.</p>

	Pelo DL nº 331, de 02/02/1943 Picos passou à denominação de Colinas.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Jatobá</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Tibiriça (1985, p. 76) afirma que jatobá é nome de uma árvore leguminosa também chamada jataí e a corruptela de <i>yatay-ybá</i> , contração <i>yai-ybá</i> , fruto do jataí. Oliveira (s/d, p. 131), por sua vez, a descreve também, mas como sendo corruptela de <i>y-atã-obá</i> o que tem dura a casca ou a superfície. Acrescenta o pesquisador que o jatobá é conhecido popularmente como pão-de-ló-de-mico e apresenta enormes frutos em forma de fava. Gentílico: jatobaense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Jatobá, pela LE nº 6184, de 10/11/1994, desmembrado de Colinas.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Lagoa do Mato</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: lagoense
Nota histórica	Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lagoa do Mato, pela LE nº 6136, de 10/11/1994, desmembrado de Passagem Franca.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Mirador</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Arraial do Príncipe Regente > Pastos Bons > Mirador = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: miradoense
Nota histórica	Conforme o IBGE (1959, p. 222), na Regência do Príncipe Pedro I, iniciou-se o devassamento do território (1815 a 1820, aproximadamente), com a vinda de portugueses, estabelecidos em Pastos Bons que, desejosos de alargar suas propriedades, fixaram-se num planalto próximo às barrancas do rio Itapecuru. Em homenagem ao Príncipe deram ao lugar o nome de Arraial do Príncipe Regente, denominação posteriormente alterado para Mirador.

	<p><i>O arraial prosperou até 1836, quando (...) irrompeu a Balaiada, cujas hostes, antes de serem enfrentadas e postas em fuga pelo major Clementino, destruíram na passagem vandálica, o casario todo. O local então foi abandonado. Os habitantes desceram a encosta e ergueram novas casas nas margens do rio Itapecuru (...). A esquerda, onde a natureza do terreno se prestava melhor às edificações, foi a preferida e narra a tradição que ali existia, outrora, um velho com uma pequena venda montada. O vendeiro era míope e sempre que recebia moeda levava-a próxima aos olhos, daí lhe valendo a alcunha de Mirador. Assim, todos que se dirigiam à venda, e por sinal a única existente, diziam ir ao velho Mirador (IBGE, 1959, p. 222).</i></p> <p>FAD: Por LPs de n<sup>o</sup>s 386, de 30/06/1855, e 575, de 11/06/1860, Mirador foi elevado à categoria de vila. Suprimido por Lei n<sup>o</sup> 665, de 27/10/1861, é restaurado pela Lei n<sup>o</sup> 898, de 11/06/1870. Entretanto só a 29/03/1938 foi elevado à categoria de cidade, conforme DE n<sup>o</sup> 45.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Nova Iorque</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Fazenda Sussuapara >Porto da Matinha > Vila Nova > Nova Iorque = Corotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: nova-colinense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 238) afirma que, em 1764, os bandeirantes vindos da Bahia e de Pernambuco chegaram ao Maranhão, fundando o povoado de Pastos Bons. Nessa época, havia, defronte do povoado, o Porto das Almas e uma fazenda denominada Sussuapara, de propriedade do português Domingos do Espírito Santo e Silva. Com a morte deste, a fazenda recebeu o nome de Porto da Matinha. O porto permaneceu com esse nome até 1871, quando surgiu ali, o americano Eduardo Burnet, que construiu a primeira casa coberta de telhas, resolvendo estabelecer-se com uma casa de negócios. Em seguida, fundou a vila, denominando-a de Vila Nova.</p> <p><i>Em 1925, a Vila foi invadida pela coluna Prestes, tendo os revolucionários saqueados o comércio, queimando arquivos públicos e praticado mais uma série de arbitrariedades, deixando a região somente oito dias depois. No ano seguinte, o rio Parnaíba inundou a povoação, forçando a mudança da Vila para local mais alto, não atingido pelas águas (IBGE, 1959, p. 238). Acrescenta ainda o Órgão que, em 1890, quando foi desmembrada de Pastos Bons e, à vista de seu</i></p>

	<p>rápido progresso, Eduardo Burnet resolveu dar à vila o nome de Nova Iorque, em homenagem à sua terra natal.</p> <p>FAD: Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Nova Iorque, pela LE nº 833, de 20/03/1919;</p>
Nota enciclopédica	Houve tradução ou adaptação gráfica às normas brasileiras desse topônimo New York > Nova Iorque

Topônimo	<b>Paraibano</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Brejo > Brejo dos Paraibanos > Paraibano = Corotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: paraibanense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 241-242), fugindo da seca do seu Estado natal, em 1920, Antônio Brito Lira, acompanhado se seis filhos chegou onde hoje está situada a cidade de Paraibano. Satisfeito com o lugar e devido à fertilidade do solo para a lavoura, resolveram nela se estabelecer, encontrando aí, José Fernandes, maranhense, que vivia só e morava em uma pequena casa coberta de palha, e se dizia donos das terras. José Fernandes, por insistência de Antônio Brito Lira, vendeu-lhe a terra. Lira logo iniciou a exploração da terra. Como os resultados foram os melhores possíveis, chamou a atenção de lavradores dos arredores que começaram a convergir para o novo centro agrícola.</p> <p>Inicialmente, o lugar foi chamado Brejo, talvez por ser a terra bastante molhada e os invernos abundantes. Depois, passou a Brejo dos Paraibanos, em virtude da grande quantidade de paraibanos já aí instalados. Em 1931 João Brito Lira, conhecido como João Paraibano, resolveu organizar uma feira, onde os locais pudessem vender seus produtos, o que deu grande impulso ao povoado.</p> <p>A população desejava que o povoado fosse elevado à categoria de cidade, por essa razão, foi iniciado o movimento. Fizeram um abaixo-assinado pedindo a criação do município, o qual foi enviado ao Deputado Gonçalo Moreira Lima que, aderindo ao movimento, elaborou o Projeto-Lei nesse sentido e encaminhou-o à Assembléia Estadual, <i>acrescentando que se o povoado passasse à cidade, conservaria o nome de Paraibano, em homenagem aos seus fundadores</i> (IBGE, 1959, p. 241-242).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Paraibano, pela LE nº 841, de 30/12/1952, desmembrado de Pastos Bons.</p>

Nota enciclopédica	
Topônimo	<b>Passagem Franca</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Freguesia de São Francisco > Passagem Franca = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: passagensense
Nota histórica	<p>Conforme dados do IBGE (1959, p. 250), a LP nº 911, de 18/07/1870 concedeu ao tenente-coronel João Manoel de Magalhães, ou a qualquer outro cidadão, a faculdade de abrir para uso público à sua custa uma estrada entre os municípios de Passagem Franca e Pastos Bons.</p> <p>Em virtude desta autorização, Francisco Dias Carneiro e o coronel Antônio Carneiro da Silva Oliveira, no dia 30/12/1870 comunicaram ao presidente da província já pronta a referida estrada, que se encarregaram de abrir entre os ditos municípios até o porto da vila dos Picos, sendo por este serviço louvados pela presidência em ofício de 03/02/1871. <i>Em relação ainda a este fato, Severino Dias Carneiro, José Vasco de Souza Coelho e outros interessados representaram ao presidente da província contra a lei, que deu tal autorização, porque são eles donos de terras competentemente demarcadas, por onde se pretendia fazer passar essa estrada, já embargada em fevereiro ou março quando principiaram a abri-la, obstáculo que superaram por meio dessa lei, promulgada de propósito para esbulhá-los de sua propriedade, sem consenso seu, sem indenização alguma, e sem a menor necessidade porque já existia uma estrada na direção da nova</i> (IBGE, 1959, p. 250).</p> <p>Consta na literatura do IBGE (1959, p. 250) que o nome do Município tem a seguinte origem histórica: o riacho Inhumas era formado por alagadiços em diversos trechos, impossibilitando, dessa forma, que os viajantes transportassem suas mercadorias. Morava do lado oposto ao riacho uma senhora, apelidada <i>Franca de tal</i>. Quando os viajantes passavam por essa região e perguntavam em que parte podiam atravessar, ouviam a resposta de <i>só na passagem da velha Franca</i>. E, por este motivo, apareceu o nome que ainda hoje é conservado: Passagem Franca.</p> <p>FAD: Freguesia criada com a denominação de São Francisco pelo § 5º do art. 1º da LP nº 13, de 08/05/1835, (subordinado ao município de Pastos Bons) e depois que contava 900 almas, pouco mais ou menos, foi elevada à categoria de vila a denominação de Passagem Franca pela LP nº 67, de 28/06/1838.</p> <p>Pela LP nº 386, de 30/06/1855, transfere a sede da vila de</p>

	<p>Passagem Franca para a povoação de Manga (Nina Rodrigues).</p> <p>Pela LP nº 512, de 29/07/1858, transfere a sede novamente da povoação de Manga para a Vila de Passagem Franca.</p> <p>Pela LP nº 879, de 04/06/1870, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Picos (Colinas).</p> <p>Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Passagem Franca, pela Lei nº 1305, de 18/03/1884, desmembrado de Picos.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, confirmado pelo decreto nº 539, de 16/12/1933, o município é extinto sendo seu território anexado ao município de Picos.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Passagem Franca, pelo decreto nº 832, de 03/06/1935.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 253), o Igarapé Inhumas nasce nas proximidades da sede, percorre o município numa extensão de aproximadamente 42 quilômetros e banha em média dez localidades de Passagem Franca.</p>

Topônimo	<b>Pastos Bons</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Pastos-Bons > Pastos Bons = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: pastos-bonense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 254) explica que, extasiados diante da imensidade verde dos campos gerais que, avançando da zona ribeirinha do Parnaíba, desdobravam-se a perder de vista, na direção oriente, os pioneiros que deram à região o nome de <i>pastos bons</i> e aí se fixaram para a labuta tranquila da vida pastoril.</p> <p><i>Em 1740, cerca de 120 fazendas de gado, disseminadas por uma larga zona de exuberante pastagem, constituíam, ali, outros tantos núcleos de colonização. Uma dentre elas, com assento de cimo da estreita chapada que se abre numa das pontas N. E. da Serra do Itapecum, cresceu em povoação, a partir de 1744, e, em 1764, já com aspecto de vila, teve o seu primeiro templo (...). Esse antigo povoado é, hoje, a cidade de Pastos Bons (IBGE, 1959, p. 254).</i></p> <p>Informa ainda o Órgão (1959, p. 254) que pernambucanos e Baianos, transpondo o rio Parnaíba, fundaram uma vila a qual deram o nome de Pastos-Bons, denominação que se estendeu a toda região ao Norte. (...) Diz Carlota Carvalho: <i>Pastos-Bons foi então uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente, em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o</i></p>

	<p><i>melhor.</i> Após o povoamento do alto sertão, com subdenominações locais, somente o ponto inicial das entradas ficou sendo chamado de Pastos-Bons.</p> <p><i>Não existiam tribos indígenas no município ocorre, contudo a tradição de haver existido a tribo do Amanajós, estabelecidos na serra que fica a Noroeste da vila. Trata-se de incolas loiros, de olhos azuis na sua maioria, que se originavam, talvez, de alguns sobreviventes holandeses dos naufrágios da costa atlântica (...). O elemento negro prestou grande contribuição no devassamento do território do município. Varias foram as fazendas de escravos aqui instaladas, tendo esse elemento contribuindo fortemente na tarefa de plantar e devassar a terra (IBGE, S/D).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Pastos Bons, por Alvará de 29/01/1820, desmembrado de Caxias.</p> <p>Pelas LPs nº 386, de 30/06/1855 e 898, de 11/07/1870, é extinta a Vila, sendo seu território anexado ao município de Mirador.</p> <p>Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Pastos Bons, pelas LPs nº 575, de 11/07/1860 e 1206, de 09/03/1880, desmembrado do município de Mirador.</p>
Nota enciclopédica	<p>Guimarães (1979, p. 14) nos dá uma explicação valiosa a respeito do desbravamento do Sertão Maranhense ao afirmar que, <i>com gado de várias procedências povoaram-se os sertões dos Pastos Bons, assim considerado o imenso território compreendido da Barra do Rio Corrente, no Itapecuru, ao rio Parnaíba, nas Queimadas, pelo dito rio Tocantins, dos rios Turi e Pindaré, atravessando os rios Grajaú e Mearim, até a foz do citado rio Corrente, no Itapecuru, conforme Paula Ribeiro, ficando depois, os Pastos Bons restrito ao atual município desse nome.</i> Ainda, segundo o mesmo autor, esse imenso território é ocupado hoje pelos seguintes municípios: Pastos Bons, Riachão, Passagem Franca, Barra do Corda, Carolina, Mirador, Imperatriz, Colina, São Francisco do Maranhão, Loreto, Vitória do Alto Parnaíba, Nova Iorque, São João dos Patos, Barão de Grajaú, Porto Franco, Buriti Bravo, Presidente Dutra, São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Maranhão, Dom Pedro, Paraibano, Amarante do Maranhão, Sambaíba, Esperantinópolis, Presidente Vargas, Monte Alto, Tuntum, Graça Aranha, São Felix de Balsas, Fortuna, Sucupira do Norte, Fortaleza dos Nogueiras, João Lisboa, Tasso Fragoso, Joselândia. A essa listagem acrescentamos também Benedito Leite, segundo IBGE (1959, p. 255).</p> <p>A pesar de o IBGE apresentar a grafia corrente, encontramos</p>

	também Pastos-Bons.
Topônimo	<b>São Francisco do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Porto Riachuelo > Manga do Iguará > Olho d'Água > Vargem Grande > São Francisco > Iguaratinga > Francisco do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: são-franciscano
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 333), Francisco do Maranhão é constituído de uma grande área de mata que, em tempos remotos, era chamada Porto Riachuelo. É datada a entrada dos primeiros moradores provavelmente em 1700, que uma vez localizados, constituíram suas habitações e, após a derrubada da mata, se dedicaram ao cultivo da terra.</p> <p>Anos mais tarde, chegaram às proximidades do local do primeiro devassamento, Eugênio Marques de Holanda e José Egídio Soares, que se estabeleceram nas margens do rio Parnaíba com a criação de gado e desenvolvimento da lavoura, dando assim início à povoação propriamente dita localidade.</p> <p>Em 1860 José Egídio Soares e Francisco Rodrigues Filho doaram uma parcela de suas terras para constituir o patrimônio do povoado que já apresentava-se com condições para ter autonomia política e administrativa. Posteriormente, por volta de 1870, a povoação já apresentava relativo crescimento e contava com uma capela-mor e uma igreja matriz em construção, sendo sede da Freguesia de São Francisco de Assis, padroeiro da cidade.</p> <p>FAD: <i>Assim, em 14/07/1870 foi criada a vila de São Francisco pela LP nº 902 (...). Antes, porém, em 29/04/1835, havia sido confirmada a vila com a denominação de Manga do Iguará, pela LP nº 07 (IBGE, 1959, p. 333).</i></p> <p>Pela LP nº 175, de 29/11/1843, transfere a sede da povoação de Manga do Iguará para a povoação de Olho d'Água.</p> <p>Pela LP nº 203, de 14/07/1845, transfere a sede da povoação de Olho d'Água para a povoação de Vargem Grande.</p> <p>Pela LP nº 1412, de 17/03/1888, é criado o distrito de São Francisco.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de São Francisco, pela LE nº 1179, de 10/05/1924.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de São Francisco passou a denominar-se Iguaratinga.</p> <p>Pela LE nº 269, de 31/12/1948, o município Iguaratinga passou a denominar-se São Francisco do Maranhão.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São João dos Patos</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	AT: Lagoa dos Patos > São João dos Patos = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: patoense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 336), lavradores e criadores vindos do município de Passagem Franca foram os primeiros povoadores da área, que na época era parte integrante de Pastos Bons e tinha a denominação de Lagoa dos Patos. Com o desmembramento do município de Passagem Franca do de Pastos Bons, na data de 28/07/1838, passou a pertencer ao município desmembrado, já com o nome de São João dos Patos, dado a existência de duas lagoas no local onde futuramente seria instalada a sede municipal, a de São João, padroeiro da cidade, e a dos Patos.</p> <p><i>Os primeiros povoadores, meado do século passado, vieram de Passagem Franca, mas de procedência cearense e piauiense, composta de criadores e lavradores, fincaram as suas moradias e seus currais no ubérrimo vão denominado Riachão, na região das lagoas altas por onde, em demanda do talvegue do Riachão, correm banhando a mata de cocais os riachos provisórios. Nas cabeceiras do Riachão principalmente se adunaram os povoadores donde se irradiaram por este abaixo e em direção do Parnaíba</i> (<a href="http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_Sao_Joao_dos_Patos">http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_Sao_Joao_dos_Patos</a>).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de São João dos Patos, pela LP nº 1266, de 23/05/1882, subordinado ao município de Passagem Franca.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São João dos Patos, pelo DE nº 130, de 19/03/1892, desmembrada de Passagem Franca.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Barão de Grajaú.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São João dos Patos, pelo DE nº 121, de 12/06/1931, desmembrado de Barão do Grajaú.</p> <p><i>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938</i> (<a href="http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_Sao_Joao_dos_Patos">http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_Sao_Joao_dos_Patos</a>).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Sucupira do Norte</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	Cardinotopônimo
Nota linguística	Sucupira, segundo Oliveira (s/d, p. 152), é corruptela de <i>sibipira</i> , alteração de <i>cibepyra</i> , a alisada, esfregada, em alusão

	à madeira pesada, rija, que não fende e recebe bom polimento. Gentílico: sucupirense
Nota histórica	Conforme o IBGE (s/d), os primeiros desbravadores vieram para essa localidade no segundo quartel do século XX, oriundos dos municípios de Nova Iorque, Pastos Bons e Colinas. Ali se fixaram com suas famílias para, em seguida, iniciar o cultivo da lavoura, sendo bem sucedidos, dado a qualidade de terra. <i>Possuindo o local uma privilegiada localização, já que era cortado por estradas que davam acesso a várias localidades, passou a despertar o interesse de comerciantes ambulantes liderados por João Paraibano. Em 02/11/1936, ocorreu a tão esperada comercialização, havendo sucesso total dos vendedores. Daí um dia, novos moradores foram chegando e, dentro em pouco, surgia um povoado (IBGE s/d).</i> A respeito da motivação toponímica, o IBGE (s/d) esclarece que verificando a existência de grande quantidade de Sucupira na região, os moradores do local decidiram-se por esse topônimo, quando da escolha da denominação a ser dada ao município. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Sucupira do Norte, pela LE nº 2153, de 16/11/1961, desmembrado de Mirador.
Nota enciclopédica	O IBGE (s/d) informa que, em 1940, foi construída a primeira capela, que tomou o nome de Santa Teresinha, hoje padroeira da cidade.

Topônimo	<b>Sucupira do Riachão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião III: Chapada do Alto Itapecuru.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Sucupira, segundo Oliveira (s/d, p. 152), é corruptela de <i>sibipira</i> , alteração de cibepyra, a alisada, esfregada, em alusão à madeira pesada, rija, que não fende e recebe bom polimento. Gentílico: sucupirense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Sucupira do Riachão, pela LE nº 6152, de 10/11/1994, desmembrado de São João dos Patos.
Nota enciclopédica	

Microrregião IV: Chapadinha

Topônimo	<b>Anapurus</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.

Taxonomia	AT: Vila Estrela > Estrela de Anapurus > Anapurus = Etnotopônimo.
Nota linguística	O IBGE (1959, p. 86) afirma que, <i>segundo uma carta de 1686 do governador da Pernambuco, é uma corruptela de Muypurás, índios das margens do Rio Parnaíba. É o elemento etnológico mais antigo conhecido dos índios brasileiros, palavra que significa Fruta do Rio.</i> Gentílico: anapuruense
Nota histórica	Para o IBGE (s/d), em 1888, chegou à região onde hoje está situado o município, Marcelino Francisco Monteles e sua família, todos procedentes de Veado Branco, localidade do município de Brejo. O riacho conhecido por Estrela foi o principal fator para a fixação da família Monteles no local, que possibilito que ali se desenvolvesse a Vila Estrela, depois Estrela de Anapurus. No que se refere à motivação toponímica o IBGE (s/d) afirma que <i>o nome do município caracteriza os índios Anapurus, localizados em toda a região do Baixo Parnaíba.</i> FAD: Distrito criado com a denominação de Estrela de Anapurus, pela Lei nº 269, de 31/07/1948, subordinado ao município de Brejo. Elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus, pela LE nº 2378, de 09/06/1964, desmembrado de Brejo.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Belágua</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: belaguaense ou belaguense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), Belágua era um lugar onde os viajantes faziam uma parada para descansar, comer alguma coisa, beber água e depois seguir viagem. Um desses viajantes, conhecido como o cearense José de Souza Leotério, gostou do lugar, foi buscar sua mulher que estava grávida e fixaram residência. Ainda, segundo o referido Órgão (s/d), o nome Belágua originou-se de uma conversa entre dois viajantes que iam passando pela localidade. Um disse ao outro – <i>Que bela água!</i> Um neto de do senhor José Leotério ouviu aquela conversa e contou ao avô. Este, por sua vez, gostou do que ouviu e disse: <i>Vamos chamar este lugar de Belágua.</i> FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Belágua, pela LE nº 6130, de 10/11/1994, desmembrado de Urbano Santos.

Nota enciclopédica	
Topônimo	<b>Brejo</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: Lugar de Nossa Senhora da Conceição do Brejo dos Anapurus > São Bernardo do Brejo > Brejo = Litotopônimo.
Nota linguística	= Souza (1927, p. 48) afirma que além das acepções habituais que essa lexia tem, <i>nos Estados do nordeste, designa terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, geralmente fértil, devido aos transbordamentos anuais, por ocasião das chuvas</i> . Reafirmando o que disse Souza, Houaiss (2001) registra que brejo é terreno alagadiço, lodoso; pântano, paul. Há no item regionalismo, uma acepção que define essa lexia como sendo terreno baixo onde há nascentes no estado do Maranhão. Gentílico: brejense
Nota histórica	Para o IBGE (1984, p. 02, série nº 86), em 1684, os índios Anapurus, que se dividiam em <i>meri</i> e <i>assu</i> , já viviam no território do atual município, onde, em 1709, mataram o povoador português Manuel da Silva. Desde então, expediram-se várias ordens oficiais para que se fizesse guerra aos índios, considerados bárbaros tapuias pelas autoridades, até que, em 1770, lhes foram cedidas, pelo governador da província, três léguas de terras pelo Governador da Província. Em 1729, Brejo era ainda um sítio que, a 11/07 desse mesmo ano, foi doado a Francisco de Vasconcelos, sem dúvida seu primeiro povoador – o legendário bandeirista daquelas brenhas. <i>Entretanto, a principal povoadora foi a portuguesa Euzébia Maria da Conceição, possuidora de grande fortuna e de muitos escravos que, acompanhada de seus colonos, chegou à localidade, em data desconhecida. Mais tarde, foi vitimada por ocasião da guerra da Balaiada (revolta irrompida em 1838, que foi gerada pelo povo que vivia em condições miseráveis no Estado), que causou graves prejuízos econômicos e sociais a Brejo</i> (IBGE, 1959, p. 86). Em 1767 o governador Melo e Póvoas visitou brejo, dizendo: <i>O lugar de N. S<sup>a</sup>. Da Conceição do Brejo dos Anapurus o achei mui pouco adiantado e por isso lhe puz novo diretor (...)</i> (IBGE, 1959, p. 86). FAD: <i>Foi criada povoado no ano de 1770, e vila, em 1779 quando também foi criada a Paróquia de N. S. da Conceição</i> ( <a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Brejo">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Brejo</a> ). Distrito criado com a denominação de Brejo, pelo decreto de 18/04/1820, subordinado ao município de Caxias. <i>Elevado à categoria de vila com a denominação de São</i>

	<i>Bernardo do Brejo</i> , pelo alvará de 29/01/1820, desmembrado de Caxias (IBGE, 1984, p. 02, série nº 86). <i>Elevado à condição de cidade com a denominação de Brejo</i> , pela LP nº 889, de 11/07/1870 (IBGE, 1984, p. 02, série nº 86).
Nota enciclopédica	Por Brejo pertencer à zona fisiográfica do Baixo Parnaíba, o referido rio influencia consideravelmente a área costeira do município, servindo-o de rios, riachos e lagoas, fazendo assim, jus ao nome recebido.

Topônimo	<b>Buriti</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: Buriti > Buriti de Inácia Vaz > Buriti = Fitotopônimo.
Nota linguística	Para Oliveira (s/d, p. 110) buriti é corruptela de <i>mbur</i> , alimento, nutrição; <i>ití</i> , árvore alta: árvore alta do alimento nutritivo. Gentílico: buritiense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 91), o povoamento do Município teve início quando Inácia Vaz, ao se fixar à margem do riacho Tubi, em um vale entre morros, fundou engenho de cana para a fabricação de açúcar mascavo, rapadura e aguardente. A abundância da água e a fertilidade das terras adjacentes fizeram com que o engenho prosperasse, atraindo diversas famílias para o local, que se constituiu em povoação, denominada Buriti, em razão do buritizal ali existente. Esclarece ainda o referido Órgão que <i>o lugar passou a ser chamado Buriti de Inácia Vaz após o falecimento de sua fundadora</i> (1959, p. 91). FAD: <i>Distrito criado com a denominação de Buriti, pela LP nº 157, 19/10/1843, subordinado ao município de Brejo.</i> <i>Foi elevado à categoria de vila em 1863, por mercê da corte imperial, e à de cidade por LE nº 159, de 06/12/1938</i> (IBGE, 1959, p. 92). Pelo DE de 1933, o município de Buriti passou a denominar-se Buriti de Inácia Vaz. Pela Lei nº 159, de 06/12/1938, o município de Buriti de Inácia Vaz voltou a denominar-se Buriti.
Nota enciclopédica	Segundo Lima (1998, p. 172), buriti é uma <i>Palmácea</i> muito frequente no Maranhão. O fruto é comestível, tem a casca escamosa e vermelha, produz um óleo riquíssimo em vitamina A, com ampla aplicação na medicina. Dessa palmeira aproveitamos tudo: do broto é extraído palmito; do caule, ripas e esteios; as folhas servem para cobrir

	casas e do fruto podemos fazer bebida, suco e doce e extrair o óleo.
--	--

Topônimo	<b>Chapadinha</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: Chapada das Mulatas > Chapadinha = Geomorfotopônimo.
Nota linguística	Nacionalmente essa lexia tem várias acepções, aqui destacamos apenas aquela que diz respeito à denominação que dão os nordestinos a esse topônimo. Segundo registros de Souza (1927, p. 98), <i>nos Estados do nordeste as chapadas são planaltos com diversas vegetações, ora compostos de elementos do agreste, ora de carrasco, da caatinga, ou completamente ocupados por esta em estado puro e secco de caráter serophilo; o seu solo é duro, coberto de relva, com arvores pequenas de troncos irregulares, com arbustos que aparecem e desaparecem com as estações.</i> Gentílico: chapadinhense
Nota histórica	Segundo o IBGE (1959, p. 145), Chapadinha, quando era um pequeno lugarejo habitado por descendentes dos índios anapurus, pertencia ao território dos municípios de Brejo e Vargem Grande, e era sujeito ao governo de Brejo. Os primeiros moradores fixaram residência no lugarejo denominado Aldeias, em 1783, a partir dessa data começaram a estabelecer-se no local comerciantes atraídos pela riqueza produtiva da terra, atendendo ainda à relativa quantidade de habitantes do povoado, que tomou o nome de Chapada das Mulatas por serem as primeiras mulheres, habitantes do lugar, de cor mulata e o terreno onde foram se agrupando os moradores era bastante plano. FAD: <i>A PR de 1801 criou a Freguesia de Nossa Senhora das Dores</i> (IBGE, 1984, p.02, série nº 107). Distrito criado com a denominação de Chapadinha, pela PR de 25/09/1801. <i>Elevado à categoria de vila com a denominação de Chapadinha, pelo decreto nº 36, de 17/10/1890, desmembrado de Vargem Grande e de Brejo</i> (IBGE, 1959, p. 14). Elevado à categoria de cidade com a denominação de Chapadinha, pela Lei nº 45, de 29/03/1938.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Mata Roma</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.

Taxonomia	AT: São Francisco > Redenção > Mata Roma = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: mata-romense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) Desconhece a data precisa em que foi iniciado o povoamento do município. Afirma, porém, que Maria Rita Garreto, juntamente com seu filho, o Alferes Antônio Garreto, procedentes de Santa Rita, quando chegaram à margem esquerda do riacho Estrela, deram-lhe o nome de São Francisco e construíram lá uma cabana.</p> <p>Esse lugar onde Maria Rita Garreto fixou-se, segundo a CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>) <i>custou a desenvolver-se, tanto que, em 1942, contava com apenas oito casas de palha e uma cobertura de telhas, esta pertencente a Manoel Garreto de Sousa.</i></p> <p>O fluxo imigratório de protestantes, verificado em 1946, contribuiu para o desenvolvimento do lugar que teve seu nome mudado para Redenção.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Mata Roma, pela LE nº 2182, de 30/12/1961, desmembrado de Chapadinha. Recebeu esse nome em homenagem ao Professor Mata Roma.</p>
Nota enciclopédica	Segundo dados do IBGE (1959, p. 148), José Mata de Oliveira Roma, mais conhecido como Professor Mata Roma, nasceu em Chapadinha (23/01/1896). Foi Bacharel em Direito pe, professor, poeta, orador, jornalista, político (vereador) e membro da AML.

Topônimo	<b>Milagres do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: Milagres > Milagres do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: milagrense
Nota histórica	<p>FAD: Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Milagres do Maranhão aparece como um dos oitos distritos de Brejo, com a denominação de Milagres.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Milagres do Maranhão, pela LE nº 6177, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Quitéria do Maranhão e Brejo.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Benedito do Rio Preto</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: São Benedito > Curuzu > São Benedito do Rio Preto =

	Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: cruzeense ou são-beneditense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 318), por volta de 1874, chegou às terras onde se ergueu o município, acompanhado de sua família, o cearense Rufino Alves da Silva. Lá passou a residir, cultivou o solo e a localidade foi crescendo. Seu fundador deu-lhe o nome de São Benedito, em homenagem ao padroeiro da cidade.</p> <p>Em 1890 chegou a São Benedito do Rio Preto, José Rodrigues de Mesquita, também cearense. Localizou-se aí, com sua numerosa família e foi progredindo ao lado de outros, formando também na vanguarda sua pequena organização industrial.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila em 1926.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o distrito de São Benedito passou a denominar-se Curuzu.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Curuzu, pela Lei nº 156, de 21/10/1948, desmembrado de Vargem Grande.</p> <p>Pela LE nº 1385, de 03/12/1955, o município de Curuzu passou a denominar-se São Benedito do Rio Preto.</p> <p>Pela LE nº 1385, de 03/12/1955, o município de Curuzu passou a denominar-se São Benedito do Rio Preto.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 320), o rio Preto, que nasce nos confins de Chapadinha, penetra o município, atravessando-o pelo centro, tomando a direção leste. Durante o inverno é navegável em toda a extensão que fica no território de São Benedito do Rio Preto. O rio recebe essa denominação por causa de suas águas que são pretas, segundo informação de uma de suas moradoras, Marinete Pereira da Silva, filha de um bisneto de um dos antigos fundadores do Município.</p> <p>Alves (2008, p. 186) afirma que a tradição a São Benedito é legado português. Afirma ainda o pesquisador que São Benedito, conhecido como santo mouro, era filho de escravos, foi pastor de rebanhos, cozinheiro e guardião do convento de santa Maria de Jesus, dos frades Capuchinhas. A devoção a esse santo se dá por causa de seu zelo, respeito e amor desigual a todos.</p>

Topônimo	<b>Urbano Santos</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião IV: Chapadinha.
Taxonomia	AT: Mocambinho > Ponte Nova > Urbano santos = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: urbano-santense

Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 385) as terras do atual Município estão localizadas à margem direita do rio que se denominou Mocambo, em virtude de grande parte dos refugiados terem ali se amocambado, por ocasião da Balaiada. O lugarejo desenvolveu-se e a denominação do rio foi estendida à povoação, inicialmente chamada Mocambinho.</p> <p>Com a dificuldade de se atravessar o rio, no inverno, o comerciante Paulo Fortes (calculadamente em 1864, segundo o IBGE, 1959, p. 385) mandou fazer, em frente ao seu estabelecimento, uma ponte de madeira. Em virtude do crescente movimento, o Governo providenciou a construção de outra ponte mais ampla e segura, que recebeu o nome de Ponte Nova. Daí se originou a Vila de Ponte Nova.</p> <p>Em 1929, o topônimo foi mudado para Urbano Santos, em homenagem ao Vice-Presidente da República, Urbano Santos da Costa Araújo, natural de Guimarães, no Maranhão.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Ponte Nova, pela LP nº 1235, de 30/04/1881, subordinado ao município de Brejo.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Urbano Santos, pela LE nº 1324, de 09/03/1929, desmembrado de Brejo.</p> <p>Pelo DLE nº 75, de 22/04/1931, é extinto o município de Urbanos Santos, sendo seu território anexado ao município de Brejo.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação Urbano Santos, pelo DL nº 919, de 30/09/1935, desmembrado de Brejo.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DL nº 45, de 29/03/1938.</p>
Nota enciclopédica	<p>Urbano Santos da Costa Araújo nasceu em Guimarães (03/02/1859) e falecido a bordo do navio <i>Minas Gerais</i> (07/05/1922). Formou-se em Direito, foi promotor público, juiz municipal e estadual, deputado federal, senador, vice-presidente da República e governador do Estado (1914-1918). Vieira Filho (1971, p. 183) afirma que Urbano Santos foi <i>jurisconsulto notável, possuidor de profunda erudição, foi advogado de nota no foro do Rio de Janeiro, onde atuou de 1897 a 1913. A sua opulenta livraria, adquirida pelo governo, enriquece, hoje, o acervo da Biblioteca Pública do Estado.</i></p>

Microrregião V: Codó

Topônimo	<b>Alto Alegre do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	AT: Alto Alegre do Matim > Alto Alegre > Alto Alegre do Maranhão = Dirrematopônimo.

Nota linguística	Gentílico: alto-alegrense
Nota histórica	<p>Segundo a Secretária de Educação do Município, a Senhora Ivonete dos Santos Damascena, na composição do nome: Alto corresponde às elevações que possibilitam visualizar toda a cidade; Alegre se refere ao seu desbravador que era muito festivo, alegre e por último, Maranhão para não confundi com Alto Alegre do Pindaré.</p> <p>A Senhora Ivonete dos Santos Damascena informou-nos também que o nome anterior do município era Alto Alegre do Matim, homenagem ao dono de uma usina da que tinha na cidade.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Alto Alegre do Maranhão, pela LE nº 6168, de 10/11/1994, desmembrado de Coroatá, São Luiz Gonzaga do Maranhão, Bacabal e São Mateus do Maranhão. Sede no atual distrito de Alto Alegre do Maranhão ex-povoado de Alto Alegre.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Capinzal do Norte</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	AT: Capinzal > Capinzal do Norte = Cardinotopônimo.
Nota linguística	<p>Para Oliveira (s/d, p. 115) a lexia capim deriva de <i>caápi</i>, <i>cápi</i>, <i>caá-py</i>, a planta de pelo fino, o mato fino, a erva, a palha; folha miúda, fina, a grama.</p> <p>Gentílico: capinzalense</p>
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Capinzal do Norte, pela LE nº 661, de 10/11/1994, desmembrado de Codó, Santo Antonio Lopes e Lima Campos. Sede no atual distrito de Capinzal do Norte ex-povoado Capinzal.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Codó</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	AT: Urubu > Codó = Hidrotopônimo.
Nota linguística	<p>O IBGE (s/d) é categórico em afirma que o nome do Município é de origem indígena, mas há controvérsias quanto à significação. Acrescenta ainda o referido Órgão que, segundo uns, <i>codorna</i> ou <i>codorniz</i>, ave que povoava a região; segundo outros, <i>atoleiro</i>, <i>brejo</i> ou <i>lugar de charco</i>. Esta é a hipótese mais viável: ainda hoje Codó é alagado, na época das chuvas, pelo rio Itapecuru e seus afluentes.</p> <p>A real procedência do termo Codó tem sido debatida de há muito, assim com a sua exata significação. Uma das versões que dizem respeito ao sentido ou significado do nome do</p>

	<p>município de Codó, segundo opinião do professor Fernando Carvalho, é a de que traduz Paul, atoleiro, brejo, lugar de charco. <i>De fato, nas nascentes do rio Codózinho (...) as terras contíguas ao mesmo são repletas de alagadiços, pântanos e lama. Outra versão, seguindo os antigos, é que o termo Codó tem origem no nome e existência de uma ave que povoava o município, nos primeiros tempos, que se chamava codorna ou codorniz, da família dos Tinamídeos</i> (IBGE, 1959, p. 149).</p> <p>Na bandeira de Codó aparece um escudo composto de quatro partes que formam um losango, neste, uma dessas partes, a lateral esquerda superior, segundo (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Codo">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Codo</a>) representa <i>as cinco torres de castelos de Luís Rei da França. Quando o francês Kodok naufragou em Codó no ano de 1614 no Rio Itapecuru. (Daí outra versão sobre a origem do nome de Codó).</i></p> <p>Para essa lexia Tibiriçá (1985, p. 43) registra: <i>rio do Maranhão; do cariri codó, dardo, seg. Teodorao Sampaio; seg. nossas pesquisas, deve provir do lial. Dos índios Canelas do Maranhão: co-dó, rio que salta.</i></p>
Nota histórica	<p>Segundo o SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Codo">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Codo</a>), a tradição mais conhecida no município de Codó, quanto a sua primeira penetração é oriunda do lugar Urubu, hoje município de Monte Alegre, com o qual se limita este município.</p> <p>O marco inicial do município de Codó foi a construção de um depósito de mercadorias, construído às margens do Rio Itapecuru, de taipa e coberto de palha. Essa regra foge um pouco às comuns em quase todos os municípios, onde se verifica, quando iniciada a criação de vilas e cidades, a edificação de uma igreja. Posteriormente a essa construção e devido à marcha progressiva do tráfego fluvial, surgiram novas edificações de casas para residência e comércio, sendo a capela edificada tempos depois, já quando o centro de habitantes estava mais desenvolvido.</p> <p>Os habitantes dos primeiros tempos do município foram os silvícolas incultos das tribos dos barbados e guarani, que sustentaram duros conflitos com os colonos adventícios. Diante da posição incessante dos povoadores, os indígenas deixaram o município, seguindo em direção de outras localidades da capitania. Diz a tradição que um dos primeiros povoadores do município foi o agricultor Luís José Rodrigues, apelidado de Pau Real, o qual muito concorreu, em consequência, para a emigração dos silvícolas do município.</p> <p><i>O ano de 1780 foi considerado para o começo das explorações das florestas, quando os mais antigos lavradores transportaram-se para o município em barcos, onde os</i></p>

	<p><i>escravos eram também conduzidos a fim de ajudarem na exploração. A migração africana chegou de 1780 a 1790, enquanto que os portugueses começaram a fluir no município em 1855 e os sírios em 1887 (IBGE, 1959, p. 149).</i></p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Urubu, pela LP nº 13, de 08/05/1835.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Urubu, pela RR de 19/04/1833.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Codó, pela LE nº 133, de 16/04/1896.</p>
Nota enciclopédica	O Rio Codózinho atravessa o Município na sua parte Oeste e desemboca no Itapecuru.

Topônimo	<b>Coroatá</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	AT: Coroatá-Grande > Coroatá = Fitotopônimo.
Nota linguística	<p>Tibiriçá (1985, p. 44), registra essa lexia como sendo derivada <i>de coroa, pita (planta têxtil), e atã, atá, rija; certa fibra rija feita de pita.</i></p> <p>Gentílico: coroaense</p>
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (1959, p. 161) o município de Coroatá tem povoamento periférico, ou seja, quase somente em contato com as zonas vizinhas. A tradição mais corrente quanto à primeira penetração do território é a de que foi feita pelos antigos colonizadores lusos, aos quais se sucederam depois, os habitantes das próprias zonas circunvizinhas.</p> <p>O local primeiramente devassado teve, no início, a denominação de Coroatá-Grande. Sem preocupação de um núcleo administrativo perfeitamente organizado, visto tratar-se de um simples arraial ou burgo de procedência indígena, da primitiva penetração resultou o povoamento sistemático, embora gradativo, da sede municipal com edificações de moradias, que constituía o centro de convergência das populações rurais, que passavam, assim a ter a sua vida comunal, com regalias cidadãs, assaz restritas.</p> <p>A cidade de Coroatá teve como origem os <i>depósitos</i> ou <i>paióis</i> de fazendeiros e dos viajantes que vinham de outras regiões, notadamente do Mearim.</p> <p><i>A primeira primitiva povoação era localizada na outra margem do Igarapé Grande, afluente do rio Itapecuru (...) muito anos depois, seus habitantes seus habitantes começaram a abandoná-la transportando-se para a margem oposta do referido Igarapé, local mais próximo do rio, onde é, atualmente, a cidade de Coroatá (IBGE, 1959, p. 162).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Coroatá, pela LP nº 173, de 05/11/1843, desmembrado de</p>

	Caxias. Elevado à condição de cidade, pela LE nº 924, de 08/04/1920.
Nota enciclopédica	Conforme o IBGE (1959, p. 162) <i>coroatá</i> é nome indígena e deriva de uma planta disseminada na região e chamada pelos moradores de <i>piteira</i> , cujo nome científico é <i>agave</i> , da família das amarilidáceas. <i>Coroatá</i> também é conhecida por <i>abecedária</i> , <i>babosa brava</i> e <i>pita</i> no Rio Grande do Sul; <i>aloe</i> na Itália; <i>anaik-katragh-ai</i> em Ceilão; <i>crecuiza</i> em Cuba; <i>rakas</i> na Índia e <i>saca</i> no dialeto maia. A planta é originária do México, sendo que os índios conheciam-na como <i>Coroatá-Assu</i> , donde provêm, certamente, os nomes do município: <i>Coroatá-Grande</i> e <i>Coroatá</i> .

Topônimo	<b>Peritoró</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	Litotopônimo
Nota linguística	Tibiriçá (1985, p. 95) registra essa <i>lexia</i> como cidade do Maranhão e explica que provêm de <i>piri-tororó</i> , brejo barulhento, brejo tronitante (com o cantar de rãs e grilos). Gentílico: <i>peritoroense</i>
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Peritoró pela LE nº 269, de 31/12/1948, anexado ao município de Coroatá. Elevado à categoria de município com a denominação de Peritoró, pela LE nº 6202, de 22/11/1994, desmembrado de Coroatá, Codó, Lima Campos e São Luiz Gonzaga do Maranhão.
Nota enciclopédica	Existe um rio de mesmo nome que banha o município.

Topônimo	<b>Timbiras</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião V: Codó.
Taxonomia	AT: Urubu > Monte Alegre > Timbiras = Etnotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: <i>timbirense</i>
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 363) o povoamento do município se deu quando, atraídas pela fertilidade do solo e com o intuito de cultivá-lo, para lá se dirigiram famílias de origem portuguesa constituindo, assim, a primeira penetração no território. Quando começou a ser povoado em 1838, o município já tinha a denominação Urubu, perdendo essa denominação entre os anos de 1895 a 1900, quando por lá chegaram uns frades capuchinhos que, achando o nome sem significação, trocaram-no para Monte Alegre. FAD: Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de Codó o distrito de Monte Alegre. Elevado à categoria de vila com a denominação de Monte

	<p>Alegre pela LE nº 921, de 05/04/1920.</p> <p>Foi extinto duas vezes, uma pelo Decreto nº 144, de 27/07/1931 e, outra, pela Lei nº 837 de 03/06/1935.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Monte Alegre, pelo decreto nº 832, de 03/06/1935, desmembrado de Codó.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DL nº 45, de 29/03/1938.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, o município de Monte Alegre passou a denominar-se Timbiras.</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião VI: Coelho Neto

Topônimo	<b>Afonso Cunha</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião VI: Coelho Neto.
Taxonomia	AT: Regalo > Afonso Cunha = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: afonso-cunhense
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (s/d) a partir do povoado Regalo, começa a história, de Afonso Cunha, pois ali, nos limites de Coelho Neto e Chapadinha, iniciava-se o desbravamento do território. A formação inicial do lugar não se alterava e apenas, em pequena escala, explorava-se lavoura e o extrativismo. A família Bacelar, influente na política de Coelho Neto e gozando da simpatia do Governo do Estado, iniciou a proposição para criar-se o município, dando-lhe o topônimo de Afonso Cunha, em homenagem ao poeta caxiense, grande amigo da família. Apresentado o Projeto e encaminhado à consideração da Assembléia Legislativa do Estado, recebeu total apoio, sendo logo aprovado.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Afonso Cunha, pela LE nº 7, de 10/10/1959, desmembrado de Coelho Neto.</p>
Nota enciclopédica	Segundo informações do IBGE (1959, p. 141-142), Afonso de Moura Cunha nasceu em Caxias (27/10/1895) e morreu em São Luís (22/05/1945). Além de ser Membro do Conselho Administrativo do Estado, foi poeta, jornalista, advogado, Deputado Estadual e Prefeito de Caxias. Atuou também, em sua cidade, como Juiz municipal e Promotor Público.

Topônimo	<b>Aldeias Altas</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião VI: Coelho Neto.
Taxonomia	AT: São João > Aldeias Altas = Poliotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: aldeias-altense

Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) informa que, em 1918 Alderico de Novais Machado resolveu explorar sua propriedade denominada São João, constituindo a primeira casa do lugar, para onde se mudou com a família. O local escolhido era constituído de terras férteis e banhado pelos riachos Barreiro e Cachoeira. Em seguida; passou o proprietário a desenvolver a agropecuária e indústria, trazendo o início do progresso para a região. Pela sua condição econômica sólida, o Sr. Alderico investiu bastante em estradas e criou uma escola, abrindo nova perspectivas para o lugar. Ao lado desta medida, incentivou a vinda de novos moradores, possibilitando um melhor crescimento demográfico.</p> <p><i>Tendo habitado nas proximidades do local onde hoje se situa a sede em elevações ribeirinhas ao Itapecuru, tribos dos Guanarés, decidiram as lideranças que o topônimo fosse Aldeias Altas (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Aldeias Altas, pela LE nº 2173, de 26/12/1961 (IBGE, s/d).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Coelho Neto</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião VI: Coelho Neto.
Taxonomia	AT: Curralzinho > Curralinho > Coelho Neto = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: coelho-netense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 154), várias são as opiniões dos historiadores sobre a origem do município de Coelho Neto. Segundo afirmam uns, os primeiros povoadores foram os portugueses, que, pouco a pouco, foram chegando ao território, com a finalidade de comerciar com os indígenas, com quem se identificaram, constituindo até família. Completaram o povoamento os cearenses que, forçados pela seca nordestina, viviam em constantes imigrações e isso porque o município ficava à margem esquerda da linha do transito fluvial do rio Parnaíba, lugar por onde, fatalmente, teriam que passar, inclusive os piauienses, pelas mesmas razões dos cearenses.</p> <p>Para outros, surgiu de um grupamento humano de uma <i>Feitoria</i> à margem do rio Parnaíba, denominada Curralzinho. A origem desse nome, segundo tradição, prende-se ao fato de existir um pequeno curral na localidade, o qual tinha por finalidade prender o gado que tivesse de ser embarcado pelo rio. Com a corruptela, então, deu Curralinho.</p> <p>FAD: <i>Várias e sucessivas mudanças de sede tiveram Coelho Neto, antiga povoação em Brejo e Caxias. Passou, porém, a</i></p>

	<p><i>ter sede definitiva na primeira povoação, criada que foi pela LE nº 667, de 28/04/1914, com terras do município de Buriti, porém com a designação de Currálinho. Somente a partir de 1934, por efeito do DE nº 746 de 22/12, é que teve seu topônimo alterado para Coelho Neto (IBGE, 1959, p. 154).</i></p> <p>Distrito criado com a denominação de Currálinho, pela LP nº 1092, de 17/07/1874, subordinado a Vila de Brejo.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Buriti.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Currálinho, pelo DE nº 121, de 12/06/1931.</p> <p>Foi elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/04/1938.</p>
Nota enciclopédica	<p>O topônimo foi dado em homenagem ao brasileiro Henrique Maximiliano Coelho Neto que nasceu em Caxias (21/02/1864) e morreu no Rio de Janeiro (08/11/1934). Foi prosador, jornalista, escritor, professor, romancista, orador, poeta, teatrólogo, lexicólogo e político. Fez parte tanto da Academia Brasileira de Letras – ABL quanto da Academia Maranhense de Letras – AML. Para o IBGE (1959, p. 144) e Vieira Filho (1971, p. 31), Coelho Neto foi <i>o príncipe dos prosadores brasileiros, a seu tempo.</i></p>

Topônimo	<b>Duque Bacelar</b>
Localização/Município	Mesorregião III: Leste Maranhense, Microrregião VI: Coelho Neto.
Taxonomia	AT: Garapa > Duque Bacelar = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: bacelarense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (1959, p. 176), habitava no município de Coelho Neto duas famílias de destaque – a Bacelar, cuja geração atual é considerada filha da terra, e a Oliveira, do alto sertão maranhense. Um dos membros desta, o capitalista José Ribamar Oliveira, achou que a família devia se estabelecer no povoado Garapa, o que fez, permanecendo ali mais de quinze anos. Em 1954, entretanto, houve um desentendimento entre as duas importantes linhagens, o que deu razão para que se desmembrasse o povoado Garapa, de Coelho Neto, a fim de constituir um novo município, que foi o de Duque Bacelar, tarefa fácil para os Bacelar, visto contar com a influencia política e prestígio de um dos seus membros eu era deputado estadual.</p> <p><i>O topônimo foi homenagem póstuma ao coronel Raimundo de Mello Bacelar, mas conhecido pela alcunha de Duque Bacelar, o mais influente morador de Coelho Neto (IBGE, 1959, p. 176).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a</p>

	denominação de Duque Bacelar, pela LE nº 1294, de 07/12/1954, desmembrado de Coelho Neto. Sede no atual distrito de Duque Bacelar ex-povoado de Garapa.
Nota enciclopédica	Para o IBGE (1959, p. 176) a criação do município é devida, exclusivamente, a interesses particulares das duas famílias.

## APÊNDICE D – Fichas da Mesorregião Oeste Maranhense

Microrregião I: Gurupi

Topônimo	<b>Amapá do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Colônia São Francisco > Amapá > Amapá do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: amapaense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d), na década de 50 a família do Sr. Antônio Pereira da Silva, conhecido pelo apelido de Antônio <i>Bóia</i> fixou residência na margem direita do Rio Urubuquara, iniciando assim a colonização do atual município.</p> <p>Em 1955, houve um surto de malária que dizimou parte das famílias dos Bóias, fazendo com que o Senhor Antônio se afastasse do rio e à nova residência, desse o nome de Colônia São Francisco, em homenagem ao santo padroeiro desta atual cidade. Essa colônia era distrito de Godofredo Viana, cujo prefeito era o Sr. João Jorge e o pároco da Igreja Católica o Pe. Antônio, que através de incalculáveis diligências junto à família colonizadora, conseguiu mudar o nome da colônia para Amapá, segundo relato do Sr. Antônio Pereira Farias, filho do fundador desta cidade.</p> <p><i>O nome amapá, deve-se ao igarapé do mesmo nome e à grande incidência de uma árvore também assim denominada (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Amapá do Maranhão, pela LE nº 6433, de 10/10/1995, alterada pela LE nº 7099, de 08/04/1998, desmembrado de Carutapera, Luis Domingues e Godofredo Viana. Sede no atual distrito do Amapá do Maranhão ex-povoado de Amapá.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Boa Vista do Gurupi</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Gurupi > Boa Vista > Boa Vista do Gurupi = Dirrematopônimo.
Nota linguística	<p>Para Tibiriçá (1985, p. 54), gurupi, que é nome de rio, tanto do Maranhão quanto do Pará, provém de <i>güyri-ypy</i>, origem dos bagres, lugar onde os bagres se reproduzem.</p> <p>Gentílico: boa-vistense</p>
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (s/d), o atual município de Boa Vista do Gurupi era uma vila, onde só existia mata, denominada Gurupi, em virtude do rio de mesmo nome que por lá passava. Em 1962 chegou a essa localidade o paraense Miguel de Paiva, este, achou o lugarzinho muito bonito. Lá moravam</p>

	<p>poucas famílias que sobreviviam da caça e da pesca, suas casas eram feitas de taipa, cobertas de palha. Com o passar dos anos, essa vila foi se desenvolvendo, convergindo para lá pessoas de várias etnias.</p> <p>FAD: Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, Boa Vista do Gurupi aparece como um dos distritos de Carutapera, sob a denominação de Gurupi.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Boa Vista do Gurupi, pela LE nº 6182, de 10/11/1994, desmembrado de Carutapera e Luis Domingues. Sede no atual distrito de Boa Vista do Gurupi ex-povoado de Boa Vista do município de Carutapera.</p>
Nota enciclopédica	<p>Não encontramos a motivação da primeira parte do topônimo, Boa Vista, mas Zanon (2008, p. 55) afirma que existe uma santa, Nossa Senhora da Boa Vista e que <i>Boa Vista é um nome comum dado a lugares com belas paisagens, locais agradáveis de se viver. Daí surgiu também o título da Maria, provavelmente em alguma comunidade denominada Boa vista em Portugal. Hoje o título é bastante popular, inclusive no Brasil.</i></p> <p>O rio Gurupi, que deu o primeiro nome da Cidade, nasce e banha este Estado (70% da sua extensão) e o do Pará (30%).</p>

Topônimo	<b>Cândido Mendes</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Redondo > Cândido Mendes = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: cândido-mendense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 104) informa que o Governador do Estado do Pará, Conde de Vila Flor, no ano de 1819, fundou uma estrada com o intuito de que esta servisse de correio entre cidades do Pará e Maranhão. Com as vistas de se fizesse esse contato sem o risco das moléstias que infestavam os mares do Brasil, nas comunicações e relações das cidades. O que levou Conde de Vila Flor a assim proceder foi saber da existência de um caminho que tinha servido, nos séculos XVII e XVIII, os seus predecessores, e de que nesse mesmo caminho o Governador Francisco de Souza Coutinho havia fundado um lugarejo de nome <b>Redondo</b>, hoje Cândido Mendes, com barca de passagem para o Maranhão e tendo como principal povoador o índio João Nepomuceno.</p> <p>FAD: <i>Por volta de 1926, os turienses, agradecidos pelos serviços prestados à causa de sua emancipação política pelo senador Cândido Mendes, deram seu nome à povoação de Redondo, nome este que foi aproveitado, também, para denominar o novo Município quando, em 1948, com a aprovação da Lei nº 190, de 22/11, foi criado e desmembrado</i></p>

	<i>do de Turiaçu</i> (IBGE, 1959, p. 104). Distrito criado com a denominação de Cândido Mendes, pela LE nº 1151, de 16/04/1924.
Nota enciclopédica	Segundo o IBGE (1959, p. 90), Cândido Mendes de Almeida, nasceu em Brejo (14/10/1818) e faleceu no Rio de Janeiro (01/03/1881). Foi Bacharel em Direito, jurisconsultor, geógrafo, historiógrafo, publicista, jornalista, Senador do Império, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da AML, presidente, no Brasil, da secção da Sociedade de Geografia de Lisboa e das Sociedades de Geografia de Londres e Paris. Era oficial da Ordem da Rosa, comendador da Ordem da Conceição de Portugal e da Cruz de São Gregório Magno.

Topônimo	<b>Carutapera</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	Poliotopônimo
Nota linguística	O topônimo é de origem tupi e significa povoação abandonada, isso conforme informações do IBGE (1959, p. 117). Mas Tibiriçá (1985, p. 41) complementa essa explicação afirmando que esse topônimo se refere a sítio abandonado dos índios <i>Carus</i> , tribo do Pará. Gentílico: carutaperense
Nota histórica	O IBGE (1959, p. 117) afirma que a história de criação do município de Carutapera remonta ao ano de 1655, época em que os jesuítas fundaram o posto de catequese dos índios do rio Gurupi, da margem direita do lugar Cacual, onde fizeram plantação de cacal. Posteriormente, ou seja, em 1661, foi feito, por Pedro Teixeira, o reconhecimento do terreno para a construção da estrada real, que se comunicaria com o Estado do Pará. <i>Em 25/06/1861, Firmino Pantoja e sua mulher D. Fausta Pantoja, adquiriram de Manuel Rodrigues Leite Chaves uma posse de terras de 600 braças em quadro, à margem direita do rio Arapiranga, fazendo doação da mesma para ser fundada a povoação Carutapera, sendo poucos seus habitantes</i> (IBGE, 1959, p. 117). FAD: Distrito criado com a denominação de Carutapera, pela LP nº 1026, 12/07/1873, subordinado ao município de Turiaçu. Elevado à categoria de vila com a denominação de Carutapera, pela LP nº 1337, de 11/05/1886, desmembrado de Turiaçu. Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, confirmado pelo DE nº 539, de 16/12/1933, é extinto o município de Carutapera, sendo seu território anexado ao município de Turiaçu. Elevado novamente à categoria de município com a

	denominação de Carutapera, pelo Decreto nº 832, de 03/06/1935.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Centro do Guilherme</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: centroguilhermense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Centro do Guilherme, pela LE nº 6126, de 10/11/1994, desmembrado de Godofredo Viana.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Centro Novo do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Centro Novo > Centro Novo do Maranhão = Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: centronovense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Centro Novo do Maranhão, pela LE nº 6160, de 10/11/1994, desmembrado de Carutapera. Sede no atual distrito de Centro Novo do Maranhão ex-povoado do Centro Novo.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Godofredo Viana</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Laranjal > Bequimão > Godofredo Viana = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: godofredense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d) o atual Município teve origem em uma colônia agrícola, situada no caminho que ligava Turiaçu a Carutapera. Aí surgiu o povoado com o nome de Laranjal, em virtude do plantio de laranjas, feito por Gregório Correia. Em 1969, o comércio local era representado por 31 estabelecimentos, em 1970 já possuía boa renda, apesar do pequeno movimento.</p> <p>O topônimo é homenagem prestada a Godofredo Viana tribuno, político e jurista proeminente.</p> <p>FAD: Pela LE nº 75, de 22/04/1931, é extinto o município de Godofredo Viana ex-Bequimão, sendo seu território anexado ao município de Alcântara.</p> <p>Pela LE nº 2374, de 09/06/1964, desmembra do município de Cândido Mendes o distrito de Aurizona (atual Presidente Vargas), para formar o novo município de Godofredo Viana.</p>

	Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Godofredo Viana, pela LE nº 2374, de 09/06/1964, desmembrado de Cândido Mendes.
Nota enciclopédica	Godofredo Mendes Viana nasceu em São Luís (14/07/1878) e faleceu no Rio de Janeiro (12/02/1944). Formado em Direito, foi tribuno, Deputado Estadual e Federal, Governador do Estado (1922-1926), membro da AML e jurista proeminente. Segundo Vieira Filho (1971, p. 85), no seu governo fez administração honesta e eficiente. Além de seus eruditos trabalhos jurídicos, escreveu contos e romances.

Topônimo	<b>Governador Nunes Freire</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Encruzo > Governador Nunes Freire = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: nunes-freirense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Governador Nunes Freire, pela LE nº 6174, de 10/11/1994, desmembrado de Cândido Mendes. Sede no atual distrito de Governador Nunes Freire ex-povoado de Encruzo.
Nota enciclopédica	Osvaldo da Costa Nunes Freire nasceu em Grajaú (06/12/1911). Foi médico, Deputado Federal e Governador do Estado (1975-1979).

Topônimo	<b>Junco do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Junco > Junco do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Junco é uma espécie de capim que definida por Houaiss (2001) como vegetal, designação comum às ervas do gênero <i>juncus</i> , da família das <i>juncáceas</i> , que agrupa em média de 300 espécies, geralmente com rizomas, produz uma folha por ano, frequentemente acicular e rica em gordura, de distribuição nos centros urbanos, embora sendo raras nas regiões tropicais. Acrescenta ainda o etnólogo que várias são cultivadas como plantas ornamentais, poucas como medicinais e algumas espécies usadas para trabalhos trançados. Gentílico: juncoense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Junco do Maranhão, pela LE nº 6165, de 10/11/1994, desmembrado de Carutapera, Luis Domingues e Godofredo Viana. Sede no atual distrito de Junco do Maranhão ex-povoado de Junco.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Luís Domingues</b>
----------	-----------------------

Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Olho d'Água > Vila de Carutapera > Luís Domingues = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: luís-dominguense
Nota histórica	Para o IBGE (1984, p.02, série nº 188), o povoado que deu origem ao município, em 1880, chamava-se Olho d'Água por caracterizar a existência de uma nascente, no local conhecido por Borboletal. Já em 1922, a Câmara Municipal deu o título de Vila de Carutapera ao povoado. Informa ainda o referido Órgão (1984, p.02, série nº 188) que o novo topônimo é uma homenagem a Luís Antônio Domingues da Silva. FAD: Distrito criado com a denominação de Luís Domingues, pelo DLE nº 159, de 06/12/1938, subordinado ao município de Carutapera. Elevado à categoria de município com a denominação de Luís Domingues, pela LE nº 2176, de 26/12/1961, desmembrado de Carutapera.
Nota enciclopédica	Luís Antônio Domingues da Silva nasceu em Turiagu (11/06/1862) e faleceu em São Luís (11/07/1922). Foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Deputado Provincial, Deputado Geral no Império, Deputado Federal na República, Governador do Maranhão (1910-1914), jornalista, orador e membro da AML.

Topônimo	<b>Maracaçumé</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Maracassumé/Mara Cassumé > Maracaçumé = Zootopônimo.
Nota linguística	Tibiriçá (1985, p. 83) assegura que Maracaçumé é rio do Maranhão e acrescenta ainda uma valiosa explicação a respeito dessa da formação morfológica e do significado dessa lexia, pois para o pesquisador, nesse topônimo aparecem dois termos tupis bastantes conhecidos: <i>maracá</i> , chocalho, e <i>sumé</i> , personagem mítica entre os Tupi-Guarani, que, juntando-os, não formam sentido. Acrescenta ainda o pesquisador que <i>podemos, no entanto, aventar uma hipótese: maracá, chocalho, guiso, e sumé, contração de suassumé, cabra, cabrito (neologismo introduzido na língua tupi no século XVII), dessa forma teremos então a seguinte interpretação: maracá-sumé, cabra de griso, cabra de griso ao pescoço, conforme o uso em todas as regiões do Brasil.</i> Gentílico: maracaçumeense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação Maracassumé/Mara Cassumé de pela LM nº 6, de 23/03/1893,

	anexado ao município de Turiaçu. Elevado à categoria de município com a denominação de Maracaçumé, pela LE nº 6163, de 10/11/1994, desmembrado de Godofredo Viana.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Maranhãozinho</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	Hidrotopônimo
Nota linguística	Segundo Cardoso (2001, p. 299), topônimo Maranhão deriva da lexia <i>maragnon</i> de um linguajar entre o castelhano e o português e significa <i>águas que correm brincando ou brigando, certamente pelo entrechoque das correntes da baía de São Marcos, responsável pelo historicamente terrível Boqueirão.</i> Gentílico: maranhãozinese
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Maranhãozinho, pela LE nº 4137, de 20/06/1994, desmembrado de Cândido de Mendes.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Turiaçu</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Freguesia de São Francisco Xavier do Turiaçu > Ribeira, São João > Capoeira Grande > Tury-Assú > Turiaçu = Ergotopônimo.
Nota linguística	O IBGE (1959, p. 375) faz um interessante levantamento sobre a significação do topônimo Turiaçu. Aqui reproduzimos o pensamento, que o Órgão apresenta, de Segundo Teodoro Sampaio, Gonçalves Dias e Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Segundo Teodoro Sampaio – <i>Turi é o nome de uma árvore também conhecida por turiúva ou carapeirana; dá cachos como bolotas áureas e foi alterada para turi &gt; Turiassu &gt; turiaçu, o turi-grande, Maranhão.</i> Gonçalves Dias, porém, no <i>Dicionário de Língua Tupi</i> , e outros autores dão à palavra turi a significação genérica de árvore e arvoredado. Já Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, no <i>Dicionário da Língua Geral</i> , escreve Tory e traduz por taxo esse vocábulo. Sendo esta a definição que está de acordo coma a tradição popular em Turiaçu, que sempre foi tido por taxo-grande, conforme o IBGE (1959, p. 373-375). Para solucionarmos o impasse da motivação toponímica dessa Cidade devemos atentar para o contexto histórico do município desmembrado de Turiaçu, Turilândia, onde vigora a

	tradição do taxo-grande, ou mais precisamente, do pilão-grande.
Nota histórica	<p>O território de Turiaçu antes de ser elevado a <i>lugar</i>, (1754, por ter juiz Vintenário) era no século XVII, conhecido por aldeia dos índios taramambeses, também chamados tarmambeses, taramambases, taremembeses e tremembeses, que ocupavam o litoral. Tendo o governo do Estado do Maranhão, Inácio Coelho as Silva, na viagem que fez ao Pará, escapado de ir à costa em um naufrágio e de cair no poder dos silvícolas, mandou, em 1679, uma expedição exterminar toda a tribo. Depois do extermínio dos taramambeses, continuou, ainda, Turiaçu a ser missão e ponto militar destinado a facilitar a comunicação, por terra, entre o Maranhão e o Pará, desembaraçando a estrada chamada dos Correios, que por ali passava e que foi aberta, em 1819, pelo Governador do Pará, Conde de Vila Flor.</p> <p>Depois dos índios, foram do Maranhão todos os primeiros habitantes do Turiaçu os quais povoaram e cultivaram o território e entretiveram sempre com a capital as suas relações comerciais e espirituais.</p> <p>Já temos notícias desse pedaço de chão desde 1671, quando o padre João Felipe Bettendorf refere-se à baía de Turiaçu, que atravessou na viagem que fez do Pará ao Maranhão, com o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.</p> <p>Primeiramente, a povoação de Turiaçu esteve situada na margem do rio desse nome, perto do rio Paraná, seu afluente, muitas léguas acima do lugar onde se acha a atual cidade, e foi por ali que passou o Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza; mas foi assaltada pelos índios, os quais mataram quase todos os habitantes e destruíram a povoação.</p> <p>Os moradores que escaparam ao massacre desceram o rio até a costa e, aí, em uma pequena ilha, assentaram nova povoação, que pouco tempo durou, porque, aparecendo a peste da varíola, morreram muito e os outros se mudaram, edificando nova povoação com o mesmo nome, que sempre teve, de São Francisco Xavier do Turiaçu, no lugar denominado Ribeira, onde construíra uma igreja.</p> <p><i>A atual cidade de Turiaçu foi antigamente um estabelecimento de lavoura, de propriedade de José Antônio Fernandes, português, cuja casa principal estava situada à margem do rio Carapaná, que depois tomou o nome de São João.</i></p> <p><i>Tendo-se mudado para o interior, para o lugar Capoeira Grande a referida fazenda, os moradores da Ribeira foram-se passando para ali, aos quais se juntaram outros, de modo que, por algum tempo, se mantiveram as duas povoações, conservando-se a igreja da Ribeira, até que se levantou outra</i></p>

	<p>na recente povoação (IBGE 1959, p. 374).</p> <p>FAD: <i>A incorporação do Turiaçu ao Pará nunca foi aplaudida pelos turienses. Seguiu-se uma luta tenaz e ardorosa entre o município de Turiaçu e a província do Pará, finalmente, veio a vitória aos turienses, (...), desanexado do Pará e incorporado à do Maranhão por Decreto do Governo imperial nº 639, de 12/06/1852. Sendo anexado à comarca de Guimarães pela Lei nº 330, de 14/10/1852 (IBGE, 1959, p. 373-375).</i></p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Tury-Assú, por CR de 16/02/1818, desmembrada da vila de Bragança (província do Pará).</p> <p>Pelo Decreto de 12/06/1852, transfere a vila de Tury-Assu da vila de Bragança para antiga província do Pará.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Turiaçu, pela LP nº 897, de 11/07/1870.</p>
Nota enciclopédica	<p>Ao longo de nossa pesquisa constatamos haver controvérsias não só em relação à significação do topônimo, mas de sua grafia. Fernandes (1941, p. 48), por exemplo, registra quatro variações gráficas das quais nenhuma correspondem ao nome atual: Turyassú, Tory-assú, Turyaçú e Turiassú.</p> <p>Turiaçu é conhecido como a terra do abacaxi <i>mais</i> doce do Brasil.</p>

Topônimo	<b>Turilândia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião I: Gurupi.
Taxonomia	AT: Pilões > Turilândia = Ergotopônimo.
Nota linguística	<p>Turilândia é uma lexia indígena composta de tury (taxo) + lândia (cidade); literalmente cidade do taxo. Pelo contexto, se refere ao grande pilão que deu origem a Turiaçu, município de onde foi desmembrado Turilândia.</p> <p>Gentílico: turilandense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d), por volta de 1891 duas famílias provenientes do município de Santa Helena (MA), fixaram residência às margens esquerdas do rio Turiaçu. Sendo uma delas devota e possuidora de uma imagem de São Benedito resolveu homenageá-lo com uma festa. Como parte dos preparativos da referida festa, cortaram um pequiheiro e do tronco fizeram um pilão, posteriormente usado, ao mesmo tempo por quatro pessoas para pilagem de arroz.</p> <p><i>Devido ao tamanho, o pilão jamais pode ser removido do lugar de origem, passando a ser ponto de referência do lugarejo.</i></p> <p><i>Com a construção da Rodovia MA-106, outras famílias passaram a residir nas proximidades, dando origem ao povoado de Pilão, anteriormente pertence ao município de</i></p>

	<i>Turiaçu, hoje sede do município de Turilândia</i> (IBGE, s/d). FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Turilândia, pela LE nº 6183, de 10/11/1994, desmembrado de Turiaçu e Santa Luzia Paruá. Sede no atual distrito de Turilândia ex-povoado de Pilões do município de Turiaçu.
Nota enciclopédica	

## Microrregião II: Imperatriz

Topônimo	<b>Açailândia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Gentílico: açailandense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d) o desbravamento do território teve origem na construção da BR-010 (Belém – Brasília), quando a empresa encarregada dos trabalhos <i>Rodobrás</i> ali instalou um acampamento.</p> <p>O SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/historico_acailandia2">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/historico_acailandia2</a>), por sua vez, apresenta mais detalhadamente como aconteceu o povoamento da região. Para esse Órgão tudo aconteceu às 9 horas do dia 19 de junho de 1958. Naquele exato momento, os índios Cutia e Cocranum chegaram à cabeceira de um riacho. De sua água beberam e nele tomaram banho. Encheram os cantis e retornaram ao acampamento, lá deram a notícia da descoberta e uma alegria total tomou conta do acampamento, pois já faziam cinco dias que eles estavam bebendo <i>água de cipó e de oco de pau</i> (...). No dia seguinte, 23 trabalhadores da linha de frente acompanharam os índios pra conhecerem a aguada. À sua margem direita, um pouco mais abaixo do local da descoberta, de pau-a-pique, construíram 10 barracos e os cobriram de palha de açazeiros. Esses barracos foram as primeiras construções deste lugar, e os mesmos serviram de apoio aos trabalhadores da estrada por muito tempo. Esses heróis sem os merecidos lauréis, às 12 horas do dia seguinte (20/06/1958), batizaram a nascente encontrada de Riacho Açailândia, nome dado em homenagem aos açazeiros da região que, naquela época, haviam em abundância no seu leito. <i>Após a inauguração da BR-10, ficara um pequeno núcleo populacional que se elevou rapidamente, pela afluência de nordestino, principalmente da Bahia, que buscavam terras devolutas para o desempenho da agropecuária. Mais tarde, o extrativismo vegetal se transformou na principal atividade da povoação</i> (<a href="http://www.sebrae-">http://www.sebrae-</a></p>

	legal.com.br/arquivos/historico_acailandia2). FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Açailândia, pela LE nº 4295, de 06/06/1981, desmembrado de Imperatriz.
Nota enciclopédica	No Maranhão, para açaí, é mais usada a lexia juçara, fruto da juçareira que dá um suco muito nutritivo de cor roxa e que pode ser consumido com açúcar, farinha de mandioca, camarão seco (...) ou como vitamina, sorvete ou mesmo na elaboração de doces.

Topônimo	<b>Amarante do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Amarante do Grajaú > Amarante do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: amarantino
Nota histórica	O IBGE (1959, p. 39) afirma que o atual município de Amarante do Maranhão, primitivamente era conhecido como distrito de Amarante do Grajaú. Essa terra teve seu povoamento iniciado em 1916, quando os lavradores Francisco Rodrigues dos Santos e José Cobiça, atraídos pela fertilidade do solo, fixaram residência nesse distrito, promovendo, em seguida, o desbravamento de suas matas. <i>Progressivamente, outros elementos foram chegando, permitindo o crescimento da população e ampliação das lavouras, dando uma nova dimensão ao lugar. Mais tarde, chegou Cícero Nascimento (...) estabelecendo-se com um pequeno comércio, vindo a contribuir decisivamente para melhoria do povoado, evitando os constantes deslocamentos dos moradores em busca de gêneros de primeira necessidade (IBGE, s/d).</i> FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Amarante do Grajaú, pela LE nº 269, de 31/12/1948, desmembrado de Grajaú (IBGE, 1959, p. 38). Elevado à categoria de município com a denominação de Amarante do Maranhão, pela LE nº 996, de 21/10/1953, desmembrado de Grajaú.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Buritirana</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	Houaiss (2001) registra buritirana como sendo equivalente a buriti bravo. Tibiriçá (1985, p. 32), por sua vez, apresenta

	outra grafia, buritirama, que define com sendo derivada de <i>buriti-rama</i> , que é plantação e/ou, bosque de buritis. Gentílico: buritiranense
Nota histórica	FAD: Distrito criado com a denominação de Buritirana, pela LE nº 2167, de 15/12/1961, subordinado ao município de João Lisboa. Elevado à categoria de município com a denominação de Buritirana, pela LE nº 6189, de 10/11/1994, desmembrado de João Lisboa.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Cidelândia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Ergotopônimo
Nota linguística	Gentílico: cidelandense
Nota histórica	Quanto à motivação toponímica, o senhor Francisco Eudes Ferreira Guedes, funcionário da Prefeitura de Cidelândia informou-nos que na época do desbravamento do município havia uma empresa encarregada da construção de estradas e extrativismo de madeira chamada de <i>Cida</i> , esta, por sua vez, localizou-se na região do estroncamento da MA 125, local onde a cidade começou a erguer-se por conta das atividades ali desenvolvidas. FAD: Elevado à categoria de município e distritos com a denominação de Cidelândia, pela LE nº 6142, de 10/11/1994, desmembrado de Imperatriz.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Davinópolis</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Vila Davi > Davinópolis = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: davinopolitano
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d) o município que nasceu Vila Davi em 25/07/1982 tem esse nome em homenagem ao seu patrono fundador, o Deputado Federal Davi Alves da Silva. Elevado à categoria de município com a denominação de Davinópolis, pela LE nº 6191, de 10/11/1994, desmembrado de Imperatriz.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Governador Edison Lobão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.

Taxonomia	AT: Ribeirãozinho > Edison Lobão = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: edison-lobense/lobense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), o município teve início com o desmatamento, em 1958, para construção da estrada de ligação entre Belém e Brasília (BR 010). Nessa época os primeiros moradores começaram a se alojar no lugarejo denominado maloca sendo que um dos pioneiros foi o Sr. Manoel Rocha, e aqui ficou sua família criando assim uma tradição familiar. <i>Cortado por vários córregos de água cristalina recebeu o nome Ribeirãozinho. Tendo como riqueza arroz, milho, babaçu e diamantes (IBGE, s/d).</i> FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Edison Lobão, pela LE nº 6194, de 10/11/1994, desmembrado de Imperatriz. Sede no atual distrito de Governador Edison Lobão ex-povoado de Ribeirãozinho.
Nota enciclopédica	Edison Lobão nasceu em Mirador (05/12/1936). É jornalista e político, nessa área foi Governador do Estado (1991-1994) e é o Ministro de Minas e Energia do Brasil, desde 21/01/2008.

Topônimo	<b>Imperatriz</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Santa Teresa da Imperatriz > Vila Nova da Imperatriz > Imperatriz = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: imperatrizense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 195) em 1850 já havia dúvida e litígio a respeito das províncias do Pará e Maranhão, isso porque era inteiramente desconhecida a fronteira entre o Maranhão e o Pará, logo, os dois estados reclamavam a posse de Imperatriz. <i>Em 1852 Frei Manuel Procópio do Coração de Maria fundou a povoação de Santa Teresa da Imperatriz, na província do Pará, cujas despesas foram pagas pelo Tesouro da mesma. Nesse mesmo ano foi votada e sancionada a Lei nº 639, de 12/06/1852, a qual determinava o limite do Pará e Maranhão pelo rio Gurupi transferindo para a cabeceira deste o ponto de partida da linha leste-oeste até o Tocantins (IBGE, 1959, p. 195-196).</i> Em 1854-55 foi evidenciado que a povoação fundada pelo Frei Manuel pertencia ao Maranhão, cujo governo, àquela época, pensava, também, na fundação de uma vila nas imediações da fronteira do Pará e, em conhecimento da topografia, estava menos adiantado do que o da província vizinha. <i>Inicialmente, a vila de Santa Teresa da Imperatriz foi uma única rua de 84 casas, parte coberta de telhas, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ou largo, num</i>

	<p><i>quadrilátero em que foi construída a igreja-matriz.</i></p> <p><i>Transitavam pelo porto de Imperatriz, em busca do eldorado do Tocá-una (castanha preta), emigrantes de toda parte do Brasil, especialmente da Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco e do próprio Maranhão (IBGE, 1959, p. 196).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Nova da Imperatriz, pela LP nº 398, de 27/08/1856, desmembrado do município de Chapada atual Grajaú, na qualidade de sede do município de Porto Franco.</p> <p>Pela LP nº 524, de 09/07/1859, transfere a sede de vila Nova da Imperatriz para a povoação de Porto Franco. Pela LP nº 631, de 05/12/1862, transfere novamente a sede para vila Nova da Imperatriz.</p> <p>Elevado à condição de cidade com a denominação de Imperatriz, pela LE nº 1179, de 22/04/1924.</p>
Nota enciclopédica	<p>Dona Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias nasceu em Nápoles/Itália (14/03/1822) e morreu no Porto/Portugal (28/12/1889). Esposa de do Imperador Dom Pedro II, foi a última Imperatriz do Brasil.</p> <p>O município é banhado pelo Rio Tocantins.</p>

Topônimo	<b>Itinga do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Itinga > Itinga do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Para Tibiriça (1985, p. 69) itinga deriva de <i>y-tinga</i> , rio branco, rio claro. Gentílico: itinguense
Nota histórica	O IBGE (s/d) afirma que em 1959, em decorrência da Rodovia Belém-Brasília, BR 010, foi criado um pequeno povoado às margens do Rio Itinga, este, mais tarde lhe emprestaria o nome. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Itinga do Maranhão, pela LE nº 6147, de 10/11/1994, desmembrado de Açailândia. Sede no atual distrito de Itinga do Maranhão ex-povoado de Itinga.
Nota enciclopédica	O município é banhado em toda a sua extensão oeste pelo rio Itinga.

Topônimo	<b>João Lisboa</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Gameleira > Vila Simplício Moreira > João Lisboa = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: joão-lisboense

Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d) o município de João Lisboa teve sua origem do povoado Gameleira, que ficou conhecido como tal após a chegada de Joaquim Alves da Silva, no ano de 1925. O Joaquim Alves da Silva foi o primeiro morador de Gameleira, chegando ali quando tudo ainda era mata, e fixou sua residência às margens do riacho Jambú, hoje interior da sede. Mais tarde o Sr. Joaquim mudou-se para o centro do município, estabelecendo moradia debaixo de uma frondosa árvore chamada Gameleira que servia de ponto de espera aos caçadores de animais silvestres que vinham de Imperatriz, pois este povoado fazia parte deste município.</p> <p>A mata que ainda era virgem foi sendo devastada pelo Sr. Joaquim. Caminhos foram se abrindo, e mais gente foi sendo atraída, até que se formou o povoado que ficou conhecido pelo nome da árvore Gameleira. Município de Imperatriz, Gameleira garbosamente trazia mais adeptos a seu abrigo, assim crescia o povoado Gameleira, caminhava para o futuro, a medida que mais gente ali chegava e fixava residência, pois apesar de distinta de outros povoados ou cidades, era agradável, e oferecia boas terras que sem sombra de dúvidas iriam favorecer seus habitantes futuros, no que se refere à lavoura.</p> <p>As pessoas foram se aglomerando, e se estabelecendo naquele lugar com a esperança de que seu futuro ali encontravam. Os moradores de Gameleira começaram a reivindicar do Prefeito Simplício Moreira, que seu povoado passasse a Vila, a qual teria o mesmo nome do prefeito, pois, havia também o sonho de toda uma comunidade que mais tarde este virasse uma cidade.</p> <p><i>Já era ano de 1955, quando a sessão da décima terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de Imperatriz, aos doze dias do mês de setembro do mesmo ano, os vereadores votaram a favor do requerimento do Prefeito Simplício Moreira mudando o nome do povoado Gameleira para a Vila Simplício Moreira, cujo requerimento tinha como objetivo atender às reivindicações dos moradores daquele povoado.</i></p> <p><i>Porém a Vila Simplício Moreira ficou conhecida apenas no documento, pois os moradores continuaram reconhecendo o povoado com Gameleira, o qual foi esquecido só quando passou à cidade, seus habitantes atuais não sabem da existência da vila com esse nome (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de João Lisboa, pela LE nº 2167, de 15/12/1961, desmembrado de Imperatriz. Sede no atual distrito de João Lisboa ex-povoado.</p>
Nota enciclopédica	João Francisco Lisboa nasceu em Pirapemas (22/03/1812) e

	faleceu em Lisboa (26/04/1863). Foi jornalista, escritor, crítico, historiador, orador e político (Deputado Provincial). Segundo Vieira Filho (1971, p.55). João Francisco Lisboa foi jornalista considerado como um dos escritores mais corretos da nossa língua.
--	--

Topônimo	<b>Lajeado Novo</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Cronotopônimo
Nota linguística	Segundo Houaiss (2001) lajeado é um regionalismo brasileiro que significa <i>regato cujo leito é rochoso</i> . Informa também que, etimologicamente ocorre a forma lageado, que é a forma reconhecida por Souza (1927, p. 166), para quem esse topônimo é designativo de regato cujo leito é pedregoso, que corre sobre lages. Gentílico: lajeadense
Nota histórica	Esse município, além de ser vizinho a um povoado de nome Lajeado, é margeado tanto pelo Rio Lajeado quanto pelo Lajeadozinho. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lajeado Novo, pela LE nº 6195, de 10/11/1994, desmembrado de Montes Altos.
Nota enciclopédica	O rio/riacho Lajeado banha o oeste do município

Topônimo	<b>Montes Altos</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Dimensiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: monte-altense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 230), a história do município de Montes Altos remonta ao ano de 1898, quando, nas imediações do local onde está edificada a cidade, um senhor de nome Quirito, vulgo <i>Sabugosa</i> , iniciou uma pequena lavoura de cana-de-açúcar, para cujo beneficiamento levantou um engenho de madeira e montou o alambique para a fabricação de aguardente. Com a primeira produção começaram a aglutinar-se nas imediações, em palhoças dispersas, algumas mulheres de vida livre, tornando-se, por isto, ponto de convergência de moços, filhos de criadores vizinhos, que, em constantes libações alcoólicas, aproveitaram a excelência do local, que era próprio, para competições eqüestres. <i>A esse tempo chegaram novos moradores, destacando-se o Sr. Pedro Viana de Carvalho que transformou uma ambulância que perlustrava os sertões, em casa comercial. O povoado entrou</i>

	<p><i>em uma nova fase de desenvolvimento. Foram tomadas as primeiras iniciativas no sentido de dar ao local um aspecto melhor em matéria de edificações. Já havia uma casa coberta de telhas, que era a Estação Telegráfica. O Sr. Fabrício iniciou a primeira construção residencial com um melhor aspecto o seu exemplo foi logo seguido por Benedito Ferreira de Albuquerque e vários outros (IBGE, 1959, p. 230).</i></p> <p>Quanto à motivação toponímica, o município tem esse nome por causa do fator geográfico da elevada altitude do local (IBGE, 1959, p. 230).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Montes Altos, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Imperatriz.</p> <p><i>Só em 1949 a povoação foi elevada à categoria de vila, que jamais chegou a ser instalada pelas autoridades de Imperatriz. Permaneceu, nessa condição, até 08/09/1955, quando a LE nº 1354, do governador Eugênio de Barros, criou o novo município de Montes Altos, elevando-o à categoria de cidade (IBGE, 1959, p. 231).</i></p> <p>Pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal, de 02/09/1957, representação nº 294, é extinto o município de Montes Altos, sendo seu território anexado ao município de Imperatriz.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Montes Altos, pela LE nº 1607, de 14/06/1958, desmembrado de Imperatriz.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Ribamar Fiquene</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Sumana > Ribamar Fiquene = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: fiquenense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) afirma que Sumana (árvore amazônica), foi o primeiro nome dado à cidade de Ribamar Fiquene, nome esse que se estendeu também ao Riacho mais próximo da sede do município. Povoado nascido em 1955 deve seu crescimento à construção da BR 010 (Rodovia Belém-Brasília) e da escassez de diamante no Garimpo do Riacho Barbosa e do antigo e extinto povoado e Garimpo Clementino, cujo padroeiro, São Sebastião, foi transferido para o povoado Sumana. <i>Assim nasceu garimpo e povoado Com a exploração, tornou-se escasso o diamante nas proximidades do povoado, ficando na região apenas aqueles que se dedicaram à agricultura, a pecuária, e às empresas extrativistas de seixo e areia. Com o passar dos tempos, tornou-se um dos pólos de abastecimento produtivo da região (IBGE, s/d).</i></p>

	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Ribamar Fiquene, pela LE nº 6131, de 10/11/1994, desmembrado de Montes Altos. Sede no atual distrito de Ribamar Fiquene ex-povoado de Sumana.
Nota enciclopédica	José de Ribamar Fiquene nasceu em Itapecuru-Mirim (27/12/1930). Foi Senador pelo Maranhão, Governador do Estado (02/04/1994-31/12/1994), Prefeito de Imperatriz (1983-1988), é membro da Academia Imperatrizense de Letras.

Topônimo	<b>São Francisco do Brejão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: brejãoense
Nota histórica	São Francisco do Brejão nasceu às margens de um córrego no interior de uma floresta. Pequenos camponeses buscando a própria sobrevivência ali se instalaram e aos poucos formaram uma vila, cujo nome originou-se de um brejo de água cristalina aliado ao padroeiro da cidade, São Francisco. A região que era privilegiada pela natureza com suas terras férteis, apropriada a agricultura, cresceu rapidamente transformando-se no mais importante pólo agrícola e pecuário do sul do Maranhão, segundo dados do SEBRAE-LEGAL ( <a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_sao_francisco_do_breiao">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_sao_francisco_do_breiao</a> ). FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Francisco do Brejão, pela LE nº 6139, de 11/10/1994, desmembrado de Imperatriz e Açailândia.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Pedro da Água Branca</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: agua-braquense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distritos com a denominação de São Pedro de Água Branca, pela LE nº 6146, de 10/11/1994, desmembrado de Imperatriz.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Senador La Rocque</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	AT: Macuíba > Senador La Roque = Axiotopônimo.

Nota linguística	Gentílico: laroquense
Nota histórica	O IBGE (s/d) atesta que a criação do município é fruto de grandes manifestações populares resultando em diversas reuniões com líderes locais, na luta pela emancipação do povoado. No dia 19 de junho de 1994 realizou-se o plebiscito onde a maioria dos habitantes decidiu pelo sim. <i>Macuíba foi chamado de Senador La Rocque em homenagem ao ilustre político maranhense Henrique de La Rocque (IBGE, s/d).</i> FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Senador La Roque, pela LE nº 6169, de 10/11/1994, desmembrado de São João Lisboa. Sede no atual distrito de Senador La Roque ex-povoado do Macuíba.
Nota enciclopédica	Henrique de La Rocque Almeida nasceu em São Luís (08/08/1912) e faleceu no Rio de Janeiro, 16/08/1982). Foi um advogado, jornalista, Deputado Federal e Senador da República pelo Maranhão e Ministro do Tribunal de Contas da União

Topônimo	<b>Vila Nova dos Martírios</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião II: Imperatriz.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: vila-novense
Nota histórica	Assegura o IBGE (s/d) que Vila Nova dos Martírios nasceu com a chegada de Marcelino Cabral, pelos anos 70, em seguida chegou o Acekino e no ano de 1973, Vila Nova dos Martírios Edival Batista da Cruz, João Batista e outro, já havendo na época uma média de trezentas casas e mais ou menos cinco comércios. Daí, logo em seguida o povoado foi conhecido distrito de Imperatriz, até o último dia 01/01/1973, quando foi emancipado Cidade de Vila Nova dos Martírios. <i>O nome Martírios deu-se pelo fato do difícil acesso a tudo e todas as coisas e até ao próprio ser humano (IBGE, s/d).</i> FAD: Elevado à categoria de município e distritos com a denominação de Vila Nova dos Martírios, pela LE nº 6181, de 10/11/1994, desmembrado de Imperatriz.
Nota enciclopédica	

Microrregião III: Pindaré

Topônimo	<b>Altamira do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Centro do Cazuza > Altamira do Maranhão = Dirrematopônimo.

Nota linguística	Gentílico: laltamirense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d), em maio de 1949, José Gomes de Freitas chega ao topo de uma serra, onde ergueu o seu primeiro Barraco para abrigar-se para a exploração da agricultura. Um ano mais tarde, atraídos pela riqueza da fertilidade do solo, vários agricultores oriundos de outros municípios aqui chegaram, para sob o comando de José Gomes de Freitas, o Cazuzo, como era conhecido, fundarem o povoado Centro do Cazuzo.</p> <p><i>Tendo em vista a grande produtividade alcançada na cultura de arroz, milho, feijão, mandioca e algodão, o povoado foi atraindo cada vez mais agricultores de outras regiões, até que em 1961, já tornara-se uma vila bastante progressista e populosa, a ponto de nesse mesmo ano, através de ato do então Governador Newton de Barros Bello, se desmembrada do município de Vitorino Freire, passando então a denominar-se Altamira do Maranhão, numa iniciativa do Deputado Federal Raimundo Rodrigues Bogéia (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Altamira do Maranhão, pela LE nº 2178, de 30/12/1961.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Alto Alegre do Pindaré</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Alto Alegre > Alto Alegre do Pindaré = Dirrematopônimo.
Nota linguística	<p>A lexia <i>alto</i> em Toponímia tem várias acepções, em se tratando de rios, tem relação estreita com sua nascente, local de baixa profundidade e pouca largura. Mas se referindo às elevações de um terreno, segundo Souza (1927, p.22) é um termo geral que pode designar um monte, um serrote, um morro ou o cimo de uma colina.</p> <p>Gentílico: alto-alegrense.</p>
Nota histórica	<p>O senhor José Alves Pereira (57 anos), mais conhecido como <i>Pindaré</i>, funcionário da Prefeitura, veio do Ceará, morava em Pindaré e mudou-se para Alto Alegre do Pindaré mesmo antes da emancipação do município, há dezoito anos atrás, contou-nos que na época em que se mudou para o Município só existia mato e areia. Informou-nos também a respeito da motivação toponímica em que: <i>alto</i> é por conta dos elevações que possibilitam ver toda a beleza da cidade (alegria) e Pinaré, por causa do rio que a banha e atrai muitos turista para lá.</p> <p>Acrescenta ainda o senhor <i>Pindaré</i> que o nome oficial é assim para não confundi com Alto Alegre do Maranhão e Alto</p>

	Alegre do Matim, localidade próxima do Município. FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Alto Alegre do Pindaré, pela LE nº 6167, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Luzia. Sede no atual distrito de Alto Alegre do Pindaré ex-povoado de Alto Alegre (IBGE, s/d).
Nota enciclopédica	O Rio Pindaré, antes de desembocar no Golfão Maranhense, passa por vários municípios, dentre eles destacamos: Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré Tufilândia, Pindaré Mirim.

Topônimo	<b>Araguanã</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Etnotopônimo
Nota linguística	Gentílico: araguanaense/araguanense
Nota histórica	O Encarregado Administrativo da Prefeitura de Araganã o Senhor Walter informou-nos que não é sabida a significação do nome do município, mas adiantou que é de origem indígena e que o real nome deveria ser Tori, por causa do Rio Turiaçu que banha a cidade. FAD: Elevado a categoria de município e distrito com a denominação de Araganã, pela LE nº 6171, de 10/11/1994, desmembrado de Zé Doca.
Nota enciclopédica	Uma parte do território de Araganã esta dentro da área Indígena do Alto Turiaçu. Existe no Tocantins outro município com a mesma denominação.

Topônimo	<b>Bom Jardim</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: bom-jardinense
Nota histórica	O IBGE (s/d) informa que foi José Pedro Vasconcelos primeiro desbravador das terras de Bom Jardim, nelas desenvolvendo atividades agrícolas que viriam a transformar o povoado por ele criado em grande centro produtor. Mais tarde, graças ao esforço de um de seus antigos moradores, Gildásio Brabo, Bom Jardim tornou-se município desmembrado de Monção e conservando sua primitiva denominação, cuja origem não é conhecida. O primeiro prefeito do município foi o próprio responsável pela sua emancipação. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Bom Jardim, pela LE nº 2735, de 30/12/1964, desmembrado de Monção.
Nota enciclopédica	Houaiss (2001) apresenta uma acepção para a lexia jardim em que diz ser <i>país, região que apresentam vegetação abundante,</i>

	<i>fértil e harmoniosa</i> . Essa se aplica a Bom Jardim pois nos seus primórdios foi um celeiro propício às atividades agrícolas.
--	--

Topônimo	<b>Bom Jesus das Selvas</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Vila Km 100 > Bom Jesus das Selvas = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: bom-jesuense.
Nota histórica	<p>Segundo o SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_%20Bom_Jesus_das_Selvas">http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_%20Bom_Jesus_das_Selvas</a>), em 1968, com o início das obras de construção da BR 222, ligando o leste ao oeste maranhense, precisamente São Luís a Açailândia, pela firma empreiteira: Construtora Mendes Júnior, na altura do km 100, partindo de Açailândia, foi levantado um acampamento destinado ao abrigo de trabalhadores da firma empreiteira.</p> <p>Nesse mesmo ano, por falta de repasse de recursos pelo órgão contratante, as obras sofreram paralisação, tendo os trabalhadores permanecido nesse acampamento, no aguardo da retomada das obras.</p> <p>Tardando o reinício dos trabalhos, decidiram os trabalhadores a cultivar as imediações do acampamento, iniciando assim as primeiras plantações de gêneros alimentícios de subsistência.</p> <p>Em 1970, com a retomada da construção da Rodovia BR 222, coincidindo com a política da Reforma Agrária executada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, várias famílias de diversos Estados, principalmente Bahia, Minas Gerais, Espírito santo, Ceará, Piauí, Pernambuco, além de outras famílias do próprio estado e nativos da região, incentivados pela doação do INCRA, começaram rapidamente a colonização da região.</p> <p>Nesse mesmo ano, já havia um vila com várias residências, uma farmácia e pequenos comércios. Ainda nesse ano, foi fundada a primeira escola primária, a primeira capela, tendo como primeiro pároco o Padre Ivo Nicolau, que vinha periodicamente da cidade de Santa Luzia do Tide, celebrar as cerimônias religiosas e atender aos fiéis colonos da então Vila Km 100.</p> <p><i>Em 1973, devido ao rápido desenvolvimento, houve vários avanços tais como: a criação do Santo padroeiro da povoação: Bom Jesus das Selvas, que segundo os moradores, em homenagem: 1º Ao Sr. Jesus Cristo, filho de Deus e, 2º à vegetação exuberante (selva amazônica) da localidade onde se encontrava o povoado</i> (<a href="http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_%20Bom_Jesus_das_Selvas">http://www.sebraelegal.com.br/arquivos/Historico_%20Bom_Jesus_das_Selvas</a>).</p>

	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Bom Jesus das Selvas, pela LE 6166, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Luzia.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Brejo de Areia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Souza (1927, p. 48) afirma que, além das acepções habituais que essa lexia tem, <i>nos Estados do nordeste, designa terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, geralmente fértil, devido aos transbordamentos anuais, por ocasião das chuvas</i> . Reafirmando o que disse Souza, Houaiss (2001) registra que brejo é terreno alagadiço, lodoso; pântano, paul. Há no item regionalismo, uma acepção que define essa lexia como sendo terreno baixo onde há nascentes no estado do Maranhão. Gentílico: brejareense/brejense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Brejo de Areia, pela LE nº 6144, de 10/11/1994, desmembrado de Altamira do Maranhão.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Buriticupu</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Hidrotopônimo
Nota linguística	O topônimo é formado pelo nome de duas frutas típicas do Maranhão: buriti e cupu. Gentílico: buriticupuense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Buriticupu, pela LE nº 6162, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Luzia.
Nota enciclopédica	Segundo uma moradora da localidade, a denominação Buriticupu surgiu em homenagem ao rio que banha a localidade e tem o mesmo nome. O Rio Buriticupu deságua no trecho do Alto Pindaré.

Topônimo	<b>Governador Newton Bello</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Chapéu de Couro > Governador Newton Bello = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: newton-belense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Governador Newton Bello, pela LE nº 6149, de 10/11/1994, desmembrado de Zé Doca. Sede no atual distrito

	de Governador Newton Bello ex-povoado de Chapéu de Couro.
Nota enciclopédica	Newton de Barros Belo nasceu em 1907 e faleceu em 1976. Foi governador do Estado (1961-1966).

Topônimo	<b>Lago da Pedra</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Jejuí > Lago da Pedra = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lago-pedrense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 208) assegura que, em 1929, Rosendo Rodrigues da Silva, Luciano, José Antônio Tôres, Rodrigues da Silva, José Melquíades, José João da Costa e vários outros estabeleceram-se à margem de uma lagoa, na beira da qual encontraram uma pedra de amolar, cujo fato deu origem a denominarem esse local de Lago da Pedra. Nesse mesmo ano foram feitas as primeiras roças para cultura de cereais, obtendo resultados satisfatórios, pois o terreno era propício à lavoura, em virtude de grande extensão de matas. Dessa maneira, procuraram logo edificar suas casas de moradia.</p> <p><i>Atraídos pela fertilidade do solo, começaram a chegar emigrantes procedentes de municípios maranhenses e também de estados vizinhos, formando, assim, um povoado de certa importância demográfica e econômica</i> (IBGE, 1959, p. 208).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Jejuí, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Vitória do Mearim.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Lago da Pedra, pela LE nº 779, de 02/10/1952, desmembrado de Vitória do Mearim e Bacabal.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Lagoa Grande do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Lagoa Grande > Lagoa Grande do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lagoa-grandense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito de Lagoa Grande do Maranhão, pela LE nº 6136, de 10/11/1994, desmembrado de Lago da Pedra. Sede no atual distrito de Lagoa Grande do Maranhão ex-povoado de Lagoa Grande.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Marajá do Sena</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Marajá perto do Sena > Marajá do Sena =

	Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: marajaense
Nota histórica	<p>Quanto à motivação toponímica, o senhor Raimundo dos Santos Cordeiro, morador da localidade desde a época da emancipação de Marajá do Sena, informou-nos que <i>marajá</i> é uma fruta de uma palmeira (fruta em forma de coquinho) que tinha em abundância perto de uma lagoa. Os moradores de Sena, povoado um pouco distante da lagoa, começaram a intensificar o povoamento da área e esta ficou conhecida como Marajá perto do Sena, posteriormente mudado para o nome atual, Marajá do Sena. O senhor Raimundo dos Santos Cordeiro esclareceu também que <i>sena</i> derivou da planta açucena.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Marajá do Sena, pela LE nº 6186, de 10/11/1994, desmembrado de Paulo Ramos.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Nova Olinda do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Nova Olinda > Nova Olinda do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: novaolindense ou novolindense
Nota histórica	Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Nova Olinda do Maranhão, pela LE nº 6159, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Luzia do Paruá. Sede no atual distrito de Nova Olinda do Maranhão ex-povoado de Nova Olinda.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Paulo Ramos</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Bacabinha > Paulo Ramos = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: paulo-ramense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d), o início do povoamento se deu com a chegada dos lavradores, Raimundo da Silva e Francisco Eloi, que ali se estabeleceram, na convicção de que o lugar era promissor, com a riqueza da sua fauna, facilidade de água e terra propícia à lavoura. Seu primeiro nome foi Bacabinha, devido à existência de grande área ocupada por uma espécie de palmeira, denominada de <i>bacaba</i>.</p> <p>FAD: Foi elevado à categoria de município, pela Lei nº 2949, de 10/12/1968, sendo desmembrado de Lago da Pedra.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Bacabinha, pela LE nº 2949, de 10/12/1968,</p>

	desmembrado de Lago de Pedra. Pela LE nº 3174, de 30/09/1971, o município de Bacabinha passou a denominar-se Paulo Ramos.
Nota enciclopédica	Paulo Martins de Sousa Ramos que nasceu em Caxias era Bacharel em Direito, foi Subdiretor do Tesouro Nacional Governador do Maranhão (1936-1945) e Interventor Federal no Maranhão.

Topônimo	<b>Pindaré Mirim</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Engenho Central > Engenho São Pedro de Alcântara > São Pedro > Pindaré-Mirim > Pindaré Mirim = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: pindareense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (1959, p. 259) primitivamente Pindaré-Mirim foi povoado Engenho Central, depois vila e município de São Pedro. A vila de São Pedro foi edificado na margem direita do Rio Pindaré e seu território era habitado por índios Guajajaras até o ano de 1839, <i>quando foi criada, pela LP nº 85, de junho, a colônia denominada São Pedro, sendo que seu povoamento se originou de emigrações espontâneas vindas dos Estados do Piauí e Ceará</i> (IBGE, 1959, p. 266).</p> <p>O IBGE (s/d) informa ainda que, em 1876, foi instalada a grande usina da Companhia Progresso Agrícola, trazendo grandes transformações sócio-econômicas em toda a região, possibilitando ao município marcar época na sua história. Dado o potencial da indústria, foi construída uma estrada de ferro para transporte da matéria-prima, numa extensão de 13 km. Desde 1883, existia energia elétrica na povoação.</p> <p><i>O município de São Pedro passou a denominar-se Pindaré Mirim em homenagem ao rio que banha a cidade que foi edificada na sua margem direita</i> IBGE (1959, p. 273).</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Engenho São Pedro de Alcântara ex-povoado de Engenho Central de São Pedro, pela LM nº 2, de 14/09/1892, subordinado ao município de Monção.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro, pela PL nº 800, de 21/03/1918, desmembrado de Monção.</p> <p>Elevado à condição de cidade, com a denominação de São Pedro, pela LP nº 1052, de 10/04/1923.</p> <p>Pelo DE nº 75, de 22/04/1931, o município é extinto sendo seu território anexado ao município de Monção.</p> <p>Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Pedro, pelo DE nº 121, de 12/06/1931.</p> <p>Elevado à categoria de cidade pelo DLE nº 45, de 29/03/1938.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 30/12/1943.</p>

Nota enciclopédica	O Rio Pindaré, antes de desembocar no Golfão Maranhense, passa por vários municípios, dentre eles destacamos: Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré Tufilândia, Pindaré Mirim.
--------------------	---

Topônimo	<b>Presidente Médici</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Axiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: medicense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Médici, pela LE nº 6133, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Luzia do Paruá.
Nota enciclopédica	O General Emílio Garrastazu Médici esteve no comando do País de 1969-1974.

Topônimo	<b>Santa Inês</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Ponta de Linha > Conceição > Santa Inês = Hagiopônimo.
Nota linguística	Gentílico: santa-inesense
Nota histórica	<p>Segundo o SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Ines">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Ines</a>), o município teve seu início de colonização em 1880, juntamente com a construção do Moinho Central em Pindaré Mirim. Com a construção da estrada de ferro que conduzia os vagões até os canaviais localizados nas terras que hoje está localizada a cidade, o município teve seu nome inicial de Ponta de Linha, (exatamente por a mesma ter seu final, e posteriormente ser divididas em várias bifurcações que conduziram até o local das plantações). Nesta época os operários eram negros, índios e agricultores que vinham de outros estados como do Piauí e Ceará.</p> <p><i>Esse progresso se deu até meados de 1910 quando desapareceu o Moinho Central e a estrada de ferro. Por um longo período Santa Inês permaneceu somente com uma grande fazenda, mais produzindo para o sustento das famílias que aqui moravam, e nesse momento teve seu nome de Conceição, o que perdurou até a década de 1940, aproximadamente.</i></p> <p><i>Com a abertura da BR – Belém Brasília, o povoado teve um crescimento rápido fazendo com que o município sede Pindaré Mirim permanecesse com sua população durante anos. A implantação da estrada de ferro Carajás, da Vale do Rio Doce (1983), permitiu maior desenvolvimento para o município</i></p> <p style="text-align: right;">(<a href="http://www.sebrae-">http://www.sebrae-</a></p>

	legal.com.br/arquivos/Historico_Santa_Ines). FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Inês, pela LE nº 2723, de 19/12/1966, desmembrado de Pindaré-Mirim.
Nota enciclopédica	Santa Inês foi mártir em Roma provavelmente século III ou IV. Reza a tradição que <i>foi martirizada aos 12 anos de idade. O Papa Dâmaso ornou seu túmulo com 16 virtudes e (...) Santo Ambrósio afirma que, se monstruosa foi a crueldade que não poupou a criança, muito maior foi o poder da fé que levou uma criatura de tão tenra idade a dar testemunho tão veemente</i> (ALVES, 2008, p. 46)

Topônimo	<b>Santa Luzia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Centro dos Vaqueiros > Santa Luzia = Hagiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: santa-luziense
Nota histórica	Segundo dados do (IBGE, s/d), em 1949 João Marques Oliveira, conhecido por João Vaqueiro e alguns outros colonos chegaram à localidade denominada <i>Pau Santo</i> , pertencente aos índios Guajajaras, que não aceitaram a sua permanência no local. Rechaçados pelos nativos, deslocaram-se para o sul alcançando o lugarejo Batatal, pertencente a outra tribo guajajara, sendo acolhido pelo cacique João Francisco de quem comprou, João Marques Oliveira, as terras, iniciando ali, juntamente com seus companheiros, a exploração da agricultura. A área adquirida se estende ao norte da aldeia Batatal e ao sul do lugar denominado Pau Santo. A localidade que surgia foi chamada de Santa Luzia por João Vaqueiro, que trazia uma pequena imagem de quem era devoto. Em 1952, com a chegada do agricultor Manoel Rodrigues Chaves, compadre de João Vaqueiro, a lavoura se expandiu, atraindo levas de imigrantes, formando-se então a povoação. No dia 17/09/1959 o projeto de Lei nº 398 foi votado e aprovado com a finalidade de desmembrar o município Santa Luzia de, antes conhecido como Centro dos Vaqueiros, de Pindaré Mirim. Apoiado por maioria absoluta, o Governador José de Ribamar Matos Carvalho sancionou a Lei nº 1908. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Luzia, pela LE nº 1908, de 17/12/1959, desmembrado de Pindaré Mirim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Santa Luzia do Paruá</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.

Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: santa-luziense-do-paruá
Nota histórica	<p>Para a CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>) o município de Santa Luzia do Paruá teve sua origem na construção da BR-222, essa rodovia permitiu a integração da vasta e rica zona do Alto Turi ao processo de desenvolvimento do Estado.</p> <p>Ainda, segundo a Confederação, o crescimento populacional e econômico do Município e, conseqüentemente, a sua emancipação, decorreram do trabalho desenvolvido pela Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE.</p> <p><i>O primeiro dirigente do município, na condição de interventor nomeado pelo governo estadual, foi o Coronel Riod Ayoub Jorge</i> (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>.)</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Luzia do Paruá, pela LE nº 4827, de 30/11/1987, desmembrado de Turiaçu. Obteve essa denominação em razão da Padroeira, Santa Luzia, e do rio que banha a cidade, Rio Paruá.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São João do Carú</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-joanense/caruense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São João do Carú, pela LE nº 6125, de 10/11/1994, desmembrado de Bom Jardim.
Nota enciclopédica	O Rio Carú é afluente da margem esquerda do Rio Pindaré

Topônimo	<b>Tuflândia</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: São José do Tufi > Tuflândia = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: tuflandense
Nota histórica	<p>Segundo o Senhor José Antunes de Carvalho, membro do Conselho Tutelar da Prefeitura de Tuflândia o povoamento desse município começou quando o desbravador Tufi Maluf, vindo de Pindaré, chegou nessa região e iniciou a agricultura de subsistência, atividade essa que atraiu outras pessoas para essa localidade.</p> <p>O Senhor José Antunes de Carvalho informou-nos também que o município chamava-se São José do Tufi, com a municipalização, adquirida em 1994, foi trocado o nome para o atual em homenagem ao seu fundador Tufi Maluf.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a</p>

	denominação de Tufilândia, pela LE nº 6180, de 10/11/1994, desmembrado de Pindaré-Mirim.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Vitorino Freire</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	AT: Centro das Boas > Água Branca > Vitorino Freire = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: vitorinense
Nota histórica	<p>O desbravamento do local começa em 1934 quando o lavrador e caçador Engrácio de Deus, certo dia saiu do lugar onde residia e se aventurando em uma caçada nas matas que ficavam a oeste daquela localidade. Embrenhando-se na mata, cada vez mais (...) terminou por descobrir um local que, por os seus conhecimentos de lavrador, era muito apropriado para roças. Regressou ao seu povoado e, ali chegando anunciou aos demais habitantes locais a descoberta que fizera. Animados pelas descrições que Engrácio não se cansava de fazer do local por ele descoberto, um ano depois, em 1935, alguns lavradores dali resolveram formar um grupo afim de verificarem as possibilidades agrícolas da área descoberta. Constatando que as terras eram boas para a lavoura ali mesmo construíram casas e trouxeram suas famílias. Formou-se, assim, um pequeno núcleo populacional, composto de lavradores e caçadores.</p> <p>A fama da fertilidade daquelas terras e a notícia das grandes safras e a abundância de caça por aquelas bandas, começaram a correr, atraindo para ali sucessivas levas de lavradores das mais diversas procedências. Deste modo, o lugar foi crescendo com rapidez e, já no ano de 1937, era um povoado de tamanho considerável. No entanto, apesar do tamanho, ainda não tinha nome. Ninguém ali tivera ainda a lembrança de batizá-lo. E assim ficou anônimo até 1938, quando chegou o lavrador Boaventura Ribeiro e sua numerosa família. Boaventura era conhecido pela alcunha de Boa e todos os membros de sua família tinham esse apelido depois do nome.</p> <p>Sendo o velho Boa dono de muitos bens e de uma certa reserva financeira, logo ele e sua família passaram a exercer ascendência e indiscutível destaque sobre os demais habitantes locais, de par com um acentuado grau de liderança, o que motivou a chamar o povoado de Centro dos Boas.</p> <p>Em 1941, veio Jesuíno Ferreira da Silva mandou um dia cavar um poço no quintal de sua residência, de cujo poço, devido à tabatinga (argila mole de coloração variada) existente no local, jorrou uma água branca, cor de leite. Por esse pequeno incidente, Centro dos Boas passou a ser chamado Água</p>

	<p>Branca.</p> <p><i>Pela Lei Estadual nº 763, de 25 de setembro de 1952, a Vila Água branca foi elevada à categoria de cidade. Com município desmembrado dos de Bacabal e Vitória do Mearim. A sua instalação oficial se deu no dia 1º de janeiro de 1953, com o nome de Vitorino Freire, em homenagem ao então Senador Vitorino de Brito Freire, que comandava a política situacionista no Maranhão e também muito colaborou para a criação do novo município. A cidade recebeu, por doação do Senador Vitorino Freire, um grande motor Caterpillar e demais acessórios para a instalação de sua usina elétrica (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Vitorino_Freire">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Vitorino_Freire</a>).</i></p> <p>FAD: <i>Elevado à categoria de cidade pela LE nº 763, de 25/09/1952, desmembrado dos municípios de Bacabal e Vitória do Mearim (IBGE, 1959, p. 404).</i></p>
Nota enciclopédica	Vitorino de Brito Freire nasceu no Maranhão (28/11/1908) e morreu no Rio de Janeiro (27/08/1977). Foi jornalista e político, nessa área, foi Senador pelo Maranhão e Deputado Federal.

Topônimo	<b>Zé Doca</b>
Localização/Município	Mesorregião IV: Oeste Maranhense, Microrregião III: Pindaré.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	Gentílico: zé-doquense
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (s/d) esse município constituía, até a construção da BR-222, um pequeno povoado cujo primeiro morador havia sido o agricultor de nome Zé Doca. Por influência de um núcleo de colonização ali instalado pela SUDENE e que mais tarde daria origem à COLONE, o povoado cresceu vertiginosamente, recebendo a denominação em homenagem a seu morador Zé Doca.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município o distrito com a denominação de Zé Doca, pela LE nº 4865, 15/03/1988, desmembrado de Monção.</p>
Nota enciclopédica	

## APÊNDICE E – Fichas da Mesorregião Centro Maranhense

Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú

Topônimo	<b>Arame</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	Ergotopônimo
Nota linguística	Gentílico: aramense
Nota histórica	<p>Segundo a CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>) Antes de ser emancipado, Arame era um distrito de Santa Luzia, mas seu desenvolvimento dependia de Grajaú, por onde sua produção era escoada, mesmo com dificuldades. Com a construção da MA-06 melhorou consideravelmente sua ligação rodoviária com Grajaú e permitiu o escoamento de sua produção também através da BR-320, dessa forma, Arame experimentou rápido crescimento econômico e demográfico.</p> <p>Segundo a Historiadora e Chefe de Gabinete da Prefeitura de Arame, Maria Geneci Dias Costa, o município começou a ser desbravado por vaqueiros, sendo seu primeiro morador Francisco Guarim. Como a localidade ficava entre Santa Luzia e Grajaú, os vaqueiros pernoitavam, descansavam, davam água para o gado na área do Rio Zutiua e depois seguiam seu destino. Mas tarde essa área tornou-se uma <i>estrada de boiadeiros</i>, foi cercada com arame farpado e se tornou referencia para os transeuntes, que, indagados por onde iam ou onde pernoitariam, respondias: Lá em arame.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Arame, pela LE nº 4867, de 15/03/1988, desmembrado de Santa Luzia e Grajaú.</p>
Nota enciclopédica	O Rio Zutiua margeia toda a parte leste do município.

Topônimo	<b>Barra do Corda</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Missões > Vila de Santa Cruz > Santa Cruz da Barra do Corda > Barra do Rio das Cordas > Barra do Corda = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: barra-cordense
Nota histórica	<p>O SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Barra_Corda">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Barra_Corda</a>) assegura que o território de Barra do Corda constituía domínio de tribos canelas, do tronco dos <i>gês</i> e <i>Guajajaras</i>, da linha Tupi. Nos anos que se seguiram à Independência, Melo Uchoa a Riachão e a São Luís, estabeleceu boas relações de amizade com cidadãos de prol, entre os quais o Cônego Machado. Orientado</p>

por este, foi levado a escolher um local, entre a Chapada (Grajaú) e Pastos Bons, para lançar as bases de uma povoação, ou mesmo com finalidades políticas, para evitar que os eleitores dispersos na região tivessem que percorrer grandes distâncias. Em 1835 Melo Uchoa embrenhava-se na mata, por muito tempo, acompanhado de um escravo e por alguns índios canelas, chamados *mateiros*. Melo Uchoa, por certo margeou o rio Corda, ou *das Cordas*, até a sua embocadura, chegando ao local que escolheu para fundar a nova cidade, atendendo não só às condições topográficas como as comodidades relativas ao suprimento de água potável e ainda à possibilidade de navegação fluvial até São Luís.

Ao voltar ao local onde pretendia construir a nova cidade, já agora acompanhado de sua família, alguns amigos e índios, levantou um esboço topográfico, detalhando os contornos da última curva do Corda e mais acidentes locais. Mais tarde, levou o *croqui* ao conhecimento do Presidente da Província, Antônio Pedro da Costa Ferreira, assim teve início a fundação de Barra do Corda, em 1835.

Segundo Nembro (1955, p. 137), o local demarcado por Uchoa recebeu o nome de Missão, certamente como lembrança da antiga catequese ali desenvolvida.

Melo Uchoa tinha o posto de Tenente de Primeira Linha e foi precursor da abertura de estradas e da proteção aos índios, sendo o primeiro encarregado desse serviço. Ele também construiu a primeira estrada entre Barra do Corda e Pedreiras.

O território do Município recebeu sucessivamente as denominações de Missões, Vila de Santa Cruz, Santa Cruz da Barra do Corda e Barra do Rio das Cordas.

*Barra do Corda foi descoberta no dia 13/05/1835, dia de Santa Cruz, e por esta razão, sua denominação figurou como Santa Cruz de Barra do Corda, depois Barra do Rio das Cordas, pelo fato de haver antigamente às margens do rio, muitos cipós que enrolavam formando verdadeiras cordas, utilizadas para atravessar o rio de um lado para o outro, e finalmente Barra do Corda* ([http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico\\_Barra\\_Corda](http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Barra_Corda)).

FAD: Elevado à categoria de Freguesia com a denominação de Barra do Corda, pela LP nº 368, de 24/07/1854, subordinado ao município de Chapada (Grajaú) (IBGE, 1959, p. 69).

Elevado à categoria de vila com a denominação de Barra do Corda, pela LP nº 362, de 31/05/1854, desmembrado de Chapada (IBGE, 1959, p. 69).

Elevado à categoria de cidade com a denominação de Barra do Corda pela Lei nº 67, de 25/06/1894.

Nota enciclopédica	O Rio que emprestou nome ao município, o Corda, deságua no Mearim. No território barra-cordense encontramos duas Áreas Indígenas: Porquinhos e Kanela. Além dessas, o município faz limite com outras: as Áreas Indígenas Cana Brava e Guajajara (Jenipapo dos Vieiras) e Bacurizinho (Grajaú).
--------------------	--

Topônimo	<b>Fernando Falcão</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Resplandes > Fernando Falcão = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: fernandense
Nota histórica	FAD: Distrito criado com a denominação de Resplandes, pela LE nº 269, de 31/ 12/1948, subordinado ao município de Barra da Corda. Elevado à categoria de município com a denominação de Fernando Falcão, ex- Resplandes pela LE nº 6201, de 10/01/1994, desmembrado de Barra da Corda.
Nota enciclopédica	Município onde está localizada a Serra das Alpercatas.

Topônimo	<b>Formosa da Serra Negra</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Formosa > Formosa da Serra Negra = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: formosense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria do município com a denominação de Formosa da Serra Negra, pela LE nº 6150, de 10/11/1994, desmembrado de Grajaú. Sede no atual distrito de Formosa da Serra Negra ex-povoado de Formosa.
Nota enciclopédica	A Serra Negra abrange tanto o município que recebe seu nome quanto Grajaú. Perto de Formosa da Serra Negra existe um povoado chamado Formosa. Além da citada serra, o município também é margeado, a leste pela Serra da Alpercatas, que fica no município de Fernando Falcão.

Topônimo	<b>Grajaú</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Porto da Chapada > São Paulo do Norte > Estrião Grande > Chapada > Vila do Senhor do Bonfim da Chapada > Grajaú = Etnotopônimo.
Nota linguística	O IBGE (1959, p. 180) explica que o nome Grajaú originou-se de Guajajaras, tribo que ocupava a margem do rio de mesmo nome que banha a cidade: o Grajaú. Formado das duas primeiras sílabas da palavra Guajajaras, acrescido da vogal <i>u</i>

	<p>que, na linguagem indígena significa muito, portanto, Guaja muitos, significa que eram muitos os componentes da tribo. Depois, por eufonia, passou a ser chamado Grajaú.</p> <p>Esse topônimo tem também outras acepções. Tibiriçá (1985, p. 49), acrescenta: <i>rio do Maranhão; de carajá-u, comida de mono, pasto de mono, lugar onde os monos vem comer; ou pode ser carajá-y, rio dos monos</i>. Já para Oliveira (s/d, p. 29), a lexia tem significação distinta das duas anteriores, pois este a registra como alteração de <i>garajahú corruptela de uirá-yá-hú, pássaro, ave, para comer, para alimento, para sustento</i>.</p> <p>Gentílico: grajauense</p>
Nota histórica	<p><i>O atual município de Grajaú, que era antes porto de uma fazenda denominada Chapada, pertencente a Manuel Valentim Fernandes, foi, quando de sua fundação e conservação, uma das maiores conquistas da civilização sobre os indígenas nos sertões do Maranhão</i> (IBGE, 1959, p. 179).</p> <p>O IBGE (1959, p. 179) afirma que navegador Alferes-demilícia Antônio Francisco dos Reis e outras pessoas de sua família com moradores da alta ribeira do Grajaú fundaram, em março de 1811, à margem leste desse rio, a povoação denominada Porto da Chapada.</p> <p>O SEBRAE-LEGAL (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Grajaú.pdf">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Grajaú.pdf</a>) afirma que em 1814 os índios timbiras e piocobjés estabelecidos na outra parte do mesmo rio, incomodados com o progresso da nova povoação que os assombrava e impedia de fazer no interior da mata as suas correrias, resolveram atacar o povoado queimando trinta e oito pessoas vivas dentro de suas próprias casas. <i>Em 1816, os moradores restantes do massacre tentaram restabelecer um porto público na mesma ribeira do Grajaú com o nome de São Paulo do Norte. Um pequeno destacamento de tropas lhes dava assistência. Entretanto, posteriormente, este foi retirado, ficando a povoação sem qualquer espécie de socorro, em perigo e abandono</i> (IBGE, 1959, p. 179).</p> <p>Em outubro de 1817, o então governador mandou fundar Estrião Grande, a colônia <i>Leopoldina</i>. Tal colônia não vingou por falta de proteção do governo.</p> <p>FAD: Pela LP nº 07, de 29/04/1835, o antigo povoado de São Paulo do Norte foi elevado à categoria de vila, passando a chamar-se Vila do Senhor do Bonfim da Chapada, desmembrado de Pastos Bons.</p> <p>Elevado à categoria de cidade com a denominação de Grajaú, pela LP nº 1225, de 07/04/1881.</p>
Nota enciclopédica	<p>Para Carvalho (2006, p. 39), <i>cercado pelo verde da mata amazônica, Grajaú revela seus mistérios por meio das águas</i></p>

	<i>crystalinas do olho d'água localizado entre a trizidela e o bairro canoeiro. Tal exuberância pode ser constatada nos balneários: Porto do Limoeiro, do Canecão, da Cachoeira do Viriato, da Cachoeira do Pesqueiro e da do Morcego.</i>
--	--

Topônimo	<b>Itaipava do Grajaú</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Itaipava das Pombas > Itaipava > Itaipava do Grajaú = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Para Souza (1927, p. 154) etimologicamente, itaipava, intaipaba, intaipava é composto de <i>ita</i> , pedra e <i>ypab</i> , elevação, logo, recife. Acrescenta ainda o pesquisador que o topônimo <i>designa geralmente um recife que atravessa um rio de margem a margem, formando-se grandes correntezas ou corredeiras</i> . E, para Tibiriça (1985 p. 65) Itaipava deriva de <i>itaipaba</i> , cachoeira, é o mesmo que <i>ytu</i> . Gentílico: itaipavense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d), o povoamento de Itaipava do Grajaú teve início aproximadamente ao ano de 1940 com a chegada de alguns imigrantes dos estados do Ceará e Piauí. Fugindo da seca esses imigrantes passaram a procurar novas áreas para povoarem e aplicarem uma agricultura de subsistência, culturas de arroz, milho, mandioca e feijão, culturas estas que prevalecem até os dias atuais. O povoado chamava-se Etaipava das Pombas. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Itaipava do Grajaú, pela LE nº 6148, de 10/11/1994, desmembrado de Grajaú. Sede no atual distrito de Itaipava do Grajaú ex-povoado de Itaipava.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Jenipapo dos Vieiras</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Jenipapo > Jenipapo dos Vieiras = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Oliveira (s/d, p. 131) afirma que jenipapo é corruptela de <i>yandiipab</i> , fruto das extremidades, que dá suco. Ou corruptela de <i>yanipaba</i> ou <i>nhandipab</i> , fruto de esfregar ou que serve para pintar. O fruto, quando verde, espremido dá suco claro como água, porém, quando se lava, ele fica negro como carvão, nem se tira a tinta em poucos dias. Gentílico: jenipapoense
Nota histórica	O IBGE (s/d) é categórico em afirma que o ainda Maranhão era província em 1888, quando se passava a cavalo pela

	<p>primeira vez nos arredores da região do Jenipapo dos Vieiras. No entanto foi somente a partir de 1930 que agricultores sob a liderança da família Vieira, cujo remanescente é José Vieira Nepomuceno, se fixaram para explorar a terra, extraindo dela produtos agrícolas, surgindo pequenos agrupamentos de pessoas que tão logo a localidade passara a se chamar Jenipapo dos Vieiras.</p> <p>Quanto à motivação toponímica, o IBGE informa que Jenipapo dos Vieiras era <i>região fértil, enriquecida por uma grande lagoa que não secava nos períodos de ausência das chuvas, conhecida por Lagoa do Genipapo devido a presença dos grandes jenipapeiros</i>.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Jenipapo dos Vieiras, pela LE nº 620, de 10/11/1994, desmembrado de Barra da Corda.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Joselândia</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Canas > São José das Canas > Joselândia = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: joselandense
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d), o território foi habitado primitivamente pelos índios Guajajaras, que dali se afastaram com a chegada dos primeiros colonizadores.</p> <p>Entre 1910 e 1912, chegava ao local onde hoje está localizada a sede, um senhor de nome José, do qual se desconhece o nome de família e que ali se fixou, passando a desenvolver, após construir seu casebre, o extrativismo vegetal, além de iniciar grandes plantações, principalmente a de cana-de-açúcar. Daí para frente ficou o lugar com a denominação de Canas e o referido cidadão passou a ser conhecido como José das Canas. Posteriormente, quando já havia crescido o povoado, mudaram seu nome para São José das Canas, denominação essa mantida até a sua emancipação. Depois de emancipado passou a se chamar Joselândia em homenagem a seu desbravador.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Joselândia, pela LE nº 2169, de 26/12/1961, desmembrado de Pedreiras.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Santa Filomena do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto

	Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Santa Filomena > Santa Filomena do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: santa-filomenense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Filomena do Maranhão, pela LE nº 6178, de 10/11/1994, desmembrado de Tuntum. Sede no atual distrito de Santa Filomena do Maranhão ex-povoado de Santa Filomena.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Sítio Novo</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Sítio Novo do Grajaú > Sítio Novo = Cronotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: sitio-novense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), em 1935, chegaram ao território as famílias Nascimento, Batista e Oliveira, em busca de melhores terras para o desenvolvimento da lavoura. Os pioneiros cultivaram principalmente a cana-de-açúcar e, em segundo plano, outros produtos agrícolas. Apesar da povoação não haver crescido, a instalação de alguns engenhos possibilitou determinado progresso, ali fabricados, rapadura e aguardente de cana, eram vendidos para Imperatriz e Grajaú, formando-se um ciclo de comercialização.</p> <p>O seu topônimo se originou da grande quantidade de sítios de cana existente no lugar.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Sítio Novo do Grajaú, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Grajaú.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Sítio Novo, pela LE nº 2166, de 15/12/1961, desmembrado de Grajaú.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Tuntum</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião I: Alto Mearim e Grajaú.
Taxonomia	AT: Brejo do Caboclo Naziozeno > Sítio dos Carneiros > Joaquim dos Melos > Tuntum = Dirrematopônimo.
Nota linguística	O IBGE (1959, p. 370) afirma que pouco é sabido sobre a origem do seu topônimo, mas atribui-lhe a significação ao som <i>tun-tum</i> produzido pela queda de água de um riacho de igual nome e que banha a cidade. Cardoso (2001, p. 558) esclarece que há outra versão para esse topônimo <i>que indica o som dos</i>

	<p><i>tambores batidos distantes pelos por índios e escravos libertados.</i></p> <p>Gentílico: tuntuense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE 1959 (p. 370), Tuntum começou sua povoação por volta de 1890, quando José Naziozeno e sua família, vindo do lugar Repartição, pertencente a Barra do Corda, passou a morar próximo a um Olho d'Água situado a margem esquerda do riacho Tuntum cujo local é conhecido pelo nome de Brejo do Caboclo Naziozeno.</p> <p>Em 1902, chegava a Tuntum o casal Manoel José e Alexandrina em companhia dos filhos e passam a morar à margem esquerda do riacho, próximo do olho d'água da Macuíba, cuja morada recebeu o nome de <i>Paca</i>, esse local mais tarde foi habitado também por seus genros Alípio Benvinda. Sendo a terra desse lugarejo, um lugar fértil para o plantio do arroz, foi atraindo vários outros moradores.</p> <p><i>Por volta de 1906, chegava a Tuntum a família dos Carneiros vindo da Passagem Franca, capitaniada por Francisco Santos e foram morar a margem direita do riacho. O local passou a ser chamado de Sítio dos Carneiros</i> O IBGE (1959, p. 370).</p> <p>FAD: Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado o distrito de Joaquim dos Melos e anexado ao município de Presidente Dutra.</p> <p>Pela LE nº 1362, de 12/09/1955, desmembra do município de Presidente Dutra o distrito de São Joaquim dos Melo, para formar o município de Tuntum.</p>
Nota enciclopédica	

## Microrregião II: Médio Mearim

Topônimo	<b>Bacabal</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	<p>Segundo Tibiriçá (1985, p. 160) bacaba é uma alteração do tupi <i>ybacaba</i>, palmeira comum em todo o Brasil, de cujo fruto se faz bebida refrescante muito saborosa.</p> <p>Gentílico: bacabalense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do SEBRAE-LEGAL. (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal</a>), o povoamento de Bacabal começa em 1876 quando o Coronel Lourenço da Silva fundou uma fazenda, onde atualmente fica a Praça Nossa Senhora da Conceição, para o cultivo de algodão e de mandioca, aproveitando o braço escravo. Com a Abolição, a fazenda foi vendida ao coronel Raimundo Alves de Abreu que passou a comerciar com os trabalhadores livres e com os</p>

	<p>índios, cujas malocas ficavam localizadas onde é hoje o bairro Juçaral. Com o desenvolvimento do comércio e o crescente aumento populacional, houve necessidade de ligação rápida entre o povoado e a Capital, o que foi feito através da inauguração do Telégrafo Nacional em abril de 1885.</p> <p><i>O nome bacabal originou-se da grande quantidade de bacabeiras, ali existentes, quando de sua fundação</i> (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal</a>).</p> <p>FAD: <i>Elevado à categoria de Distrito com a denominação de Bacabal, pela LE nº 932 de 17/04/1920, desmembrado de São Luís</i> <i>Gonzaga</i> (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal</a>).</p> <p><i>Elevada à categoria de cidade com a denominação de Bacabal, pelo DL nº 159, de 06/12/1938</i> (<a href="http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal">http://www.sebrae-legal.com.br/arquivos/Historico_Bacabal</a>).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Bernardo do Mearim</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: São Bernardo > Bernardo do Mearim = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: bernardense
Nota histórica	FAD: Pela LE nº 2184, de 30/12/1961, é criado o distrito de São Bernardo e anexado ao município de Igarapé Grande. Elevado à categoria de município com a denominação de Bernardo do Mearim, pela LE nº 6129, de 10/11/1994, desmembrado de Igarapé Grande.
Nota enciclopédica	O Rio Mearim nasce nas confluências das Serras Negra, Menina e Cruzeiras, e desemboca na Baía de São Marcos (São Luís). Banha vários municípios, entre eles destacamos: Bernardo do Mearim, Barra do Corda, Pedreiras, Bacabal, Vitória do Mearim e Arari.

Topônimo	<b>Bom Lugar</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: bom-lugareense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Bom Lugar, pela LE nº 6145, de 10/11/1994, desmembrado de Bacabal.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Esperantinópolis</b>
----------	-------------------------

Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Centro do Boi > Boa Esperança > Boa Esperança do Mearim > Esperantinópolis = Animotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: esperantinopolense/esperatinopoense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), a história de Esperantinópolis começa quando o caçador Cândido Mendes da Silva, partindo de Angelim, encontrou uma lagoa, duas léguas depois do rio, tendo ali fundado um povoado, numa data imprecisa de 1910. O fundador deu o nome de Centro do Boi ao lugar.</p> <p><i>Posteriormente, vieram muitos outros cidadãos oriundos de Barra do Corda, Itapecuru e Pastos Bons, que muito ajudaram no desbravamento do território. Em 1920, o Frei Josué de Monza visitando o povoado, chamou a nova terra de Boa Esperança nome que perdurou até a criação do município IBGE (s/d).</i></p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Boa Esperança do Mearim, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Barra do Corda.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Esperantinópolis, pela LE nº 1139, de 27/04/1954, desmembrado de Barra do Corda.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Igarapé Grande</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Iguarapé Grande > Igarapé Grande = Dimensiotopônimo.
Nota linguística	<p>Para Tibiriçá (1985, p. 281), a lexia igarapé é corruptela de <i>igara-apé</i>, o caminho da canoa, o canal, o furo; o braço de rio, esteiro, vala. Para Souza (1927, p. 150) também essa lexia significa etimologicamente caminho de canoas, em que <i>ygara</i> é canoa e, <i>apé</i> é caminho. Acrescenta ainda o pesquisador que igarapé é <i>termo da Amazônia que nomeia os rios pequenos ou os riachos somente navegados pelas canoas</i>, nesse caso, os igarapés são braços de rios que adentram as tessituras da terra.</p> <p>Gentílico: igarapé-grandense</p>
Nota histórica	<p>Segundo dados do IBGE (s/d) em 1904, dois caçadores nordestinos que haviam emigrado para o Maranhão, mais precisamente para a região do Mearim, penetraram nas matas em busca de um local onde, com mais facilidade, pudessem desenvolver a caça, tendo localizado um Iguarapé com grande volume de água, que denominaram de Iguarapé Grande. Com o lugar lhes pareceu o ideal, ali construíram um barraco e iniciaram as suas atividades, inclusive fazendo o primeiro</p>

	<p>roçado. Assim, teve origem a povoação que, posteriormente, construiria a sede do município.</p> <p>Foi bastante lenta a evolução do lugar pois, só a partir de 1950, a povoação se expandiu demograficamente, daí surgindo o crescimento da agropecuária, do extrativismo vegetal e do comércio.</p> <p><i>Em 1956, o líder da povoação João Soares e Silva, ajudado por todos os segmentos da coletividade, iniciou um trabalho sério, visando a emancipação do território, para o que contactou com as autoridades responsáveis e preparou toda a documentação necessária. Em 1958, tendo falecido o líder do movimento, assumiu o comando o Sr. Manoel Matias da Paz que lutou até conseguir o sonho da população (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Igarapé Grande, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Pedreiras.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Igarapé Grande, pela LE nº 2184, de 30/12/1961, desmembrado de Pedreiras.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Lago do Junco</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: São Lourenço do IPIXUNA > Lago do Junco = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: juncoense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d) o povoamento de Lago do Junco teve início em 1918, com a chegada de Gonçalo Rodrigues que, informado da expansão da Região do Mearim, ali se fixou, na tentativa de desenvolver a lavoura. A partir de 1925, acentuou-se a chegada de novos nordestinos, pelas razões acima mencionadas, que vieram proporcionar uma melhoria sensível na povoação. Desenvolveu-se a agropecuária e extrativismo e apareceram as primeiras casas de comércio, quando teve início a exportação de produtos agrícolas, para outros centros consumidores.</p> <p>Dentre os interessados pela emancipação do lugar se destacar o Hosano Gomes Ferreira que, possuidor de grande prestígio político, fez valer essa prerrogativa, realizando o sonho dos habitantes do lugar.</p> <p>O nome Lago do Junco teve origem na existência de um lago na região, onde se encontrava grande quantidade de capim, chamado <i>junco</i>, conforme informa o IBGE (s/d).</p> <p>FAD: Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado o distrito de São Lourenço do IPIXUNA e anexado ao município de IPIXUNA</p>

	(São Luís Gonzaga do Maranhão). Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lago do Junco, pela LE nº 2151, de 26/10/1961, desmembrado de Ipixuna. Sede no atual distrito de Lago do Junco ex-povoado.
Nota enciclopédica	

<b>Topônimo</b>	<b>Lago dos Rodrigues</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: lago-rodriguense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Lago dos Rodrigues, pela LE nº 6165, de 10/11/1994, desmembrado de Lago do Junco.
Nota enciclopédica	

<b>Topônimo</b>	<b>Lago Verde</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Centro do Emídio > Centro dos Gomes > Lago Verde = Cromotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lago-verdense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/) assegura que, com acentuado crescimento da região do Mearim, nas décadas de 40 a 60, foi registrada a entrada de grande quantidade de nordestino, tendo parte deles se fixado na área que hoje forma a cidade, passando a trabalhar na agricultura e extrativismo vegetal. Inicialmente, o povoado teve a denominação de Centro do Emídio e, mais tarde, de Centro dos Gomes, nome esse que perdurou até a criação do município.</p> <p><i>A povoação cresceu muito lentamente sem que se possa detectar as causas; supõe-se, entretanto, que a sua localização, fora do eixo de qualquer rodovia principal, tenha contribuído para isso. Mesmo assim, os habitantes do lugar desenvolveram um grande esforço no sentido de conseguir, junto à autoridades, a emancipação do povoado</i> IBGE (s/d).</p> <p>O nome de Lago Verde foi dado ao município em razão da existência de um lago na região com essa denominação, segundo dados do IBGE (s/d).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lago Verde, pela LE nº 2157, de 29/12/1961, desmembrado de Bacabal e Vitória do Mearim.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Lima Campos</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Colônia > Lima Campos = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: lima-campense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), a história de Lima Campos começa em abril de 1932, quando chegava ao Maranhão o rio-grandense do Norte, Manoel Cesário que, procurando o Interventor Cerca da Mota, com ele acertou, em caráter de urgência, a criação de uma Colônia, na margem do rio Itapecuru, onde se instalaria com outros moradores, oriundos de Caicó, fugindo da seca que assolava aquela região. Tomando ciência do fato, o prefeito de Pedreiras apressou-se em oferecer ao Interventor um local no seu município, para instalação da referida Colônia, alegando serem essas terras mais férteis, no que foi prontamente atendido.</p> <p>Assim, as terras de Santa Amália foram adquiridas de Antônio Magalhães que, no caso, foi o primeiro povoador. Ainda em 1932, chegavam os colonos, fixando-se na área predeterminada, que viria a ser o atual município. A esses nordestinos, deve-se o desbravamento do território, pelo importante trabalho prestado.</p> <p><i>Coube ao agrônomo Benjamim Cortez o cargo de administrador da Colônia, tendo o mesmo prestado relevantes serviços na sua área. A notícia espalhou-se, fazendo com que muitos outros nordestinos ali se fixassem, fugindo de situações adversas nas suas terras</i> IBGE (s/d).</p> <p>O nome Lima Campos, segundo alguns antigos moradores, conforme o IBGE (s/), foi dado em homenagem a um agrônomo que administrou a <i>Colônia</i>, chamada Lima Campos e que teve grande desempenho na sua função.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lima Campos, pela LE nº 2180, de 30/12/1961, desmembrado de Pedreiras.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Olho d'Água das Cunhãs</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: olho-daguense
Nota histórica	Segundo dados do IBGE (s/d), a história de Olho d'Água das Cunhãs começa quando Vicente Rodrigues, vindo do Piauí em companhia de seus familiares, chegou por estas terras em 1929. Fixou-se o desbravador no local onde se ergueu a

	<p>cidade, dedicando-se à lavoura. No ano seguinte, Marcelino de Sousa Brandão, deslocando-se de Pedreiras, veio juntar-se aos primitivos moradores, com idêntico objetivo.</p> <p><i>Possuindo o local fartura de água e terras férteis, passou a despertar interesse na região, motivando o deslocamento de considerável contingente de novos moradores. Pequenas casas de comércio foram aparecendo e a povoação caminhava a passos largos, em prol de sua emancipação (IBGE, s/d).</i></p> <p>Da existência de uma vertente abundante no local, originou-se o nome Olho d'Água. Quanto ao de Cunhãs, que o complementou, é resultante do fato de haver sido a região habitada anteriormente por índios, daí vem o nome do município, conforme atesta o IBGE (s/d).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Olho d'Água das Cunhãs, pela LE nº 2158, de 30/11/1961, desmembrado de Bacabal.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Pedreiras</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Povoação > Pedreiras = Litotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: pedreirense
Nota histórica	<p><i>Convém ressaltar que a primeira tentativa de desbravamento de Pedreiras coube a Manuel Rodrigues de melo Uchôa, cujo motivo da desistência não teve, até hoje, qualquer explicação. Esse grande sertanista, em 1845, depois de conhecer a terra, ligou-a, por uma picada, com a ajuda dos índios Guajajaras e mateiros, à povoação de Barra do Corda, onde fixara residência (LAGO, 1976, p. 09 ). Acrescenta ainda Lago que esse feito de Melo Uchôa teve importância histórica, pois foi ressaltado pelo Presidente Eduardo Olímpio Machado, na mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial em 1853.</i></p> <p><i>Muito antes da LP nº 1453, de 04/03/1889, que desmembra este município de Ipixuna (São Luiz Gonzaga), o território de Pedreiras já era habitado pelos cidadãos coronel Joaquim Pinto Saldanha, João Emiliano da Luz e José Carlos de Almeida Saldanha, no local onde hoje está situada a cidade, referidos cidadãos fizeram-se acompanhar por nacionais e escravos e exerciam suas atividades comerciais, industriais e agrícolas (IBGE, 1959, p. 258).</i></p> <p>Atendendo ao desenvolvimento em geral, passou a localidade a denominar-se Povoação, tendo, em seguida, passado à categoria de vila.</p> <p>Lago (1976, p. 07) assegura que a origem do nome de</p>

	<p>Pedreiras está ligada à <i>Pedra Grande</i> que se erguendo no bairro <i>Transval</i>, permite que, de seu cume, fosse denominada a cidade. Essa informação vai de encontro com a fornecida pelo IBGE (1959, p. 258) que também esclarece ser o nome de Pedreiras oriundo do grande bloco de pedras existentes na margem esquerda do Rio Mearim, distante da cidade aproximadamente três quilômetros.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Pedreiras, pela LP nº 1453, de 04/03/1889, desmembrado de São Luiz Gonzaga.</p> <p>Pela LE nº 947, de 27/04/1920, a vila de Pedreiras é elevada à condição de cidade.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Pio XII</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Satubinha, Mata Boi > Pio XII = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: piodocense ou pidozense
Nota histórica	<p>Consta nos dados do IBGE (s/d) que desentendimentos políticos, no município de Vitória do Mearim, obrigaram Pedro José Lopes Gonçalves a deslocar-se para a pequena povoação de Satubinha, onde se estabeleceu. Sua presença contribuiu para o desenvolvimento da povoação, ampliando o comércio e fazendo com que surgissem algumas usinas de beneficiamento de arroz, além do incremento à produção de gêneros agrícolas.</p> <p>O nome dado ao município foi em homenagem ao Papa Pio XII</p> <p>FAD: Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado o distrito de Mata Boi e anexado ao município de Vitória do Mearim.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Pio XII, pela LE nº 1730, de 26/01/1959, desmembrado do município de Vitória de Mearim.</p>
Nota enciclopédica	O Papa XII chamava-se Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli

Topônimo	<b>Poção de Pedras</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Porção de Pedras > Poção de Pedras = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: poção-pedrense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d), os índios Guajajaras habitaram por muito tempo a região de Poção de Pedras afastando-se à medida que o território começava a ser desbravado. Pouco é

	<p>sabido a respeito do primeiro povoador, um boiadeiro que ali se fixou em data incerta. O seu rebanho prosperou bastante, já que a pastagem era exuberante. Com o passar dos tempos, o gado que era criado em campo aberto, pastava longe da sede da fazenda e isso, dificultava o controle. <i>Certo dia, o proprietário, ao sentir falta de um animal, foi informado de que o mesmo poderia se encontrar no único local onde havia água na região e que ficava situado numa área com muitas pedras, a qual, em razão disso, foi denominada de Porção de Pedras, denominação essa modificada para Poção, em virtude do pouco conhecimento de gramática por parte dos moradores</i> (IBGE, s/d).</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Poção de Pedras, pela Lei nº 2181, de 30/12/1961, desmembrado de Pedreiras.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Santo Antônio dos Lopes</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Olho d'Água Grande > Santo Antônio dos Lopes = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: santo-antoense
Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (s/d), em 1922, os lavradores piauienses, Antônio Pereira Lopes e Antônio Mariano Lopes, residentes no povoado Livramento, partiram em busca de uma área em que pudessem desenvolver melhor a agricultura, encontrando na região em que hoje está situado o município, terra que lhes pareceu fértil e rica, anteriormente visitadas.</p> <p>Satisfeitos com o evento, retornaram ao ponto de partida e, em pouco tempo, mudaram-se para nova terra, onde se fixaram.</p> <p>Aos poucos, outros habitantes foram chegando, atraídos pela notícia de boa qualidade da terra para a lavoura. Surgiram algumas casas de comércio, indústrias de aguardente de cana-de-açúcar e de farinha de mandioca. Nesse tempo o religioso Galdino Ribeiro construía a primeira capela do lugarejo. Em 1926 foi realizada a festa em louvor a Nossa Senhora da Conceição.</p> <p><i>Antônio Pereira Lopes, devoto do Santo do qual tinha o nome, deu ao povoado a denominação de Santo Antônio dos Lopes, em homenagem, também, à sua família que desbravara a região</i> (IBGE, s/d).</p> <p>FAD: Pela LE nº 269, de 31/12/1948, é criado o distrito de Olho d'Água Grande e anexado ao município de Pedreiras.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santo Antônio dos Lopes, pela LE nº 2179,</p>

	de 30/12/1961, desmembrado de Pedreiras.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Luís Gonzaga do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Paios > Vila Velha > São Luís Gonzaga do Alto Mearim > Ipixuna > São Luís Gonzaga do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: gonzaguense
Nota histórica	<p>O IBGE (1959, p. 198) atesta que foram os portugueses os primeiros povoadores de São Luís Gonzaga do Maranhão. Eles fizeram suas residências na margem direita do Rio Mearim, formaram pequenos núcleos de lavoura, dando início assim a uma povoação que, a princípio, denominou-se Paios e depois Vila Velha. Com a chegada de novos portugueses e africanos, transformou-se o local devassado em centro de povoamento, onde exploradores se fixaram, edificando moradias e fizeram plantações.</p> <p>FAD: <i>Distrito criado com a denominação de São Luís Gonzaga do Alto Mearim, pela LP nº 196, de 29/08/1844</i> (LAGO, 1976, p. 69).</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de São Luís Gonzaga, pela LP nº 349, de 12/06/1854, desmembrado de Itapecuru-Mirim.</p> <p>Pelo DLE nº 820, de 31/12/1943, o município de São Luís Gonzaga passou a denominar-se Ipixuna.</p> <p>Pela LE nº 3178, de 14/10/1971, o município de Ipixuna voltou a denominar-se São Luís Gonzaga do Maranhão.</p>
Nota enciclopédica	São Luís Gonzaga era italiano, nasceu no ano de 1568 e morreu em 1591, considerado o patrono dos jovens, <i>recebeu educação esmerada e frequentou os ambientes mais sofisticados da alta nobreza italiana (...)</i> entrou para a <i>Companhia de Jesus, viveu ali apenas quatro anos. Esgotado pelo trabalho e pela penitência levados aos extremos, morreu servindo às vítimas da peste que assolava Roma</i> (ALVES, 2008, p. 350).

Topônimo	<b>São Mateus do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: São Mateus > São Mateus do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: são-mateuense ou são-mateusense
Nota histórica	Segundo o IBGE (s/d) a história de São Mateus do Maranhão

	<p>começa em 1942 com a chegada do piauiense Absalão Cândido Feitosa que, se aliando aos quatro primeiros povoadores, iniciou o desbravamento através de grandes lavouras.</p> <p>A existência de vastos campos, com exuberante pastagem, propiciou a exploração da pecuária, embora em pequena escala. Com meio de subsistência, os lavradores desenvolveram a caça e a pesca, encontradas em abundância.</p> <p>Com o advento da estrada BR-135, a povoação tomou grande impulso, experimentando elevado crescimento populacional. Desenvolveu-se o comércio, apareceram as primeiras indústrias e o povoado progrediu em termos de urbanização paralela à BR-135.</p> <p><i>Um dos primeiros povoadores da localidade, adepto fervorosos de São Mateus, deu ao povoado o nome de Santo de sua devoção (IBGE, s/d).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Mateus do Maranhão, pela LE nº 2170, de 26/12/1961, desmembrado dos municípios de Bacabal e Coroatá. Sede no atual distrito de São Mateus do Maranhão ex-povoado de São Mateus.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Raimundo do Doca Bezerra</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-raimundense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Raimundo do Doca Bezerra, pela LE nº 6193, de 10/11/1994, desmembrado de Esperantinópolis.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São Roberto</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	Hagiotopônimo
Nota linguística	Gentílico: são-robertense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Roberto, pela LE nº 6188, de 10/11/1994, desmembrado e Esperantinópolis.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Satubinha</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto

	Médio Mearim.
Taxonomia	Hidrotopônimo
Nota linguística	<i>Satuba + inha</i> (partícula indicativa de diminutivo). <i>Satuba</i> , segundo Tibiriçá (1985, p. 104) deriva de <i>yssá-tyba</i> , ou seja, abundância de içás. Iça tem várias acepções toponímicas, podendo significar, para o mesmo autor (p. 57), tronco, haste e base, isto é, <i>o início do sistema de irrigação da região</i> . A última denominação contempla o caso específico do topônimo em estudo porque Satubinha está localizado numa Microrregião rica em lagos e igarapés e de rios importantes para a Mesorregião Centro Maranhense: o Pindaré, o Grajaú e o Mearim, que dá nome à Microrregião. Gentílico: satubinhense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Satubinha, pela LE nº 6172, de 10/11/1994, desmembrado de Pio XII.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Trizidela do Vale</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião II: Alto Médio Mearim.
Taxonomia	AT: Trizidela > Trizidela do Vale = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Souza (1927, p. 285) apresenta uma explicação muito detalhada a respeito desse topônimo maranhense, mas nos detivemos apenas na parte que define essa lexia como povoação situada do outro lado do rio. De fato, esse município separa-se de Pedreiras apenas pela presença de uma ponte, fazendo jus ao sentido de trizidela. Gentílico: trizidelense
Nota histórica	Em 1950 esse município já figurava com um dos bairros de Pedreiras, inclusive, foi completamente inundado pelo Rio Mearim em março e abril desse ano, segundo Lago (1976, p. 78). O nome do município foi trocado de Trizidela para Trizidela do Vale em homenagem ao cantor e compositor pedreirense João Batista do Vale, filho ilustre de onde esse município foi desmembrado. FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Trizidela do Vale, pela LE nº 6164, de 10/11/1994, desmembrado de Pedreiras. Sede no atual distrito de Trizidela do Vale ex-povoado de Trizidela.
Nota enciclopédica	

## Microrregião III: Presidente Dutra

Topônimo	<b>Dom Pedro</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Mata do Nascimento > Dom Pedro II > Dom Pedro = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: dom-pedrense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 172) até o ano de 1915, as terras que constituem esse Município não passavam de uma gleba isolada, inculta e quase desabitada. A riqueza e a abundância de suas matas referentes à fauna e à flora, suas terras próprias para lavoura, não deixaram de atrair, mais cedo ou mais tarde, levas de aventureiros que vinham na ânsia de explorá-la. Segundo dados do (IBGE, 1959, p. 172), o primeiro nome do município, Mata do Nascimento, deriva do nome do seu primeiro habitante Manoel Nascimento, que nele se fixou por volta do ano de 1915. FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Dom Pedro pelo DLE nº 820, de 30/12/1943, subordinado ao município de Codó. Elevado à categoria de município com a denominação de Dom Pedro, pela LE nº 815, de 09/12/1952, desmembrado do município de Codó.
Nota enciclopédica	O último Imperador do Brasil era Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga.

Topônimo	<b>Fortuna</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Calumbi > Fortuna = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: fortunense
Nota histórica	O IBGE (s/d) afirma que as terras de Fortuna foram de Joaquim Francisco de Carvalho, rico fazendeiro da região de Passagem Franca. No seu inventário, realizado em 1890, passou as terras para sua filha Germana Corina Carvalho Guimarães, casada com Joaquim Leite Guimarães. A área correspondia às terras da Lagoa da Fortuna, Lagoa da Inveja e Lagoa da Viola. Ainda segundo o referido Órgão (s/d), o desbravamento do território teve início com a chegada do Sr. Vidal Pereira que se fazia acompanhar de muitos escravos, instalando-se no lugar Calumbi, próximo ao local onde hoje está a cidade. Com a finalidade era desenvolver a agropecuária, ali trabalhou até a abolição da escravidão, quando se retirou para lugar ignorado.

	<p>A partir daí, o povoado entrou em decadência, só vindo a tomar novo impulso, em 1919, quando o piauiense Antônio Martins de Souza fixou-se na área, passando a reativar as atividades anteriormente exploradas.</p> <p><i>Segundo antigos moradores, o nome teria nascido de uma exclamação de alguns caçadores que, torturados pela sede, encontraram uma lagoa. Diante da descoberta bradaram: Fortuna, que Fortuna! (IBGE, s/).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Fortuna, pela LE nº 1992, de 31/12/1959, desmembrado de Colinas.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Gonçalves Dias</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Centro dos Pedrosas, Antônio Pedrosa > Gonçalves Dias = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: gonçalvino
Nota histórica	<p>A história do município de Gonçalves Dias começa, segundo o IBGE (s/d), quando tendo escapado de um massacre no povoado Mata Velha, hoje município de Dom Pedro, Luís de Sena Leal, conhecido com Luís Cantuário, temendo novos problemas, mudou-se para o lugar o Cupins, no município de Caxias. Dali, acompanhado pelos amigos Raimundo Pedrosa, Raimundo Almiro, Pedro Pedrosa e Antônio Pedrosa partiu, em 1922, para desbravar a região, que hoje forma a Cidade.</p> <p><i>O primeiro nome da povoação foi Centro dos Pedrosas e Antônio Pedrosa, homenagem aos membros da família que ajudariam Luís de Sena Leal a fundar o povoado.</i></p> <p><i>Além de se constituir em centro de produção, desenvolveu-se o comércio, destacando-se como pioneiros, entre outros, Bento Chaves, Mariano Costa, Antônio Coimbra Sobrinho e Prudência Alves Feitosa (IBGE, s/d).</i></p> <p>Com o crescente progresso do lugarejo, surgiu o primeiro Cartório Distrital, em 1946. A partir de 1950, iniciava-se o movimento em prol da emancipação do lugar, o que só foi conseguido oito anos mais tarde.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Gonçalves Dias, pela LE nº 1715, de 31/12/1958, desmembrado de Caxias.</p>
Nota enciclopédica	Antônio Gonçalves Dias nasceu em Caxias (10/08/1823) e morreu num naufrágio nas costas do Maranhão (baixios dos Atins) em (03/11/1864). Além de diplomata, historiador, poeta da Escola Indianista do Romantismo, etnógrafo, jornalista,

	<p>professor, era prosador e dramaturgo tendo pertencido aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Dramático de Coimbra, da Sociedade dos Antiquários do Norte, da ABL, da AML, da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Amazonense de Letras e do IHGMA. Morto o Poeta das Américas, segundo Coutinho (1980, p. 177), a gratidão dos maranhenses fez erigir numa das mais belas praças de São Luís (Largo dos Amores/ Gonçalves Dias) imponente estátua em sua homenagem, o mesmo fizeram seus conterrâneos. Ainda, conforme o mesmo pesquisador, Gonçalves Dias é nome de logradouros públicos em todos os rincões do Brasil, como é o caso deste município.</p>
--	---

Topônimo	<b>Governador Archer</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Centro do Paciência > Governador Archer = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: archense
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d), o povoamento do município de Governador Archer teve início com Manoel Paciência no ano de 1930. O desbravador havia entrado nas matas da região com o objetivo de encontrar terras férteis e produtivas para a lavoura. Como marco de sua missão construiu sua casa coberta de palha, trouxe sua família e também Faustoso Pereira e José Caetano, para os trabalhos de agricultura.</p> <p>Embora tivesse passando por um período de dificuldades, iniciou um progressivo crescimento populacional com o convite que fez a José Lourenço, que havia chegado com uma grande família na cidade de Dom Pedro, no ano de 1939, vindo de Bom Jardim Estado do Ceará.</p> <p>O IBGE (s/d) afirma que o município de Governador Archer era conhecido com Centro do Paciência, em homenagem ao primeiro morador (Manoel Paciência). Esse povoado cresceu rapidamente em tamanho e produtividade, tornando-se assim inevitável sua elevação categoria de Vila, o que ocorreu a em 1958 no governo de Sebastião Archer.</p> <p>FAD: Elevação à categoria de vila com a denominação de Governador Archer, pelo DL nº 01/58, de 01/01/1958, desmembrado de Dom Pedro.</p>
Nota enciclopédica	Sebastião Archer da Silva nasceu em São Luís (26/03/1883) e morreu também na Capital (24/10/1974). Foi empresário e político, nesta última área foi: vereador, deputado federal, prefeito de São Luís, governador do Estado (1947-1951) e senador.

Topônimo	<b>Governador Eugênio Barros</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Creoli do Macário > Governador Eugênio Barros = Axiotopônimo.
	Gentílico: eugeniobarrense
Nota histórica	<p>Segundo dados da CNM (<a href="http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp">http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp</a>) o município de Governador Eugênio Barros originou-se em 1926 com a chegada do lavrador Macário Francisco de Oliveira, em virtude disso, a localidade ficou conhecida como Creoli do Macário.</p> <p>Macário Francisco de Oliveira partiu de Colinas em busca de terras férteis. Esse pioneiro decidiu fixar-se junto a uma lagoa cercada de vegetação conhecida por creoli, sendo seguido de outros desbravadores, entre eles os irmãos Cunha e Silva. Com o crescimento do povoado, ainda conhecido como Creoli de Macário, seus habitantes liderados por Francisco Cunha e Silva, decidiram lutar pela sua emancipação, contando com o apoio do então governador do Maranhão no período de 1951-1955. Desmembrado de Caxias e homenageando o patrono da causa de autonomia política, o município de Governador Eugênio Barros foi criado em 1961.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Governador Eugênio Barros, pela LE nº 2174, de 26/12/1961, desmembrado de Caxias.</p>
Nota enciclopédica	Eugênio Barros nasceu em Matões (13/11/1898) e morreu no Rio de Janeiro (15/10/1988). Foi Prefeito de Caxias, Governador do Estado (28/02/1951-14/03/1951; 18/09/1951-31/01/1956) e Senador da República pelo Maranhão.

Topônimo	<b>Governador Luiz Rocha</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Pé do - Morro/Pé do Morro > Governador Luiz Rocha = Axiotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Para o IBGE (s/d) a história do município de Governador Luiz Rocha começa no dia 16 de julho de 1922, quando o senhor Israel Ferreira dos Santos chegou nessa localidade, conhecida como Pé do - Morro, para trabalhar na lavoura e fazer longas caçadas.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Governador Luiz Rocha, pela LE nº 6173, de</p>

	10/11/1994, desmembrado de São Domingos do Maranhão. Sede no atual distrito de Governador Luiz Rocha ex-povoado de Pé do Morro.
Nota enciclopédica	Luís Alves Coelho Rocha nasceu em Balsas (06/07/1937) e faleceu em São Luís (08/03/2001). Foi Vereador de São Luís, Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador do Estado e Prefeito de Balsas em 1996.

Topônimo	<b>Graça Aranha</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Centro dos Periquitos > Palestina > Graça Aranha = Antropotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: graçaranhense
Nota histórica	<p>O IBGE (s/d) afirma que o primeiro o município de Graça Aranha era Centro dos Periquitos, entretanto, com a vinda do padre Eurico Bogéia para celebrar a primeira missa, fizeram um plebiscito para alteração do nome, cujo resultado foi favorável, procedendo-se, de imediato, a modificação para Palestina.</p> <p><i>O cearense Francisco Alves de Oliveira ao se fixar no território, ali encontrou alguns moradores, pioneiros do povoamento que trabalhavam na lavoura, tendo os mesmos informado que localizaram vestígios da presença dos silvícolas na região, sem saberem, contudo, para onde emigraram (IBGE, s/d).</i></p> <p>A povoação cresceu bastante, passando a despertar o interesse dos políticos que começaram a pensar na sua emancipação.</p> <p>FAD: Elevado à categoria de município com a denominação de Graça Aranha, pela LE nº 06, de 10/10/1959, desmembrado de São Domingos do Maranhão. O nome foi dado em homenagem ao poeta maranhense José Pereira da Graça Aranha</p>
Nota enciclopédica	José Pereira da Graça Aranha nasceu em São Luís (20/07/1868) e faleceu no Distrito Federal (26/01/1931). Foi Bacharel em Direito, juiz, promotor, romancista, prosador, dramaturgo, jornalista, diplomata e ministro. O autor de <i>Canaã</i> fez parte do Movimento Modernista Brasileiro, foi membro da ABL e da AML.

Topônimo	<b>Presidente Dutra</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Curador > Presidente Dutra = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: presidutrense

Nota histórica	<p>Segundo o IBGE (s/d), no século XIX, José de Souza Carvalheiro e José de Souza Albuquerque, buscando local onde pudessem fixar moradia, partiram de Codó. Assim, conseguiram localizar as brejeiras de São Bento, São Joaquim do Caxixi e Corrente. Lá acamparam, iniciando o reconhecimento das áreas próximas e detectando a presença de indígenas e de cristãos, principalmente em Barra do Corda. Posteriormente, trouxeram suas famílias, fixando-se na região. Tempos depois, um grupo de nordestinos chegou ao local, ocupando uma área próxima da embocadura do riacho Firmino com o riacho Preguiça, local que viria a ser a Sede do Município. Dentre os que ali se estabeleceram, um praticava o curandeirismo, dando origem ao primeiro nome do povoado: Curador.</p> <p>O município, entretanto, só veio a ser criado em 1943, como o nome de Curador, topônimo mais tarde alterado para Presidente Dutra, em homenagem ao então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra.</p> <p>FAD: Distrito criado com a denominação de Curador, pela LM de 06/06/1896, subordinado ao município de Barra do Corda. Elevado à categoria de município com a denominação de Curador, pela LE nº 820, de 30/12/1943, desmembrado de Barra do Corda.</p> <p>Há controvérsias quanto à data e a lei que alterou o nome do município. O IBGE (s/d) afirma que Pela LE nº 269, de 31/12/1948, o município de Curador passou a denominar-se Presidente Dutra. Por outra parte, assevera que <i>teve seu topônimo alterado para Presidente Dutra, pela Lei nº 208, de 18/12/1948, como homenagem maranhense ao então Chefe do Executivo Brasileiro, General Eurico Gaspar Dutra</i> (IBGE, 1959, p. 287).</p>
Nota enciclopédica	O presidente Eurico Gaspar Dutra esteve no comando do País de 1946-1951

Topônimo	<b>São Domingos do Maranhão</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Pucumã > São Domingos do Maranhão = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Gentílico: são-dominguense
Nota histórica	Para o IBGE (1959, p. 331), o desenrolar da história do atual município de São Domingos do Maranhão teve início da seguinte forma: Dizia José Tibúrcio Feio que, em um dia de domingo do mês de agosto de 1894, em uma de suas caçadas, se aprofundou nas matas virgens, e verificando que o cachorro que lhe acompanhava tinha as patas molhadas, sinal de que ali

	<p>perto existia água, após ligeira busca, encontrou uma lagoa que recebeu o seu nome: Lagoa do Zé Feio. Voltando à casa, deu a notícia a sua mulher, trazendo-a, dias depois, para esse local.</p> <p><i>Tão logo a notícia se propalou, começarão a chegar outros elementos para fazerem moradia junto à lagoa. Com a abundância de água e a fertilidade das terras, propícias a todas as culturas e à criação, rapidamente tornou-se uma povoação, sendo que em 1932, foi iniciada a entrada de nordestinos, que ainda continua, contribuindo, assim, para o seu progresso (IBGE, 1959, p. 331).</i></p> <p>FAD: Elevado à categoria de sede de distrito do município de Colinas, com a denominação de Pucumã pelo DLM nº 15, de 20 de janeiro.</p> <p>Elevado à categoria de distrito com a denominação de Pucumã, pela LE nº 269, de 31/12/1948, subordinado ao município de Colinas.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São Domingos do Maranhão, pela LE nº 750, de 24/09/1952, desmembrado de Colinas e Presidente Dutra. Recebeu essa denominação por ter sido descoberto em um dia de domingo.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>São José dos Basílios</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Gentílico: basiliense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São José dos Basílios, pela LE nº 6156, de 10/11/1994, desmembrado de Presidente Dutra.
Nota enciclopédica	

Topônimo	<b>Senador Alexandre Costa</b>
Localização/Município	Mesorregião V: Centro Maranhense, Microrregião III: Presidente Dutra.
Taxonomia	AT: Espírito Santo > Senador Alexandre Costa = Axiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: alexandrecostense
Nota histórica	FAD: Elevado à categoria de distrito com a denominação de Espírito Santo, pela LM nº 04, de 25/07/1975, anexado ao município de Governador Eugênio Barros. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Senador Alexandre Costa, pela LE nº 6153, de 10/11/1994, desmembrado de Governador Eugênio Barros.

	Sede no atual distrito de Senador Alexandre Costa ex-povoado do Espírito Santo.
Nota enciclopédica	

**ANEXO**

**ANEXO – A: Mapa do Maranhão com suas Meso e Microrregiões**

